

Vocação para a liberdade - Escritoras e escritores contra os despotismos e os totalitarismos

Leo Gilson Ribeiro




Volume 12 dos Textos Reunidos de Leo Gilson Ribeiro

Vocação para a liberdade - Escritoras e escritores contra os despotismos e os totalitarismos

Transcrito e organizado por

Fernando Rey Puente


ferey99@yahoo.com.br

 0000-0001-8862-4077



Editado por

Bernardo C. D. A. Vasconcelos

bernardovasconcelos@gmail.com

 0000-0002-3357-1710

Digital Object Identifier (DOI)

 10.5281/zenodo.8368806 

Versão

2024-06-10-12-45

Licença



Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International

Apresentação aos textos reunidos de Leo Gilson Ribeiro

Há muitos anos eu estava guardando um material que eu obtive de Leo Gilson Ribeiro. Tratava-se de inúmeros recortes de jornal e de revistas, bem como um bom número de textos datilografados que ele preservava, mas de modo bastante desordenado, amontoados em prateleiras em um pequeno quarto nos fundos de sua casa. Nestes últimos anos de colapso cultural que estamos vivendo com recorrentes ataques do governo às universidades e aos centros de pesquisa, nada mais importante para um professor universitário do que procurar resgatar parte de nosso passado cultural do esquecimento e torná-lo público.

Foi por ocasião da pandemia e em função da decorrente paralização das universidades que eu tive finalmente algum tempo livre para ordenar esse vasto, rico, mas caótico material. Um dia espalhei-o no chão de minha biblioteca e fui separando dia após dia pilhas e pilhas de recortes amarelados de jornais e de revistas procurando organizar tematicamente esse riquíssimo acervo de quase cinco décadas de produção cultural que, infelizmente, como sói acontecer no Brasil, é tão frequentemente perdido.

Devido ao fato de que, ao longo de diversos anos de amizade, Leo e eu conversávamos sempre sobre a publicação em forma de livros de seus inúmeros textos dispersos em jornais e revistas, acreditei que poderia levar adiante esse projeto com um espírito próximo ao dele e, em alguns casos, até mesmo seguindo algumas indicações que ele próprio havia feito oralmente em nossas inúmeras tertúlias ou deixado em anotações em papéis avulsos ou nos próprios recortes de jornal. Foram somente dois livros que Leo Gilson Ribeiro publicou em vida – *Os Cronistas do Absurdo* (José Álvaro editor, Rio de Janeiro, 1964) e *O Continente Submerso* (Editora Nova Cultural, São Paulo, 1988) – pois se recusou a publicar outros livros durante a ditadura militar. Pude verificar com o apoio dos textos que tinha em mãos, que ambos esses livros foram constituídos precisamente com os artigos que ele havia redigido, com as entrevistas que ele havia feito e, por fim, com os depoimentos que havia colhido junto a escritoras e escritores para os diversos veículos de imprensa nos quais trabalhava. Isso me animou a prosseguir com esse projeto, pois vi que minha interferência nesse imenso acervo literário seria mínima e, mais importante, que esses textos não estariam simplesmente fadados ao esquecimento, o que estava acontecendo desde a morte de Leo Gilson Ribeiro em 2007.

Todavia, um grande obstáculo com que me deparei então era o fato de que muitos desses textos de jornal estavam recortados sem a anotação exata da data em que foram publicados. Tentei recorrer aos arquivos digitais, mas infelizmente o arquivo do *Jornal da Tarde*, um dos veículos para o qual Leo Gilson Ribeiro mais escreveu, não está digitalizado, razão pela qual alguns dos textos extraídos desse jornal e aproveitados nos livros aqui reunidos não possuem datas precisas ou em casos mais raros não possuem datas. O mesmo ocorre com muitos artigos extraídos de diversas revistas que não pude datar corretamente ou aos quais pura e simplesmente não pude ter acesso. A ausência de uma digitalização da revista *Caros Amigos* constituiu igualmente um caso parecido. Consegui adquirir diversos exemplares dessa revista em sebos, e tive o apoio do escritor Guilherme Scalzilli que me enviou fotografias de vários números da revista *Caros Amigos* onde foi publicada a seção “Janelas Abertas” de autoria de nosso crítico, mas continuei sem acesso a alguns números da *Caros Amigos*.

Para levar a cabo esse projeto eu infelizmente não contei com o apoio de mais ninguém, de modo que eu mesmo comecei a transcrever esse vasto material e consegui produzir até agora seis livros que organizei com uma parte desse acervo. Os artigos e ensaios remanescentes já foram por mim ordenados em distintas pastas temáticas, mas isso significa dizer também que ainda resta um imenso trabalho de transcrição pela frente (não foi possível fazer uma transcrição direta para o Word a partir de uma digitalização prévia de artigos amarelados de jornais). O retorno às atividades acadêmicas, primeiro em modo remoto e depois em modo presencial, que consome a maior parte do meu tempo dedicado à pesquisa em minha própria área de trabalho que não é a literatura, mas sim a filosofia, dificulta e atrasa ainda mais esse empreendimento, mas ele segue em curso.

Tendo organizado seis livros pensei então que finalmente poderia me dirigir às editoras com esse representativo material e que conseguiria certamente despertar o interesse de alguma editora disposta a publicar esses livros. Qual não foi minha surpresa ao constatar que das inúmeras editoras para as quais eu escrevi pouquíssimas foram aquelas que tiveram ao menos a delicadeza de me responderem dizendo não estarem interessadas na publicação dos livros. Todavia, com a ajuda de um jovem amigo, recém-doutor em filosofia e com um ótimo conhecimento em informática, Bernardo Vasconcelos, consegui realizar meu desejo de manter viva a palavra aliciante de meu pranteado amigo Leo Gilson Ribeiro, que fez da literatura a sua vida. Uma palavra que será capaz, creio eu, de fecundar por esse meio digital aberto e democrático novos corações e mentes desejosos de se enveredarem nessa arte tão fascinante que é a arte da escrita e sobre a qual Leo Gilson Ribeiro refletiu e produziu durante toda a sua vida procurando sempre colmar o hiato entre essas obras, às vezes difíceis e complexas, e o público leigo, porém, interessado em adentrar no universo dessas escritoras e desses escritores do Brasil e do mundo.

Talvez seja útil dizer ainda, nessa breve introdução ao projeto que aqui se apresenta materializado virtualmente, qual a razão de eu ter organizado esses seis livros para iniciar o processo de resgate desses inúmeros textos de Leo Gilson Ribeiro.

Em alguns casos, deveu-se a uma surpresa que eu mesmo tive com a grande quantidade de textos sobre um determinado assunto cuja atualidade é crescente. Isso ocorreu, por exemplo, com o primeiro livro, *Racismo e a Literatura Negra*. Sabia do interesse de nosso crítico pelo assunto, pois eu mesmo o havia escutado em conferências tratando desse tema nos anos oitenta em São Paulo, mas ignorava a imensa quantidade de textos que ele já havia escrito sobre o tema desde os anos sessenta. Isso somado ao esquecimento que o nome de nosso crítico padece hodiernamente tanto nas editoras quanto nos grupos de pesquisa que publicam sobre e pesquisam esse tema me fizeram perceber a urgência de publicizar esse material tão variegado e abundante e que aborda com antecipação de décadas um assunto tão importante e atual para todos nós brasileiros e brasileiras.

No caso do segundo volume, *Os Escritores Aquém e Além da Literatura*, a sua organização foi devida à somatória do meu interesse pessoal (afinal acabei falando com Leo Gilson Ribeiro, pois nos anos oitenta quis encontrar a escritora Hilda Hilst que, obviamente, conheci por uma bela resenha de nosso crítico sobre a autora então quase desconhecida e hoje justamente tornada célebre), da importância que ele mesmo conferia a esses três autores com os quais conviveu (Guimarães Rosa, Clarice Lispector e Hilda Hilst) e da constatação de outra injustiça feita em relação ao nosso crítico, a saber: nas raras e ocasionais referências a ele, o mesmo era quase sempre visto como

sendo apenas aquele crítico que desde o início da carreira de Hilda Hilst chamou a atenção para a sua obra. Diante do grande volume de textos que estavam sob meus olhos senti igualmente a urgência de mostrar ao público que a obra dele não se resumia de modo algum apenas a isso, mas que ele havia escrito por décadas, e com muita competência e discernimento, sobre inúmeros outros autores e temas. Além disso, uma entrevista inédita com Guimarães Rosa, um depoimento que ele fez sobre Clarice Lispector em uma carta a e as várias entrevistas e depoimentos com Hilda Hilst que ele realizou não me parecia que merecessem continuar ignorados ou de difícil acesso.

O terceiro livro que organizei foi uma total surpresa para mim mesmo, pois descobri em meio ao volumoso material que guardava uma pasta com indicações sobre um curso, “Testemunhos Literários do século XX”, que nosso crítico ofertou nos anos sessenta no Rio de Janeiro e decidi então reconstruir esse material com o acréscimo de outros textos sobre os autores por ele ali estudados. Pareceu-me uma bela introdução à literatura contemporânea que valeria à pena apresentar às jovens e aos jovens leitores de nossos dias.

Os artigos de Leo Gilson Ribeiro sobre a poesia brasileira chamaram a minha atenção pela sua clareza, abrangência e profundidade e me pareceram compor um painel bastante rico e interessante sobre diversos poetas brasileiros, alguns já consagrados e outros menos conhecidos na época, e ainda hoje, e resolvi assim compor com esse material o quarto volume deste projeto.

Tendo ouvido Leo Gilson Ribeiro falar durante o ano de 1992 com entusiasmo do curso que estava ministrando em algumas unidades do SESC no Estado de São Paulo sobre a Semana de Arte de 1922, foi com alegria que encontrei entre seus papéis ao menos as anotações da parte de seu curso relativa a Mário de Andrade. Descobrimo igualmente entre seus papéis entrevistas com artistas envolvidos na Semana de Arte de 1922 e alguns artigos prévios de nosso crítico para a grande imprensa sobre esse evento - divisor de águas em nossa cultura - achei que dada a coincidência do centenário de comemoração desse evento seria importante tornar esse material público ainda neste ano.

O sexto e último livro que eu escolhi organizar foi dedicado à relação literária entre Portugal e o Brasil, um assunto pelo qual Leo Gilson Ribeiro sempre se interessou e sobre o qual escreveu muitos textos e realizou diversas entrevistas importantes. Nunca é demais chamar a atenção dos brasileiros para Portugal, não o país que agora parece ser o destino preferencial das viagens da classe média abastada brasileira, mas sim o imorredouro Portugal da tradição literária plurissecular, particularmente poética, que fundou nosso idioma e a cuja riquíssima tradição nós temos acesso direto sem ter de passar pela mediação tantas vezes deveras problemática das traduções.

Desejo então que as leitoras e os leitores desses livros virtuais por mim organizados e aqui reunidos digitalmente possam usufruir da escrita aliciante e envolvente de Leo Gilson Ribeiro que, espero eu, possa conduzir a todas e todos pelo universo labiríntico, mágico e encantado que nos é desvelado pelas literaturas de vários países, e em especial do Brasil, em suas inúmeras formas e manifestações ao longo do tempo.

Boa leitura.

Índice

Vocação para a liberdade - Escritoras e escritores contra os despotismos e os totalitarismos	viii
1. Em qualquer lugar, o artista sofre	1
2. Literatura: o alvo comum de todos os despotismos	5
3. Nadine: a arte da denúncia	10
I. América Latina	11
4. O modo autêntico de ser. Entrevista a Augusto Roa Bastos	12
5. Holocausto de um país, o Paraguai	19
6. Além da rumba e do cartão postal	21
II. Europa	23
7. A Literatura espanhola, universal	24
8. Juan Goytisolo, o guerrilheiro das palavras, é como um Goya que pintasse e gravasse com verbos, adjetivos e provérbios	26
9. Um marco na literatura política do século	31
10. Sobre Carrillo, o espectro de Stalin	36
11. Semprun, destruindo mitos	43
12. As desordens se espalhavam por toda Paris. Resenha do livro de Maurice Grimaud, <i>En Mai fais ce quil te plait</i>	50
13. A missão do escritor. O discurso de Camus em Estocolmo (trad. Leo Gilson Ribeiro)	53
14. Resenha de Albert Camus, Herbert R. Lottman, Éditions du Seuil, Paris, 1978	56
15. Para que ler Camus? A grandeza crescente do mais vivo pensador de nossa época	66

Índice

16. André Malraux. Só se descobre uma vez a morte, mas descobre-se várias vezes a vida	73
III. URSS	78
17. Revolução	79
18. A Rebelião Cultural da Juventude Russa. I - A herança de Kruchev	97
19. Como vai a liberdade na URSS? Zinoviev responde	102
20. Esta obra nasceu numa prisão. Uma obra realista. Sua base: 11 anos de exílio	108
21. O Nobel para a luta contra a tirania	112
22. Uma viagem ao monstruoso arquipélago que a Rússia omite dos seus mapas	115
23. O Gulag	122
24. O novo livro de Solzhenitsyn: Lenin em Zurique	128
25. Fome, escuridão, tempestades de neve, arame farpado, chicote, sadismo	134
26. Um caminho para a liberdade. Começando pelo horror	140
27. A dor da liberdade	147
IV. Países do antigo Leste europeu	153
28. A cadeia é o lugar da liberdade de Mihailov	154
29. Milovan Djilas. A denúncia da nova classe	156
30. Uma brecha no silêncio do terror	163
31. Havel, testemunha de acusação	167
V. EUA	169
32. Gore Vidal: um gay peso pesado	170
33. Gore Vidal, um escriba impiedoso	175

Vocação para a liberdade - Escritoras e escritores contra os despotismos e os totalitarismos

O título dado a essa compilação de artigos que tratam particularmente de escritoras e escritores que por meio de seus livros confrontaram déspotas e desafiaram Estados totalitários é do próprio Leo Gilson Ribeiro, pois tem a sua origem em um pequeno caderno de notas a que tive acesso no qual nosso crítico listava diversos títulos prováveis para reunir esse gênero de textos, mas o título “Vocação para a liberdade” me pareceu o que melhor resume essa ideia muito cara para LGR, qual seja, a ideia de que a literatura não deve nunca ser um mero manifesto político panfletário, mas que tampouco a dimensão ética e política pode ser ignorada pela/o escritor/a. Ela/e deve se posicionar politicamente e deve fazê-lo emprestando sua voz àqueles que não sabem e/ou que não são capazes de escrever sobre as duras realidades que o/a cercam e nas quais estão inescapavelmente inseridos/as.

O passado século XX e o nosso atual propiciam como que um laboratório particularmente fértil para esse tipo de texto-denúncia. Leo Gilson Ribeiro desde que regressou ao Brasil em 1959, retornando de sua longa estada na Alemanha, assumiu uma posição liberal que o levou a ser um crítico bastante contumaz de uma certa esquerda dogmática, que se recusava a ver o que de fato havia acontecido politicamente com a URSS e com outros países, satélites de Moscou. Essa posição política por ele adotada valeu-lhe muitos inimigos e até mesmo um duro patrulhamento ideológico em relação aos seus textos que eram publicados na imprensa, algo sobre o qual ele mesmo escreveu muitas vezes. Cabe citar o testemunho de Janer Cristaldo o qual em um artigo de seu blog homônimo publicou em 23/11/2007 um texto intitulado “O pálido aspargo de Pablo”, em que comentava dentre outros o livro de Jurema Finamour, secretária de Pablo Neruda, e afirmava: “Rindo por dentro deve estar Leo Gilson Ribeiro, um dos raros ensaístas corajosos a militar na crítica brasileira. Em *O Continente Submerso*, livro que recomendo a todo leitor que queira dar um passeio pelas letras latino-americanas, Leo Gilson, comemorando o livro de Finamour, o define como ‘um processo póstumo às mentiras que criaram o culto dessa personalidade – isto é: Pablo Neruda – que ela revela, traço por traço, ser mesquinha, narcisista, medíocre, covarde, egoísta, avarenta, calculista, superficial’. Por esta - e por outras - tanto Leo Gilson como Jurema Finamour tiveram suas mortes civis decretadas nas letras tupiniquins. Pois da manutenção de certos mitos dependem muitas carreiras jornalísticas e universitárias.”. O trecho é longo, mas dá uma boa ideia de como o exercício da crítica literária valeu a LGR inúmeros desafetos. Em um testemunho anterior, “Memórias de um ex-escritor (XX)”, publicado em 13/07/2004, o mesmo Cristaldo já havia declarado a condição de anátema que LGR assumira para muitos ao ousar criticar certos ídolos da esquerda: “Em 1962, Osvaldo Peralva, ex-*apparatchik* do *Kominform* em Bucareste, lança *O Retrato*. Peralva conhecia por dentro a máquina de mentiras

do PCUS e a revelou tal como era. Ninguém acreditou. Mais recentemente, dois escritores não pouparam o malho nos comunistas. Na área do ensaísmo, Leo Gilson Ribeiro, com *O Continente Submerso*, anatematizado pela *intelligentsia* nacional. No jornalismo quotidiano, o genial Nelson Rodrigues.”

Um exemplo, dentre muitos, desse “silêncio” e “esquecimento” da pessoa e da obra de Leo Gilson Ribeiro, fica evidente ao se consultar o festejado livro de Ferdinando Casagrande (Ed. Record, Rio de Janeiro/São Paulo, 2019), *Jornal da Tarde: Uma ousadia que reinventou a imprensa brasileira*. Assim, ao compulsamos o seu índice onomástico nos deparamos com a inexplicável ausência do nome de Leo Gilson Ribeiro que trabalhou no *JT* por quase quatro décadas. Em diversas entrevistas que concedeu ao longo dos anos ele mesmo sempre aludia a essa situação anômala e difícil de ter sido ignorado ou mesmo silenciado por razões ideológicas seja pela censura militar seja pelo patrulhamento ideológico de uma certa esquerda radical.

O testemunho de uma escritora ou de um escritor incorporado a uma obra de ficção de excelência são os ingredientes ideais desse gênero de literatura, mas evidentemente esse sóbrio equilíbrio entre um estilo esmerado e uma inventividade ficcional, por um lado, e o brio e a coragem, de outro, são difíceis de encontrar. Nos textos que aqui foram compilados teremos ocasião de encontrar alguns desses raros e exemplares casos nos quais a estética e a ética caminham lado a lado na composição de uma obra literária.

Fernando Rey Puente

1. Em qualquer lugar, o artista sofre

Jornal da Tarde, 1969/12/11. Aguardando revisão.

Shakespeare foi censurado por Thomas Bowdler na era vitoriana. Eliminando todas as cenas consideradas “indelicadas” ou substituindo versos inteiros, Bowdler criou um verbo na língua inglesa, *to bowdlerize*, que significa “mutilar um texto qualquer, alterando ou amputando seu sentido”.

Federico Garcia Lorca, o poeta do *Romancero Gitano*, foi fuzilado pelas tropas fascistas da Espanha acusado duplamente de ter tendências “republicanas” e ser amigo “demasiado íntimo” de toureiros e jovens atores.

Baudelaire, que praticamente inaugura a poesia moderna, com *Les Fleurs du Mal*, teve sua obra processada pelo Ministério da Justiça francês, tachada de “obscena e mórbida”.

James Joyce, um dos supremos inovadores do romance do século XX, viu sua obra-prima *Ulysses*, confiscada pela alfândega de Nova York por “intuito pornográfico e nada edificante”.

No Brasil, o livro *O Casamento*, de Nelson Rodrigues, foi apreendido pelo Serviço de Censura por “obscenidade”, o mesmo acontecendo com *A Filosofia na Alcova*, do Marquês de Sade, impugnado pelo Juizado de Menores de São Paulo. Provavelmente, no Brasil, estes livros foram retirados das mesmas bancas de livrarias que vendem fotografias de mulheres nuas em poses lascivas nas revistas do tipo *Playboy* e a poucos metros de cinemas que exibem filmes de orgias com prostitutas, “redimidos” pelos cinco minutos finais em que as “pecadoras” e “viciadas do sexo” têm um fim trágico.

A censura é um camaleão que muda de cores de acordo com o país e a época: numa sociedade hipócrita, assume ares de pureza assexual completa. Coloca na prisão, com trabalhos forçados, o escandaloso Oscar Wilde, mas lê às escondidas, avidamente, as centenas de encontros eróticos de um autor depravado e anônimo e delicia-se com a escabrosa *Minha Vida Íntima* de Frank Harris.

Num regime totalitário, a censura elimina qualquer contestação política por meio do exílio, da prisão, da execução primária.

Mas seja ela de fundo religioso, condenando à fogueira da Inquisição em Lisboa o dramaturgo da era colonial brasileira Antônio José da Silva – o Judeu – “acusado de seguir secretamente a fé dos hebreus”; de fundo moralista, zelando pelos seus pupilos, os cidadãos; ou de fundo ideológico,

1. Em qualquer lugar, o artista sofre

silenciando os que anseiam pelo diálogo e pela liberdade, a censura encontrou seu paraíso ideal na Rússia.

Cem anos depois, os mesmos métodos brutais e desumanos caracterizam a única nação da Europa que nunca conheceu um período sequer de liberdade.

Em meados do século passado, Dostoiévski, um arrebatado escritor russo, foi denunciado por um “dedo-duro” anônimo e interrogado pela polícia do Tzar. Conduzido às prisões, foi mandado depois para a Sibéria, onde contraiu doenças graves e conviveu com criminosos comuns, emergindo para a vida novamente em meados de 1860, com um livro que sacudiu a Europa inteira: *Recordações da Casa dos Mortos*.

Em meados deste século, Solzhenitsyn, um arrebatado escritor russo foi denunciado por um “dedo-duro” anônimo e interrogado pela polícia secreta soviética, a terrível KGB. Conduzido às prisões de Stalin, foi mandado depois para um campo de concentração na Sibéria, onde passou oito anos de sua sentença de trabalhos forçados e contraiu uma doença grave: o câncer. Em meados de 1960, sua denúncia dos campos de concentração e do regime comunista da era do Stalin abalou a União Soviética e o mundo. *Um Dia na Vida de Ivan Denisovitch* foi citado por Kruchev, no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, como prova do horror da era stalinista.

Mas *Um Dia na Vida de Ivan Denisovitch*, uma vez atingido o propósito utilitarista de Kruchev, não foi reimpresso na Rússia e “discretamente” os exemplares ainda existentes nas bibliotecas públicas foram “retirados para encadernação”, sumindo totalmente de circulação.

A Rússia é o único país que possui os grandes valores de sua literatura proibidos de divulgação e só conhecidos de seu povo em edições clandestinas.

É talvez a primeira vez na história que uma literatura nacional existe fora de seu país e de seu território linguístico. Desde os tempos da Inquisição na Europa o escritor não sofria uma perseguição tão intolerante por suas ideais consideradas heréticas: heresia religiosa durante a Inquisição católica em 1400, heresia política durante o regime comunista russo em 1960. São grandes nomes que completam uma lista de dezenas de artistas silenciados pelo Partido Comunista.

É o Partido, através do Sindicato de Escritores, que decide até que escritor terá direito a uma datilógrafa, a viajar ao estrangeiro, a ter uma *dacha* (casa de campo), a fazer traduções, a lecionar, a pronunciar conferências, a declamar em público, a aparecer na televisão ou a entrar em contato com visitantes estrangeiros, a ler jornais mesmo comunistas do estrangeiro como o italiano *L'Unità* ou o francês *L'Humanité* e a receber direitos autorais nacionais ou estrangeiros.

Os meios de combate variaram, desde os tempos de Stalin: hoje em dia a execução não é sumária, por fuzilamento, sem julgamento prévio, como nos tempos do ditador classificado de “criminoso monstruoso” por Evtuchenko.

A censura soviética tenta esconder a verdade usando táticas variadas. *Afastando de cargos importantes os escritores dissidentes* – Evtuchenko é desligado da revista *Yunost* (Juventude) depois que assina um telegrama de protesto pela invasão russa da Tchecoslováquia.

1. Em qualquer lugar, o artista sofre

Encarcerando-os em campos de concentração distantes e com trabalhos forçados que equivalem a uma morte lenta e torturada – Yuli Daniel e sua mulher Larissa, Siniavsky, Aleksandr Solzhenitsyn, Evgenia Guinzburg acusados de escritos “anti-soviéticos” têm suas obras proibidas depois de publicadas de contrabando no estrangeiro.

Internando-os em hospícios para correção ideológica – o filho do grande poeta Essenin, Essenin-Volpine e o novelista Valeryi Tarsis são internados como “loucos e débeis mentais” em Institutos para Nervosos do Estado, uma experiência apavorante que Tarsis, refugiado em Londres, relata em *Enfermaria 7* (Editora Expressão e Cultura).

Mutilando inteiramente sua obra e desfigurando seu sentido – Kuznetsov empreendeu uma das fugas mais espetaculares dos últimos tempos, ao pedir ao seu acompanhante russo que o deixasse a sós uns minutos com uma prostituta em Londres. Lançando-se pela janela, Kuznetsov pediu asilo ao governo inglês e declarou que seu mais famoso livro, *Babi Yar*, tinha sido tão deturpado pela censura soviética que não mais era seu. Trazia os originais microfilmados, sem cortes e prometeu publicá-los em breve. (A edição brasileira, da Editora Civilização Brasileira, é justamente essa edição denunciada como mutilada pelo autor).

Impedindo a publicação de sua obra – Um dos grandes dramaturgos e romancistas russos, Mikhail Bulgakov, dirigiu-se em carta a Stalin, pedindo que seu livro *O Mestre e a Margarida* (Editora Nosso Tempo, no Brasil) fosse liberado.

“Prova – escreveu Bulgakov – com documentos que toda a imprensa da União Soviética e de todos os organismos que a controlam demonstraram unanimemente, com rudeza fora do comum, que minhas obras não podem existir na URSS”.

Hipócrita ou sadicamente, Stalin respondeu em tom cordial:

“Li sua carta com todo o prazer e prometo fazer tudo que estiver ao meu alcance. O senhor não será vítima de nenhuma perseguição. Ainda tenho influência. Desejo-lhe muitas felicidades”.

De fato, Stalin fez tudo o que estava ao seu alcance e sua influência era tão total que a obra de Bulgakov – conhecido como excelente autor de teatro também – nunca foi publicada sem cortes, nem mesmo décadas depois, quando Kruchev permitiu sua publicação, em tiragem limitada e com 80 cortes, que a edição brasileira (Editora Nosso Tempo) sublinha, colocando-os entre parênteses.

O Mestre e a Margarida, inspirando-se na esplêndida tragédia de Fausto, de Goethe, foi, além de uma obra-prima, uma obra assustadoramente profética. Nesta ficção passou a refletir-se estranhamente a terrível realidade das depurações stalinistas logo seguidas por Kruchev e atualmente por Brezhnev e Kossiguin: uma bela manhã o Diabo chega a Moscou. E logo legiões de escritores morrem em circunstâncias trágicas e misteriosas. Muitos são internados no hospício, por suas ideias de liberdade e democracia. Outros ateiam fogo a seus manuscritos, escoraçados por todas as editoras. Kafkianamente, a História passou a confirmar a imaginação, a realidade substituiu a ficção mais aterradora: um ditador elevado à histeria de um mito, Stalin-Satã, dizima toda oposição intelectual pelo extermínio do corpo e da obra. Como declara em dois trechos decisivos de sua novela Solzhenitsyn, ameaçado de exílio por suas obras “anti-soviéticas”:

1. *Em qualquer lugar, o artista sofre*

“Aprendi, através do meu próprio exemplo, que um homem pode ultrapassar o umbral da morte antes de seu corpo estar sem vida. Seu sangue pode estar circulando ainda, mas – psicologicamente – você já passou por toda a preparação ritual para a morte e viveu a sua própria morte. E então você já encara tudo a seu redor desapaixonadamente, como se você já estivesse no túmulo” (*Pavilhão de Cancerosos*).

“Um grande escritor é, por assim dizer, um segundo governo. Eis a razão por que nenhum regime, em lugar algum, jamais amou seus grandes escritores – apenas os medíocres” (*O Primeiro Círculo*).

2. Literatura: o alvo comum de todos os despotismos

Jornal da Tarde, 1979/08/04. Aguardando revisão.

É um truísmo nem por todos reconhecido que a democracia é a única atmosfera que possibilita a criação da literatura: todo regime totalitário suprime o oxigênio da verdadeira documentação histórica ou da inventividade ficcional. O século XX, porém, instituiu as piores repressões possíveis para a literatura, restringindo-a dentro de uma camisa-de-força que não se detém diante da censura, da prisão e nem do aniquilamento violento de escritores, poetas, pensadores, artistas e intelectuais. Nos campos de concentração nazistas, milhares deles foram dizimados sistemática e impunemente. Na Espanha fascista de Franco, poetas como Miguel Hernández e Garcia Lorca foram trucidados. Na Argentina peronista Jorge Luís Borges viu-se relegado da noite para o dia, do cargo de diretor da Biblioteca Nacional, cargo a que fazia jus como o maior escritor argentino de fama internacional, para o posto infamante de inspetor de galinhas e outras aves domésticas. Na Rússia bolchevista, depois de 1917, só é impressa a literatura que enaltece o regime soviético, através de uma alienação da realidade imposta pelo governo e não prevista por Marx. No Brasil a ditadura de Getúlio Vargas extraiu da prisão uma das obras-primas da nossa literatura social: *Memórias de Cárcere* de Graciliano Ramos e silenciou durante longos anos a voz cuja genialidade é reconhecida de forma crescente, hoje, do romancista gaúcho Dyonélio Machado, autor de *Os Ratos* e *O Louco de Cati*. Recentemente, os atentados contra a inteligência e a cultura atingiram o livro *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, um conto erótico de Dalton Trevisan, além de centenas de peças premiadas e nunca encenadas.

Seria impossível alinhar todos os nomes dos que pereceram ou tiveram suas obras destruídas neste século em que o despotismo de extrema direita ou de extrema esquerda, já infeccionou quase todos os países do globo, com exceção das 35 democracias que se afirmam e continuam a existir em meio à maré da tirania política global. O que distingue esta época atual das demais é, contudo, o ataque total empreendido à literatura – seja pela proibição religiosa, pelo Estado, pelas patrulhas ideológicas, pela censura de critérios nebulosos enfeixados sob o título vaguíssimo de “defesa da moral e dos bons costumes”, seja pelo preconceito racial, sexual, regional. Em vários países do Islã a mulher não pode aprender a ler, obscurantismo cultural que se completa com a cerimônia ritual de extração do seu clítoris quando ela atinge a adolescência. Em Cuba, os escritores homossexuais são enviados a “campos de reeducação”, na China da Revolução Cultural, as obras de Shakespeare foram incineradas, acusadas estranhamente de serem “anti-povo”. Em Moscou, tratores arrasaram uma exposição de pintura e poesia, no Uruguai, as obras de Marx constituem um indício certo de “atividades antiestatais”, na África do Sul, as obras antirracistas

2. Literatura: o alvo comum de todos os despotismos

de Doris Lessing, Alan Paton e Nadine Gordimer estão banidas pelo governo da monstruosa segregação racial do *apartheid* sul-africano; no Peru, o romance *La Ciudad y los Perros* (Batismo de Fogo, em português) de Mário Vargas Llosa foi queimada em praça pública como obra “atentatória à moral, à pátria e ao argumento militar do país”.

Platão, já não tinha banido da sua República ideal, governada por reis-filósofos, todos os poetas? A Rússia de hoje parece levar esse ostracismo às últimas consequências nos casos em que o clamor da consciência mundial desperta de sua letargia usual. Moscou exila escritores como Siniavsky e Solzhenitsyn, entre outros, mais frequentes, massacra-os nos cárceres ou nos exílios para a Sibéria e outras regiões remotas da imensa República. O que chamaria a atenção então para apenas mais um escritor russo que fugiu para o Ocidente? As fugas da URSS assumem feições inesperadas: o bailarino Rudolf Nureyev dá um salto mortal no aeroporto de Orly, em Paris, pedindo asilo à polícia francesa quando vê os funcionários soviéticos forçarem o seu retorno à Rússia. Por que perder tempo então com *apenas um a mais*, dentre tantos fugitivos, que seguiram, como a filha de Stalin, o caminho das “democracias burguesas”, fixando nova residência nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França etc.? É que as circunstâncias em que se deu a evasão do autor de *Babi Yar*, ultrapassam a fantasia de qualquer história de espionagem, misturando realidade e ficção de forma inextricável:

O relato do massacre de 200.000 pessoas no barranco denominado Babi Yar, nos arredores da cidade russa de Kiev, foi censurado de tal modo que pudesse dar a “versão soviética daquele genocídio perpetrado pelos nazistas ao invadirem a Rússia em 1941. O resultado foi que se encobriu a macabra participação soviética na eliminação de milhares de judeus, reunindo a brutalidade do Terceiro *Reich* com o antissemitismo violento de Stalin. É quando começam os lances que distinguem essa fuga de qualquer outra:

1º) Durante anos a fio, Kuznetsov guarda os originais não retocados pela censura em vidros de conserva, plantando-os no quintal de sua casa naquela zona rural da URSS;

2º) A apavorante polícia secreta soviética, a KGB, êmula digna da Gestapo, impede que ele publique qualquer outro livro e já que toda a atividade editorial na Rússia é *monopólio exclusivo do Estado, não existindo nem mimeógrafos que não estejam severamente controlados pelas autoridades*, conseqüentemente Kuznetsov torna-se um autor inexistente. Seu livro *Babi Yar* é discreta e paulatinamente retirado das bibliotecas públicas, mesmo fortemente expurgado como estava.

3º) A KGB impede-o também de viajar ao estrangeiro (na União Soviética não há depósito compulsório) e oferece-lhe essa oportunidade de só se ele denunciar colegas que tenham opiniões ou atividades antissoviéticas. Kuznetsov finge que aceita e prepara um fantasioso relatório que convence as autoridades policiais.

4º) Preparando-se para ir a Londres, acompanhado de um guia que não o deveria deixar afastar-se nem por instantes, ele pretexta como objetivo da viagem a necessidade de documentar-se sobre Lenin e evidentemente conformar-se com a linha de glorificação do cadáver que permanece embalsamado no Kremlin, visitado em peregrinação por centenas de pessoas diariamente. Kuznetsov fotografava todos os seus manuscritos enterrados ao lado de beterrabas e batatas e costura os filmes dentro de seu casaco de lã, já disposto a nunca mais voltar à Rússia, que acabara de mandar os tanques do Socialismo Soviético esmagarem a revolução democrática de Dubcek em Praga, em 1968.

2. Literatura: o alvo comum de todos os despotismos

Finalmente, chegando em Londres e sem saber bem inglês, Kuznetsov consegue burlar a vigilância de seu guarda permanente e aqui as versões divergem: segundo alguns ele teria dito a seu companheiro que queria ir a um prostíbulo. Segundo outros, ele teria dado como desculpa uma inadiável necessidade de ir ao banheiro e, tendo estudado cuidadosamente o mapa de Londres, teria entrado na redação de um jornal gritando o nome de “Cruikshank!”, um comentarista político inglês que conhece russo fluentemente e escreve sobre soviologia em Londres.

Envergonhado e sua atuação precedente, de baixa o pescoço diante da canga da KGB, Kuznetsov abjura até de seu nome. Passa a assinar-se daí por diante A. Anatoli, pois Kuznetsov “era o nome de um escritor covarde e conformista”, conforme ele mesmo diz.

Happy ending? Não, foi trágico o final: A. Anatoli ou Kuznetsov consegue publicar a versão integral de seu livro *Babi Yar* (Editora Sphere Books Limited, 478 páginas, Londres, tradução de David Floyd, 1970, 1972, 1973, 1978) e vê a KGB erguer no apartamento em frente ao seu, na capital inglesa, um telescópio com o qual passa a vigiar todos os seus passos. A. Anatoli lê, com seu inglês ainda imperfeito, sobre a morte dos dissidentes búlgaros assassinados no metrô de Paris por agentes búlgaros que usam como arma um guarda-chuva, inocente na aparência, mas na realidade mortal: o cabo possui um gatilho e a armação e o pano dissimulam o cano da espingarda. Incapaz de dormir, perseguido por alucinações constantes de morte violenta, ele morre de parada cardíaca, uma vítima indireta do terror instalado no governo soviético.

O que tem o Brasil a ver com tudo isso? O seu futuro como Nação democrática, pois foi justamente uma editora brasileira a responsável pela tradução, em português, da edição expurgada de *Babi Yar*. Teria sido a Civilização Brasileira, que lançou as *Memórias* de Ehreburg e as excelentes *Poesia Russa Moderna* (Augusto e Haroldo de Campos e Boris Schnaiderman) e *Ascensão e Queda do III Reich* de William L. Shirer? Isso além de uma sórdida imitação de ensaio de um pseudocrítico russo, funcionário no sentido mais servil do termo, do todo-poderoso Sindicato dos Escritores Soviéticos, Grossmann, que aventava a hipótese, apresentada como “verdade científica”, segundo a qual o misticismo de Dostoiévski não passava de surtos de epilepsia...

Agora que no Brasil, felizmente, a mão pesada da censura obscurantista se retrai e o livro *Zero* de Ignácio de Loyola Brandão volta a ser vendido livremente, e em que todas as forças democráticas se nem na luta pelo Estado de Direito, de uma democracia sem adjetivos, é imperioso que uma editora brasileira publique o texto verdadeiro de *Babi Yar*, considerado pelo magnífico e severo jornal *The Times* de Londres (hoje temporariamente fora de publicação por conflitos com os sindicatos dos gráficos) como “um relato vivido, de primeira mão, da vida sob a ocupação de um dos mais bestiais regimes... um livro que deve ser lido e nunca esquecido”.

O livro de Kuznetsov-Anatoli é importante para todos os que saíram do pesadelo da Censura para saberem a que ponto pode chegar à deturpação histórica da verdade. A edição inglesa imprime em negrito as várias dezenas de páginas cortadas pela Censura. A que se referem?

Aos assuntos mais impensáveis: toda referência a qualquer erro do governo é riscada incontinenti, como se errar não fizesse parte nem do povo russo nem da sua cúpula dirigente, ambas entidades pairando acima do humano. Igualmente, qualquer linha que aluda à religiosidade não extirpada do povo após lustros de ensinamentos ateus é barrada com lápis vermelho do censor onipotente e onisciente. Até um episódio ridículo em que os inspetores vão revelando horrores inenarráveis: o

2. Literatura: o alvo comum de todos os despotismos

pretensão “Palácio do Trabalho” escondia, na realidade, o prédio lúgubre dos interrogatórios da polícia secreta da República da Ucrânia. Dele se dizia que quem nele entrava nunca mais saía e, no enlace medonho dos dois totalitarismos, o edifício soviético com suas câmaras de tortura é ocupado pela Gestapo, que passa a usar suas dependências sem demora, numa sinistra aliança dos dois totalitarismos.

É indispensável republicar Babi Yar em sua versão integral, caso contrário o público leitor brasileiro terá apenas a versão oficial, soviética, do massacre de Babi Yar. E esse magnífico livro merece a atenção de todos os que se preocupam com a sobrevivência da democracia no Brasil e no mundo: se não, por que dar fotos e manchetes da Nicarágua, do Irã, da guerra do Vietnã, dos refugiados vietnamitas em alto-mar?

A. Anatoli, como que antevendo sua morte, dialoga com o leitor, amplia suas meditações, faz revelações novas sobre a oposição dos lavradores e proletários contra a tirania stalinista, seu ódio a Lenin “que trucidou mais do que todos os tzares juntos”, o desprezo por Stalin e por todos os ditadores do mundo. Anatoli chega ao extremo de não conseguir ler os grandes clássicos mundiais, porque pensa na vastidão de serviços que estariam à disposição de Hamlet ou de Anna Karenina, reservando admiração incondicional apenas por Don Quixote.

É uma semelhança que revela uma afinidade espiritual: em um de seus apartes, entre parêntesis, dirigidos ao leitor, Anatoli adverte, lucidamente, na parte que foi cortada pela Censura:

“Qualquer pessoa que hoje em dia ignorar a política se arrependerá.

Eu não disse que gosto de política. Detesto-a. Desprezo os políticos. Não estou lhe pedindo, leitor, que goste deles nem que os respeite. Estou simplesmente avisando: não ignore a política nem os políticos.”

É longa já a lista de livros que, por coincidência?, não são traduzidos no Brasil e que abrangem desde a revelação paulatina na Alemanha de hoje dos crimes e atrocidades perpetradas pelos nazistas e deixadas impunes (Adalbert Rueckerls, *Die Strafverfolgung von NS-Verbrechen 1945-1978*, Editora C. F. Mueller, 148 páginas, Heidelberg-Karlsruhe e Ulrich-Dieter Oppitz, *Strafverfahren und Strafvollstreckung bei NS-Gewaltverbrechen*, Editora Ulrich-Oppitz, Ulm, 440 páginas) até a magistral reconstituição histórica das Revoluções russas de 1905 e 1917: *Black Night, White Snow* de Harrison Salisbury (Editora Doubleday, Garden City, New York, 746 páginas) ou a autobiografia pungente da viúva do grande poeta russo, Ossip Mandelstam, condenado por Stalin e que morreu em um campo de concentração do Gulag soviético: *Das Jahrhundert der Woelfe*, Nadeja Mandelstam (Editora Fischer, Alemanha).

Existem muitíssimos outros autores inéditos entre nós e que poderiam elucidar a inteligência e a consciência brasileiras aviltadas pela presença de Gustav Franz Wagner escondido no Brasil e enxovalhadas com a afirmação de um representante da OLP de que “os judeus foram para os campos de concentração de Hitler porque não obedeciam às leis do país”...

Agora que o Skylab comprovou que vivemos numa aldeia globalizada pela instantaneidade das comunicações, o livro permanece e pode ser consultado quantas vezes se quiser. É indispensável que o Brasil se integre no seu tempo e combata os totalitarismos nazistas, fascistas, maoístas, soviéticos ou que nomes tenham, sem o que o próprio Brasil pode matar, no berço, a Democracia

2. *Literatura: o alvo comum de todos os despotismos*

ainda frágil e ameaçada entre nós nos dias que correm. Saber é uma condição *sine qua non* para se escolher democraticamente. A verdade não pode ser encoberta ou deturpada. Ou os cadáveres de Babi Yar, de Hiroshima, de Auschwitz, do Gulag e do Cambodge serão a única forma de democracia que nos reserva a nossa época de fanatismos plurais?

3. Nadine: a arte da denúncia

Jornal da Tarde, Sem data. Aguardando revisão.

Torna-se urgente a tradução, no Brasil, de um feixe de reflexões e ensaios da corajosa escritora sul-africana Nadine Gordimer, há pouco coligido no livro *The Essential Gesture*. A resenha a respeito no *New York Times*, sinceramente, não faz justiça à coerência, à lucidez e ao talento da autora de *An Occasion for Loving* e outros romances, vários já publicados no Brasil.

Creio que ao longo das várias décadas da vida de Nadine Gordimer (nascida em 1922) inevitavelmente alguns momentos sejam menos convincentes do que outros, ou expressos de forma menos perfeita. No entanto, lido no original, *The Essential Gesture* coloca as questões fundamentais para a atitude e o comportamento de um artista em uma sociedade chocantemente injusta. Ela deveria calar-se diante do *apartheid* dos brancos contra a maioria negra de seu país? Um grande músico como Sviatoslav Richter deveria abster-se de tocar piano, preferindo combater o stalinismo? Quais são as fronteiras entre a arte e a rebelião contra um Estado totalitário?

Das três opções: exilar-se, calar-se ou lutar, Nadine Gordimer – como Doris Lessing na antiga Rodésia, hoje Zimbábue – não hesitou em denunciar o racismo impune do governo *afrikaaner*. A autora já teve vários de seus livros banidos em seu próprio país, mas isso não a abate.

Calar-se, ela escreve, seria ser cúmplice da discriminação. Mas – e aí está a extraordinária lucidez da romancista – a mera agitação política não basta. Há vários escritores que se intitulam “a favor do progresso” e, no entanto, contribuem para o oposto: atrasam o nível intelectual, produzindo livros com o propósito de ganhar fama e dinheiro apenas. Não, Nadine Gordimer afirma, dando seu exemplo pessoal, embora sua modéstia a impeça de citar a si mesma: se um escritor está inflamado por uma causa social de sua época e de sua pátria, ela considera que é seu “dever revolucionário”, ter estilo, admitir a intrusão da estética no terreno ético.

Assim como o inferno do racismo sul-africano não permite imaginar-se a produção lá de humoristas, nem por isso a veemente indignação de Picasso contra o massacre da cidade indefesa, Guernica, permitiu que ele fosse infiel ao valor da arte. A arte ruim é parte do proselitismo demagógico e barato dos palanques de comícios, ela insiste, concordando com Gabriel Garcia Márquez: “O dever de um escritor revolucionário é escrever bem”. O que não invalida a grande arte de um misantropo como Flaubert. O *gesto essencial* a que se refere o título do livro não tem a ver com o fato de um artista ser branco ou preto, mas sim com a qualidade que precisa ser, indispensavelmente, inseparável do que ele pensa e escreve.

Parte I.

América Latina

4. O modo autêntico de ser. Entrevista a Augusto Roa Bastos

Inédito, 1989/03/25. Aguardando revisão.

Nunca mais, jurei mesmo, aceitarei fazer uma entrevista tumultuada. A mistura da improvisação caótica brasileira e da finíssima educação do autor paraguaio Augusto Roa Bastos tornou “lamentável”, nas palavras do próprio admirável escritor de *Eu, o Supremo* (Ed. Paz e Terra) a nossa tentativa de diálogo. Um canal de TV atravessou ou açambarcou o tempo que estava marcado para a minha entrevista e deixou o professor ansiando por ar puro, trancado numa sala fechada, com excesso de fumo, o que o deixou com irritação no nariz e nos olhos.

Mesmo assim, embora o magnífico criador de *Hijo de Hombre* (Ediciones Alfaguara, Madrid) tenha resistido inabalavelmente em *não* falar de seus livros, tolhido por uma modéstia raríssima entre quase todos os escritores brasileiros (90% de gênios, é claro), enveredamos um pouco pela literatura, pelas suas preferências atuais e depois não conseguimos mais sair da Antropologia e da História do Paraguai. Faltou-nos o tempo para emendar os indígenas, seus misticismos, as missões dos jesuítas, o gesto napoleônico de López numa troca de ideia coesa, através da qual se pudesse delinear melhor a arisca, mas certamente fascinante personalidade de seu interlocutor, um *gentleman* como quase não se fabrica mais desde que Borges faleceu...

Faltou falarmos da terrível experiência que o levou a escrever, sua participação, adolescente ainda (Roa Bastos nasceu em 1918), da terrível Guerra do Chaco, entre o Paraguai e a Bolívia. Na opinião de muitos, essa monstruosa chacina do Paraguai foi artificialmente fomentada por companhias petrolíferas da Europa e dos Estados Unidos. Para Roa Bastos, foi a decisão irrevocável, máscula, de escrever: eticamente contra tudo que tritura o direito do próximo em favor do lucro de um terceiro. Ele nega que sua literatura seja política. De fato, ela não é amordaçada por ideologismos extremistas (aliás, ele frisa que detesta ismos), mas é eminentemente social, política, cultural, econômica, ecológica e humanista. E sem abandonar nunca as leis da estética por qualquer deformação de um teratológico “realismo socialista” nem considerar a Literatura um adorno inútil, sem engajamento tanto ético, quanto estético com o Homem.

Augusto Roa Bastos esteve em São Paulo no fim da semana passada para receber o Prêmio Estado de São Paulo de Literatura, no valor de US\$ 100 mil. Professor de guarani, um belíssimo idioma, para 30 alunos franceses na Université de Toulouse, na França, ali mesmo ensina História da Literatura Latino-Americana, isto é: brasileira e hispano-americana. Mora numa rua que não

4. O modo autêntico de ser. Entrevista a Augusto Roa Bastos

podia ter sido escolhida senão para ele: a rue Van Gogh. E crê na literatura *nuestra* com serena certeza:

LGR: Sr. Roa Bastos, falando do chamado *boom* da literatura hispano-americana na Europa e nos Estados Unidos, um *boom* do qual a literatura brasileira ficou afastada, o escritor mexicano Juan Rulfo me afirmou, em entrevista, que ele julgava a literatura brasileira, especificamente, a melhor e mais importante das três Américas. Isso lhe parece um exagero?

RB: Não, eu compartilho da opinião de Juan Rulfo. Dentro de minhas possibilidades de leitura em português, tanto no original, quero dizer, quanto em traduções para cotejar as duas versões, a literatura brasileira tem uma coerência maior, como a que deve corresponder a um país [falta algo no artigo]. Não interessa, evidentemente, um cotejo quantitativo, mas sim qualitativo e aí minha opinião coincide com a de Rulfo, e já a exprimi em várias ocasiões.

LGR: O Sr. se interessa por quem: por Guimarães Rosa?

RB: Sim, sim, é um dos meus autores contemporâneos prediletos. Se a tradução para o espanhol foi bem-feita? Creio que sim, por Angel Crespo, comparei-a com o original. Aliás, eu conheci pessoalmente Guimarães Rosa, fomos amigos, viajamos juntos para participar de um Congresso de Escritores em Berlim.

LGR: E com quais autores hispano-americanos o Sr. tem mais identificação, mais empatia?

RB: Olhe: não tenho predileções.

LGR: Mas qual é, por assim dizer, a sua “família”?

RB: Não me reconheço em nenhuma delas. Às vezes alguns escritores hispano-americanos e eu somos assim primos-irmãos. Eu sou simplesmente um leitor, não leio como um escritor o faria. Tenho então ciclos, porque o meu gosto, como leitor, varia. E aí há também ciclos de retorno geralmente.

LGR: E atualmente, esse ciclo...?

RB: Estabiliza-se em dois autores que para mim são fundamentais da literatura latino-americana e que constituem ao mesmo tempo polos muito opostos dela e muito complementares um do outro: são justamente Juan Rulfo e Jorge Luís Borges. Um procede do âmbito da linguagem rural e do México, ao passo que Borges está saturado de cultura universal – inglesa e francesa, os centros principais de cultura -, mas os dois formam a oposição perfeita, um é rural e outro urbano. Borges é por excelência um autor do meio urbano...

LGR: E de abrangência cosmopolita?

RB: Cosmopolita, sim.

LGR: E como o Sr. vê a sua contribuição à literatura latino-americana?

RB: Eu? Não vejo de maneira alguma qualquer contribuição minha!

LGR: Mas como? O Sr. é um dos autores mais importantes que há nessa literatura!

4. O modo autêntico de ser. Entrevista a Augusto Roa Bastos

RB: Ah, creio que isso não passa de um exagero, talvez motivado pelo afeto e pela primeira impressão da leitura do que eu escrevi porque em primeiro lugar tenho a declarar que **não** sou um escritor profissional. Comecei a escrever muito tarde, depois dos trinta anos de idade, ao sair rumo ao exílio.

LGR: Mas Ítalo Svevo também começou a escrever aos 56 anos de idade...

RB: Sim, mas com isto eu quero dizer que nunca tive uma profunda vocação par escrever, foi provavelmente o exílio.

LGR: Como opção social e política?

RB: Não, não! Porque eu não faço uma literatura política nem regionalista. Eu sou refratário aos ismos. Já li obras que aderem ao maneirismo, mas não suporto esse ismo.

LGR: O surrealismo...

RB: Claro, tudo isso tem que existir, mas dotado de estruturas profundas, não como uma superfície experimentalista, na qual se dão tais e tais receitas. Por isso eu digo que não sou um escritor profissional. Eu escrevo sempre aquilo que eu gostaria de ler e que é uma obra que não acho por aí, por isso eu a invento, baseando-me em meu gosto pessoal e o esquema muito estreito de minha visão do mundo e dos valores da literatura. Escrevi pouco, escrevo só quando já não aguento a irrupção dessas forças interiores que nos levam a cumprir uma determinada tarefa. Eu creio que jamais poderia escrever, por exemplo, o livrinho anual, um luxo que se permitem os escritores profissionais. Escrevo quando não suporto mais a febre, compreende?

LGR: E que foi que o Sr. não suportou mais ao escrever *Eu, o Supremo*?

RB: É um tema que deriva da verificação do poder absoluto.

LGR: Um tema ético?

RB: Ético, universal, mas ao mesmo tempo muito local: o a país que é o meu e que se chama Paraguai nasceu da institucionalização do poder absoluto. Sobre a base de uma Constituição de Poder de Roma Antiga, o Paraguai começou com um Consulado, depois com um ditador...

LGR: Um pouco como o conceito do poder absolutista dos reis Luiz XIV E Luiz XV dos reis da França, não?

RB: De certo modo, sim, mas adaptado à escala de um país composto de indígenas, pequeno, enfiado na selva, uma ilha: eu costumo dizer que o Paraguai é uma pequena ilha rodeada da terra...

LGR: E de terras gigantescas como as do Brasil e da Argentina, não?

RB: Precisamente, é um país que já nasceu sitiado, por fora e por dentro. A primeira República do (Hemisfério) Sul, como gostava de orná-la o Dr. Francia, ditador, nasceu com a institucionalização do poder absoluto. E até hoje não pode sair deste sistema, por dentro.

LGR: Por fora, o que significou para o Paraguai a guerra contra o Brasil, a Argentina e o Uruguai unidos?

4. *O modo autêntico de ser. Entrevista a Augusto Roa Bastos*

RB: Para o Paraguai significou a sua destruição total! E o que me assombra é que o Paraguai não se tenha extinguido biologicamente e politicamente como país!

LGR: Tem havido certa revisão, por parte de alguns historiadores, da figura de López, dando-lhe até alguma razão para agir como agiu.

RB: Bem, razões ele as tinha, mas o que acontece é que não soube ornao-las como um verdadeiro estrategista...

LGR: Por que era um passional?

RB: Claro, ele era um homem que tinha sido criado em meio ao poder absoluto e o poder absoluto é cego, tem apenas um olho ciclópico que vê outra realidade. E além de não ser estrategista, López não tinha dinheiro nem uma campanha militar estruturada, estava embalado pela grande farândola napoleônica, embora tivesse alguns militares improvisados, como o General Diaz, que esse, sim, tinha um temperamento natural de estrategista. No entanto, López cometeu vários erros desde o princípio, como invadir o Brasil pelo Norte e também a irrupção napoleônica de invadir Uruguaiana...

LGR: Ele cometeu quase que um suicídio nacional?

RB: Sim, uma vez explodida a guerra, com seu caráter sagrado, ele não tinha opções. O povo por si já estava habituado a esse misticismo do poder e à lealdade e à obediência ao seu Chefe natural, daí que o país pagou muito caro por essa aventura.

LGR: O esmagamento da empreitada dos Jesuítas, criando a Comunidade Guarani também teve resultados desastrosos para o país?

RB: As missões jesuíticas abarcavam o Paraguai inteiro, depois é que o país foi desmembrado de partes de seu território e as Missões foram para outros locais, mas eram inicialmente Missões Jesuíticas dos Trinta Povos da Nação Guarani. Depois ocorreu o que o Sr. deve conhecer: foi necessário repartir entre Portugal e a Espanha as missões, e a Portugal lhe couberam Sete Povos até à expulsão dos jesuítas do Paraguai já em início do século XVIII.

LGR: Mas então o Paraguai é um país de sonhadores, de utópicos?

RB: Como, se os jesuítas não eram paraguaios?!

LGR: Mas houve a adesão do povo (tanto na empreitada de López como no episódio das Missões jesuíticas): o Paraguai, ou melhor, os guaranis são místicos?

RB: Mas o Paraguai tem um povo mestiço!

LGR: Mas referindo-nos aos índios guaranis: são místicos?

RB: Sim, os guaranis são místicos, toda a sua concepção do mundo é fundamente religiosa, por isso os jesuítas os chamavam de “os teólogos da selva”. Tinham um sistema teológico completo...

LGR: Toda uma hierarquia, toda uma teofania?

RB: Sim, além disso a vida inteira do guarani estava ritualizada, todas as danças, o calendário, cada momento da vida indígena nativa correspondia a um ritual, cada ato da comunidade tinha um forte

4. O modo autêntico de ser. Entrevista a Augusto Roa Bastos

componente religioso. Quando os jesuítas depararam com ela logo a canalizaram, naturalmente, para sua religião essa religiosidade espontânea dos guaranis. Produziu-se um sincretismo religioso com o Catolicismo, os jesuítas foram muito hábeis em aproveitar alguns traços que já faziam parte intrínseca da natureza religiosa dos guaranis.

LGR: Então esses dois episódios demonstram que o Paraguai queria romper com um sistema, não no sentido marxista de opressão, mas da afirmação de um verdadeiro indianismo, com a afirmação de valores autóctones, não os literários de um Chateaubriand, de um Cooper, de um José de Alencar. Os jesuítas não se renderam perante a grandeza ou até superioridade de uma cultura religiosa?

RB: Creio que tanto o episódio de López como das Missões jesuíticas têm muito pouca semelhança entre si e não podemos esquecer que os jesuítas vinham com uma missão que lhes tinha sido confiada pela Coroa Espanhola: especificamente a de submeter os índios, cristianizá-los e pôr fim a rixas por problemas de posse de territórios, de hierarquias etc; por isso eles vinham para criar as *reducciones* (reduções) guaranis, ou seja, reduzi-los a um sistema de religião e de civilização que não era o deles, os indígenas. Por isso, sob esse ângulo, a obra dos jesuítas também foi de certo modo “uma colonização”. Só que muito mais atenuada e de caráter diferente das *encomendas* e a exercida pela colônia administrativa, não é? A tal ponto que se chegou a um ponto de tensão entre a colônia administrativa e as Missões jesuíticas, após algum tempo. Mas é verdade que como evangelizadores eles foram conquistados pela obra...

LGR: É justamente o que eu estava tentando dizer...

RB: Os jesuítas com as Missões dos 30 povos chegaram a ter 100 mil seguidores indígenas, o que era espantoso, o fato de eles terem vencido suas barreiras e recusas no plano espiritual. Além do que, era da própria índole dos índios: uma índole gregária, que anelava a Ordem...

LGR: Houve uma identificação de propósitos, por assim dizer, com os jesuítas?

RB: Claro, e aí o idioma, a “língua geral” era o guarani, pois as tribos não se entendiam umas com as outras em espanhol.

LGR: O que distingue, na sua opinião, os guaranis dos incas, por exemplo?

RB: Eu não sou antropólogo, mas se não tinham a necessidade de exercer o poder, como os incas, os guaranis ambicionavam permanecer unidos, combater juntos, porque antes de cristalizar-se, a raça guarani teve que lutar muito com outras tribos indígenas.

LGR: Eram guerreiros?

RB: Sim, “guarani” é uma palavra que significa guerreiro. Eram anteriormente guerreiros nômades, por isso cobriam um território tão extenso.

LGR: E essa cultura subsiste ainda hoje, com seus mitos e mesmo com, para usarmos a terminologia acadêmica, sua literatura também?

RB: Claro, uma literatura oral importante, porque veja: foram feitas compilações importantes recentes, já que antes aos espanhóis recolher esse material não lhes importava minimamente.

4. O modo autêntico de ser. Entrevista a Augusto Roa Bastos

LGR: Ao contrário: até o destruíam!

RB: Destruíam. Mas no decurso dos últimos 50 anos, digamos, como aqui no Brasil também, surgiram dados importantes dessa raça que não chegou à escrita, como os mexicanos com seus glifos ou os incas com suas inscrições, entretanto, segundo etnólogos, filólogos, antropólogos desde aquela época, criaram uma língua perfeita. É o que resta como escombros de uma grande cultura oral... Eu, como não sou linguista, sei, no entanto, que a primazia básica, apesar da imposição do espanhol, é a língua guarani, mesmo com sua alteração no léxico. Contudo os mitos passam de uma época à outra e ela permanece como uma cultura basicamente mítica, forte, cujo idioma sobreviveu por várias circunstâncias, como a da República Jesuítica dos Guaranis e sobretudo graças à perfeição desse idioma, constatada desde os primórdios da colonização quando os primeiros gramáticos espanhóis aprenderam o guarani, criaram gramática dessa língua e dicionários dela, que formou seu léxico depois do ano mil, por volta de 1200, 1300 os primeiros núcleos. É uma língua polissintética, como o alemão, de maneira que é muito plástica e adaptável às necessidades naturais de expressão do ser humano.

LGR: Para finalizar, professor Roa Bastos, pois vejo que o Sr. tem compromissos inadiáveis: hoje em dia, com tanto progresso tecnológico, na “aldeia global” entrevista por Marshall McLuhan, na era em que o homem foi à Lua, o Sr., mesmo sem dispor de bola de cristal, acredita que essa cultura possa ser salva ou será impiedosamente exterminada?

RB: Que pena que toda a nossa entrevista, temo, tenha sido tão incoerente, não é? Mas, respondendo à sua pergunta, tudo é conjectural, claro, mas se as culturas autóctones nossas já não tiverem sido exterminadas, creio que os guaranis e outros grupos indígenas sofrerão o mesmo processo de genocídio, não só físico, mas cultural também de toda a América Latina. O mero fato de quererem assimilá-los, incorporá-los, já os anula, os dissipa como uma entidade cultural própria.

LGR: Mas seria uma grande perda para a humanidade tal infortúnio, não?

RB: Toda erosão de uma cultura autóctone qualquer no mundo significa uma drenagem tremenda para a cultura global, porque tudo está interrelacionado. Somos uma galáxia. Todas as culturas antigas indígenas da América Latina mantêm uma fidelidade muito grande a seu modo de ser específico, o que em guarani se chama com uma palavra muito bela, intraduzível: *tê kô*, que seria assim como “o modo de ser de cada grupo ou de cada um” e *tê kô etê* que é “o verdadeiro e absoluto modo de ser”. Esse *tê kô etê* dos guaranis manteve-se como uma força nuclear cultural e humana muito forte e nem as agressões do Tempo e de todos os tipos conseguiram destruí-lo, não é? Seu núcleo é ao mesmo tempo muito sólido e muito espiritualizado. Seria realmente uma catástrofe que essa gente desaparecesse.

LGR: E que se perdesse também sua literatura...

RB: Sim, que as recompilações mostram ser de uma beleza alucinante!

LGR: Algo assim como o *Popol Vuh* guatemalteco?

4. O modo autêntico de ser. Entrevista a Augusto Roa Bastos

RB: Sim, embora o *Popol Vuh* emane de uma cultura mais avançada, mas ambas têm a mesma origem, a mesma autenticidade, que devemos preservar, o mesmo *tê kô etê*, seu modo autêntico e absoluto de ser.

5. Holocausto de um país, o Paraguai

O Estado de São Paulo, 2002/09/29. Aguardando revisão.

O extraordinário escritor contemporâneo paraguaio Augusto Roa Bastos é, ao lado do novelista peruano Mario Vargas-Llosa, um atormentado pela história de seu desafortunado país. Requentado, culto em várias línguas, na cultura da Antiguidade greco-romana, já em seu primoroso livro, *Eu, o Supremo*, escavara os livros de História, gravara várias dezenas de horas com pessoas que soubessem alguma coisa ainda que esgarçadamente incompleta ou apagada quase por inteiro na descorada memória humana, recorria a jornais e anotações curtas, cartas e toda a lasca de pesquisa que o ajudasse a recompor a fisionomia dos males que vergastaram a sua pátria. Em *Eu, o Supremo*, ele olha com visão microscópica o trajeto das ditaduras que assolaram o Paraguai.

O retrato que evoca Hitler, Nero e outros monstros investidos de um poder supremo desenha a dinastia dos tiranos Francia e o pai Carlos Antonio, de Solano López para concluir amargamente: o gene das guerras está no sangue dos humanos – da resistência heroica púnica à conquista de Roma, a dominadora de quase todo o mundo de seu tempo, do Norte da Inglaterra ao Norte da África; a extinção das línguas, rituais e religião dos indígenas das três Américas trucidados pela colonização europeia – inglesa, francesa, portuguesa e espanhola. O massacre quase se diria pontual de tribos contra tribos, de invasores contra os habitantes autóctones, o genocídio stalinista, a loucura maoísta – a aparente genética da guerra apavora quem lê a queda de Tróia, a formação das colônias europeias na África, com os *flamands* de língua holandesa, como os mais inacreditavelmente perversos e inclementes no antigo Congo Belga. Uma pilhagem ditada pela soberba das nações brancas dos alvos de conquista por quaisquer meios – a guerra do ópio na China e, atualmente, as dezenas de embates bélicos longevos: o Líbano, Angola, do Vietnã à destruição sistemática no Oriente Médio entre palestinos e o governo feroz de Israel contrapondo-se ao assassinio de civis pelos grupos da Intifada, do Hamas, sem esquecer a Guerra de Secessão dos Estados Unidos e a destruição da população paraguaia pelo Império brasileiro, o Uruguai e a Argentina.

Seu livro recente publicado pela Record, o relato da *Guerra Grande* (238 páginas) traz enfado e cansaço ao leitor de *bestsellers* facilmente digeríveis e assombro aos leitores que, de página em página, deparam com o mural apavorante criado pelos países sul-americanos que hoje, com involuntária ironia, compõem o Mercosul. Todo o vasto conhecimento de Roa Bastos da civilização grega e as leis ditadas por Sólon à utopia paga com sangue da guilhotina da Revolução Francesa de 1789 e com a submissão às ditaduras político-econômicas. Com sarcasmo e desprezo, ele alude à conquista da Espanha pelos bárbaros germânicos e se refere à hegemonia patologicamente alucinada do atual presidente Bush: “Custou-nos bastante livrar-nos do poder dos godos, com

5. Holocausto de um país, o Paraguai

seus vice-reis e suas cortes. Ainda que, a julgar pelas aparências, diga-se que dos godos passamos aos gordos saxões.”

Seu eloquente estilo, eivado de reflexões morais e de análise profunda das tarefas que incumbem ao Estado, tem como diálogo uma suposta tradução da *Divina Comédia* de Dante para o idioma espanhol tentada, numa pausa entre as mortes das tropas e um breve, inquieto repouso “pacífico”, por um general argentino e um pintor que narra a guerra, desenha os cadáveres, e a matança feroz sem tréguas como pano de fundo. Passo a passo esvaem-se os combatentes que não conseguiram fugir, degolados à mão, e prisioneiros incapazes sequer de fugir seguindo a música dos versos italianos e o desenrolar-se da “guerra grande” que reduziu o povo paraguaio à proporção de, hoje em dia, 14 mulheres para cada homem. “Não há palavras estrangeiras – observa o cético intelectual militar da Bacia do Prata. Cada língua funda sua pátria potestade ali onde é pronunciada... Veja, o senhor, com palavras, escreveu uma guerra. O interesse do Estado subordina os demais interesses.”

Nesse diálogo que contrasta, como em D. Quixote e Sancho Pança, entre uma visão culta, aristocrática, amante da sabedoria e o pensamento e a sabedoria do povo quase analfabeto, mas cheio de prudência, ceticismo e, paradoxalmente, a crença em Deus, o magistral escritos paraguaio – insuficientemente conhecido ou apreciado por toda a América Latina, pelo menos – faz da abissal e belíssima poesia religiosa e filosófica de Dante e a ida aos infernos um terceiro personagem, atemporal pois a “guerra grande” dos quatro países sul-americanos evoca a descida ao calabouço do sofrimento físico e *álmico* (como gostava de adjetivar o nosso extraordinário Guimarães Rosa). Surpreso com as virtudes racionais e humanas do aparentemente rústico e singelo pintor das batalhas, Cândido.

Nessa troca de ideias entre o pintor e o general argentino, Roa Bastos espelha a sua própria dúvida quanto à verdade da História em si. “A imaginação cria por instinto... Você vai guardando essas imagens em sua cabeça isolada e depois, de noite, no sossego, começa sua guerra com os troços e os destroços. Você por acaso pensa que essas imagens são fiéis à matança? A memória do homem é a mais enganosa. Nunca estamos no tempo presente, salvo na memória que se torna copiosa como faz as suas cópias. Toda a História contemporânea é uma fraude.”

Seria então a Verdade inatingível, irreproduzível fora do seu tempo? Entre muitas afirmações de dúvida quanto à captação genuína de uma guerra, a História sempre se revelará incompetente, vista com *parti pris*. Com os pincéis e gravuras de um Goya, Roa Bastos, com a passionalidade espanhola temperada pelo raciocínio frio e cético da França, conclui:

“A História não tem final. Desde o início dos tempos sempre houve fogueiras de violência destrutiva. E também sempre houve o fogo do espírito para purificar o dano, conjurando-o por meio da arte, que é mais forte que a morte”.

6. Além da rumba e do cartão postal

O Estado de São Paulo, 1987/06/13. Aguardando revisão.

O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, segundo consta, desmentiu todo o seu passado da Oban (Operação Bandeirante) quando governador de São Paulo, tecendo recentemente louvores entusiásticos a Fidel Castro e seu regime em Cuba: um discurso maoísta digno da Camarilha dos Quatro chinesa. O excelente compositor popular Chico Buarque de Holanda promove, na capitalista *TV Globo*, artistas cubanos. Legiões de artistas e pessoas que se consideram intelectuais no Brasil vão em peregrinação a Havana, como um muçulmano devoto zelosamente vai a Meca.

E daí? Daí que um segundo livro que saiu há pouco no Brasil, intitulado *Vinte Anos e Quatro Dias*, com o subtítulo *A Vida Numa Prisão Cubana*, do poeta Jorge Valls (Editora Nórdica, 151 páginas), ilumina as podridões do regime castrista: suas desumaníssimas prisões, verdadeiros campos de concentração tropicais. Obviamente, jamais nem sequer mencionados por qualquer visitante brasileiro à “pérola do Caribe”.

Antes, apesar de pouca divulgação (proposital, é claro), publicou-se de outro poeta cubano, Armando Valladares, seu relato impressionante dos horrores das masmorras de seu país, que lembram o mundo sub-humano do *Gulag* de Soljenitzyn, a prisão de Dostoiévski, em *Recordação da Casa dos Mortos* ou *Treblinka* do homônimo campo de concentração nazista, de autoria de Jean François Steiner, ou *Holocausto*, de Elie Wiesel.

Para responder à pergunta e daí, faço uma proposta que será considerada absurda, quixotesca, maluca, mas vá lá. O Brasil não deve, constitucionalmente, manter relações diplomáticas *com país algum que* tenha presos políticos em seus cárceres. Claro, a lista é longa, mas seria coerente: o Chile do general Pinochet, a Polônia do general Jaruzelski, a África do Sul do *apartheid* medonho de Piet Botha, o Paraguai, ninho de nazistas do general Stroessner, etc, etc.

Quem tiver coragem para ler *Vinte Anos e Quarenta Dias* verá outros aspectos do inferno carcerário descrito por Valladares: além das fezes de reses na sopa dos prisioneiros, do estupro de jovens por carcereiros homossexuais, a voluntária mutilação que muitos encarcerados preferem (cortas dois dedos da mão a frio, sem anestesia, por exemplo) e o desespero constante de quem sabe que não há apelação da sentença aplicada arbitrariamente por qualquer motivo fútil.

“Com o passar do tempo, os prisioneiros ficavam mais e mais desesperados. Não se tratava do trabalho ou dos espancamentos, mas principalmente da loucura da situação, e muitos ficaram malucos. Um prisioneiro se pendurava nos canos como uma preguiça, num galho. Outro gostava

6. Além da rumba e do cartão postal

de subir a borda do telhado e andar sobre as vigas de aço, que tinham menos de 20 cm de largura e estavam a 30 m do chão”.

Os presos enlouquecem. Tornam-se idiotas. Alguns injetam petróleo na perna para orná-la e assim ficarem dispensados de trabalhar. Os invernos são passados sem a proteção de roupas de baixo. Fazem greves de sede, que logo danificam seu sistema nervoso: perdem o controle do sentido da percepção e depois o da consciência. Outros são entregues a peritos lutadores de judô, que lhes quebram os braços, as pernas, às vezes a medula espinhal e, em seguida, os forçam a beber água da latrina, nus e famintos.

Em Cuba, os prisioneiros políticos condenados a longas sentenças têm o apelido de “*plantados*”, mas não são vistos pelos turistas brasileiros nas praias, nem varrendo a rua diante do antigo Hotel Hilton, nem tomando irônicas bebidas chamadas *Cuba Libre*. O poeta Jorge Valls fornece no final do livro, uma lista forçosamente parcial desses infelizes “*plantados*”. Sem nenhuma assistência médica e enumerados por nome, idade, ano da prisão, anos já cumpridos da pena que lhes foi imposta e – pavor dos pavores! – a lista de doenças de cada um deles, para as quais não lhes dão nem aspirinas. Elas abrangem uma lista muito extensa: vão desde bala no testículo, propositalmente não extirpada cirurgicamente pelos médicos das prisões cubanas, até polineurites, câncer na próstata e desordens psíquicas extremas etc. Os suicídios são frequentes, o futuro inexistente, todos esquecidos por toda a humanidade. Com exceção da *Anistia Internacional*, por exemplo, que sempre insiste na monstruosidade das prisões cubanas e dá testemunho dos escritores que, depois de várias décadas de sofrimentos inenarráveis, conseguem refugiar-se no Ocidente.

É uma rumba cubana diferente a dessa “ilha” de sucesso de venda e de engodo: os “*plantados*”, a proibição de eleições desde 1959, a dívida com a URSS engordada diariamente. Teria o embaixador de Cuba alguma coisa que dizer a respeito dessas denúncias que cada vez se avolumam mais? Nosso governo (se ele existir, é claro) tem noção da sua (mesmo que involuntária) cumplicidade na manutenção dessa situação, comparável à de Getúlio Vargas apoiando Hitler e os campos de extermínio de Dachau, Auschwitz, Belsen, Treblinka, dos quais 14 milhões de seres humanos – judeus, ciganos, eslavos, esquerdistas, católicos contra o hitlerismo etc. literalmente *se evaporavam* nas espirais de fumaça que saíam dos fornos crematórios inventados pelos engenheiros alemães comandados por Himmler?

Há um consolo: outro dia, os jornais noticiaram que Fidel Castro vai embelezar Havana, renovando os prédios da Capital. Quem sabe, também as prisões cubanas receberão um jato de ácido sulfúrico, lançado sobre os prisioneiros nus, provando, daí em diante, que em Cuba, como afirma Castro, “nunca houve nem há prisioneiros políticos”. Como diria Hitler, com tom de aprovação: é uma *Endlösung*, uma solução final, para um problema tão incômodo, *verdade compañero?*

Parte II.

Europa

7. A Literatura espanhola, universal

Jornal da Tarde, 1989 (?). Aguardando revisão.

A Espanha democrática atual – é uma triste realidade – não pode nem rivalizar com a pequena Renascença literária portuguesa, que conta com nomes tão importantes como os dos romancistas José Cardoso Pires, Agustina Bessa Luís e José Saramago, além do frequentemente sublime poeta contemporâneo Eugênio de Andrade. No entanto, é inegável que com Jorge Semprun e Juan Goytisolo a literatura espanhola atual atinge a qualidade de uma literatura de valor universal. Infelizmente para a inteligência brasileira, Jorge Semprun, quando de sua passagem pelo Brasil, foi sabatinado em um canal de televisão por Antônio Callado, Flávio Rangel e outros luminares que, aparentemente, desconheciam *toda* a sua obra. Resultado: com a superficialidade da Esquerda Brahma-ipanamense, a “patota” carioca que se acha vanguardista da *intelligentsia* do Rio de Janeiro – ai de nós! – queria saber mesmo é qual era a “fórmula” de Semprun para... conquistar tantas mulheres, “bicho”! Pano rápido, como diz o certo Millôr Fernandes.

O Brasil, esmagado pelo lixo norte-americano na música popular, nos livros, no cinema, na tv etc., demonstra pouco interesse pela qualidade literária: o cifrão é o critério de importância de um autor – ele vende bem?

É pena. Juan Goytisolo nos chega agora – e mesmo assim muito fragmentariamente – através de resenhas publicadas... nos Estados Unidos! *Território Proibido*, se for fiel à tradução do título espanhol para o inglês (*Forbidden Territory*), é a mais recente criação de Goytisolo. E foi recebida com efusivo entusiasmo pelo *New York Times Book Review*. Folheando como que o álbum de fotografia de sua memória, com retratos de família, Juan Goytisolo evoca personagens delirantes como os de um filme de Buñuel ou de um quadro de Salvador Dalí. Exemplos:

Seu pai obtém do Papa Leão XIII uma indulgência plenária quando já está no leito de morte, (*in articulo mortis*, na linguagem do Vaticano). Quer dizer: as três gerações seguintes de seus filhos, netos e bisnetos têm seu lugar garantido pelo Papa no céu; os descendentes de seu tataravô (ou tetravô?), que fez uma imensa fortuna com a importação de açúcar cubano, dissipam rapidamente o vasto patrimônio legado pelo diligente Don Agustin. Seu irmão, Don Ramón, traduz, anos a fio o *Rubayat* para o idioma catalão, sem jamais ter trabalhado na vida. Outro irmão, Don Juan, usava os trens com o nome Goytisolo gravado em placas folheadas a ouro para levar seus convidados de sua mansão senhorial de volta a suas casas: sua irmã, a tia Trina, estava sempre circundada de ávidos padres, de olho em sua fortuna como os que circundavam, como uma roda de urubus, a milionária Titi, de *A Relíquia*, de Eça de Queiroz. Etc. etc.

7. *A Literatura espanhola, universal*

Da própria mãe, que morreu em Barcelona durante um dos bombardeios de Mussolini durante a Guerra Civil espanhola, Goytisolo só guarda uma lembrança: a de uma mulher muito elegante, envolta numa pele cara, jovem e usando sapatos de saltos altos, as mãos cheias de presentes para os filhos.

Durante todo o período da longa ditadura fascista de Franco, a família Goytisolo vive num esconderijo, sufocados numa casa escura na capital da Catalunha. O avô do Goytisolo ainda menino se enfiava à noite em sua cama infantil e daí talvez se derive a bissexualidade de Goytisolo, apaixonado por sua amante francesa e, no entanto, procurando, à noite, uma aventura sexual pelas ruas da cidade. O que para ele cria uma equação terrível: tudo que for erótico pertence ao território das coisas proibidas.

Os vários traumas de Goytisolo o levam a criar uma literatura fantasiosa. Desde cedo ele imagina que Santa Joana foi salva da fogueira e terminou morrendo guilhotinada por ordem de Robespierre, na Revolução Francesa de 1789, em pleno período o terror fanático que decapitou 17.000 pessoas. Da mesma forma, em sua obra-prima, um Conde Julião remaneja um passado intolerável. A Espanha das touradas e dos cantos flamencos é invadida por hordas árabes (uma visão profética do sonho fundamentalista de Khomeini de reivindicar a Andaluzia como território muçulmano?) e é novamente conquistado pelos mouros.

O admirável escritor engenhoso, inovador, que é Juan Goytisolo, merece uma atenção mais acurada de nossos editores. Examinando o passado cômico e doloroso deste seu livro, ele compara as memórias de um autor a um sucedâneo laico de um sacramento católico: a confissão. Ele quer ver o que há, realmente por trás da máscara mentirosa das aparências, da farsa da vida. E com isso afirma-se nesta resenha, cria um livro poderoso que, em meio ao ódio e contra as ruínas do presente, mantém uma revigorante fé na sobrevivência do elemento humano que traz deleite e confiança a seus leitores.

8. Juan Goytisolo, o guerrilheiro das palavras, é como um Goya que pintasse e gravasse com verbos, adjetivos e provérbios

Jornal da Tarde, 1975/07/26. Aguardando revisão.

De Tânger, aquela língua de terra africana a intrometer-se pela Europa o autoexilado contempla a Espanha odiadíssima: católicas cidades em sagradas ceias ajoelham-se diante da Mangedoura eletrônica, a TV, símbolo do status colorido.

Nas paredes das casas mais humildes até o edifício mais *modern style* paira sempre o retrato do Ubíquo carcomido pelos anos e pelas refregas. Granítico, o sempiterno Defensor da *Hispanidad* cristã aconselha, acalma, adverte, ensina, naquela Península de paz, paraíso do progresso com 3,82% de aumento de renda per capita anual de cada cidadão espanhol.

Hollywood trocou as palmeiras de Los Angeles pelo clima sempre estável, os impostos escassos e mão-de-obra quase gratuita de Almeria.

Hotéis Hilton costeiam como atalaias do progresso a Costa Brava, loteada por turistas alemães de biquínis mini.

Qualquer dono de *snack bar* fuma seu Benson e Hedges e come seu *hot dog*, fazendo fila para ver o último filme de James Bond.

Na *Real Academia de la Lengua Española*, doutos senhores barbas e cabelos nevados guardam a sete chaves o Decálogo do Bem Dizer. Nas reuniões sapientíssimas debatem teses candentes como “o sentimento da honra no drama espanhol do século XVII”.

Helicópteros do *USA Strategic Air Command* desdobram o retrato-gigante do Ubíquo que beatas disputam pelas ruas. Ele, a Cruz, a Tourada são a encarnação imarcescível da Raça, da *Hispanidad*, paridos pela Meseta que produz místicos, heróis, Conquistadores dos Andes e dos astecas e maias. Por ele, os espanhóis embriagados por Volkswagens e gravatas Pierre Cardin dão a vida, quanto mais um voto nas urnas de lista única!

O Ubíquo organiza cursos e cursilhos por correspondência de imobilidade e hieratismo e por meias palavras, como convém a um macho varão de Espanha, alude ao dia em que ele – nova encarnação de Sêneca e da heroica atitude diante da dor e da morte, atributo dos fortes na arena e na trincheira – desaparecerá tratado pelo Tempo.

8. *Juan Goytisolo, o guerrilheiro das palavras, é como um Goya que pintasse e gravasse com verbos, adjetivos e provérbios*

E um delírio de emoção e de juras de lealdade a inundar o Palácio de onde dirige a Nau da Nação. Um aficionado andaluz lhe escreve comovido: “penzo telegrafar-lhe dizendo-lhe que pedi de joelho a Virgem Padroeira que dizista do zeu intento, porque azi como Ela o protegeu até aqui, zeguirá dispensando-lhe zeu patrocínio co’a vida: não pode irze azi, sem más nem menos”. Um trio vocal canta na rádio as excelsas virtudes do Ubíquo, misto de *romanceiro*, auto sacramental, livro de Cavalaria, Cid Campeador, Manolete e Sêneca! Mulheres a ponto de dar à luz suportam por mais tempo as dores do parto para serem levadas a cabine de votação, aviões cruzam os céus de Madrid traçando sinuosos SINS à continuidade ontológica do Insubstituível.

Nos cafés literários como *El Chicote* os rimadores e pensadores reunidos em boêmias tertúlias brindam-se mutuamente, enquanto no Parlamento-Meto-Carimbador os deputados eleitos pelo terço e pela inspiração divina discutem interminavelmente e a quinta emenda ao anteprojeto de lei da rede de esgotos da aldeia de Quintanar da Ordem, com discursos recheados de tropos e metáforas literárias justas.

Os novos burgueses, os novos aristocratas, novos donos do desenvolvimento industrial! Da sociedade de consumo! Afundam-se nos luxos jamais sonhados das saunas, dos Dodges, da filosofia do *self-made man* de estirpe puramente hispânica, munidos de computadores e Escolas de Administração de Empresas capazes de eliminar as contradições de classe, melhorar as infraestruturas e encaminhar a Espanha à sua vocação europeia!

Juan Goytisolo, com este livro fenomenal – *Reivindicação do Conde Julião* (Editora Civilização Brasileira, 180 páginas) reinventa o romance. Não há enredo. Há uma evocação longa, às vezes hilariante de inventividade, outras desesperadoras de pessimismo anárquico, um apelo em prol de uma nova invasão da Espanha franquista por hordas mouras.

O Julião do título é, historicamente, o nobre árabe que planejou a conquista da Península Ibérica, em 711, pelos berberes conduzidos pelo crudelíssimo Tárik Ibn Zaid a saquear, violar e incendiar Toledo, Sevilha, Granada, Mérida num avanço indetível Julião é invocado sempre como o Justiceiro, o Vingador que substituirá as palavras do autor pela ação sanguinolenta e purificadora: incendiando a paisagem, reduzindo a Espanha à sua primitiva essencialidade bruta e sobretudo extirpando a erva daninha da Retórica, do Culto da Palavra, esse prelúdio breve do Culto da Personalidade – desta vez de Franco e não de Stalin.

Juan Goytisolo cai no Brasil de paraquedas. Quem é? Seria outro obscuro hispano-americano? Quem já ouviu falar dele?

Juan Goytisolo é o último dos Moicanos da Literatura europeia. Não insufla teorias políticas de nítida ideologia obediente ao PC como Jorge Semprun. Não enxerta no romance técnicas cinematográficas, ângulos visuais, expansões do cenário geográfico, transportando-o de Paris para Nova York como Alain Robbe-Grillet em *Projeto para uma Revolução em Nova York*. Não apela para um método semi-joão-guimarães-roseano de engastar na prosa dialetos populares como o italiano Carlo Emilio Gadda. Sobretudo não faz do romance um painel de *mea culpa* da consciência nacional como o alemão Heinrich Böll diante dos crimes nazistas.

Juan Goytisolo nasceu do próprio ventre do anarquismo catalão que professa com aderência total de seus pensamentos, escritos e ações. Exilado na França, é proscrito na Espanha. Pois a Espanha,

8. *Juan Goytisolo, o guerrilheiro das palavras, é como um Goya que pintasse e gravasse com verbos, adjetivos e provérbios*

pátria contemporânea do extremismo político da Esquerda, o “comunismo” *sui generis* russo. Os dois países-limites da Europa, que só conheceram a liberdade em breves meses ou anos de euforia criadora – a Catalunha, em 1938 e Moscou, em 1920 – mergulharam em seguida na letargia paralisante do Fascismo e do “Socialismo” estalinista. Só eles possuem um exílio voluntário de inteligências criadoras: aos Solzhenitsyns e Nureyevs emigrados corresponde, na Espanha, a partida de quase toda a *intelligentsia* espanhola.

Fuzilando Federico Garcia Lorca, as tropas franquistas que gritaram “abaixo a inteligência” abateram justamente a poesia e o despertar de um teatro popular vigoroso, disseminado pelo grupo *La Barraca* do autor do *Romancero Gitano*.

Banindo Arrabal, com suas peças surrealistas, a Espanha baniu a própria vanguarda teatral – surrealista, sádica, pungente, das peças englobadas em *Cemitério de Automóveis* ou *Pic Nic no Front*.

A vitória do Fascismo levou ao exílio a música clássica, com o violoncelista Pablo Casals, que jurou e cumpriu nunca mais pisar em pátrio enquanto a ditadura franquista não ruísse por sua própria senectude.

O esmagamento da República insurgente afastou das fronteiras espanholas a mais profunda revolução individual das artes plásticas do século XX, o espanholíssimo Picasso, radicado em Paris depois da vitória da castradora Falange fascista de Franco e de Primo de Rivera.

Se não há liberdade, não há análise, se não há debate, não há criação – o remédio é erguer um cordão sanitário contra Buñuel, outro espanhol de gênio mal visto pelas autoridades eclesio-político-obscurantistas que fizeram a Espanha intelectual estagnar no tempo desde a Guerra Civil de 1936.

Juan Goytisolo não optou apenas pelo ostracismo escolhido que o mantém um marginal, um apátrida e um *outlaw* em Paris.

Com o ódio não antípoda, mas já vizinho da paixão amorosa que sente ciumentamente pelo seu país traído duplamente – primeiro pela morte da liberdade, e, segundo, pelo binômio turismo industrializado de lucros só para poucos – ele arma com esta prodigiosa *Reinvindicação do Conde Julião*, publicado no México (que acolheu mais de vinte mil intelectuais, artistas e cidadãos comuns opositores do regime franquista) nada menos que uma guerrilha. Uma guerrilha de palavras, contrariando sua própria convicção, que faz eco com a de Carlos Drummond de Andrade, de que “lutar com palavras/ é a luta mais vã”.

É com palavras e um estilo miraculoso que ele – como um Goya que pintasse, desenhasse e gravasse com verbos adjetivos, substantivos e advérbios – retrata a decadência moral da Espanha estuprada pelo *bis business* americano em conluio com a prostituição do turismo portador de *pornô-shop*, de motéis, de *snack bars*, de colonização mental estrangeira – desde os filmes de James Bond até a série *Os Impecáveis* na Televisão, encimada pela *Última Ceia* kitsch.

Para isso ele atinge um vértice insuperado de imaginação: indaga se os grandes toureiros Manolete, Dominguín e El Cordobês não encarnam as virtudes do estoicismo de Sêneca: “ele reza jaculatórias em latim e orações ricas em indulgências, cujo cômputo aproximado, *frais déduits*, se eleva à astronômica cifra de 31.273 anos: consequência: quinze almas do purgatório aliviadas de suas

penas de aflição e de sentido, segundo a fidelíssima e doce contabilidade IBM”; faz pastiches deliciosos dos grandes poetas e prosadores da Espanha: encaixa em seu texto fervilhante versos de Fray Luís de León ou de Lorca, trechos do livro de sucesso *Platero y yo*; escarnece da “superioridade” hispânica que massacrou as tribos e civilizações indígenas das Américas, submete a uma irrisão virulenta a Cruz, a Espada, a Catequese dos índios e a pilhagem do Peru e do México de pretensos defensores da Pobreza, da Fé e da Austeridade Cristãs.

A palavra é seu primeiro alvo a ser atingido certamente.

A palavra é que, ciciante, enreda os crédulos na retórica demagogia dos Conquistadores, a palavra é o arauto da dominação e da sacramentação: “a mesquinha palavra desperta e executa a implacável traição.”

Por isso é legítima a estratégia francamente militar de destruir a gramática, arma do Imobilismo mental. Desacorrentar o verbo em mãos dos tiranos “no solar ingrato, verdugo dos livres –” para que se assegure que, libertos os homens e os seus lábios, “inteligência e sexo florescerão” na Espanha agrilhoadada no púbis, no confessionário, na prisão, no sindicato, na censura plural: censura exercida pela Igreja, pela Comissão de Moralidade e Bons Costumes, pela censura político-ideológica, pela censura militar, uma censura cissípara que, como vermes, quanto mais corta, mais se reproduz, mutilando.

A palavra destruirá o mito assim como a ação violenta destruirá o engodo. Sem piedade, será arrasada a paisagem. Serão estrangulados “os velhos que se sobrevivem e os jovens que se sobremorrem: massas de cadáveres que caminham e urbanamente acatam os sinais do tráfico”. A imprensa adúladora e servil cessará de seguir os passos do Ubíquo na inauguração da Exposição de Crisântemos, com meninhas a ofertar-lhe, com gentil reverência, um ramo de flores. Os jornais pró-monarquia e esclerosados deixarão de relatar cada passo do Ubíquo na janela, ululado pelas massas enquanto assobia a marcha da Ponte do Rio Kwai.

Um novo Diabo Coxo – uma das obras-primas da novela picaresca espanhola – destelhará a cidade de Madrid de hoje para mostrar a podridão dos parasitas que aquiescem mudamente a tudo. As bolsas de estudos norte-americanos da *Al Capone Foundation* deixarão de espalhar seus borrifos de benesses sobre alguns apaniguados obedientes e redundantes.

A palavra será como pólvora molhada, estopim quebrado. Denunciando anulará os abusos do verbo: “palavras, moldes vazios, recipientes sonoros e ocos, que micróbio vos secou a polpa e a sorveu até a casca?”; é hora de pôr as Academias em leilão, de vender nas lojas o Parnasso em liquidação: “o verbo morreu, a violência é muda: para pilhar, destruir, violar, trair não necessitarás de palavras”.

A ação será primeiro punitiva: uma freira fará *strip-tease* ao som de um sucesso dos Rolling Stones; turistas do Texas e do Bronx participarão de excursões recomendadas pelo *Diner’s Club* e com benção especial de Sua Santidade, *traveller’s checks accepted here*, ao útero primacial da *Hispanidad*, enquanto os autofalantes difundem músicas sacra e vendedores de cartões-postais vendem *souvenirs*.

Intervirão todos os sacrossantos Mitos hispânicos nessa destruição dos falsos vendilhões do Templo: a cafetina Celestina que apregoava a virgem Espanha-Melibéia, moscas tsé-tsé, moscas varejeiras e abelhas investirão furiosamente contra o Dom Quixote granítico e aristocrático e

8. *Juan Goytisolo, o guerrilheiro das palavras, é como um Goya que pintasse e gravasse com verbos, adjetivos e provérbios*

levarão a gangrena a seus valores esfarelados. Depois passarão a comer os livros, devorando e chupando o tesouro linguístico nacional.

Será o prelúdio da Segunda Invasão Moura, vinda do Norte da África, o retorno à Espanha caprina, troglodita, inimiga do progresso, da ordem e da democracia, Enquanto os árabes pilham, despojam a Espanha de toda a contribuição da cultura islâmica: a álgebra deixa de ser ensinada nas escolas, o algodão e o álcool serão devolvidos com os algarismos a seus legítimos propagadores, até o *olé* das touradas desaparecerá como eco do árabe *wa-l-lab!* E o idioma não será mais propriedade exclusiva dos castelhanos. Abastardo, mas livre, terá sotaque italianizado em Buenos Aires, langor negro em Cuba, ecos índios no México. A Espanha será o Chapeuzinho Vermelho que, ao levar rabanadas para a avó, será esmagada pelo Lobo Árabe no leito avoengo.

Juan Goytisolo teve uma sorte digna da grandeza de seu romance. Caiu na ignorância brasileira do que se passe no mundo, neste nosso *no man's land* da cultura, amparado pela tradução magistral de Remy Gorga. É uma transladação que automaticamente torna esta *Reivindicação do Conde Julião* numa obra-prima em português, digna de uma Eça de Queiroz ou de um José Cardoso Pires. No Brasil, traduções dessa nobreza, dessa erudição, dessa sensibilidade, aliada a um amor ativo pela recriação de uma obra em outro idioma, contam-se pelos dedos de uma só mão. Mário Quintana e Cecília Meirelles traduzindo Virgínia Woof, Carlos Drummond de Andrade, transcrevendo Proust. Antônio Houaiss transplantando Joyce ou Eliane Zagury abrasileirando Gabriel Garcia Márquez.

É uma tradução que, por si só, mereceria além da leitura admirada, um prêmio de fidelidade, de aderência ao espírito e à letra do original, não fosse o Brasil um país em que a literatura *non è un cosa seria*.

Mas que é coisa seríssima e que está sendo subvertida e atualizada também fora da América Latina, prova-o cabal e deliciosamente este romance surrealista, pop, barroco, magnético, fascinante e do qual se emerge ofuscado e reanimado de esperança: a palavra é o TNT da mente, é o paraíso da imaginação, o território do riso e a fonte do pranto. A palavra, mais ainda, é o mapa dos descobrimentos do homem perante si mesmo. E a balística da Libertação, com este estrategista genial da anarquia catalã. Juan Goytisolo consegue invalidar o teorema da desagregação da grandeza espanhola. Nunca um livro iconoclasta misturou ao ódio amor tão arrebatador. Juan Goytisolo aprofunda, ao contrário, o esplendor de uma Espanha toda vida de inteligência e de verdade como numa cena dos *Desastres de la Guerra* de Goya.

Juan Goytisolo, negação do abismo em que o totalitarismo lança a invenção humana, com este livro dinamita a velha literatura inerte, profeta de um intato amanhã.

9. Um marco na literatura política do século

Jornal da Tarde, 1976/12/11. Aguardando revisão.

Trotsky.

Trotsky.

Trotsky.

Trotsky nas entrelinhas. Trotsky evocado sem ser nomeado. Trotsky entrevistado, fugidamente, enquanto abre a porta para o seu assassino que conseguira se infiltrar em sua vida íntima, no México do seu exílio, o exílio do profeta lúcido que previra o terror e o sinistro massacre de milhares de vidas por Stalin na Rússia.

Nunca uma figura histórica se impôs, com a obsessão de um mito e de um herói, no centro, nas alusões, nos labirintos de um livro que é ao mesmo tempo um canto, uma ode, uma elegia trafica, uma advertência. O autor desta fascinante invocação arranca profundas reflexões políticas da sua própria consciência indignada e é seu coração sangrento e mutilado em suas esperanças que pulsa em cada linha deste apaixonante romance que mistura a ficção científica com fatos históricos.

A Segunda Morte de Ramón Mercader, de Jorge Semprun (Editora Paz e Terra, 351 páginas), triunfa onde a maioria dos autores ergue seu próprio epitáfio: na biografia romanceada. Henri Troyat sucumbiu grotescamente nas quase mil páginas que dedica, em vão, a denegrir a grandeza múltipla de Tostoi. É a tentativa patética de uma lacraia querer rugir com um leão. André Maurois, membro da pegajosa *Académie Française*, só deixa boquiabertas, com suas “biografias” superficiais e de efeitos “literários”, as mocinhas e donas de casa que leem seus livros sobre a vida e a obra de Proust e Shelley, a cabeça recheada de “bobs” e as bocas mascando chicletes, no Meio-Oeste norte-americano, maior produtor mundial de Bíblias, milho e tédio.

Jorge Semprun, ao contrário. Como inúmeros outros marxistas convictos, Roger Garaudy, Sartre, Lucien Goldmann, Gramsci, tem a coragem de desafiar o ídolo corporificado em milhares de estátuas, de Budapeste e Pequim, de Havana à Criméia: a figura macabra de Stalin e seu eterno sorriso perfidamente benévolo. Nem Evtuchenko, com todo o ódio represado com que se lança contra a figura do ditador morto em sua *Autobiografia Precoce* nem Sartre com seu *Fantasma de Stalin* retardado de algumas décadas em sua denúncia dos “expurgos” stalinistas, nem mesmo Soljenitsyn com toda sua ira e fogo contra o encarcerador de milhões de pessoas têm a raiva fria e a argumentação política de Jorge Semprun. Espanhol exilado da Espanha desde os 15 anos, membro da Resistência francesa, prisioneiro do campo de concentração nazista de Buchenwald

9. Um marco na literatura política do século

como marxista, Jorge Semprun escreve também roteiros de cinema, dois dos quais em associação com o diretor Alain Resnais e exibidos no Brasil: *Stavisky* e *A Guerra Acabou*, além do roteiro de *A Confissão* e *Z*, de Costa Gravas.

A evocação de Trotsky nada tem a ver com a biografia em 3 volumes que lhe dedicou Issac Deutscher. Maravilhosamente imbuído de um estilo dúctil, inovador, culto Semprun se espalha em descrições conscientemente barrocas, longas, detalhadas, à maneira de Proust.

Adota técnicas da *École du Regard* de Michel Butor e Alain Robbe-Grillet, do *nouveau roman* francês, para focalizar, como o olho de uma câmara cinematográfica, um quarto, uma fotografia, uma roupa, em páginas extensas, pormenorizadas.

A Segunda Morte de Ramón Mercader, portanto, é um pluri-romance. É uma história de espionagem e suspense, em que agentes da CIA e da KGB se defrontam, silêncios, na Holanda. É uma invenção irônica, pois Ramón Mercader, segundo as pesquisas históricas mais recentes, era o verdadeiro assassino de Trotsky, embora se ocultasse sob o nome de um belga obscuro, Jacques Monnard. É também o que os franceses chamam de um *roman à clef*, isto é, deixa pistas para que o leitor identifique as personagens apenas esboçadas. E é uma indagação abissal sobre a revolução traída. Jorge Semprun fala do marxismo pervertido pelos bolcheviques e por Stalin.

Fala com a cólera impaziguável de um mártir cristão ardendo numa fogueira da Inquisição por amor a Cristo e denunciando o obscurantismo de uma Igreja hipócrita e desvirtuada do Cristianismo original, para se tornar um poder político e temporal como o de qualquer Estado depois da Reforma. A sua é a ira de Lutero vendo as bulas papais sendo comercializadas por dinheiro, é a revolta de Savonarola contra o luxo e a pompa de prelados sibaritas, em Florença e em Roma.

Só que seu credo é um credo humanista na própria essência de um marxismo utópico, como o que Martin Buber descreveu magistralmente e que Dubcek falhou em criar: um comunismo de rosto humano, que permitisse a pluralidade democrática de partidos políticos e a liberdade da arte, da cultura, a inexistência da censura e a liberdade das pessoas de ir e vir de um país para outro.

Seu livro nada tem de maniqueísta, o que por si só já é um raro alívio para o leitor nauseado de tantos livros doutrinários da esquerda ou da direita, ávidos de propagar o Novo Evangelho do neocapitalismo ou do marxismo inquestionável. Mais rarefeita ainda é sua percepção, aguçada como uma lâmina cortante, da independência de uma obra de arte com relação às circunstâncias sociais em que foi criada. Diante de um quadro de Vermeer, exorta um velho comunista, agente da KGB e desiludido com o rumo que a Revolução tivera com Stalin, Kruschchev e Brezhnev:

“Não seja pedante, penetre além da estrutura ideológica, histórica do quadro. Mergulhe na transparência inesgotável desse universo mínimo, na alegria que proporciona esse acordo formal e que é da essência universal, entre uma matéria e uma luz, entre a materialidade do mundo e a sua visão, quase abstrata, de tão depurada que é”.

Enredam-se propositalmente os fios dessa trama que prende o leitor sem fôlego: o jovem espanhol que vivera exilado na Rússia depois que seu pai republicano fora fuzilado pelos franquistas, aquele enigmático Ramón Mercader era um agente russo que queria passar para o lado ocidental? Ele era realmente um segundo Ramón Mercader ou seria, ao contrário, um comunista judeu-soviético,

9. Um marco na literatura política do século

Ievgueni Davidovitch Guinsburg, cujo pai também fora fuzilado, mas por ordem de Stalin, dando vivas à Revolução enquanto morria trucidado?

Diante da tela de Vermeer, que Proust evoca longamente em seu romance *A Busca do Tempo Perdido*, marcam encontro o segundo Ramón Mercader (um russo judeu de aparência morena do sul da Espanha?), o velho comunista desiludido que só pensa em sua aposentadoria da Polícia Secreta do Estado, a KGB, e os agentes da CIA, com fisionomias de cosmonautas bem comportados, só alguns com aspecto humano, e um pedante casal francês burguês, ele incapaz de ler Proust por considera-lo maçante e ela, pernóstica “intelectual” que coloca o filho de dez anos diante da tela para que ele absorva “cultura” desde cedo, dizendo-lhe: “Olhe bem, Philippe, Proust disse que este era o quadro mais belo do mundo”. O que gera uma fútil alteração com o marido ávido por contradizer: “Não, quem disse foi Malraux”.

Há um diretor norte-americano que, convidado a depor pela polícia holandesa sobre o misterioso Ramón Mercader que viajara no mesmo avião que ele e estava hospedado no quarto ao lado no mesmo hotel, confessa que não olhara bem para seu vizinho, pois estava absorvido em uma “leitura apaixonante”, a do *Profeta Banido*, um dos volumes da biografia de Trotsky que lhe servia de base para a filmagem da vida do revolucionário morto em 1940 no México, possivelmente por um fanático a soldo de Stalin.

Jorgem Semprun com este romance-tributo cria a sua obra-prima, justamente recebida com o entusiasmo unânime da crítica francesa quando publicada em Paris em 1969. Na sua química refinada de erudição cultural, política, literária, histórica, ele exige do leitor conhecimentos se não tão aguçados, pelo menos uma busca enriquecedora de definições em Enciclopédias, mas sem pedantismo, sem a jactância oca de uma superioridade cultural a serviço de uma inteligência privilegiada. Daí resulta um singular equilíbrio entre a frieza científica do julgamento político e intelectual do franquismo e do stalinismo, fenômenos que se identificam, afinal, e a eclosão passional do ódio, a emoção vulcânica que lateja sob o cérebro glacialmente analítico. Daí brotam páginas inesquecíveis como esta:

“... aqueles homens arrastaram José Maria Mercader até os automóveis, que partiram de novo em arrancada, no meio dos gritos e do ruído estridente das buzinas, para o cercado do velho cemitério, e a noite já havia caído, então eles acenderam os faróis dos automóveis e, à luz dos faróis, colado ao muro – como uma testemunha, anos mais tarde, ousara contar a Adela Mercader – seu pai havia portanto levantado o punho na saudação da Frente Popular, ele, um cristão, ele, um burguês, que escolhera os pobres nessa guerra entre os pobres e os ricos, havia portanto levantado o punho, gritara alguma coisa que o barulho da descarga tronou inaudível, levantara o punho para não estar sozinho nesse momento derradeiro, para reencontrar, nem que fosse por uma fração de segundo, no momento de morrer, a cólera e a alegria, a força e a esperança na saudação dos pobres que iam morrer, às centenas, aos milhares, durante esses anos, como morriam já há um século, levantara o punho à luz dos faróis, gritando qualquer coisa, para não ficar sozinho, para enraizar-se definitivamente nesse exército de cadáveres invencíveis, no surdo exército de operários e camponeses que iam morrer, levantara o punho, ele, o advogado católico para estar entre os seus, com os seus, no momento de morrer, com aqueles que incendiavam as igrejas, raivosamente, desesperadamente, alegremente levantara o punho à luz dos faróis, talvez sob os insultos ou os sarcasmos, dos jovens da sua classe, do seu mundo, mas havia escolhido morrer com uma outra

9. Um marco na literatura política do século

classe, com um outro mundo, com o sombrio, imenso exército de cadáveres que povoariam de gritos e de sangue, de punhos levantados, as noites de Espanha por mais uma década inteira, e você achava agora as duas lápides, lado a lado, estiradas juntas no versor da relva do grande sono, você as olhava à luz de setembro...”

A mesma sanha monstruosa de destruição do inimigo indefeso se reflete na evocação lúgubre de Stalin:

“... Assim, antes do interrogatório, quando pensava que perguntas absurdas, que acusações malucas vão ser feitas hoje, quando pensava quantas horas ia ficar sob a luz direta dos projetores; mas também depois do interrogatório, quando voltava quebrado, tendo por único ponto de apoio, como única esperança insensata, a ideia de que tudo aquilo devia ser um erro ou talvez um monstruoso mal entendido, que minha inflexibilidade iria frustrar, pois eu era um comunista, conheciam minha vida, a verdade acabaria forçosamente aparecendo; assim, tanto na ida como na volta, dos interrogatórios, impassível, com um sorriso imperceptível, mas certamente benevolente, a imagem de Stalin vos contempla. Sempre, todos os dias, durante semanas, meses, tanto na ida quanto na volta dos interrogatórios cruzava com o olhar de Stalin, severo mas paternal, agudo mas compreensivo – aquele mesmo olhar que tinha quando cortava rosas sob o sol pálido e o céu azul daquele filme, que era exatamente sobre a queda de Berlim – e o olhar de Stalin, do alto da imensa imagem fotográfica pendurada na parede da sala subterrânea, aquele olhar era a garantia de uma verdade latente, que não poderia deixar de aparecer... Os anos tinham passado – quantos? Fora em 1949 – as coisas mais imprevisíveis tinham acontecido, mas a fotografia de Stalin continua no mesmo lugar, na grande sala retangular onde terminam todos os corredores daquele labirinto subterrâneo. É ainda lá que os serviços de segurança interrogam os suspeitos e Stalin continua lá, contemplando os guardas e os detidos com aquele mesmo olhar implacável e benevolente... (Mas seu olhar não era benevolente, dizia Hauptmann; era sinistro. Aquele olhar sorrateiro e amarelo, por sobre o uniforme rutilante do generalíssimo, era sinistro...) Como se, nas profundezas daquele universo fechado dos serviços de segurança, escondido sob a cidade morna e barulhenta de Berlim, o olhar de Stalin, inalterável, só estivesse para fazer com que todos os suspeitos atuais e futuros compreendessem bem a sobrevivência de um sistema de valores opacos e inacessíveis; como se Stalin estivesse apenas aparentemente morto, e, além disso, por toda parte, prosseguindo ali, na sonoridade multiplicada e enlouquecedora dos corredores, e das celas de cimento áspero, uma vida hipócrita e vingativa”.

Jorge Semprun deslumbra o leitor, atordoado com tanta lucidez em meio à incandescência de um ódio que rompe os diques. De capítulo em capítulo, quanto mais se adensa o mistério em torno daquela reencarnação do assassino do contestador do stalinismo e sua violência sanguinária e bestial, mais imagens lancinantes e gravadas e fogo e frio metal desfilam, macabras. Insuperável é o capítulo em que o velho marxista que vira esboroarem-se na prisão stalinista todos os seus sonhos de liberdade recita Mayakovsky e Essenin enquanto de sua janela contempla o circo de uma parada na Praça Vermelha. Verifica como a revolução estética foi esmigalhada pela censura, pela denúncia de “formalismo”, “cosmopolitismo”. Constata que Le Corbusier não construiu a Sede dos Sindicatos em Moscou. Que Carlitos e Picasso foram banidos. Que a Revolução que ia dinamitar toda a noção de classe criou uma nova classe odiosa de cosmonautas, bailarinos e alto funcionários da burocracia estatal, o esporte, o Sputnik e os expurgos para os arquipélagos Gulag

9. Um marco na literatura política do século

massacrando o cinema de Eisenstein, “a batalha de ideias, o choque das ideias e da realidade, a liberdade de desacordo dentro do objetivo comum”. Tudo desfilando com cartazes com dizeres como “A Saúde é a Riqueza do Povo” e “Respeitar as Normas é Respeitar-se”, formando uma maré humana que ondearia sob o Mausoléu (de Lenin), diante do imundo chapéu de feltro de Leonid Brezhnev”.

E novamente não o espectro, mas a presença vívida de Trotsky se impõe, não como lembrança de um passado amordaçado, mas de um futuro que é preciso forjar de novo: a Revolução soviética é um câncer que se multiplicou no corpo da nação e do povo russos. A tarefa inadiável é combater os aparelhos estatais soviéticos: não só a Revolução era uma tarefa permanente. Ela não estava sujeita à “dialética” oportunista e bajuladora dos que queriam o poder a qualquer custo: o culto à personalidade de Stalin podia ser visto sob um prisma “dialético” – podia ser útil ou nefasto, conforme os ventos que soprassem do Politiburo.

É nas páginas abrasadoras em que ele propõe o combate à Rússia mumificada e envilecida de nossos dias e de seu regime podre como a única consciência revolucionária contemporânea, que Jorge Semprun atinge um sopro épico dificilmente igualável pela literatura política deste século.

É a justificação do filho do velho comunista da Alemanha Oriental que vê na URSS “a injustiça, a mediocridade burocrática, uma sociedade de classes de um novo tipo que nem Marx podia prever...”

Obstáculo para a consolidação da democracia e da justiça, os Estados da degenerescência soviética são apenas (a redução da classe operária) “a inerte produtora de uma mais valia manipulada pela burocracia... No (campo de concentração nazista) de Buchenwald, em 1940, 1941, você lutava para preservar o Partido, para manter aberta uma perspectiva. Molotov vinha a Berlim, brindava à saúde de Hitler, à prosperidade do Terceiro Reich, Stalin assassinava comunistas alemães da oposição e denunciava outros à Gestapo e Ulbricht fazia carreira sobre um monte de cadáveres”.

A Segunda Morte de Ramón Mercader compõe, com *A Reivindicação do Conde Don Julián* e *Réquiem por um Caudilho* de Juan Goytisolo, o grande tríptico da literatura espanhola de exílio mais vibrante, mais pertinente e mais perfeita sobre os fenômenos gêmeos do franquismo e do stalinismo. Não é possível desconhecer estes livros e falar seriamente sobre literatura e política em nosso século. Nem meditar sobre Franco, Stalin, Primo de Rivera e Trotsky sem percorrer estas páginas magicamente devastadoras em sua sinceridade, melancolia, sarcasmo e paixão, entranhadamente espanholas, como se a lucidez da Espanha falasse, por momentos, por toda a consciência do mundo.

10. Sobre Carrillo, o espectro de Stalin

Jornal da Tarde, 1978/08/12. Aguardando revisão.

A Greve Nacional Pacífica: três iniciais maiúsculas e carismáticas: GNP! Ela sempre fora uma obsessão do secretário-geral do Partido Comunista espanhol no exílio, em Paris: Santiago Carrillo.

A Greve seria a explosão que destruiria o franquismo em 1959, a pura virtude mágica dessa palavra daria a todos acesso ao sonho, a uma realidade nova, a uma ação quimérica, mitológica, adiada mês após mês, ano após ano, mas sempre iminente, sempre prestes a eclodir.

Assim como a Santa Mãe Igreja precisava de um punhado de sábios para explicar aos fieis militantes as sutis passagens dialética da inicial Greve Nacional Pacífica e em seguida à Ação Democrática Nacional – todas ordens do dia do Partido Comunista Espanhol – para explicar sua constante maturação objetiva, mas para sempre incapaz de se objetivar a não ser por um processo de subjetivação na consciência esquizofrênica e dicotomizada dos militantes do Partido.

Assim, a Greve, com o passar dos anos, corroída internamente pelo câncer da ilusão ideológica, em vez de ser o objetivo estratégico de uma *praxis* de massa realista, capaz por si própria de modificar pelo menos parcialmente a realidade social, transformou-se no travesti de uma justificação quase religiosa de uma política pragmática, oscilando constantemente entre o ultra triunfalismo oco e o oportunismo mais inconstante. Quem sabe uma nova ironia da razão histórica metamorfoseada em GNP na derradeira encarnação do Espírito Absoluto hegeliano, o motu próprio da Consciência do Partido – ou mais exatamente de Carrillo que era a sua personificação demiúrgica – do Em-si-rumo ao *Per se* criador de sua própria objetividade ideal, no mundo ilusório da representação? Como se bastasse modificar esse universo de representação, de avançar ou reter essa ou aquela palavra de ordem e com isso modificar de chofre o universo opaco e resistente da realidade. *In hoc signo vinces*: mas eram palavras escritas com fumaça na nuvem dos sonhos enganadores e o subjetivismo traidor da realidade continua a ser uma doença específica do comunismo espanhol: com esse signo os comunistas perderam.

Nuestra bandera, a revista mensal de orientação política, cultural, econômica editada pelo Partido Comunista Espanhol no exílio francês, decorava inutilmente de um friso os perfis marmóreos dos Quatro Grandes – sim, quatro como os mosqueteiros ou os evangelistas – Marx, Engels, Lênin e Stalin: nela constavam os versos da fase stalinista de Frederico Sánchez, pseudônimo político do escritor espanhol Jorge Semprun, versos de endeusamento da Pasionária, mas nenhuma contribuição de... Santiago Carrillo. Nem a terminologia fortemente impregnada de misticismo

10. Sobre Carrillo, o espectro de Stalin

fanático cristão de Dolores Ibárruri, la Pasionária, serviram para reconhecer as condições objetivas da realidade. Ao contrário, opunham-se com seu subjetivismo álaque-trágico-triunfalista à obtenção da meta de transformar o mundo real:

“É preciso ter-se uma Fé apaixonada na Causa que se defende. É preciso querer triunfar às avessas e contra o Céu e o Inferno se o Céu e o Inferno se atravessarem diante de nosso caminho.”

Já desde 1947, portanto, germinava o enxame de erros que levaria o comunismo espanhol cada vez mais para longe do real. O real que os comunistas se recusavam a ver é que o turismo, o desenvolvimento econômico, o emprego de milhões de espanhóis no estrangeiro, da Venezuela e à Alemanha, *enriqueciam*, o país, apesar de Franco. O regime franquista *não* estava à beira da ruína, das sublevações populares. Nenhum dos elementos enumerados pelo Partido fora real a não ser parcialmente: o sentimento autônomo das regiões bascas da Catalunha, da Galícia, o repúdio das nações capitalistas que já duvidavam da eficácia do regime franquista, a virada da Igreja, que por milenar instinto de conservação começara a pressentir que devia abandonar o barco franquista que soçobrava e começava a opor-se publicamente ao regime do Generalíssimo, a estrutura militar que se bipartia.

E quem desfiara, como um rosário, tais “dados” numa reunião plenária do PCE? Santiago Carrillo, dia 21 de março, em Montreal.

Jorge Semprun não hesita nem mede palavras: Santiago Carrillo *mente, falsifica, exagera, engana* os militares com suas advertências pueris e aberrantes de que a Greve sacrossanta põe ao alcance das mãos das massas trabalhadoras a arma que, junto com os demais fatores já mencionados, porá fim ao regime franquista. A Greve seria a arma que os operários espanhóis souberam, com galhardia, brandir em 1917, 1930, 1934 e 1936. É um espectro, esse da Greve, que Carrillo nunca deixou de agitar, até 1975, durante a segunda conferência nacional do PCE reunida poucas semanas antes da agonia final e biológica de Franco. Nem a mudança de siglas, de Greve Geral Pacífica (GGP) para Greve Nacional Política (GNP) ou até para uma ampla Ação Democrática Nacional (ADN) altera a realidade, quando sucumbe a efêmera Junta Democrática (JD) que em seu leque abarcava desde o aristocrático José Luís e Villalonga e uma princesa de Borbon-Parma até militantes descrentes de juntas, ações, greves e siglas que negavam simplesmente *a realidade política, econômica, cultural* da Espanha nos espasmos finais do franquismo, mas com um rendimento *per capita* incomparável ao *per capita* pré-franquista.

A realidade demonstrou que a Espanha, após a morte do Generalíssimo, passou sem derramamento de sangue (o que a revista alemã de centro-esquerda, *Der Spiegel* intitulou, em extenso artigo da capa, “O Milagre Espanhol”) a uma democracia, com eleições abertas a 121 partidos, com regime monárquico, prestes a entrar no Mercado Comum Europeu, sem que as greves nem as siglas tivessem causado o menor estremecimento no regime moribundo nem atingido o regime nascente e de transição ainda. Jorge Semprun emprega palavras duríssimas para denunciar a atitude teimosa de Santiago Carrillo de enfiar a cabeça na ilusão, tapando os olhos com areia, como a avestruz diante do perigo: Santiago Carrillo abriga em seu cérebro o germen de uma ideologia baseada no fantástico, ou seja, do fantasmático, no sentido psicanalítico do termo. Quem sabe Santiago Carrillo não é uma grande vocação de astrólogo? Ou de escritor de obras de ficção científica? Ou poderia escrever folhetins como os do tipo das telenovelas?

10. Sobre Carrillo, o espectro de Stalin

Para o ex-militante comunista expulso do PCE em 1965, durante uma reunião kafkiana em um castelo de Praga, para Jorge Semprun, o marxismo é como o cristianismo para os cristãos antes da institucionalização da Igreja: uma doutrina pura, uma análise objetiva dos fatos reais, assim como o cristianismo é uma doutrina de fatos reais, mas com raízes que transcendem e antecedem o real.

Autor dos roteiros de *Z, A Confissão*, *La Guerre est fini* (este último sob a direção de Alain Resnais), escritor, em francês de uma obra-prima literária de meditação política como *A Segunda Morte de Ramón Mercader*, premiado em Paris com o Fomentador, o Fémina, Jorge Semprun na magnífica *Autobiographie de Federico Sanchez* (Editions Seuil, Paris) publicada há pouco ataca o que considera a hipocrisia e a mentira de Santiago Carrillo e seu aparentemente democrático eurocomunismo. Vai mais longe: nega que Carrillo possa ser marxista, pois o marxismo parte da premissa de analisar concretamente uma situação real, concreta. Ele ataca o dirigente do PCE em todos os flancos: no plano linguístico inclusive. Não só o exílio longo na França introduziu no vocabulário do PCE galicismos em excesso como permitiu a desagregação da linguagem quando levada ao paroxismo de um otimismo sem base. De fato, porque as greves operárias seriam combatidas “com galhardia”, que “galhardia” há no sangue, na bala, na morte? Ataca-o no seu flanco autista, do doente mental que só vê o próprio umbigo e para o qual não existe a realidade circundante: Carrillo é uma espécie de Conselheiro Acácio que diz grãos de verdade enrolados em mentiras genéricas, em erros de apreensão e interpretação, portanto, é um descobridor de meias verdades e um proclamador de leviandades que envolvem risco de vida ou morte para o *real* progresso das massas exploradoras. No flanco cultural também, o PCE continua a esconder sob um pseudo-eurocomunismo, a perversão do “comunismo com rosto humano” de Dubcek deposto pelos tanques russos, a mesma intransigência stalinista quanto à submissão ao Partido, Altar Supremo, Papa do Deus Marx e da Santíssima Trindade Engels-Lênin-Stalin, na terra.

Pior ainda: Santiago Carrillo mente deliberadamente. Mente ao afirmar que o OCE libertou-se antes de todos os outros partidos ocidentais da influência sufocante do rolo compressor do comunismo russo, centralizado nas mãos do homem cujo nome em russo quer dizer de aço: Stalin. Carrillo declara em seu livro *Eurocomunismo e Estado* que a partir de 1943, no ano portanto em que Stalin dissolveu a Internacional Comunista, “Não me lembro – escreve Carrillo – de nenhuma modificação, de nenhuma decisão política importante sobre a qual, depois da dissolução (da Internacional Comunista por Stalin) nosso Partido, o PCE, tenha consultado previamente o Partido Comunista da URSS. No máximo, em determinadas ocasiões e de forma fortuita, porque coincidiam com as viagens que fazíamos à URSS por outros motivos – havia, naquele tempo, uma forte emigração espanhola – nós informamos o PCUS do que estávamos fazendo a posteriori”.

No capítulo 5 de seu último livro, *As Raízes Históricas do Eurocomunismo*, Carrillo insiste na plena autonomia do PCE, partindo do pressuposto de que a omissão cínica e proposital e a mentira possam substituir as provas em contrário.

As provas em contrário, Jorge Semprun as possui abundantemente. Impiedosamente lança todos os fatos capazes de “refrescar a memória” daquele que chama ironicamente de Grande Timoneiro acometido de amnésia: A verdade é que em 1948 – ou seja: cinco anos depois de dissolvida a *Internacional Comunista* -, exausta de tanto bater com a cabeça contra a parede, de dar murro em ponta de faca, a direção do PCE foi à presença augusta de Stalin em Moscou para ouvir aquele Oráculo onisciente:

10. Sobre Carrillo, o espectro de Stalin

a delegação se compunha de Santiago Carrillo, Dolores Ibárruri, la Pasionária, e Francisco Antón. E foram as diretrizes decisivas de Stalin, Deus da Teoria e do Gulag, que motivaram a mudança de estratégia do PCE. “Se é isso que Santiago Carrillo batiza de autonomia, só nos resta virar monges, todos nós!”

O primeiro dirigente comunista espanhol a fazer alusão ao papel-chave desempenhado por Stalin, Deus-Pai no Kremlin como na Terra, foi Enrique Líster, no capítulo 3 de sua obra *Chega! (Ça suffit!)* Líster define claramente a estratégia delineada draconianamente por Stalin diante dos delegados espanhóis boquiabertos: dissolver os sindicatos clandestinos, aderir ao sindicatos fascistas oficiais, aos quais por lei todos os operários espanhóis tinham que aderir, e extinguir os focos guerrilheiros.

Líster, em si, não tem mérito maior. Ele é como o cachorro de marca de discos e vitrolas RCA Victor: ouve e repete, ladrando, a voz do dono. E quem é o dono ou melhor quem são os donos? Brezhnev, Suslov e Ponomarev, que usaram a vaidade de Líster, velho general derrotado, que se prestou a desmascarar Santiago Carrillo quando este condenou a “doutrina Brezhnev”, que “permite” aos tanques e aviões soviéticos “ir e socorro” de qualquer “república autodenominada socialista” capaz de cair em mais de contrarrevolucionários, como em Budapest em 1955 Krushev já esboçara a doutrina do glorioso Presidente Total da União Soviética vergando sob o peso das medalhas, automóveis estrangeiros da sua coleção particular, e de “genialidade” na manutenção do neocolonialismo russo. Carrillo condenara a invasão da Tchecoslováquia em 1956? É preciso atá-lo “em seu flanco esquerdo”, segundo os ditames sagrados do leninismo, já que a *única* salvação, como na Igreja, está no Comunismo Soviético, , sem heresias de dissidentes internos ou externos. Semprun nega a Carrillo até mesmo o epíteto de verdadeiro democrata: Carrillo usa mil máscaras, adota mil estratégias para corrigir os erros passados, fruto da falta de análise da realidade, substituída pelo *wishful thinking* ou seja a cegueira de colocar em vez do que existe autenticamente e de forma verificável os nossos desejos grandiloquentes, mas inconsistentes. Carrillo usa a *Realpolitik* como mera manobra pragmática, sem imaginação, sem estratégia lógica, sem consultar os militantes comunistas, adaptando-se como puder à realidade, mas para dobrar-se diante dela e não para transformá-la. Mesmo assim, não se pode deixar de reconhecer, honestamente, que comparado com o neoimperialismo de Brezhnev que utiliza Fidel Castro como o tubarão que fará os outros povos assumirem a posição das águas em que nadará o comunismo à vontade (segundo a fórmula herética, mas prática de Mao Tsé-Tung), o proposto pluripartidarismo de Carrillo, talvez puramente verbal, quem pode prever o futuro? (Castro não enfeixou **todos** os poderes só depois que chegou ao poder?) é, sem dúvida, uma política de esquerda, acredita Semprun.

Mas há provas mais graves e palpáveis contra Carrillo.

Líster em seu panfleto *Chega!* denunciara uma prática tipicamente stalinista de Carrillo. Sem mencionar os processos stalinistas citados pela mulher do poeta russo Ossip Mandelstam em seu livro *O Século dos Lobos (Der Jahrhundert der Wölfe)*, Fischer, Alemanha Ocidental), Semprun chega às mesmas conclusões. Enquanto o Paizinho de Todas as Rússias, Stalin, mandava prender na Sibéria todos os soldados e os prisioneiros libertados de campos de concentração nazistas, Carrillo fazia o mesmo: “Eu acuso Carrillo de ter constituído um Tribunal encarregado de instruir os casos jurídicos e de levar ao interrogatório todos os companheiros que voltaram dos campos de concentração nazistas na Alemanha. O mero fato de não estar morto transformava cada um deles

10. Sobre Carrillo, o espectro de Stalin

em suspeito e culpado de traição. Carrillo sustentava que se alguém escapara com vida é porque se tornara *Kapo*, carrasco e delator de seus próprios camaradas”.

Foi exatamente o que aconteceu. Jorge Semprun esteve preso no campo de concentração hitlerista de Buchenwald, mas trabalhava lá no Departamento de Estatística, ao lado de Frank, um companheiro comunista tcheco. Resta o fato inegável que Carrillo submeteu os companheiros mais importantes que voltavam do cativeiro a interrogatórios policíescos e os afastou de qualquer responsabilidade política de monta, sofrendo sanções. Carrillo justifica-se no número de *Nuestra Bandera*, publicado em junho de 1945 em Toulouse: “É preciso combater o Partido Operário de Unificação Marxista (POUM)! É preciso barrar o caminho a todos os trotskistas, é preciso combatê-los e atacá-los onde eles se encontrarem, não porque sejam inimigos dos comunistas, mas porque são uma oficina, um laboratório do fascismo e sua missão é a de semear a divisão e a confusão no campo antifascista”. Semprun demonstra cabalmente o absurdo e a monstruosidade dessa segunda punição. Como a Gestapo, depois da derrota da Alemanha esfacelada em 1945, poderia ainda recrutar agentes para *voltar atrás*, fazer a ressurreição do cadáver de Hitler no *Bunker* e mudar a História retroativamente, transformando a vitória dos Aliados na ameaça fantasmagórica de uma Gestapo que já estava totalmente desfeita?!

Carrillo encarna, para Semprun, o conceito metafísico-policíesco da História, que é um dos elementos básicos da ideologia stalinista. Seus sintomas evidentes são, sob o pretexto da vigilância revolucionária, a suspeição sistemática, o espírito de delação e de submissão, num clima de autêntica “caça às bruxas” levada a cabo pela vasta e elefantina burocracia do Partido e sua Política do Terror. Há um sincronismo arrepiante entre a deportação dos prisioneiros russos dos campos de concentração nazistas e o apavorante Gulag que dura até nossos dias na Rússia dita socialista: a única diferença é que *Carrillo não está no poder, ou com outras palavras: é a existência de uma democracia burguesa que salva a vida e salvaguarda a liberdade dos proscritos*.

Carrillo mente ou tem crises alarmantes de amnésia grave, prossegue, impávido, Semprun. Desmentindo a “autonomia” do PCE à qual ele alude levemente em *Eurocomunismo e Estado*, Carrillo “se esqueceu” de uma longa entrevista gravada que concedera, dois ou três anos antes da publicação desse livro a Régis Débray e a Max Gallo, no livro intitulado *Demain l’Espagne (Amanhã a Espanha)*.

“Em 1948 - declarou Carrillo - Stalin convidou uma delegação de nosso partido, composta por Dolores Ibárruri, Francisco Antón e por mim. Um encontro com Stalin... Eu o entrevirei de longe uma vez, em 1940, mas tinha sido o único encontro que eu tivera com ele. Pra um comunista daquela época, ir discutir com Stalin era um evento. Dolores já tinha falado com ele uma vez - eu, nunca. Estávamos muito emocionados...” As citações *verbatim* seguem-se para desembocar em novo crime de Carrillo, cão fiel seguidor de seu dono Stalin: como Stalin e o Kominform tinham desencadeado sua ofensiva maciça contra o “herético” Tito e o grupo de dirigentes “dissidentes” iugoslavos, rebeldes à centralização sacrossanta do Kremlin. Carrillo não só tem uma memória tipicamente comunista, isto é: seletiva, só se lembra do que quer, como pior ainda ele *omite* que a “autonomia” do PCE se resumiu em 1948 a juntar suas artilharias contra Tito e os heréticos da Iugoslávia. Mesmo quando Stalin já tinha morrido, em 1953, a campanha prosseguiu, quando Stalin “já tinha sido jogado na lata de lixo da História”. Não importa: para o visceralmente stalinista Carrillo, Stalin continuava (ou continua?) sendo o Deus da teoria,

10. Sobre Carrillo, o espectro de Stalin

o Corifeu da Ciência, capaz de forçar as leis da genética às leis mais imperiosas do stalinismo, seguido por um biólogo indigno desse nome, Lysenko, Stalin era o Patriarca (ou Pai Nosso?) que tem sempre razão, como se *suas* palavras fossem o único critério para se determinar o que era certo e o que estava errado. Carrillo não diz uma palavra sequer sobre o relatório infamante de Vicente Uribe, apenas *três semanas* depois do famoso encontro com Stalin, do PCE em Paris. Nesse relatório Uribe aprova, sem reticência alguma, todos os pontos de vista expostos pelo *Kominform* soviético: “Tito está à frente dos dirigentes iugoslavos que mantêm uma atitude e um comportamento que tomarei a liberdade de qualificar de indecentes, de escandalosos, de traidores com respeito à frente comunista internacional, com respeito ao campo democrático, diante da União Soviética e, afinal de contas, nocivo para o povo e para a classe operária e ao partido da Iugoslávia”. Uribe fala de degenerescência iugoslava, de perde de contato com a realidade (sic) e de monstruosidades (Número 29 da revista *Nuestra Bandera*, agosto de 1948).

Ao acolher as denúncias irresponsáveis de Kruchev no XX Congresso do PCUS das monstruosidades, essas, sim, reais, de Stalin, Carrillo faz uma autocrítica incompleta, quem sabe hipócrita? Fala da decepção dos comunistas espanhóis diante do que chama de *incondicionalidade* do Partido Comunista da União Soviética, que o PCE seguira como um rebanho de ovelhas. Por que ver em um partido, qualquer que seja, o selo de uma verdade incondicional e sem mácula? indaga Semprun, continuando: isso não seria negar a própria dialética essencial do marxismo que se for incapaz de autocrítica e de reconhecimento da realidade objetiva *não é nada*, além de ser, humanamente, possível de erros, pois a História é uma ciência *inexata*, pois lida com elementos imprevisíveis, os seres humanos e suas paixões.

Semprun corrobora, assim, todas as teses de outro “herético” proscrito como ele, o iugoslavo Milovan Djilas, que os stalinistas brasileiros suprimiram de qualquer discussão até hoje: Djilas aprofunda sua análise profética da “Nova Classe” russa hoje claramente perceptível na estratificação dos *aparatchik*, de obediência cega e rendosa às diretrizes oniscientes do Kremlin, e o resto da população. De fato, Djilas em *The unperfected Society* cria um neologismo não só em inglês como em todas as línguas indo-europeias: a Sociedade que não é aperfeiçoável no sentido absoluto do termo, que não pode ser aperfeiçoada *ad infinitum* justamente porque os seres humanos criam sociedades imperfeitas, não somos insetos como as abelhas nem as formigas, com hierarquias instintivas e existentes para a manutenção da própria espécie. Djilas, mais profundo filosoficamente do que Semprun, tira da física de Heisenberg o conceito de que, como na física há elementos imponderáveis, também na sociedade humana os há, sem que nada se possa fazer para corrigi-los a não ser pelo uso deformante da força totalitária da tecnocracia ou da burocracia estatal, tanto faz da Extrema Direita ou da Esquerda alucinada e deformada até salivar pavlovianamente diante de campainha (ou sino eclesiástico?) do partido, papa, papai que estais no céu.

O autor espanhol faz uma série de observações aterradoras a respeito de si mesmo, como nas Confissões de Rousseau ou de Santo Agostinho. Não sem uma pitada de humor terrível: provir de uma camada social burguesa, como ele provém constitui, para o partido, o *pecado original*. Foi o caso também de outro caído em desgraça nos processos stalinistas espanhóis: Jesus (ah, a ironia dos nomes!) Monzón, crucificado por ser “de origem e formação burguesas” (já começamos mal) e de ter conhecido diplomatas norte-americanos. Aí é o Espírito Santo se debatendo, tortuosamente, contra a tentação dos prazeres da carne imperialista. Consequentemente, rui toda a estrutura

10. Sobre Carrillo, o espectro de Stalin

de mentira e terror que Carrillo e a Pasionária encobrem: “A Pasionária morrerá sem dizer uma palavra, sem dizer esta boca é minha. Ela não voltou à Espanha para falar, para relatar essas verdades sangrentas e miseráveis do passado. Voltou à Espanha para morrer. E morrerá sem emitir qualquer palavra sobre o assunto. Afinal, nenhum crente acreditaria que a Virgem de Fátima se meta a fazer discursos longos. Basta que sua efígie seja levada do alto dos altares diante da multidão prosternada”. O mesmo sucederá a Carrillo? Algum dia ele explicará a morte, pela qual Semprun o responsabiliza indiretamente, do líder comunista Grimau nas masmorras franquistas? Nunca ele dirá nada. “Simplesmente porque ele, Carrillo, tem necessidade quase que religiosa de identificar-se (com algo que ele crê que o transcenda). Por preguiça mental. Por uma falta absoluta de visão clara dos aspectos mais complexos da questão nacional espanhola. Por uma concepção aberrante dos fenômenos de lutas de classes.

E a farsa continuará, talvez para sempre. Josef Frank, que viveu ao lado de Jorge Semprun, no campo de concentração nazista de Bucheneald, foi “denunciado” e torpemente executado pelo Partido Comunista de Praga, submisso a Moscou. Heberto Padilla será “punido” pelo Partido Comunista Cubano, uma punição que ficará impune. Não foi Fidel Castro quem disse que “o Partido é tudo”? Então o Partido é o resumo e a concentração dos aspectos negativos da situação, todos os obstáculos encontrados na via hipotética só podem conduzir a *uma* solução. É preciso acabar com os partidos comunistas de tradição do Komintern!

Há como que uma nota de melancolia e desânimo que contradiz esse apelo à luta. Os cacarejos de Lênin sobre o Partido monolítico, “O Partido não é nenhuma galinha que precise de uma ala esquerda e outra direita” (jogo de palavras intraduzível porque em espanhol *ala* quer dizer ala e asa), os mitos sobre o Partido-Guia, o da União Soviética, continuarão embalsamados como o cadáver de Lênin em Moscou. Todos os jovens revolucionários que hoje entram no Partido não acharão mais arquivos onde está oculta a verdade porque esses arquivos terão sido destruídos ou são inacessíveis ao exame. Os jovens não saberão distinguir entre o verdadeiro Marxismo e suas deformações, como os católicos fanáticos não reconhecem os erros da Igreja e do Papa infalíveis. Entrar para o Partido será não saber que o Partido é que vai mudar os jovens e não ao contrário. Eles precisarão, se quiserem continuar fieis ao marxismo original, continuar *fora do partido* se não quiserem mudar e se quiserem permanecer autênticos revolucionários. É uma experiência que eles mesmos terão que enfrentar, como o próprio Semprun. Eles deverão destruir sua própria personalidade ou adquirir uma têmpera mais resistente, perder-se ou reencontrar-se consigo mesmo através dessa experiência. Nada – nem as “explicações” táticas de Santiago Carrillo – poderá jamais justificar ou perdoar a polícia política, a KGB, o campo de concentração do Gulag, a deformação da verdade, a tortura, a morte, o sangue. Nada.

11. Semprun, destruindo mitos

Jornal da Tarde, 1983/08/13. Aguardando revisão.

A notícia havia caído como uma bomba: o general De Gaulle tinha morrido! O boato daquele imprevisto e brutal desaparecimento logo correu por toda a Paris já enlouquecida pela rebelião estudantil, em maio de 1968. Os estudantes em algazarra crescente tinham declarado “zonas liberadas” a Universidade, o Panteão, a estação de metrô. Suas cores e lemas se espalhavam por todo o bairro universitário, o *Boul'Mich (Boulevard Saint-Michel)*: até a estátua do versejador monótono do raquíptico Renascimento francês, Ronsard, estava avivada com o cartaz de letras vermelhas garrafais preseio a seu pescoço de metrificador medíocre que conta sílabas de um verso com oquem conta favas para uma sopa: “É proibido proibir!” Aquele alegre tumulto jovem, prestes a tornar-se uma autêntica revolução, chegara ao Museu do Louvre – ali nos jardins do Carrossel uma estátua (equestre desta vez?) trocara seu sabre triunfante por uma bandeira negra e vermelha dos Anarquistas e o peito, antes coalhado de medalhas, proclamava agora em letras descomuns, irreverentes, peremptórias: “A Imaginação no Poder!”

E esta agora, comentavam os revolucionários improvisados, como se os paralelepípedos que jogavam contra a infame polícia acabasse de repente como munição para construção de um mundo melhor: o general teria morrido num acidente de helicóptero, voltando de uma visita inexplicável ao general Massu, na Alemanha Federal? Ou teria sido assassinado por agentes nefandos da odiada CIA dos Estados Unidos para atizar fogo da rebelião e permitir aos norte-americanos intervirem no solo da Pátria como salvadores do caos em que se desempenhava a *République*? O jornal humorístico *Le Canard Enchaîné* não acreditava nem mesmo nas palavras do ministro da Cultura, André Malraux, e publicava uma foto intrigante de alguém muito parecido com o chefe da nação, de braços abertos como se falasse ao oceano imenso das praias do sul da Inglaterra, mas infelizmente o retrato o mostrava de costas, portanto, impossível de ser reconhecido categoricamente.

E agora?! Um Muro – certamente mais expugnável do que o de Berlim se erguera entre a ubíqua ZUP (Zona a ser Urbanizada Prioritariamente) e o local frequentado não mais pelas tropas de atiradores de elite dos “gorilas” (como os jovens chamavam os policiais então), mas pelos temíveis bandos de noiteadores. Sem o general – morto talvez – e sem o arrebato dos primeiros dias, com o ator Jean-Luc Barrault inflamando-se com a juventude e declarando “seu” teatro também zona liberada e diante do silêncio dos sindicatos comunistas, cujos operários cruzavam os braços diante daquela barricada, o que seria da rebelião de maio de 1968? Paris ainda arde sob as chamas da nova Liberação?

11. Semprun, destruindo mitos

Os noiteadores – palavra cunhada assim às pressas, *noctard* em francês, quem sabe por imitação de *clochard* – em si retomavam traços de uma ordem já passada: a dos terroristas ou a dos *gangsters* da Chicago de Al Capone. Interessado nos noiteadores estava o cineasta Boris Villeneuve, que filmava as incursões desses grupos de salteadores baseado num filme de Frederic Brown que descreve justamente Nova York apavorada pelo *nighTERS* que a brutalizam, saqueiam e aterrorizam, depois de um cataclisma mundial. Quando, justamente, esse problema linguístico delicado de *nighTERS* e noiteadores se apresentava como tema erudito para um Roland Barthes ou um Lacan ou um debate fonético ou de semiologia, eis que Auguste Le Mao irrompe em cena, como se dizia nos romances de antigamente. Grande Timoneiro do Grupo Yenan, apesar do fracasso inicial da Primeira Campanha do Exército Camponês do *Finistère*. Le Mao exige de todos os intelectuais da ZUP uma escolha entre o revisionismo e a teoria revolucionária pura, como a mantida pela ex-atriz, êmula de Evita Perón às margens do rio Amarelo, a Camarada-Consorte (ou sem sorte?) de Mao Tsé-Tung.

De fato, era crucial saber se a importação de um modelo ianque não significava nova capitulação da consciência burguesa diante dos valores culturais importados ou era uma adaptação estratégica a novas realidades. Na intimidade, o diretor de cinema deu de ombros: para ele, Le Mao há muito era sinônimo do “pensamento mao tsé-tsé”: onde aquelas “reflexões passassem” morria a inteligência picada pela mosca africana que induz à doença do sono. Inegável, acima de quaisquer “rachas” entre os Mestres de Como Pensar era a existência dos noiteadores que, instalados no antigo estacionamento subterrâneo do Boulevard Saint-Germain, assaltavam a mão armada, pilhavam e destruíam com nomes retumbantes como Combatentes do Oriente Vermelho, Vingadores da Palestina ou Libertadores da Libido.

Em seu livro mais recente, *A Algaravia* (editora Nova Fronteira, 461 páginas), Jorge Semprun, o magnífico escritor espanhol radicado na França, amplia mais ainda a sua faceta devastadora de destruir de mitos. Durante oito anos secretário do Partido Comunista Espanhol em Paris no exílio; prisioneiro do campo de concentração nazista de Buchenwald assim que a Gestapo se apoderou do território francês; membro destacado da Resistência francesa às hordas invasoras de Hitler, Semprun em livros anteriores já não deixara dúvidas quanto a ser o escritor político mais profundo, mais hilariante, mais irreverente da nossa época. Entre os SS-20 russos e o Pentágono, a Europa atual politizou-se a tal ponto que Semprun, Goytisoló, Sciascia criam esplêndidas reflexões literárias e ideológicas válidas hoje, imediatamente. Versam sobre o rumo das ideologias, o papel da liberdade, a tarefa, truncada pelo partido único polonês, da missão do Solidariedade de Lech Walesa e mais 10 milhões de associados; o enxerto exótico de cultura e literatura política de que Semprun é o máximo representante neste século.

Jorge Semprun, além de colaborar como roteirista com Costa-Gravas e seu filme passado em Atenas, *Z*, ou *A Confissão*, passada na Tchecoslováquia amordaçada pelos tanques russos ou *A Guerra Acabou*, com Alain Resnais, sobre a Guerra Civil Espanhola, é um maravilhoso leitor de Proust, de Joyce, um finíssimo apreciador da pintura de Goya, de Vermeer. É um multitalento renascentista que milagrosamente se mantém vivo em nosso tempo de sectarismos esterilizadores. Se em *Autobiographie de Federico Sánchez* ele despejara suas bazucas contra o altar das múmias que embalsamam o Partido Comunista Espanhol, como *La Pasionária* e Santiago Carrillo, em *A Segunda Morte de Ramón Mercader* ele traça as relações mais sutis imagináveis entre o método

11. Semprun, destruindo mitos

narrativo de Proust e seu desfilar recordações que vivificam o presente, a associação entre arte e vida que as torna como que analogias simbólicas uma da outra, ao elaborar essa biografia do assassino de Trotsky no México. Blasfêmia! Ato contínuo, as eficientíssimas hostes stalinistas decretaram a morte civil de Jorge Semprun: não se sabe quem é, nunca se ouviu falar dele, portanto não existe nem pode ou deve existir. E no *index* da Inquisição stalinista Semprun tornou-se impublicável, impronunciável. Antes dele já tinham caído outros “hereges”: Bob Dylan, porque se converteu ao Catolicismo (!); Joan Baez por ter ido ao Vietnã levar apoio aos *boat people*, os que de barco fugiam do paraíso póstumo de Ho Chi Minh; Ariano Suassuna por escrever romances cristãos (já se viu?) e de descrença em dogmas políticos inquestionáveis.

Sobrevivente, ferido, é verdade, mas vivo de uma entrevista na tevê do Brasil, Semprun, estoicamente resistiu. Como talvez nenhum de seus arguidores parece jamais, nem mesmo na parada de um sinal de tráfego, ter lido uma linha ou “orelha” sequer de seus livros, Jorge Semprun, *par delicatessen* concordou em perder numa das tevês brasileiras, semi-salvo pelas perguntas menos mundanas de coquetel frívolo que lhe dirigia somente Fernando Gabeira.

A *Algaravia* tem mais um elemento inacreditável: mesmo sem um confronto com o texto original francês (*L'Algarabia*) é uma tradução (de Margarida Salomão) excelente, ágil, rica de saídas brilhantes para os constantes trocadilhos que o autor faz em francês e que precisam de grande vivacidade e talento para serem traduzidos em português sem serem desfigurados.

Um último fator tornará este romance insuportável para os novos inquisidores do Sagrado Evangelho Segundo Marx: Semprun, a par da agilidade de suas observações e previsões, destaca-se por um vigoroso, às vezes sutilíssimo, sendo de humor. Nesta Paris devastada por aquilo que o general De Gaulle chamou de *chienlit*, defrontam-se imigrantes espanhóis anárquicos, que tiveram a experiência prática do anarquismo na Catalunha anterior ao franquismo, corsos e bretões que querem, à força de bombardeios dos monumentos culturais da França, impor seu separatismo e suas línguas maternas contra “o despotismo centralizador francês”. O que teria ocorrido se o Movimento de Mario de 68 tivesse vencido, com a simultânea e nunca esclarecida morte oportuna do general De Gaulle?

Em 1973, conhecido depois como o Ano da Normalização, o governo de Versalhes assinara acordos com a Comuna da *Rive Gauche*, sob a égide da ONU:

“Após a assinatura desses acordos – que passaram à História sob o nome de Tratado de Trianon – os contingentes de “capacetes azuis” se retiraram do território francês. Por uma picante ironia (que não era somente um ardil objetivo da razão histórica, sem dúvida Kissinger e Gromyko tinham dado uma mãozinha, aí se encontrando seu dedo e sua marca, embora esta última possibilidade seja um tanto impensável no caso do segundo dos supracitados), por uma ironia da História, pois a maior parte dos destacamentos da ONU, encarregados de manter uma aparência de ordem e de fazer respeitar as tréguas, armistícios e sucessivos cessar-fogo, foram constituídos, durante todos esses anos, por tropas negras. Que paraquedistas do Harlem, da Costa do Marfim ou do Zaire tivessem sido enviados para separar, através de um cordão sanitário, as facções rivais que se digladiavam no território da doce França, filha mais velha da Igreja, mãe das armas, das artes e das leis, parecera a alguns um sacrilégio, mácula nacional, uma vergonha inexplicável e inexplicável. A

11. Semprun, destruindo mitos

outros, terceiro-mundistas encarniçados e obtusos, esse fato parecera a mudança justa das coisas, talvez mesmo a possibilidade histórica de uma reversão dos valores burgueses.”

Um sem-número de acontecimentos surrealistas constitui a malha subterrânea dessa obra-prima: um coronel galês, Lloyd Louis, alcunhado o Bastardo, pois se suspeitava que ele fosse o produto adúlterino de um dos Luíses da França, daí seu apelido, dado por seus soldados, de Luís XIX, o Bastardo, reivindica seus direitos ao Reino da França. É ardentemente seguido por toda a população do País de Gales, seduzida pela aventura, pelo lucro e pela possibilidade de tirar uma revanche do time tricolor de rúgbi que derrotara os jogadores compatriotas do ator Richard Burton, marido e ex-marido da atriz Elizabeth Taylor, no último torneio das Cinco Nações. Mais feroz ainda, o sacasmo de Semprun vai além: se o presidente da República, eleito após uma votação ignorada pela extrema esquerda, é o representante vigoroso da Ordem, sua primeira providência é transferir a capital da República para uma aprazível Brasília interiorana: Bourges, ainda não contaminada pelos germes da decomposição. O coronel galês que aspira ao trono não perde tempo: cerca Orleães “num movimento estratégico que tinha por fim isolar a República de Bourges – como a chamavam, com uma comiseração amarga, o chanceler alemão, o presidente do Conselho Federal helvético e mesmo a grã-duquesa de Luxemburgo”. Ardiloso, o presidente contrata a vedete do cinema, Mireille Darc, para insuflar ânimo patriótico nos camponeses das regiões de Orleães, Anjou e Loire: a mulher de curvas voluptuosas com a qual sonhavam, em suas barracas insones, os soldados de toda as tropas, consegue levar o presidente da República até Versalhes, onde durante uma semana se celebra o renascimento da *grandeur* francesa. Não se pode esquecer um detalhe importante: os chefes de Estado de Nações africanas francófonas serviram de úteis mediadores na refrega: sem um Houphoët-Boigny, um Sédar Senghor, presidente do Senegal e poeta da *negritude* ou mesmo um Jean-Bedel Bokassa, o imperador dos diamantes – antes do escândalo que o envolvera com o então presidente Valéry Giscard D’Estaing, é claro, a paz não seria selada tão rapidamente.

A chamada Teologia da Libertação é alvo de algumas de suas reflexões mais ferinas: “Pois nenhuma sociedade chegará jamais – e felizmente, hoje posso dizê-lo – a preencher de positividade esses vazios, esses turbilhões de negatividade onde se enraízam e se nutrem tanto a vontade de mudar o mundo quanto a necessidade de ornaog-lo. E a prova dessa historicidade de Deus é hoje patente. A religião, quer seja cristã, islâmica, ou de qualquer outra inspiração, continua a ser o ópio do povo, mas esse ópio não age sempre da mesma forma. Ela deixou de ser, ao menos quanto ao essencial, uma resignação fremente e indignada diante das injustiças deste baixo mundo. Tornou-se fermento ativo. Deus foi transformado numa droga criativa, em suma, numa anfetamina do espírito. Ele se lança à transformação da sociedade, à mudança do mundo. E o movimento dos cristãos em direção ao socialismo é sem dúvida a mais pérfida e perversa manifestação dessa historicidade operativa e sorrateira de Deus. Você pode deduzir a partir disso até que ponto os atuais marxistas metem o dedo no olho de Deus – o que é ainda mais estúpido e menos agradável que metê-lo no olho do... – quando restringem o debate ao domínio científico, sendo que a existência de Deus é cientificamente indemonstrável...”

Múltiplo, Semprun nos mostra, na obra da reconstrução da grandeza da França, à catedral de Saint-Sulpice com seu *new look*: uma vasta piscina anticlerical, com saunas, duchas, salinhas de repouso, onde por meio de videocassetes se podem admirar reproduções de quadros de Delacroix,

11. Semprun, destruindo mitos

sem dúvida, celebrando a Liberdade de peitos nus sobre as barricadas do sangue. Introduce o elemento hilariante das Amazonas, um grupo feminista ironizado pelo machismo corso, espanhol e bretão, mas que quer seguir o rumo das guerreiras lideradas, elas também de peitos nus quando não com um deles decepado, lideradas por Pentésiléia, a que devoraria com os dentes qualquer candidato a ultrajar sua virgindade e sua alergia ao homem dominador de todas as épocas. A Máfia, interessada em explorar o submundo do bordel que se instalara debaixo de igrejas famosas, quer investir fábulas numa agente misteriosa, que traz de Budapeste uma mensagem póstuma de Lukacs, o crítico literário húngaro, único salvo dos massacres *um masse* de Stalin. Num anfiteatro inteiramente vazio da Universidade de Sorbonne, um professor sem alunos (talvez a caricatura de Althusser?) profere uma aula solene:

” - ...aplicando-se o pensamento maotsetungo à realidade francesa - proclama com voz estentórea esse mestre solitário -, chegamos a definir e a aplicar uma prática político-militar original, uma guerrilha original que denominamos luta violenta dos militantes...

O professor vermelho sublinha estas últimas palavras com um gesto ritmado de seu punho direito, como se quisesse que as massas, aliás ausentes, se convencessem da justeza, da importância de seu ensinamento.

- ...esta luta violenta, do ponto de vista político, ataca a autoridade do Estado e do sindicalismo, na medida em que essa autoridade impõe às massas uma ideologia exógena, o legalismo, isto é, a submissão à ordem burguesa...”

Suas palavras ocas se perdem no eco da velha universidade de paredes poeirentas e cinzas.

Nem a fúria anárquica do autor espanhol se detém diante de Cuba: fazendo um *pastiche* dos filmes rocambolescos de James Bond ele coloca Paula Negri (deformação do nome de célebre estrela do cinema mudo, Pola Negri), uma cubana mulata ou negra, como uma das fugitivas do paraíso comunista do Caribe:

“Fora em janeiro de 1968, nos últimos dias de janeiro, que ele o encontrara naquela praia da ilha dos Pinheiros, que se começava a chamar então de ilha do Comunismo. De fato esse era principalmente o lugar para onde as autoridades cubanas começavam a mandar os cabeças-duras, os opositoristas, os descontentes de toda espécie, os elementos da população qualificados de associais para aí submetê-los a trabalhos braçais, nos campos, com finalidade essencialmente reeducadora, como se sabe. Tremei, cidadãos, quando vosso governo qualifica de associais certos membros da comunidade! Tremei porque o critério de sociabilidade, quando utilizado com tenacidade virtuosa, é o mais terrificante dos critérios! Ela própria, Paula Negri, fora levada a dar uma voltinha pela ilha - dos pinheiros, da juventude ou dos pinguins, à vossa escolha - quando sua presença começava a se tornar embaraçosa para Havana, quando se quis afastá-la da capital no momento em que o Congresso Cultural aí juntou tantos estrangeiros, alguns dos quais célebres e influentes, mas geralmente - e involuntariamente - cegos, como o são com frequência os intelectuais de esquerda, ah mulas manas e beatas! (Pouco depois, quando conseguiu deixar Cuba na primavera daquele ano, em circunstâncias rocambolescas que dariam, por si só, assunto para todo um romance. Paula leu com surpresa as declarações de certos escritores parisienses. Como podiam eles ser otários a esse ponto, puxa-sacos a esse ponto? Eram originários em sua maioria do inferno glacial do stalinismo, e não tinha aprendido nada. Nada de essencial pelo

11. Semprun, destruindo mitos

menos. Encaravam de novo, queixo erguido, orgulhosamente, a linha vermelha do horizonte radioso, a silhueta crescente do homem novo, cegos e surdos so clamor do povo, à miséria moral que se instalava, por um período histórico indefinido, se não infinito, na ilha de Cuba, subjugada à palmatória do Grande Timoneiro vernacular. E é preciso dizer que essa cólera de Paula não é demasiada, ao contrário se justifica plenamente. Para convencer-se, bastaria ler a coleção do *Nouvel Observateur* da época. A quantidade de baboseiras que aí se podem encontrar a respeito de Cuba, sob assinaturas às vezes prestigiosas, e frequentemente surpreendentes, é de fato insuportável!

Pululam as cenas de uma comicidade irrepetível, como a de Sartre possivelmente substituído por um sócia profissional: “A menos, é claro, que ele fosse o próprio Sartre que fingisse ser seu próprio sócia para proteger sua solidão, sua intimidade, para evitar ter de atender à curiosidade, que se podia supor voraz, devoradora e devastadora, desses personagens que o assediavam pelos *bistrot*s de Montparnasse, quando certamente ele não aspirava a mais que ser seu próprio sócia ou ser alguém mais, para gozar de um pouco de tranquilidade ontológica e preservar sua identidade ameaçada por tantos intrusos”.

Desenrolada no decurso de um dia – como o modelo do *Ulysses* de Joyce, com brincadeiras frequentes em busca da identidade do narrador, que se dirige ao leitor como Baudelaire, a “ti, hipócrita leitor”, meu irmão, meu semelhante etc. -, essa *Algaravia* faz Rimbaud encontrar-se num *pub* de Londres com Marx para discutirem a reforma agrária. O poeta de *Le Bateau Ivre* talvez tenha servido de elo de ligação com Lisagaray, o basco apaixonado pela filha de Marx e que este repudiava veementemente como genro. Numa cena remanescente de Buñuel, um padre erudito que louva em seus sermões flamejantes as virtudes intrínsecas à castidade, quando cotejada com o paganismo greco-romano, às escondidas experimenta combinações, calcinhas, ligas pretas, enquanto se transforma no travesti eclesiástico mais *dernier cri* do momento. Se “algaravia” significa linguajar árabe incompreensível, esta soberba, deslumbrante e plural *A Algaravia*, na sua plenitude, não deixa de ter seus trechos oníricos, de um lirismo fascinante, no monólogo de amor entre quem conheceu a realidade dos campos de concentração alemães da Segunda Guerra Mundial e quem desconhece a realidade de Madri ensanguentada pela Guerra Civil, Madri palco do “ensaio geral” da futura guerra, com as forças fascistas apoiadas por Hitler e Mussolini e os republicanos desfigurados pela ajuda stalinista. Com incursões cultas e de um riso que leva às lágrimas a respeito da gíria parisiense e dos provérbios *cochinos* (sujos, porcos) do povo espanhol, este livro alucinante, que marca, vincadamente, todo o ano de 1983, atinge seu ápice no reconhecimento de que é com Lech Walesa e seu *Solidarnosc* que está o futuro claramente delineado, nas frases certamente únicas de tanta lucidez e coragem na literatura política ou ficcional do nosso tempo:

“Portanto, não só o proletariado moderno não é essa classe universal que Marx fantasiou filosoficamente – mas, sejamos, entretanto, justos, todas as suas análises econômicas e sociais concretas davam uma imagem bem diferente, mais próxima da espessura contraditória do real – como também não é nem mesmo capaz, historicamente, entenda-se bem, de assumir na sociedade um papel hegemônico. Em outras palavras, o proletariado moderno, de quem Marx apenas conhecera e estudara o nascimento e os primeiros passos – passos que tinham a ver principalmente com a dissolução das antigas camadas aristocráticas de operários-artesãos que fizeram da Comuna de Paris (a primeira!) o exemplo, e o canto de cisne, de suas possibilidades -, não era uma classe capaz de transcender e ultrapassar a sociedade de classes: não dispunha nem dos recursos culturais,

11. Semprun, destruindo mitos

nem dos recursos políticos, nem mesmo, obviamente, da capacidade econômica de fundar uma sociedade nova, diferente:

“A única perspectiva realmente revolucionária hoje não é a que se propõe a mudar a sociedade, mas a que propõe socializar a mudança. A prova ao contrário disso é fornecida pelos sistemas do Leste, onde uma estratégia revolucionária, se pudesse desenvolver-se, ou quando puder desenvolver-se, deverá propor obrigatoriamente como objetivo a democracia pluralista”.

12. As desordens se espalhavam por toda Paris. Resenha do livro de Maurice Grimaud, *En Mai fais ce quil te plait*

Jornal da Tarde, 1978/05/06. Aguardando revisão.

Era quase o Vietnã. Ou uma batalha napoleônica seguida segundo planos minuciosos dos grandes estrategistas. Sobre a parede, não as tropas francesas em Austerlitz marcadas por bandeirinhas no mapa da Europa, mas o mapa de Paris, com todas as suas ruas, pontos e praças rigorosamente demarcadas. Comandando as “operações militares”, o *Prefet de Police* de Paris, Maurice Grimaud, naquele maio violento de 1968 que ameaçava submergir a França no caos. Bandeiras negras dos anarquistas envolviam, irreverentes, as estátuas dos *philosophes* que tinham detonado a Revolução de 1789. Bandeiras vermelhas em cortejo desfraldadas ao vento saudavam a foice e o martelo enquanto os gritos ritmados dos jovens estudantes ecoavam em coros dissonantes, dando vivas a Lenin, a Trotsky, a Stalin, a Che Guevara ou como diria um jovem da Politécnica: “A gente dá viva, não importa a quem”. Enquanto isso, reforços para a “revolução” que destruiria o Estado francês e suas injustiças sociais chegavam com os ginasianos, de 12 a 18 anos de idade, fazendo um policial perguntar: “Será que logo vão convocar também as tropas do jardim da infância e do pré-maternal”?

Como em toda batalha, havia os heróis e os covardes. Estes se disfarçavam, com braçadeiras da Cruz Vermelha, para fugir do policial: eram os *fuyards*. Os heróis dividiam-se nas duas hostes inimigas: havia os jovens corajosos, que erguiam barreiras de carros capotados e incendiados contra o gás lacrimogênio da polícia, e havia os policiais, que não revidavam com a violência aos ataques desiguais de moços e moças que cozinhavam o pixe das ruas para jogar paralelepípedos na cabeça de policiais desprovidos de proteção de dez a dezessete horas a fio.

Os sindicatos, em grande parte controlados pelo Partido Comunista Francês, não aderiam ao que chamavam de “bagunça” dos jovens: quando um “Comitê Revolucionário” da União Nacional dos Estudantes Franceses quis invadir a fábrica da Renault, os operários lhes opuseram uma resistência feroz, em certos pontos mais temível do que a da própria polícia, chamando a atenção para os *mocassins* caros e para os carros de luxo em que se fazia aquela revolução em que o operariado não depositava a mínima confiança. O proletariado estava muito mais interessado em promover greve após greve, apesar de elas serem proibidas expressamente por lei – as greves eram um golpe a mais

na economia vacilante do Estado, pois uma delas apenas deu prejuízos capazes de cobrir todo o orçamento do governo para pagamento dos policiais.

Com o início de incêndio da Bolsa de Valores, até os bombeiros, que vêm apagar as chamas que ameaçam alastrar-se por prédios vizinhos, são atacados com coquetéis Molotov e projéteis de todas as espécies, pelos estudantes e seus simpatizantes. A imprensa, e a população, a princípio francamente favoráveis aos estudantes e suas reivindicações por uma sociedade justa, que elimine os privilégios de uma minoria de parasitas riquíssimos, não tardam em alarmar-se com a proporção crescente dos conflitos de rua: o esquerdista *Le Monde*, sempre tão severo em dar notas de comportamento ao Brasil, não hesita em evocar a possibilidade de uma devastadora *guerre civile* que colocaria a França em dois campos inconciliavelmente opostos.

O governo está ausente: o General De Gaulle, o Júpiter daquele Olimpo repentinamente sacudido pelas reivindicações dos dionisíacos, está na Romênia, onde a população oprimida por uma ditadura férrea o saúda como o arauto de libertação e como o defensor da independência dos países satélites da Rússia soviética, assim como ele denunciara claramente os propósitos hegemônicos dos Estados Unidos. M. Pompidou, também está de férias. Volta risonho e corado, descansado, minimizando a princípio as proporções da rebelião estudantil de maio. A polícia pondera: deverá pedir o apoio do Exército para debelar a anarquia? Mas os tanques tinham falhado na revolta de Praga: seu uso não seria exagerado? Afinal, a França não era uma republiquinha qualquer de *là-bas*, da América Latina, distante e subdesenvolvida... Além disso, a extrema direita contrabalançava as incursões de elementos estranhos ao meio estudantil, ameaçando entrar na escalada de terrorismo e aprofundando as possibilidades de uma autêntica guerra civil.

Quem comanda as operações com habilidade e estratégia insuperáveis é o autor do livro, o *prefet de police* Maurice Grimaud, uma espécie de Encarregado da Segurança de Paris, cargo sem equivalente em outras cidades francesas e sem tradução exata em português. Aliás, o próprio *prefet de police* é intraduzível: cita o dramaturgo francês Molière, o romancista Stendhal, o fantasma do pai de *Hamlet*, o nobre socialista utópico Saint-Simon em suas meditações. E, características inauditas: mistura-se com o povo, com seus subordinados e com os próprios estudantes, desarmado, a pé, além de criticar a pompa e a centralização excessiva do governo e dar grande parte de razão aos conceitos dos jovens por justiça, liberdade, igualdade de direitos para todos. Medita inclusive no paradoxo de enquanto a polícia luta com escudos e nos gás lacrimogênio contra paralelepípedos e coquetéis Molotov, algum dedo frio, insensível poderá a qualquer momento apertar o botão que detona ogivas nucleares capazes de destruir totalmente a Europa Ocidental, Moscou ou Nova York, à vontade...

Duvida que haja uma “organização internacional” (a CIA? a KGB? Washington ou Moscou via Praga?) por trás das *bagarres* de maio: elas foram espontâneas, derivam de uma injusta distribuição de rendas e atribuições na própria estrutura, fortemente centralizada e autocrática, do Estado francês. Revolta-se, porém, contra o espezinamento da memória nacional mais sagrada: o pisoteamento do Monumento ao Soldado Desconhecido, no Arco do Triunfo, no fim da avenida dos Champs Elysées, onde se guarda o pó reverencial do grande mártir da Resistência francesa ao invasor nazista: Jean Moulin – sob torturas atrozes dos alemães no QG da Gestapo, ele preferira esfacular o crânio contra a parede a revelar o nome de seus companheiros de luta contra o exército estrangeiro de ocupação.

Depois de mais de um mês: chega! É tempo de férias, as universidades vão fechar, as praias ensolaradas da Côte d'Azur e os esportes de inverno nos Alpes falam mais alto. Da trégua se passa, quase que inconscientemente, para a paz, numa guerra sem mortos. Esvazia-se a Universidade de Sorbonne e o espetáculo é patético: em vez de células de bravura encontram-se jovens que não são estudantes, drogados e ratos saboreando o lixo que se acumulou pela falta de higiene e de faxineiros durante mais de um mês de “liberação” do território universitário. Grimaud cita ironicamente o *Puntilla* de Brecht: a sociedade tem dois rostos – a princípio é generosa, impulsiva, radical, depois de passado o estado de embriaguez volta a ordenar o retorno à escola, à fábrica, à “normalidade”. Contados os feridos, o saldo do próximo fim de semana de desastres do trânsito supera facilmente aquela “batalha” campal. Estava debelada a “tirania das ruas” que ameaçava a liberdade dos demais em prol de uma minoria, embora jovem e embora certa em muitas de suas reivindicações. Os líderes dos “rebeldes” confessam, em autocrítica maoísta, que a violência só dá votos para o governo: afinal, o plebiscito solicitado pelo general está próximo e dele o Deus Supremo da *grandeur* francesa sairá derrotado. Consequência das revoltas de Maio? Grimaud recorre a paralelos históricos para duvidar disso: as revoltas de 1848 derrubaram a monarquia, mas De Gaulle terá caído por suas ideias serem arcaicas no contexto atual mundial ou porque seu orgulho não se satisfaz com a votação que não lhe dava plenos poderes para dirigir a França como Soberano supremo de uma democracia nem mesmo relativa? Em vez de “depois de mim, o dilúvio”, ao contrário, depois do dilúvio é que sobreveio a tranquilidade inesperada, serenados os ânimos de forma surpreendente tal a escalada de violência e vandalismo. E, generoso, o *prefet de police* dá a receita mágica para se conseguir tais milagres: a tolerância policial para com as reivindicações jovens, esse é o ingrediente-chave da vitória. Para bom entendedor, meia palavra basta... Ele argumenta, com fatos, que a *Souplesse*, a flexibilidade, a instantaneidade de reflexos, a resistência estoica às provocações, o diálogo sereno impedem a fogueira do descontentamento de crescer.

O título do livro, como muitas reflexões sobre a inacessibilidade olímpica de General De Gaulle, é irônico em sua edição original francesa: *En Mai, fais ce qu'il te plait*. É um adágio popular que se segue a outro que aconselha aproximadamente: *Um Avril ne te découvre d'un seul fil*, ou, em português, em abril não descubras de um só fio (porque o inverno está ainda presente com seu frio cortante). Em maio, ao contrário, faz o que te der vontade... Para o leitor atento fica a lição inesquecível: sem o saber o *prefet de police* foi quem atingiu o objetivo dos jovens irados: colocou “*l'imagination au pouvoir*”, pôs a imaginação no poder, a imaginação que inclui sempre flexibilidade, tolerância, compreensão, pois só a imaginação nos pode levar a nos colocar no lugar dos pretensos inimigos e suas legítimas pretensões, só ela, portanto, pode se sobrepor ao poder tirânico, venha ele das autoridades, venha ele dos contestadores, novos opressores. A força não é o argumento dos fortes, mas dos fracos: todo totalitarismo só se mantém à custa do terror instalado como estrutura do próprio governo (Uganda, União Soviética, África do Sul etc. etc. etc.). A verdadeira arma da vitória é a tolerância, é o diálogo, é a vivência da verdade alheia. Ou como diria uma teórica política cara aos insurrectos que a conhecessem por acaso em seus escritos, Rosa Luxemburgo: “a nossa liberdade termina onde começa a do próximo”, sem o próximo caímos no abismo autista do Partido único, monolítico e, no fundo, suicida. Não por caso Maio é, na Europa, o mês da primavera: é também o mês da esperança, da volta do sol e da luz, palavra que no latim vem da mesma raiz de lucidez.

13. A missão do escritor. O discurso de Camus em Estocolmo (trad. Leo Gilson Ribeiro)

Diário de Notícias, 1960/06/26. Aguardando revisão.

Prosseguindo na série “Documentos”, que divulga entre nós textos importantes da Cultura estrangeira, principalmente contemporânea, traduzimos hoje o texto do primeiro dos dois discursos com os quais Albert Camus agradeceu à Real Academia de Estocolmo pela concessão do prêmio Nobel de Literatura. Será desnecessário insistir sobre a importância fundamental desta extraordinária declaração de propósitos desse grande pensador contemporâneo, falecido recentemente. As qualidades melhores da obra e da vida desse artista ímpar da nossa era refletem-se em toda a sua pujança e integridade, nas afirmações dessa memorável oração:

“Ao receber o prêmio com o qual a vossa livre Academia quis honrar-me, a minha gratidão tornava-se mais profunda à medida que eu reconhecia quanto a recompensa ultrapassa os meus méritos pessoais.

Cada ser humano e, com maior razão, cada artista, deseja ser reconhecido. Eu também o desejo. Mas não me foi possível ter notícia de vossa decisão sem confrontar o seu alcance com o que realmente sou.

Um homem quase jovem, rico somente de suas dúvidas e de uma obra ainda meramente esboçada, habituado a viver em meio à solidão do trabalho ou nos refúgios da amizade, como não teria se inteirado, com um sentimento próximo do pânico, de uma decisão que o conduzia, bruscamente, só e reduzido a si mesmo, ao centro das atenções, sob o foco de uma luz crua? E como poderia receber esta honra enquanto na Europa outros escritores, dentre os maiores, estão condenados ao silêncio enquanto sua terra natal suporta uma dilaceração incessante?

Conheci este caos e esta comoção profunda. Para reencontrar a paz, foi-me necessário, finalmente, ajustar contas com um destino demasiado generoso. E já que eu não podia elevar-me até ele, apoiando-me somente em meus próprios méritos, nada mais encontrei capaz de ajudar-me senão o que me tem mantido nas circunstâncias mais adversas, durante toda a minha vida: a ideia que tenho da minha arte e da missão do escritor.

Permita-me que vos diga, como testemunho desse sentimento de gratidão e de amizade que me animam, e da maneira mais simples que me será possível, qual é essa ideia.

Pessoalmente eu não poderia viver sem a minha arte. Mas nunca coloquei esta arte por cima de tudo. Se, ao contrário, ela me é necessária é porque não se separa de ninguém e me permite viver, exatamente como sou, no mesmo nível de todos os meus semelhantes.

A arte não é, na minha opinião, uma alegria solitária. É um meio de comover o maior número de seres humanos, oferecendo-lhes uma imagem privilegiada dos sofrimentos e das alegrias comuns a todos. Ela impõe, portanto, ao artista, não se isolar, ela o submete à verdade mais humilde e mais universal. E quem escolheu, como sucede muitas vezes, seu destino de artista, porque se sentia diferente dos outros, logo aprende-se que não poderá alimentar a sua arte e a sua diferença individual se não confessando a sua própria semelhança com todos os homens. O artista se forma neste eterno encontro, neste intercâmbio entre ele e os demais, a meio caminho da beleza, que lhe é indispensável, e da comunidade da qual não poderá desligar-se. Isto porque os verdadeiros artistas não conhecem o desprezo pelos seus semelhantes, eles impõem-se a si mesmos compreender em vez de julgar. E se há uma parte deles à qual nos possamos aliar, ombro a ombro, neste mundo, não poderá ser senão aquela em que – conforme a grande frase de Nietzsche – não mais reinará o juiz, mas sim o criador, seja este operário ou intelectual.

A missão do escritor comporta, ao mesmo tempo, deveres difíceis. Já pela sua própria definição ele não poderá pôr-se, hoje em dia, a serviço dos que fazem a História, mas sim dos que a sofrem. Caso contrário, ele estará só e privado da sua arte. Todos os exércitos da tirania, com os seus milhões de homens, não poderão arrancá-lo da solidão, mesmo se – e principalmente se – ele consente em caminhar com eles. Mas o silêncio de um prisioneiro desconhecido, abandonado às humilhações, no outro extremo do mundo, basta para tirar o escritor do exílio, cada vez, pelo menos, que ele consiga, gozando os privilégios da liberdade, não esquecer aquele silêncio e dar-lhe eco por meio da arte.

Nenhum de nós tem bastante grandeza para uma tal vocação. Mas em todas as circunstâncias da sua vida, obscuro ou provisoriamente célebre, preso às cadeias da tirania ou livre para exprimir-se, o escritor pode encontrar de novo o sentido de uma coletividade viva que o justifique, sob a única condição de que ele aceite, segundo a medida de suas forças, o peso duplo que constitui a grandeza de seu ofício: o de estar a serviço da verdade e da liberdade. Já que a sua vocação é a de reunir o maior número de homens, ela não se pode adaptar à mentira e à servidão, as quais, onde imperam, fazem multiplicar as solidões. Sejam quais forem as nossas debilidades pessoais, a nobreza do nosso ofício terá sempre suas raízes nestas duas promessas difíceis de manter: a recusa de mentir a respeito do que sabemos e a resistência à opressão.

Durante mais de vinte anos de uma História demente, perdido, sem salvação como todos os homens de minha idade, nas convulsões de minha época, eu tenho sido apoiado pela noção obscura de que escrever é uma honra porque esse ato exigia um empenho moral e não somente o de escrever. Exigia o empenho específico de carregar sobre os ombros, exatamente como eu era e segundo minhas forças, junto com todos que viviam o mesmo período histórico, o infortúnio e a esperança de que éramos partícipes. Estes homens, nascidos no início da primeira guerra mundial, que tinham vinte anos na época da instauração do regime hitleriano e dos primeiros processos revolucionários e que foram em seguida submetidos à prova, a fim de aperfeiçoar a sua educação na guerra da Espanha, na segunda guerra mundial, no universo dos campos de concentração, na Europa das torturas e das prisões, devem hoje educar seus filhos e produzir suas

obras num mundo ameaçado pela destruição atômica. Ninguém, suponho, pode exigir que eles sejam otimistas. E creio também que devemos compreender, embora sem deixar de ornao-los, os que, devido ao exemplo dos que sucumbiram diante de um desespero maior, reivindicaram seu direito à desonra e tombaram no niilismo da nossa era. Mas a maior parte de nós, em meu país e na Europa, recusou este niilismo e se pôs em busca de uma legitimidade. Estes tiveram que forjar um modo próprio de viver em meio às catástrofes, para nascer uma segunda vez e lutar em seguida, com o rosto descoberto, contra o instinto de morte ativo na nossa História.

Cada geração, não há dúvida, crê-se na obrigação moral de refazer o mundo. A minha sabe, porém, que não o refará. No entanto, a sua obrigação é talvez ainda maior para com ele. Ela consiste em impedir que o mundo se arruíne. Herdeira de uma História corrupta, na qual as revoluções deterioradas, a técnica tornada louca, os deuses mortos e as ideologias extenuadas se confundem, na qual poderes medíocres podem hoje em dia destruir tudo já sem saber convencer, de uma História na qual a inteligência abaixou-se a ponto de pôr-se a serviço do ódio e da opressão, está partindo só das suas negações, um pouco daquilo que constitui a dignidade de viver e de morrer.

Diante de um mundo ameaçado de desintegração, no qual os nossos grandes inquisidores arriscam-se a instaurar para sempre o reino da morte, ela sabe que deverá, numa espécie de corrida insana contra a aparência, restaurar entre as nações uma paz que não seja a da servidão, reconciliar novamente o trabalho e a cultura, reconstruir com todos os homens uma aliança internacional. Não é certo que possamos jamais conduzir a bom termo uma tarefa tão imensa, mas é certo que, onde quer que seja no mundo, a nossa geração já aceita o seu duplo repto de verdade e de liberdade e, se necessário, saberá morrer sem odiá-lo. É ela – esta missão –, portanto, que merece ser saudada e encorajada onde quer que se encontre, e sobretudo onde ela é sacrificada. É a ela, de qualquer modo, que, certo de vosso profundo consentimento, eu desejaria transferir a homenagem com que me honrais hoje.

E eis que depois de vos ter explicado em que consiste a nobreza do escritor, eu ao mesmo tempo o coloquei novamente no lugar que lhe compete, como sendo o do indivíduo que não tem títulos senão os que comparte em comum com os seus companheiros de luta, vulnerável mas obstinado, injusto mas sedento de justiça, que constrói a sua obra sem sentir vergonha nem orgulho, diante de todos, sempre dividido entre a dor e a beleza e dedicado, enfim, a extrair de sua dupla vida as obras que ele insiste, obstinadamente, em edificar contra o movimento destrutor da História. Quem então poderia exigir-lhe soluções já feitas e belos códigos de moral? A verdade é misteriosa, sempre difícil de alcançar. A liberdade é perigosa, tão árdua de ser vivida quanto inebriante. Devemos dirigirmo-nos rumo a estes dois objetivos, penosa, mas resolutamente, certos, já de antemão, das nossas derrotas no percurso de um caminho tão longo. Que escritor ousaria, em sã consciência, erigir-se em pregador da virtude? No que me diz respeito, é necessário que eu repita que não sou nada de tudo isso. Não pude nunca renunciar à luz, à alegria de viver, à vida livre em meio à qual cresci. Mas embora esta nostalgia explique muitos de meus erros e de minhas culpas, ela me ajudou, sem dúvida, a compreender melhor o meu ofício, ela me ajuda ainda a unir-me, cegamente, a todos os que, silenciosamente, não suportam no mundo a vida que lhes foi dada senão graças à recordação ou ao retorno de momentos de felicidade livres e breves”.

14. Resenha de Albert Camus, Herbert R. Lottman, Éditions du Seuil, Paris, 1978

Jornal da Tarde, 1979/03/03. Aguardando revisão.

Novos ricos da cultura, os norte-americanos tanto se comportam como ignaros milionários texanos do petróleo e compram telas “impressionistas” francesas pintadas por falsários cínicos como acumulam coleções deslumbrantes de arte como as riquíssimas famílias Rockefeller, Mellon, Guggenheim. No setor editorial, há a mesma bifurcação de uma cultura que se sedimenta desigualmente. Atualmente, o mercado livreiro dos Estados Unidos está abarrotado de três elementos díspares: uma preocupação supra real com fadas, Triângulos das Bermudas, Objetos Voadores não-identificados, feiticeiros do México de Castañeda seria a primeira vertente dessa tendência. A segunda é talvez a mais tradicional de toda a história da publicação nos EUA: os almanaques agora enobrecidos com o título presunçoso de *Enciclopédias* e que põem ao alcance de qualquer cidadão comum *tudo que você queria saber* sobre sexo, sobre como cuidar da sua saúde, como usar um terno, como ganhar um milhão de dólares, como seduzir mulheres e influenciar pessoas. É a parte do sucesso *made in USA*. Por último, prolifera uma verdadeira coqueluche nacional do vírus biographococos. Há biografias sobre todas as personalidades vivas ou mortas, estrangeiras ou nacionais já surgidas meteoricamente pela vida. Arthur Schlesinger explicita o Kennedysmo, mas uma biografia cruel da perversidade da *star* Joan Crawford como mãe-megera lidera a lista de livros mais vendidos pelos mexericos picantes que revela sobre a personalidade médico e monstro da atriz que na tela fez suspirar grandes poetas como Carlos Drummond de Andrade como milhões de mortais ofuscados pela beleza e personalidade da artista.

Se escritores como Virginia Woolf, Proust, E. M. Forster, Joseph Conrad, Hemingway, D. H. Lawrence e outros tinham suas vidas esmiuçadas não por um, mas até por três ou quatro biógrafos simultaneamente – evidentemente com resultados às vezes conflitantes entre si – por que, pensou o jornalista Herbert R. Lottman, esfregando as ávidas mãos de contentamento, não me dedicarei a uma biografia sobre Albert Camus? O próprio peso físico da “pesquisa” levada a cabo anos a fio sobre o autor de *La Peste* já impressionaria: quase 30.000 linhas, quase 300.000 palavras de texto e a máquina dos *best-sellers* já tilintaria docemente na conta bancária de Mr. Lottman.

Infelizmente para o leitor e para o morto indefeso, é justamente o contrário que acontece: *Albert Camus, par Herbert R. Lottman*, Éditions du Seuil, Paris, 1978, enterra vivo qualquer interesse pelo escritor francês, soterrando-o com uma enxurrada de detalhes inúteis e banalidades do tipo das reportagens exigidas pelo jornalismo na acepção mais chula e menos grandiosa do termo: durante

uma partida de um jogo semelhante à *boccia* italiana, um dia, foi Camus quem ganhou. A França foi invadida pelos exércitos hitleristas? Na Argélia, especifica o candidato a biógrafo, Camus tinha feito sozinho uma *grandiose Bouillabaisse* dando a impressão ridícula de que Camus ficara indiferente ao desfile das tropas alemãs sob o Arco do Triunfo em Paris, cozinhando uma peixada “com suas próprias mãos”. Os detalhes insignificantes e risíveis não se detêm aí minimamente: é enumerado item por item e quantidade por quantidade, todo o enxoval da noiva do primeiro casamento de Camus, sem esquecer que ele recebera da mãe doze pares de meias brancas. Sartre e Camus reúnem-se em um restaurante, não para discutir sobre política e filosofia, mas para comer cuscuz árabe, enquanto Simone de Beauvoir melancolicamente constata que as costeletas de carneiro que lhe couberam não passam de um osso envolto numa tênue camada de gordura...

O “biógrafo” dá minúcias cômicas de tão sem importância como: um carro que vinha buscar Camus chegou na hora. Ele expediu à família que ficou na África do Norte um caixote de víveres? O leitor fica sabendo, um por um, que víveres e que quantidades exatas deles foram mandadas. Não é vital para uma exegese metafísica da obra de Camus saber o nome do seu cão fox-terrier? Era *Cigarette*... E não é decisivo saber que um dos *bistrots* onde Camus jantava recebera três estrelas do Guia Michelin, de orientação culinária muito respeitada na França, uma espécie de Baedeker do paladar? Camus sobre cronicamente de tuberculose? A possibilidade de treinar ping-pong em um hotel suntuoso, com refeições excelentes, parece-lhe tornar a ideia de permanecer num sanatório bem mais aceitável. Há sempre uma obsessão gastronômica ridícula: em Nova York, Camus consome, no *drugstore* mais próximo, o típico *breakfast* americano: suco de laranja, dois ovos com bacon, torradas e café.

A incredulidade, a irritação, o ultraje apoderam-se do leitor. Será humanamente possível que o livro não decole nunca acima de tais banalidades? A importância capital de Camus ficará sepultada nesse labirinto de citações *non sequitur* e de uma estupidez bovina, a acumular pormenores em quantidade, diante da impossibilidade congênita do compilador de interpretar profunda e concisamente o pensamento, a intenção e a realização que animam a grandeza da criação camusiana?!

Do ponto de vista meramente estatístico, Herbert R. Lottman tem uma vantagem: as aspas. Cada vez que, a propósito ou fora de propósito (como na maioria das vezes), ele cita Camus ou outro pensador, o leitor submetido a essas imersões forçadas na banalidade majoritária dessas páginas, recobra fôlego e respira. Porque a verdade inegável é que se esta “biografia” é tragicômica de tão trapalhona e superficial, no entanto, os fatos se inserem por entre as frestas de tanta ingenuidade estúpida disfarçada de meticulosidade de “investigação” e o leitor, exausto, consegue vislumbrar lampejos de luz depois de tanta treva. Em meio ao depoimento adiposamente excessivo dado por dezenas de amigos e conhecidos de Camus que contribuíram com suas opiniões, datas e esclarecimentos para a confecção dessa biografia insípida e grotesca, sempre se filtra um raio ou outro de inteligência em meio a tanta busca pomposa de “objetividade anglo-saxônica”, *slogan* publicitário com o qual as editoras (francesa e americana) querem ludibriar o leitor, fazendo-o crer que está comprando uma obra séria e quem sabe até “definitiva” sobre Camus...

O que resta então desta comédia de erros de dimensões imensas (688 páginas de formato duplo, letra miúda)? Nada que estudos infinitamente mais sucintos e mais profundos sobre Camus não tenham já deixado claro, servindo-se, ao contrário deste livro, de um estilo e de uma exegese dignos

dessas designações (Robert de Luppé, Wyndham Lewis, Morvam Lebesque, Roger Quilliot, Albert Maquet e muitos outros).

É de conhecimento geral o universo particular de Camus para quem conheça, ainda que superficialmente, seus livros: a insistência na superioridade da civilização mediterrânea, que desde a Grécia antiga celebrava o comedimento, a virtude do equilíbrio equidistante de qualquer extremismo, a cálida tolerância humana que o sol – da sua Argélia natal, quando era ainda colônia francesa – traz para aproximar os homens em um clima de fraternidade e não de conflitos dilacerantes como na Europa tecnicizada, desumanizada e gélida. A continuação que ele, Camus, representa da linhagem de escritores como Melville, Pavese, Kafka e mais longinquamente do poeta-filósofo Lucrécio que constatam o absurdo da condição humana com a nota de marcante diferença: para ele não se devia prantear a brevidade da vida, mera preparação para a morte, nem se deveria buscar uma além-vida mística, radicada na Fé, em Deus, no Absoluto. O Absoluto era a própria existência humana, o Absoluto, em termos desprovidos de qualquer pregação cristã, era o Próximo.

Extraordinário de vibração humana, excepcional pela sua ínclita honestidade, Camus foi cronologicamente o primeiro também a criar uma linhagem: a dos escritores modernos que denunciam inapelavelmente os totalitarismos políticos, desde Malraux e Silone a García Lorca e Solzhenitsyn. De fato, a grandeza da sua efêmera, mas indelével passagem pela esfera da reflexão e da comoção humanas em sua expressão francesa deste século enraíza-se nitidamente no seu *aut-aut* ético: o que para o existencialista místico dinamarquês Kierkegaard representa o *ou se cré* em Deus, ainda que a Fé se estribe no absurdo, *ou nada tem significado*. O que ecoa a dilacerante indagação de Dostoiévski: se há Deus, por que existe o Mal? Camus envereda por um desvio da questão colocada nesses termos teológicos. Pressupõe a inexistência nietzscheana de Deus: “Deus está morto”, proclamou Zaratustra e se agarra então com maior fervor ao ser humano desamparado entre o nascimento e morte, ambos ilógicos, e só justificado pela beleza sem transcendência religiosa de ser, de agir fraternalmente em meio aos demais seres humanos.

L'Homme Révolté (e, em menor escala, *Le Mythe de Sisyphe*) exprime, de forma eloquente, inesquecível, todo o Credo humanístico de Camus que o torna a cada dia mais lúcido e mais relevante para a nossa época. Haverá autor mais contemporâneo da era dos campos de concentração soviéticos, o tétrico *Gulag* de Solzhenitsyn, do Muro de Berlim, do *pardón* de execuções da Cuba castrista, da terra arrasada das antigas democracias sul-americanas como o Uruguai e o Chile, transformados em repetições de Dachau e Auschwitz e do exílio do homem da solidariedade do seu próximo no navio que, carregado de vietnamitas, erra em alto mar, saqueado por piratas e com sua “carga” humana recusada pela quase totalidade das nações do mundo?

Como esta biografia claudicante deixa entrever, em meio a essa pleonástica acumulação de obviedades que o leitor tem que varrer, linha por linha, para divisar o biografado, o fulcro central de todo o pensamento de Camus, aliado à beleza solene e severa do seu estilo artístico clássico, sóbrio, sereno, é a recusa do Terror como argumento para justificar a política de Direita ou de Esquerda. Se nada mais restar da produção teatral e dos romances de Camus – *Le Malentendu*, *La Chute*, *La Peste*, *L'Étranger* – permanecerá, porém, intacta, sua soberana meditação filosófica, ética, política, sobre o “Homem Revoltado” apoiada na negação de que os fins justificam os meios. Em germen, essa revolta de um Prometeu humano contra o absurdo já pronunciava a precariedade,

hoje acelerada em seu ritmo, em que já vivemos neste início de 1979. Ao fundar, com a novelista norte-americana Mary McCarthy e outros intelectuais o Grupo América-Europa, ele já delineava, um a um, todos os males que persistem e se agravam desde então:

“Somos um grupo de homens que, ligados e amigos da América, da Itália, da África e de outros países, decidimos unir nossos esforços e nossas reflexões para preservar algumas das razões que dão sentido às nossas vidas.

Essas razões estão ameaçadas hoje em dia por muitos ídolos monstruosos, mas sobretudo pelas técnicas totalitárias.

Essas razões estão ameaçadas sobretudo pela ideologia stalinista.

Essas razões estão ameaçadas também, em grau menor, é verdade, pela tecnolatria norte-americana. Esta não é totalitária, pois pressupõe a neutralidade do indivíduo. Mas, a seu modo, ela também é totalizante, pois soube, através dos filmes, da imprensa e da rádio, tornar-se indispensável psicologicamente e tornar-se amada...”

Esse pequeno grupo de intelectuais de esquerda anticomunista não acreditava na mera substituição dos padrões capitalistas, donos das fábricas, pelos chefes incontestes e incontestáveis do Partido Comunista, chefe todo-poderoso de todos os pensamentos e ações, o *Big Brother* orwelliano. E discernia perfeitamente entre os intelectuais norte-americanos que não aceitavam o *american way of life* e seu imperialismo econômico e cultural sobre os demais países como tampouco confundia os dissidentes soviéticos com o terror stalinista que erguia o sinistro campo de aniquilamento, o inferno dantesco do *Gulag* que só em 1956 Kruchev deixaria aparecer, em escala ínfima, com a publicação de *Um Dia na Vida de Ivan Denisovitch* de Solzhenitsyn e a denúncia dos crimes de Stalin revelados no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

O “biógrafo” natimorto, Herbert R. Lottman, liquida com 12 páginas e meia a Ruptura entre Sartre e Camus, como se tratasse, hipoteticamente, da separação de Jacqueline ex-Kennedy do milionário grego Onassis, em tom de sensacionalismo panfletário, sem aprofundar-se minimamente no divisor de águas simbólico para todo o século XX que essa escolha temerária de Camus, contra a maquinaria poderosa do Partido Comunista Francês, dócil ao comando da “Central” de Moscou, acarretaria contra ele. Camus recebeu, é verdade, o apoio de uma parte considerável da Esquerda que repudiava o totalitarismo, mas o conluio entre os robôs do Partido e a apressada rotulagem de “valeroso combatente” pela imprensa de Direita agiu como um rolo compressor. Ao receber o Prêmio Nobel, ainda extremamente jovem, Camus foi saudado com ironia como um autor “cuja obra já tinha perecido” e a sordidez moral de Sartre, que invejava o sucesso de Camus, não deixou de funcionar: pois, se Sartre jamais condenara os campos de morte da URSS nem participara da Resistência e só “liberara” um teatro, quando da chamada “liberação” de Paris, que respaldo moral ele teria para se opor à corajosa afirmação de Camus de que “se por acaso a verdade for da Direita eu o direi”? Sartre era, como Camus o via lucidamente, um burguês que vivia de rendas, que se recusava a condenar os horrores dos republicanos espanhóis entregues aos soviéticos e transportados incontinenti, por ordem do Paizinho Stalin para os campos gélidos da Sibéria. Caridosamente, Camus não atacou a fragilidade do “existencialismo” pseudofilosófico de Sartre: mais cáustico foi o filósofo alemão Heidegger que respondeu à solicitação de um colóquio com Sartre: “Não recebo repórteres”.

Nunca a história da França abrigara conflitos tão trágicos no decurso de uma única vida: argelino de nascimento, Camus tivera que assistir aos dolorosos eviceramentos da Argélia do jugo francês; participou do movimento da Resistência contra o invasor nazista alemão; dilacerara-se com o papel colonizador e tirano da França na Indochina, prelúdio da derrota fragorosa de Dien-Bien-Phu e da *débâcle* ontem americana, hoje chinesa no Vietnã. Camus, que almejava a reumanização do homem, verificava a coisificação do homem pelo aparato repressivo do Estado, que suprimia todas as liberdades, inclusive a do artista. Para ele, a arte baseava-se na realidade e, portanto, na revolta contra essa realidade. O artista, como já o reconhecera há milênios Platão, ao expulsar de sua *República* ideal todos os artistas, é sempre o inimigo de toda as ideologias que não sejam democráticas: manipulado pelo Estado ou pelos meios de comunicação de massa, o artista pode ser fácil e rapidamente transformado na polpa amorfa do inimigo do Povo, como na peça de Ibsen, mesmo quando, na realidade, ele seja o único legítimo amigo do povo, ao orna-lo contra a poluição física, que envenenará milhares de vidas e a poluição mental imposta pela Censura, de Armando Falcão ou de Jdanov, tanto faz.

Quem se aventurar por esse mais de meio milhar de páginas e palavras que esvoaçam em torno de Camus como se ele fosse uma carniça rendosa no *book market* concordará que há males que vêm para bem. Quem conhece os pontos inegavelmente altos da ação e da reflexão íntegras de Camus correrá de volta a seus livros fundamentais, tanta será a saudade da inteligência depois de tão longo deserto de estupidez. Quem não conhecer Camus, pelo menos através das citações copiosas que esta biografia elefantina inclui, poderá interessar-se por este autor que, provavelmente mais do que qualquer outro, exceto Malraux, é extremamente pertinente para o mundo de hoje e especificamente para o Brasil de hoje.

Lottman não obedeceu a um sábio preceito anotado cuidadosamente por Camus em seus *Carnets* pessoais:

“A verdadeira obra de arte é aquela que diz menos”.

Se o infortunado autor desta paquidérmica biografia tivesse seguido esse profético conselho, seu volume não seria essa irritação seguida de frustração que se arrasta por quase 700 páginas longuíssimas, sem armistícios quase. Os leitores podem ficar advertidos desde já: o mesmo Herbert R. Lottman está preparando, entre um trabalho jornalístico e outro, um livro sobre o urbanismo europeu (afinal, Lottman é versátil...) intitulado, profeticamente, *How cities are saved* (Como se salvam as cidades). Pela amostra de como ele quase destruiu a cidadela de Camus, pode-se prever que catástrofe cairá agora na área dos arquitetos, planejadores urbanos e habitantes de metrópoles.

Por ora, como uma funda nostalgia, ficam as palavras estoicas, maduras, másculas de Camus ao reconhecer, já em 1935, a ilusão comunista do mero progresso material como forma de solução de *todos* os problemas humanos, da centralização de ordens colocada totalitariamente por Lenin em Moscou, a falácia de que o ser humano pode prescindir de valores espirituais em prol do Estado abstrato. Como jamais perderão seu significado as palavras ao hesitar entre aderir ao Partido Comunista, enquanto as “democracias socialistas” de todos os matizes escamotearem a verdade e a liberdade, a democracia e justiça:

“Justamente na experiência (leal) que emprenderei (ao entrar para o Partido Comunistas, na esperança de a doutrina comunista suscitar novas preocupações espirituais), eu me recusarei, sempre, a colocar entre a vida e um ser humano um volume do *Capital*”.

A atualidade das meditações de Camus sobre a revolta contra a tirania e a impossibilidade de se justificar um crime através de uma ideologia, por mis justa e amante da liberdade e dos mais sublimes ideais da humanidade que esta pretenda defender, constitui, desde a primeira página, o ponto mais surpreendente de seu ensaio profundo e abrangente, *L'Homme Révolté*.

Seria difícil acreditar que as reflexões e acusações de cunho visceralmente ético do autor nascido na Argélia foram publicadas em 1951. A única possibilidade que o leitor tem de comprovar sua data é confrontando os dados então à disposição do escritor e a avalanche de dados ainda mais apavorantes que surgiriam cinco anos depois, com a revelação, ainda que parcial, dos crimes em massa perpetrados por Stalin, durante o XXº Congresso do Partido Comunista da União Soviética, quando Kruchev temerariamente levantou o véu sobre o terror stalinista.

Hoje, depois que os *khmer* vermelhos do Camboja do comunismo da idade da pedra massacraram um terço da população civil do país, em que milhões vieram se somar aos tétricos arquipélagos *Gulag* da Rússia, à chacina “científica” de Hiroshima, aos campos de concentração e tortura de vários países latino-americanos, ao esmagamento do “socialismo de rosto humano” de Dubcek, da rebelião húngara de 1956 – agora suas palavras adquirem a gravidade de um brado de consciência mundial contra o napalm usado no Vietnã pelos norte-americanos e contra os eritreus separatistas pelos cubanos comandados pelos russos na Etiópia em guerra fratricida, nas execuções sumárias que vão do Irã ao Irak, ao Iêmen do Sul, num vasto *paredón* do arbítrio erigido em *jihad*, guerra santa contra os que ousam dissentir.

Seu ponto de partida é, como se poderia dizer, jurídico-filosófico. E não há texto mais atual com referência às Brigadas Vermelhas italianas e aos grupos terroristas alemães, bascos, irlandeses do Norte ou palestinos e japoneses.

“Há crimes passionais e crimes lógicos. O Código Penal os distingue, muito comodamente, por meio da premeditação. Vivemos a época da premeditação e do crime perfeito. Nossos criminosos não são mais ingênuos desarmados que invocavam como escusa o amor. Ao contrário, são adultos e seu alibi é irrecusável: é a filosofia que serve para tudo – mesmo para transformar os assassinos em juízes”.

Heathcliff, em *O Morro dos Ventos Uivantes*, mataria a terra toda para possuir Cathie, mas não lhe ocorreria a ideia de afirmar que tal assassinio fosse racional ou justificado por um sistema. Ele o cometeria, sem dúvida, e aqui está o limite de sua crença. Tal atitude pressupõe a força do amor e a firmeza do caráter. Sendo rara a força do amor, o assassinio continua sendo uma exceção e mantém seu aspecto de violência, de arrombamento ilícito. Mas, a partir do momento em que, na ausência de uma firmeza de disposição, corre-se à busca de uma doutrina que justifique os atos, a partir do momento em que o crime adquire toda as formas do silogismo. De solitário que era tal como um grito, torna-se universal como a ciência. Julgado ontem, ele é que dita as leis.

Aqui não se trata de ornaogas-nos com o fato. A intenção deste ensaio é a de, mais uma vez, aceitarmos a realidade do momento, que é o do crime lógico, e de examinarmos precisamente as

suas justificações: será um esforço para compreender os tempos em que vivemos. Pode-se aventar que uma época que, durante cinquenta anos, desenraiza, escraviza ou mata setenta milhões de seres humanos deve, em primeiro lugar, e unicamente, ser julgada. Será necessário compreender ainda a sua culpabilidade. Durante os tempos ingênuos, simplistas, do passado, quando o tirano arrasava cidades inteiras para sua maior glória, quando o escravo algemado à biga do vencedor desfilava nas cidades em meio aos festejos, quando o inimigo era jogado às feras diante do povo reunido – diante de crimes tão cândidos, a consciência não podia hesitar e a condenação era clara. No entanto, com o advento dos campos de escravos (campos de concentração) “justificados” pelo amor do ser humano ou pelo sabor de se atingir uma supra humanidade, desmantelaram, de certa forma, o próprio julgamento moral. Quando o crime se orna com os despojos arrancados à inocência, por uma curiosa anomalia característica de nossa era, é a inocência que é intimada a apresentar suas justificações. O objetivo deste ensaio seria o de aceitar e examinar este estranho desafio.

Trata-se de saber se a inocência, a partir do momento em que começa a agir, não pode parar de matar. Podemos agir unicamente no momento que é o nosso, cercados pelos homens que nos circundam. Não chegaremos à conclusão alguma enquanto não soubermos se temos o direito de matar o próximo que está aqui diante de nós ou de consentir que ele seja executado. Já que toda ação hoje em dia leva ao crime, direto ou indireto, não podemos agir sem saber, antes, se é por que devemos infligir a morte a outrem.

O importante, portanto, não é ainda o de voltarmos à raiz inicial dos acontecimentos, mas, o mundo sendo o que é, o de saber como nos comportar dentro dele. Na época da negação, poderia revelar-se útil interrogar-nos a respeito do problema do suicídio. Na época das ideologias, é preciso acertar contas com o crime. Se o crime tem razões próprias, nossa época e nós mesmos fazemos parte integrante das suas consequências. Se o crime for desprovido de razões, mergulhamos na loucura e não há outra saída senão a de reencontrarmos uma consequência ou afastarmos-nos do problema por meio de desvios. Cabe a nós, contudo, responder claramente à pergunta que nos é formulada, em meio ao sangue e aos clamores do século. Porque nós fazemos parte da pergunta em si. Há trinta anos, antes de se decidir a matar, havia-se negado muito, a ponto de se negar a si mesmo através do suicídio. Deus trapaceia, todos fazem o mesmo, até eu, portanto eu morro: o suicídio era a questão. A ideologia, hoje em dia, não nega mais do que os outros, únicos trapaceadores. E é aí que se mata. Ao alvorecer de cada dia, assassinos vestidos grotescamente insinuam-se numa cela: o assassínio passa a ser a questão.

Os dois modos de raciocinar não se eliminam mutuamente. Ao contrário, eles nos capturam e de forma tão estreita que não podemos mais escolher os nossos problemas. Eles é que nos escolhem, um a um. Aceitemos ser escolhidos. Este ensaio propõe-se a levar a cabo, diante do crime e da revolta, uma reflexão iniciada em torno do suicídio e da noção do absurdo.”

O niilismo de Nietzsche, principalmente, será o fio condutor das elocubrações éticas de Camus sobre a “legalização” e “justificação” ideológica, doutrinária, dogmática, do assassínio. “O sentimento do absurdo, quando dele se pretende antes de mais nada obter uma regra de ação, torna o crime pelo menos indiferente e, por conseguinte, possível. Se não cremos em nada, se nada tem sentido e se não somos capazes de afirmar valor algum, então tudo é possível e nada tem importância”. A pergunta que constitui o núcleo central de toda a moral humana lançada

por Dostoiévski – se Deus não existe, tudo é possível – é retomada por esse pensador que não crê em Deus, conforme proclamara o Zaratustra de Nietzsche: “Deus está morto”, mas que não aceita que não subsista um laço fraternal entre os seres humanos e se recusa corajosa e coerentemente a admitir que os fins justificam os meios, o que implicaria a recusa de qualquer premissa ética. Recusando o Cristianismo, Camus não decreta a abolição dos postulados morais da consciência e, portanto, das regras de comportamento ético de um ser humano para com o seu próximo. A revolta humana compõe-se de elementos díspares, mas não irreconciliáveis: ao contrário, são complementares. Quem se rebela contra uma situação injusta sacrifica até a própria vida pela causa de um Bem que ele crê estar acima da sua mortalidade em si insignificante: “Na revolta, o homem se ultrapassa a si mesmo e atinge o outro, o seu semelhante e, sob esse ponto de vista, a solidariedade humana é metafísica”.

Camus recusava sempre, e peremptoriamente, o rótulo de existencialista, termo demasiado vasto e confuso, que teria como linha fundamental uma análise desprovida de premissas religiosas da condição humana e a formulação de um ideal de solidariedade humana entre seres percíveis e desamparados de qualquer paraíso depois da morte. No entanto, ecoa em toda a sua obra a sombra de Kierkegaard, o filósofo dinamarquês, que reconduzia a filosofia ao terreno do sagrado com o seu *aut aut*: ou cremos em Deus e agimos de acordo com regras de amor ao próximo ditadas pelas grandes religiões, neste caso ocidental, o cristianismo, ou vivemos uma existência desprovida de um conceito metafísico, tão imediata, portanto, quanto a de um animal irracional. Camus reconhece que as estruturas religiosas como a dos incas, dos astecas, dos maias e as castas que incluem até os párias do Hinduísmo, não produzem rebeldes porque a sacralização implícita de uma sociedade enraizadamente teocrática abole por si só a noção ocidental de revolta e de absurdo. Profeticamente, porém, ele vislumbrara que a doutrina do crime legalizado pelo *imprimatur* do Nazismo ou do Partido Comunista Único logo se estenderia por todas as nações contagiadas por dogmas fanáticos políticos originados da teoria da desigualdade intrínseca dos homens divididos pelo Conde de Gobineau e por Hitler, em raças “superiores” e “inferiores”, ou saídos da retorta mecanicista do marxismo-leninismo stalinista – ambas desembocando na tortura, na morte, em Dachau, Auschwitz ou no *Gulag*. Ele coloca com nitidez a destabilização da sociedade ocidental e hoje planetária em que vivemos: “Vivemos uma História dessacralizada. O homem, por certo, não se resume apenas à insurreição. Mas a História atual, pelas suas contestações, nos força a dizer que a revolta é uma das dimensões essenciais do homem. Ela constituía a nossa realidade histórica. Se não quisermos fugir da realidade, é indispensável que encontremos nela mesma os nossos valores. Pode-se, longe do sagrado e seus valores absolutos, encontrar uma regra de conduta? Essa é a pergunta formulada pela revolta”.

Ora, o vácuo da religião é preenchido pela filosofia do Estado de Hegel; já que o mal, os erros e sofrimento não podiam mais servir de argumento contra uma Divindade inumana e talvez inexistente, é o próprio homem, é a coletividade humana que passa a ser divinizada. O nacional-socialismo alemão é apenas uma etapa transitória do niilismo. Nietzsche e Marx substituíram as recompensas do céu, após a morte, pelas recompensas temporais do “mais tarde”. “Dessa forma, Nietzsche traía os gregos e o ensinamento de Jesus que, a ser ver, substituíam o Além pelo Imediatamente. Marx, exatamente como Nietzsche, pensava em termos estratégicos e, como ele, também odiava a virtude formal. As revoltas de ambos terminam igualmente por aderir a um determinado aspecto da realidade e vão fundir-se no marxismo-leninismo e encarnar-se nessa casta

a que já se referia Nietzsche, que deveria” substituir o padre, o educador e o médico”. A diferença essencial é que Nietzsche, à espera do super-homem, propunha que se dissesse “sim” ao que é e Marx a aquilo que se transforma. Para Marx, a natureza é elemento que deve ser subjugado para se obedecer a História, para Nietzsche a natureza é que deve ser obedecida para que possamos subjugar a História. É a diferença entre o cristão e o grego.”

Além de já delinear claramente o impacto do pensamento ocidental e absolutista de Marx que redundava na destruição da ecologia e no revide da Natureza às agressões do homem efetivadas pelo desmatamento, pela poluição, pela destruição dos oceanos, Camus recorda que já Nietzsche previra o que sucederia com a teoria marxista: “O socialismo moderno tende a criar uma forma de jesuitismo secular, leigo, a fazer de todos os seres humanos instrumentos” e mais adiante: “O que se quer é o bem-estar... Em seguida marchamos rumo à escravidão espiritual de dimensões nunca vistas antes... O cesarismo intelectual paira por cima de toda atividade dos negociantes e dos filósofos... Tendo escapado à prisão de Deus, a primeira preocupação (do marxismo ateu) será a de construir a prisão, da História e da Razão, dando os toques finais, dessa forma, à camuflagem e à consagração do niilismo que Nietzsche pretendia derrotar”.

O quinhão de alucinação contido, em doses diversas, nas filosofias erigidas por Hegel e por Nietzsche, uma vez desvirtuado, conduziu, inelutavelmente, aos campos de concentração hitleristas e soviéticos. Camus vê em todas as revoluções modernas um reforço da nação, já quase sacral, do Estado. De fato, a Revolução Francesa de 1789 traz como resultado o “imperador” Napoleão Bonaparte, 1848 deságua na tirania de Napoleão III, a Revolução Bolchevista de 1917 tem como corolário Stalin, as fermentações sociais italianas da década de 20 resultam na ascensão de Mussolini ao poder, a derrocada da frágil estrutura democrática da República de Weimar, na Alemanha, à “consagração” popular de Hitler: “A onipotência crescente do Estado sancionou todas as vezes essa ambição (da construção da Cidade Humana e da liberdade genuína”. Destruída a Cidade de Deus cristã, deixaram lugar ao Estado racional ou irracional, mas nos dois casos terroristas da Alemanha nazista e da Rússia marxista. O fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão diferenciaram-se de fiéis à todas as revoluções anteriores porque, sua herança niilista, elas optaram pelo extremo de deificar o irracional, em vez de divinizar a Razão. Enquanto Mussolini citava Hegel e Hitler, Nietzsche, o fascismo italiano anunciava o advento da “Santa Religião da Anarquia”. Era a instauração da moral do gangster que se demonstrava com o apelo de Mussolini “às forças elementares do indivíduo” e pregava a exaltação “das potências obscuras do sangue e do instinto, a justificação biológica daquilo que o instinto de dominação pode produzir de pior”. Quanto a Hitler, sua “religião” confessa era uma justaposição, sem hesitações, do Deus-Providência e do céu dos germanos primitivos, o Walhalla, onde os guerreiros combateriam eternamente, eternamente feridos e eternamente cicatrizados para renovar as lutas sangrentas. Crendo-se “inspirado” por tais deuses, Hitler não hesitou em sacrificar o povo alemão que o tinha “traído”. Camus considera que um dos raríssimos homens de cultura que o nazismo produziu e que poderia dar um verniz de meditação filosófica ao movimento nacional-socialista.

Ernst Jünger formulou claramente o niilismo subjacente ao nazismo ao escrever: “A melhor resposta à traição da vida pelo espírito é a traição do espírito pelo próprio espírito, e um dos gozos maiores e mais cruéis de nossa época é o de se participar desse trabalho de destruição”... E, como o Walhalla exigia combates e inimigos perpétuos, sucederam-se, na denúncia dos subhomens, os

judeus, os franco-maçons, os plutocratas, os anglo-saxônicos, o eslavo bestial... Passa-se à idolatria do Conductor dos Povos, seja ele o *Führer*, o *Duce* ou o onisciente e onipotente Stalin ou o infalível papa chinês, Mao Tsé-Tung e seu Evangelho, o Catecismo do Livrinho Vermelho.

Na denúncia de todos os totalitarismos, de Direita ou de Esquerda, Camus vê lucidamente a herança fatal que pesou sobre as falsas profecias de Marx e seu mecanicismo econômico: “Sua doutrina (de Marx), cujo realismo ele fazia questão de ressaltar, era realista, realmente, na época da religião da Ciência, da teoria da evolução de Darwin, da máquina a vapor e da indústria têxtil. Cem anos mais tarde (isto é, em 1950), a ciência deparou-se com a teoria da relatividade, com a incerteza, o acaso. A economia tem que levar em conta a eletricidade, a siderurgia, a produção atômica (sem falar dos computadores e dos mísseis e satélites extraterrestres, que na época de Camus, não existiam simplesmente, mas cuja importância Kruchev, por exemplo, não subestimou). O fracasso do marxismo puro em suas tentativas de integrar essas descobertas sucessivas é também o fracasso do otimismo burguês da sua época. Tal impotência torna ridícula a pretensão dos marxistas de mandar cristalizadas, numa paralisia total, verdades que o eram a cem anos, com a veledade ainda de se querer que elas hoje em dia mantenham sua base de verdade científica. O messianismo do século XXI, seja ele revolucionário ou burguês, não resistiu ao crescimento sucessivo dessa mesma ciência e dessa mesma História, que em graus diferentes Marx divinizara.”

A Revolução assumiu, à Direita ou à Esquerda em seus extremos, a revolta contra as suas próprias origens de justiça, liberdade e solidariedade humana. Como Camus cita o Marquês de Sade: “A solidão é o poder”, o poder do Kremlin ou da Madrid franquista, tanto do *khmer* vermelho quanto da ausência de oposições em qualquer regime não democrático: a dissidência e a morte.

A terra desumanizou-se, a História tornou-se nosso Inferno cotidiano reproduzido na tela da televisão ou nas manchetes dos jornais, nas guerras, nos sequestros, nos atos de terrorismo. O apelo final de Camus é pelo abandono do homem de qualquer sonho de apoderar-se da natureza, da técnica, dos preceitos morais – em uma palavra: o homem deve renunciar a ser Deus, o mesmo Deus que ele relegou ao montão de cadáveres sem Deus acumulados tanto faz em Auschwitz quanto na Sibéria. A sua palavra final, mesmo descrente, como Lucrécio, de um sentido divino, metafísico, da trajetória humana pela Terra, um sentido não perceptível pelas limitações humanas, é de esperança, lucidez e destemor. A arte, a consciência, a ética representam o humano imperecível enquanto houver a espécie humana: se o palco, restrito, do ser humano é esta Terra finita e sua ação se limita a um período efêmero de tempo, seu amor é devido inteiro à vida e aos seus semelhantes, os demais seres humanos. E a vocação humana incoercível é rumo à liberdade, sempre, incansavelmente.

15. Para que ler Camus? A grandeza crescente do mais vivo pensador de nossa época

Jornal da Tarde, 1980/02/23. Aguardando revisão.

Para que ler Camus hoje, em 1980, no Brasil?

Ele não envelheceu irremediavelmente com toda a sua obra de teatro, de romancista e de combatente político? A rapidez das transformações do mundo tecnológico interdependente de hoje não o tornaram obsoleto seja como literato seja como ensaísta político?

Não.

Qualquer revisão crítica que se fizer dos escritos de Albert Camus, Prêmio Nobel de Literatura em 1957, revelará meridianamente que ele é, depois de sua morte, o pensador mais vivo da nossa época.

Privilégio de poucos, Albert Camus é um nome que só cresce, à medida que as décadas passam. No século XX, são raríssimos os nomes que partilham essa grandeza: Rosa Luxemburgo, Hannah Arendt, Raymond Aron, Norman Mailer, Wilhelm Reich, Jung, Freud e, até certo ponto, Marx. Por que esses e não outros nomes continuam a ser vitalmente pertinentes para os que se debatem com os problemas deste final de século, se eles não podiam prever a escassez de petróleo, o incidente nuclear de Three Mile Island, a destruição da ecologia, o Vietnã, o Camboja e Cuba, o Afeganistão e a criação de uma “aldeia global” eletrônica reconhecida com a clarividência de uma McLuhan na parte profética de suas descobertas?

Porque eles se inserem todos naquela dimensão galáctica de que falava Einstein ao dizer que nela o Tempo cessa de existir. Da mesma forma, precedendo as conclusões da física contemporânea – de Einstein a Heisenberg, de Oppenheimer aos “buracos negros” e às pulsações dos “*quasars*” –, as grandes filosofias religiosas da Índia também afirmaram sempre, *a priori*, que o Tempo é *maya*, mera ilusão dos seres humanos mortais. As grandes criações do intelecto e da sensibilidade humanos – a Arte, a Literatura, a Música, a Filosofia, a Política etc. – participam dessa abolição do Tempo. Platão e uma estátua de Praxíteles ou Fídias, o romance *Guerra e Paz* de Tolstói e as peças e sonetos de Shakespeare permanecem tão válidos hoje quanto a música de Mozart e Bach e Lao Tsé, Buda, Gandhi e as pinturas rupestres da Idade da Pedra.

Albert Camus desafia o Tempo, não envelhece nunca, enquanto o ser humano tiver dignidade, honra, consciência, respeito pelo próximo e amor incondicional à Verdade, em luta eterna contra

15. *Para que ler Camus? A grandeza crescente do mais vivo pensador de nossa época*

todas as expressões do totalitarismo que impeçam os homens e mulheres de serem livres na escala política, social, erótica, artística, religiosa, racial.

Como diz a palavra latina, “revisão” quer dizer “olhar para trás, visitar novamente, fazer um novo exame, proceder a uma nova leitura”. Ora, cada nova leitura dos escritos de Camus só verifica e aprofunda sua grandeza independente de modismos como a *haute ornao* de Paris. Sartre já está tão fora de moda quanto as saias curtas de Christian Dior ou a hoje decadente mania das discotecas. Mas aqui se trata de Camus e não de outros, infinitamente menores, apequenados com o passar do tempo e já *hors de saison*, fora da estação do ano.

Literariamente, Albert Camus trouxe à literatura francesa (e à literatura ocidental como um todo) o primeiro “Não!”, uma bomba colocada diante da porta de todos os franceses mornos, que aceitaram passivamente a monstruosa ocupação alemã pelas tropas nazistas de Hitler em 1940. A literatura, portanto, está indissoluvelmente ligada à moral, a ética se sobrepondo à estética e lhe dando um sopro de vida flamejante. De fato, *L'Etranger*, publicado em 1942, portanto dois anos depois que 2 milhões de soldados franceses depuseram suas armas e permitiram que os tanques hitleristas desfilassem na avenida Champs Elysées, sob o Arco do Triunfo. *L'Etranger* é o primeiro grande romance surgido debaixo das botas de Himmler, Goebbels e de outros carrascos do mundo na França ocupada com mão de ferro pelo inimigo alemão. Camus, como militante ativo e destemido do movimento de Resistência Francesa ao domínio militar selvagem nazista, é a própria voz da França eterna, humilhada na sua honra de Nação superiormente civilizada e pisoteada em seu brio de povo que sonhou, em 1789, com a Igualdade, a Liberdade e a Fraternidade, entre todo os países e todos os cidadãos. Se De Gaulle representou a coragem do patriota que de Londres estimulava seus compatriotas a não compactuarem com a tristeza aviltante de se renderem, submissos, baixando a cabeça diante do invasor, Camus foi o De Gaulle altivo e militante na trincheira literária e na Resistência ativa.

Qual é o grande personagem de *L'Etranger*? A França. Camus utiliza um artifício ou melhor uma metáfora esplêndida para ludibriar a Censura dos ocupantes nazistas muito semelhante à Censura que o Brasil sofreu durante a ocupação da inteligência e da consciência brasileira durante a ocupação do Ministério da Justiça por dois carrascos da liberdade: Buzaid e Falcão. Camus inventa um personagem que em primeiro lugar não vive na França, nem se situa forçosamente nos dias de hoje: Meursault mora na distante Argélia, país onde Camus nasceu e que sempre amou entranhadamente. Meursault simboliza a França invadida: age mecanicamente, sua vida não tem nem uma chama interior nem um sentido maior que a justifique. Mas, no interior da sua mente, Meursault vibra intensamente com uma série de sonhos e ambições frustradas, mas tão mais reais do que a vida de robô que ele é forçado a levar. Como assinalou a unanimidade dos críticos, franceses ou estrangeiros, toda a criação literária, de dramaturgia ou ideológica, de Camus está sob o emblema inarrredável do Sol, com maiúscula. O sol cambiante, mas sempre presente desde o amanhecer até o crepúsculo na sua Argélia natal é a antítese do sol aguado, desfibrado, da Europa gélida e demasiado cerebral. O sol, como para a Grécia Antiga, é o princípio, o meio e o fim da vida humana: sem o sol o homem perece, sem luz, sem calor, sem tônus vital.

No romance, o sol é um personagem sempre atuante. Nas palavras lúcidas de Roland Barthes, o sol é o fator ambiental que dá o tom aos três momentos fundamentais do livro. No início, quando Meursault acompanha, a contragosto, o enterro da própria mãe, é um sol causticante, que extrai

dos homens o suor e o cansaço. Na praia, é um sol inclemente, impassível diante das paixões humanas: transforma o mar numa espada líquida e como que endurecida e o gesto humano se torna o movimento da mão que assassina o próximo. No final, quando Meursault vai a julgamento perante os tribunais pelo crime que não quis cometer, mas cometeu, o sol é um sol que transforma tudo em poeira: os arquivos, a corte judicial, os rostos das testemunhas, do advogado de defesa, do promotor, do próprio réu indiferente e impassível, Meursault. Há uma razão para essa insistência nas imagens do Sol. O Sol é a natureza, milenarmente indiferente a tudo que os seres humanos possam sentir de êxtase ou desespero em suas vidas breves e insignificantes. Mas o Sol é também a Esperança, ou como se diz de acordo com o chavão político: a luz no fim do túnel de *todas* as ditaduras, de Direita ou de Esquerda. Imediatamente, o romance de Camus teve um sucesso fulminante em Paris e em toda a França. Ano após ano, sua criação literária continua a desafiar o Tempo e a causar uma diminuição crescente de toda a parte da Esquerda francesa, liderada por Sartre, depois de sua ruptura com Camus, que colava na obra camusiana rótulos prontos de antemão e que servirão enquanto o totalitarismo de Esquerda vigorar: é um “alienado”, um “vendido à CIA” um “lacaio do imperialismo norte-americano”, um “anticomunista veemente”.

Em janeiro de 1965 o hebdomadário parisiense *Arts* indaga, intrigado: “Por que Camus continua a despertar o agrado e a simpatia das jovens gerações?” Poucos meses depois, um órgão da Esquerda lúcida, portanto pensante e autocrítica, *Le Nouvel Observateur*, muda a frase para uma hipotética interrogação negativa: “Camus já está ultrapassado?” Em 1970 *Le Figaro Littéraire* salomonicamente dedica uma capa a Camus. Nesses últimos dez anos, o saldo dos “prós” só tem subido vertiginosamente e os “contras” têm decrescido assustadoramente.

Literariamente, Albert Camus se assemelha em um ponto ao grande escritor italiano Cesare Pavese (que o Brasil, para seu infortúnio e empobrecimento, ainda desconhece a não ser nas camadas da elite cultural nacional): ambos têm como matriz literária a lição do romance norte-americano. Melville, Steinbeck, Dos Passos, influenciam marcadamente os dois escritores, o francês nascido na Argélia e o italiano. O melhor amigo de Camus durante a sua vida e seu companheiro de ideais, Jean Grenier, revela que havia dois escritores que Camus adorava acima de todos os outros: Melville, autor de *Moby Dick*, aquela terrível epopeia marítima do Captain Ahab procurando a baleia assassina como única tarefa de sua vida, e Simone Weil, a judia que se converteu ao catolicismo e que em Londres escreveu sobre a experiência, que lhe deixou cicatrizes para o resto da vida, de viver, como operária voluntária, junto dos operários e compartilhar da não-vida deles, presos ao relógio de ponto, aos salários de fome, ao trabalho maquinal, massacrante e totalmente desumanizante.

Tanto Simone Weil quanto Herman Melville estão sempre presentes na obra literária, teatral ou ideológica de Camus: Melville o incita, sem esmorecimento, a lutar contra o totalitarismo de qualquer nuance política, qualquer sectarismo dogmático, marxista ou nazista, de Hitler ou de Stalin, de Franco, Mussolini ou Lênin. Weil não lhe dá a mínima trégua no combate à injustiça e é sob a égide dessa batalha eterna em dois campos ao mesmo tempo – da Justiça e da Liberdade – que ele escreverá e lutará: contra a violência, política ou social. Sem qualquer contato documentável com as teorias de Gandhi do *ahimsa*, a não-violência, Camus condena a violência, o assassinato “justificado” pelos ideais políticos. Mais ainda: ele ousa recusar a fórmula marxista-leninista de que “todos os meios são bons, lícitos e justos quando se quer atingir um fim maior”. Não, não há

15. *Para que ler Camus? A grandeza crescente do mais vivo pensador de nossa época*

um fim justo nem libertador se os meios não forem éticos também. Como em seu outro romance alegórico, *La Peste*, não basta ficarmos passivos diante da Peste (neste caso o nazismo e as torturas da Gestapo, a ocupação de países subjugados pela Alemanha como a Holanda, a Dinamarca, a França, a Noruega etc. etc.). É preciso combater a peste antes que ela nos devore a todos. Que mensagem mais atual poderia haver para um país como o Brasil, que absolveu torpemente o nazista Gustav Franz Wagner? Para um país como a Alemanha Ocidental de hoje onde grupos de nazistas se reorganizam em Nuremberg e desfilam em Frankfurt?

Deixando de lado um livro lírico de amor à terra, ao mar, ao sol, ao ser humano como *Noces* ou *L'Été* (publicados recentemente no Brasil pela Editora Nova Fronteira), deixando de lado também a influência do cinema na prosa toda visual, concisa, feita de imagens, sons e cores e com um tom pretensamente impessoal de uma câmara que só retrata o que vê, raízes do seu estilo de narrador, o Camus mais atual, inacreditavelmente atual nesta revisão ou neste reencontro é o outro Camus, indissociável do literário: o desassombrado escritor e editorialista político. Enquanto em 1949 Sartre e outros representantes da intelectualidade francesa se recusavam ostensivamente a assinar uma petição em prol da libertação dos prisioneiros russos confinados nos gélidos campos de concentração soviéticos (o *Gulag* era um termo que não existia ainda no Ocidente, antes do aparecimento de Solzhenitsyn), pois isso “iria fortalecer apenas o imperialismo norte-americano”, Camus em seu diários comentários no jornal que fundou, *Combat*, descobre como que o segredo de ser eterno, afirmando verdades que nunca perdem nem perderão a sua atualidade. Por exemplo, o Brasil acabou de sair das trevas da ditadura mais repressiva que tivemos desde o Estado Novo de Vargas, a ditadura totalmente repressiva do general Médici e seus seguidores e sequazes. Eis algumas das coisas que Camus ousa destemidamente dizer, alto e bom som, imediatamente depois da libertação da França da ditadura da monstruosa ocupação nazista: *La Nuit de la Vérité* (*Combat*, 25 de agosto de 1944) A Noite da Verdade.

“Enquanto as balas da liberdade continuam sibilando na cidade, os canhões da liberdade atravessam as portas de Paris, no meio de gritos e de flores. Na mais bela e na mais quente noite de agosto, o céu de Paris mistura às estrelas de sempre as balas que lavram pela terra, a fumaça dos incêndios e os foguetes multicores da alegria popular. Nesta noite sem igual terminam quatro anos de uma história monstruosa e de uma luta indizível na qual a França estava em luta com a sua vergonha e seu furor.

Todos aqueles que nunca desesperaram de si mesmos nem do seu país, encontra, sob este céu, sua recompensa. Esta noite vale certamente um mundo inteiro: é a noite da verdade, verdade armada e combativa, a verdade provida de força depois de ter sido durante tão longo tempo a verdade de mãos vazias e de peito descoberto. Ela está em toda parte nesta noite em que o povo e os canhões retumbam juntos. Ela é a voz desse mesmo povo e desses canhões, tem o rosto triunfante e exausto dos que combateram nas ruas, debaixo das cutiladas e do suor. Sim, é realmente a noite da verdade e da única verdade que seja válida, aquela que consente a luta e a vitória.

Quatro anos atrás, alguns homens se ergueram no meio dos escombros e do desespero e afirmaram com tranquilidade que nada se perdera. Disseram que era preciso continuar e que as forças do bem podiam sempre triunfar sobre as forças do mal, com a condição de pagar o preço exigido. Eles pagaram o preço. E esse preço, sem dúvida, foi pesado, carregou dentro de si todo o peso do sangue, o peso cansativo e apavorante das prisões. Muitos dentre esses homens morreram,

15. *Para que ler Camus? A grandeza crescente do mais vivo pensador de nossa época*

outros vivem, há anos, em masmorras cegas. Era o preço que se tinha de pagar. Mas esses mesmos homens, se pudessem, não nos censurariam por esta alegria terrível e maravilhosa que nos invade como uma maré montante.

Por que esta alegria não lhes é infiel? Ao contrário: ela os justifica e nos diz que eles tiveram razão. Unidos pelo mesmo sofrimento durante quatro anos, continuamos unidos nessa mesma embriaguez, conquistamos nossa solidariedade. E reconhecemos com surpresa, nesta noite que nos transtorna, que durante quatro anos nunca estivemos sós. Vivenciamos os longos anos de fraternidade.

Duros embates nos aguardam ainda. Mas a paz voltará a esta terra eviscerada e aos corações torturados por esperanças e lembranças. Não se pode eternamente viver às custas de assassinatos e de violência. A felicidade, a meiguice justa terão a sua vez. Mas esta paz não nos apagará a memória. E para alguns dentre nós, o rosto de nossos irmãos desfigurados pelas balas e a grande fraternidade viril de todos estes anos não nos abandonarão nunca. Que nossos camaradas mortos guardem para si essa paz que nos é prometida nesta noite ofegante e que eles já conquistaram. Nosso combate será o deles.

Nada é dado gratuitamente aos homens e o pouco que eles podem conquistar se paga por meio de mortes injustas. Mas não é aí que se encontra a grandeza do ser humano. Ela está na sua decisão de ser mais forte do que a condição que lhe foi imposta. E, se a sua condição é injusta, só há uma forma de vencê-la que é a de se tornar, ele próprio, um justo. Nossa verdade dessa noite de hoje, a que plana no céu de agosto, constitui justamente o consolo do ser humano. E é a paz dos nossos corações idêntica à dos nossos companheiros mortos: a paz de poder dizer diante da vitória ganha, sem espírito de astúcia nem rodeios de reivindicação: “Fizemos o que era preciso fazer”.

Camus tem a lucidez do sol mediterrâneo ao debruçar-se tanto sobre o horror quanto sobre a esperança. Recorda que um dos maiores criminosos de toda a História, comparável a Nero, Calígula e outros celerados célebres, Himmler tinha uma sensibilidade tão sutil e requintada que voltava para casa de madrugada depois de dirigir, como regente de uma orquestra tétrica, as torturas infligidas aos prisioneiros capturados pela Gestapo e sem fazer barulho descalçava os sapatos, entrando pela porta dos fundos para não despertar seu canário favorito. O mesmo Himmler que mandava tirar fotografias das camponesas russas grávidas e acorrentadas no solo, de ventre para cima, pouco antes de, a uma ordem sua, os tanques alemães passarem por cima das mães e seus fetos, pois assim uma sub-raça, a eslava, desaparecia mais rapidamente para dar lugar à predominância, que deveria ser mundial, da super raça ariana cantada por Hitler, Wagner e o Conde de Gobineau: a germânica, loura de olhos azuis.

O escritor adverte, porém, que um governo totalitário pode matar e macerar um corpo como o do resistente heroico francês Jean Moulin, que não revelou os nomes dos companheiros da *Resistance* anti-nazista mesmo depois que a Gestapo lhe arrancou todas as unhas, todos os dentes, os globos oculares e os testículos. Mas ninguém pode matar uma ideia ou fuzilar uma alma. “Mil fuzis apontados sobre ele e prontos para disparar não impedirão que um homem creia em si mesmo e na justiça da sua Causa”. Ou ainda:

“Matar o justo não é suficiente, portanto, é preciso matar o espírito para que o exemplo de um justo que renuncia à dignidade humana desencoraje todos os justos juntos e desencoraje a

15. *Para que ler Camus? A grandeza crescente do mais vivo pensador de nossa época*

própria justiça em si. Há dez anos, um povo dedicou-se diligentemente a destruir almas. Estava suficientemente certo da sua própria força para crer que a alma de agora em diante era o único obstáculo e que era preciso dar-lhe a atenção devida. Foi o que eles fizeram, para infortúnio deles mesmos, às vezes conseguiram seus objetivos. Sabiam que existe sempre uma determinada hora do dia e da noite em que o homem mais corajoso se deixa vencer pela covardia.

Souberam sempre esperar por essa hora. E aí procuraram atingir a alma através dos ferimentos do corpo, tornaram a alma desvaída e dementes e, às vezes, traiçoeira e mentirosa”.

A atualidade assombrosa dos escritos ideológicos de Camus adquire uma dimensão mais aguda ainda quando ele, em plena França liberada finalmente do jugo nazista, adverte sobre um problema que hoje, ontem e sempre permanecerá como um dos problemas decisivos do mundo: a responsabilidade moral dos jornalistas diante do público leitor. Com um destemor que chega às raias da temeridade, na edição de *Combat* de 31 de agosto de 1944 ele já clama, presciente, por uma imprensa livre, lúcida e ética.

Sem se alterar uma vírgula sequer, é um texto que se aplica ao Brasil de 1980, à Nicarágua, à Argentina, ao Chile, às duas Coreias, às duas Alemanhas, aos Estados Unidos, à União Soviética, à Suíça, à África do Sul como à França e à Índia.

Referindo-se à imprensa amordaçada pelos ocupantes alemães, de 1940 a 1944, ele diz que ela foi o opróbrio da França e faz alusão à imprensa clandestina – e corajosa, adjetivo que ele não usa, mas que se deduz nas entrelinhas – que por meio da Resistência ao inimigo tentava solapar a colaboração francesa com os ocupantes e ao mesmo tempo libertar a imprensa do jugo aviltante do dinheiro. Uma Imprensa que pode ser usada para fins ignóbeis políticos ou manipulada venalmente pelo suborno são imprensas, para ele e para nós, equivalentes. Com suas palavras:

“Nosso anseio, nosso desejo, tanto mais profundo pois que na maioria das vezes mudo, era o de liberar os jornais do poder do dinheiro e de lhes dar um tom e uma verdade que colocam o público à altura daquilo que nele existe de melhor e mais elevado. Pensávamos então, naquela época, que um país frequentemente vale tanto quanto a sua imprensa. E se for verdade que os jornais são a voz de uma nação, nós estávamos decididos, em nossos espaços e com os recursos frágeis de que dispúnhamos, a engrandecer esse país enobrecendo a sua linguagem. Errados ou certos, foi por esse motivo que muitos dentre nós morreram em condições inimagináveis e outros suportam a solidão e as ameaças da prisão... O que queríamos nós? Uma imprensa clara e viril, de linguajar respeitável. Para tantos homens que, anos a fio, a escrever um artigo, sabiam que esse artigo podia pagar-se com o cárcere e a morte, era evidente que as palavras tinham seu valor e que cada palavra tinha de ser refletida e ponderada. E é essa responsabilidade do jornalista diante dos que o leem que eles queriam restaurar.”

Ele lamenta tanto a preguiça dos jornalistas que apelam para o sensacionalismo ou para o fácil quanto para os que não repensam as fórmulas e chavões remastigados sem pensar e os colocam diante do leitor. Aí se trata de uma questão eminentemente moral e que ele discerne com lucidez cristalina: a imprensa é o espelho moral do seu país, seja ele qual for e sob qualquer regime político. O jornalista – e neste termo genérico se incluem, obviamente, o repórter, o fotógrafo, o redator, o redator-chefe, os diretores e proprietários de jornais – dever ter presente sempre a noção

15. *Para que ler Camus? A grandeza crescente do mais vivo pensador de nossa época*

elevadíssima de que ele é quem está dando à sua nação uma voz, a voz profunda que as censuras plurais querem silenciar ou mutilar ou exilar.

Por último, pois o assunto Camus é tão múltiplo, rico e complexo que nem mil páginas de um jornal lhe fariam justiça, é indispensável mencionar, renunciando a muitos outros aspectos dessa grande consciência do século XX, uma das supremas do século de Hiroshima, Dachau, o Gulag, a preocupação profética de Albert Camus com a criação de um movimento que só hoje, 20 anos após a sua morte, se esboça nos EUA e na Inglaterra: o da Democracia Internacional. O que é isso?

“O que é a democracia nacional ou internacional? É uma forma de sociedade na qual a lei está acima dos governos, essa lei constituindo a expressão da vontade de todos, representada por um corpo legislativo. É isso que se tenta fundar hoje em dia? De fato, está sendo elaborada uma lei internacional. No entanto, essa lei é feita ou desfeita pelos governos, ou seja, pelo poder executivo. Portanto, estamos submetidos a um regime de ditadura internacional acima dos governos, por conseguinte, criarmos essa lei, dispormos de um parlamento, portanto, constituirmos esse parlamento por meio de eleições mundiais das quais participarão todos os povos do mundo. E já que não contamos agora ainda com esse parlamento, o único meio que nos resta é o de resistir a essa ditadura internacional em um plano internacional e adotando meios que não contradigam o fim a que nos propomos.”

16. André Malraux. Só se descobre uma vez a morte, mas descobre-se várias vezes a vida

Jornal da Tarde, 1976/11/24. Aguardando revisão.

“Uma das metamorfoses mais profundas que possa criar o ser humano é a de transformar o seu destino imposto em um destino escolhido.”

Esta é uma das primeiras frases das magistrais *Antimemórias* de André Malraux, talvez seu melhor livro.

Irmão filosófico de Sartre e de Camus na França, Malraux nasceu, como eles, da Anúncia feita à Humanidade pelo Arcanjo (ou Lúcifer) de Nietzsche que proclama, em *Assim Falava Zaratustra*: “Deus morreu!”

Os três partiam da mesma conclusão filosófica: diante do absurdo da morte e da ausência de Deus, que justificativa poderia ter a efêmera vida humana? Cada um trouxe a sua resposta diferente a essa mesma verificação. Todos os três dedicaram-se à literatura, com sucessos e resultados desiguais. Sartre, o único ainda vivo, será mais lembrado, na literatura, como dramaturgo e como o mágico e profundo crítico literário da obra de Jean Genet. Camus, que segundo as versões mais recentes e fidedignas teria se suicidado, jogando seu carro em alta velocidade contra uma árvore, deixou um teatro sumamente inferior a seus romances e estes inferiores às suas admiráveis reflexões filosóficas de *L'Homme Révolté*. E Malraux?

André Malraux foi o único que deu a menor importância, na sua criação múltipla, à literatura. Como dizia com ironia, não queria concorrer com o registro civil dando atestado de nascimento a personagens. Para ele, a literatura era mais um reflexo: da História, do drama do ser humano envolto no tufão das guerras, da tortura, do “quarto poder” – não a imprensa como pensaria um ingênuo democrata, mas a polícia secreta dos países totalitários, da Espanha franquista à Rússia de Stalin. Por isso, Malraux se assemelha muito a um dos seus ídolos, se se puder usar este termo para um iconoclasta nato: T. E. Lawrence, o militar inglês que uniu sua ação à libertação e união dos países árabes.

Ação. Esta é a palavra-chave de toda a personalidade de Malraux. Ação é a exalação, a ação reflexão – filosófica, política, cultural, histórica – é a inalação do momento vivido. Aviador ao lado das forças republicanas na guerra civil da Espanha, combatente na China dividida entre as facções de Mao Tsé-tung e Chiang Kai Shek, líder do Movimento de Resistência ao invasor alemão nazista que

16. *André Malraux. Só se descobre uma vez a morte, mas descobre-se várias vezes a vida*

ocupara a França em 1940, vira esboroar-se o sonho de vencer as tropas franquistas e, visceralmente antifascista, vira esboroar-se às vésperas da vitória da Democracia na mesma Espanha pela qual lutou e arriscou a vida sem temor.

A morte para ele nada tinha de apavorante. Fazia parte do “absurdo” da existência, mas a esse disparate lógico podia ser dado um sentido, a marca humana: a dignidade do ser humano, mesmo humilhado pela tortura física e moral numa infecta prisão da Espanha, da China, da Rússia, da França ocupada. Por isso, depois da derrota da liberdade com a subida de Franco ao poder, seu romance se intitula profeticamente *A Esperança (L'Espoir)* e se encerra com palavras de admirável confiança no futuro:

“Antigamente, Manuel se conhecera ao refletir sobre si mesmo, hoje, depois que o acaso o arrancara da ação para jogar-lhe o passado na cara. E como ele e como cada um de seus homens, a Espanha exangue tomava consciência enfim dela própria – a possibilidade infinita de seus próprios destinos; e sentia dentro de si aquela presença misturada ao ruído dos riachos e aos passos dos prisioneiros, permanente e profunda como a batida do seu próprio coração”.

Aqueles movimentos musicais que se sucediam, ecoando em seu passado, falavam como teria falado, se pudesse, aquela aldeia que nos tempos antigos tinha detido o avanço dos mouros e aquele céu e aqueles campos eternos. Manuel ouvia pela primeira vez a voz daquilo que é mais grave que o sangue dos seres humanos, mais inquietante que sua presença na terra – a possibilidade infinita de seus próprios destinos; e sentia dentro de si aquela presença misturada ao ruído dos riachos e aos passos dos prisioneiros, permanente e profunda como a batida do seu próprio coração”.

Já que a Razão em que acreditara o século do Iluminismo e já que a Fé da Idade Medieval estavam mortas, só restava ao ser humano dar um sentido à sua meteórica passagem pela Terra e pelo Tempo. Esse sentido era o da Dignidade e Grandeza intrínsecas do ser humano, em todas as latitudes do mundo. Esse sentido era a Fraternidade de todos os homens, de todas as raças e níveis culturais. E era a Liberdade como fator indispensável para a criação da Arte e conservação do legado planetário do ser humano: a literatura, as artes plásticas, o cinema, a música.

A palavra metamorfose lhe serve tanto para reconhecer nas grandes obras da escultura, da cerâmica, da pintura do Oriente e do Ocidente, as pegadas dos deuses metamorfoseados pela mão do homem, como para purgar o pecado: Dostoiévski, confessando os crimes de seus personagens, transforma o que, se fosse verdade, seria uma tragédia, em um ato heroico de autoinspeção metafísica: o herói da ficção. Porque mesmo sem postular qualquer crença em Deus, Malraux insiste em toda a sua obra de esteta, de teórico soberbo da Arte em *Les Voix du Silence*, de pensador, de romancista, neste elemento-chave: a metafísica da transformação, já que a ação incide sobre o físico e o ultrapassa, não importa se o gesto humano é mortal.

É como que uma inconsciente autobiografia que Malraux traça ao meditar, vinte anos após a publicação de seu livro de juventude, *Les Conquérants*, em um posfácio magnífico: “Mas este livro só pertence de forma bem superficial à História. Se ele não submergiu não será por ter descrito alguns episódios da revolução chinesa, mas por ter revelado um tipo de herói que une à aptidão para a ação a cultura e a lucidez”. E o fio condutor de toda a sua versátil atividade como militante antifascista, como Ministro da Cultura do homem que simbolizou a dignidade de uma França

esmagada sob as tropas de Hitler e de uma França que se entregara ao invasor com mais de um milhão de homens em armas: o general De Gaulle.

Sua cultura, comparável quase à de Jung e de Toynbee, abrangia dezenas de civilizações do Oriente e do Ocidente sucessivas no decurso da História. Lúcido, ele foi talvez o primeiro pensador e escritor europeu ou francês a captar e decodificar a mensagem aterradora de Spengler, segundo a qual as civilizações e os países, como os homens, são mortais. E se a Grécia e o Império Britânico agonizaram e hoje jazem apenas na memória e como vinco histórico, ele foi dos primeiros a enunciar que a Europa, ela também, agonizava, inexoravelmente. Tinham perecido seus dois mitos mais reverenciados: a Europa é o centro de decisões mundiais e o mito da Liberdade, Fraternidade e Igualdade, prometidas pela Revolução Francesa que se desfizera no pesadelo do Nazismo e do Stalinismo, da cultura do consumo imposto pela publicidade comercial norte-americana e pela propaganda psicológica soviética que visavam, ambas, escravizar o homem, embora de formas diferentes. A propaganda em prol de um sabonete queria escravizar o consumidor a uma marca e a suas fictícias qualidades, escamoteando-se a ética em prol do lucro. A propaganda política de Moscou visava escravizar o mundo inteiro, o ser humano em sua totalidade deveria aderir ou ir para o campo de concentração.

“O que aprendemos foi que com o mesmo gesto imperioso de desprezo com o qual a Rússia afasta o canto da “Internacional”, que permanecerá, ela queira ou não, ligado ao sonho eterno da justiça para os homens, a Rússia varre também os sonhos do século XIX. Mas, ao mesmo tempo que morria essa imensa esperança, ao mesmo tempo que cada homem recaía no território de sua própria pátria, uma profusão de obras irrompia civilização adentro: a música e as artes plásticas tinham acabado de inventar a sua imprensa, as traduções entravam de portas abertas em cada país... E o cinema, finalmente, nasceu. E então, naquele momento, uma mulher hindu que vê o filme de *Ana Karenina* chora talvez ao ver expressa, por uma atriz sueca e um diretor norte-americano, a ideia que o russo Tolstoi fazia do amor. Se, dos vivos, não conseguimos unir os sonhos, pelo menos conseguimos unir melhor os mortos”.

Era o que ele chamava de “herança da terra inteira” e que, pedantemente, Marshall MacLuhan chama de “a aldeia global”, ou seja: a noção de interdependência de todas as nações, todas as culturas, todos os povos com o advento da imprensa, da tradução, do rádio, da televisão, das viagens, do cinema, dos museus que justapõem a arte Ming da China e a arte azteca pré-colombiana, Watteau ao lado de Miguel Ângelo, Fídias ao lado de uma máscara negra do Benin, um pintor da escola *fauve* de uma escultura de um escriba egípcio de 4.000 anos atrás.

Cada era se dirigia a uma parte do ser humano: a Idade Média, com suas catedrais góticas e românicas, com seus vitrais e seus monstros, as gárgulas da Catedral de Notre-Dame de Paris, e com o Cristo de Chartres, falava à alma humana. O século XVIII, da Enciclopédia, da Revolução Francesa e da Revolução dos Estados Unidos, falava ao espírito humano. Mas de época para época, havia a metamorfose das civilizações: “o verdadeiro herdeiro de Chartres é Rembrandt.” E o herdeiro é que agia sobre o legado, transmudando-o o diálogo entre Cristo e Platão se encontra não entre César e o profeta Elias, mas no filósofo Montaigne.

E aí Malraux dá à América Latina um papel peculiar e grandioso. A América Latina, ele afirma, não ingressou no pugilato idiota, de “minha civilização é melhor do que a tua” em que se engalfinham

a Rússia, os Estados Unidos e a Europa. Segundo Malraux, “A América Latina está conciliando, atualmente, sem o mínimo combate, aquilo que ela deseja aceitar do mundo anglo-saxão e o que ela deseja receber do mundo latino. Há conflitos políticos irredutíveis, mas é absolutamente errôneo supor que os conflitos de culturas sejam irredutíveis por definição... Poupe-mo-nos esse maniqueísmo absurdo, essa separação entre os anjos, amigos do orador, e os demônios, inimigos do orador, uma cisão que se tornou moda sempre que se fala da Rússia e dos Estados Unidos.”

E distinguia nitidamente: Stalin não significa nada ao lado de Dostoiévski, como o “realismo socialista” imposto à pintura, ao desenho, às artes plásticas da Rússia, depois da morte de Maiakóvski, era a arte mais reaccionariamente burguesa e morta possível.

Na União Soviética ele discernia um elemento contrário à civilização europeia: o dogmatismo. O poder é o único que detém a verdade, fora do jornal *Pravda* (que ironicamente significa ‘verdade’ em russo) não há salvação, só heresia e cárcere.

Por isso ele achava que os comunistas da Rússia condenavam Picasso: “O espírito da Europa é um perigo para uma indústria faraônica. A condenação de Picasso em Moscou não é obra de um acaso: quer erigir-se numa defesa dos Planos Quinquenais. Conforme os artistas vão morrendo pouco a pouco, ou um pouco tarde demais, vão sendo enterrados, com honrarias, no muro do Kremlin ou, sem honrarias, ao pé do muro siberiano do campo de deportados políticos”.

Com certa lucidez ele faz ruir toda classificação artificial de cultura em um dos escaninhos de “arte burguesa” ou “arte engajada”. Que valores burgueses predominarão na contemplação estática de uma estátua grega ou egípcia? Admirar a sua perfeição estética implica em endossar as sociedades escravocratas das quais elas emergiram? Nem Marx confirmaria uma atitude tão bárbara, ele próprio que admirava Balzac, um romancista monárquico, Tolstói, um Conde místico, e a escultura grega, provinda de uma sociedade escravocrata ateniense. “O marxismo refazia o mundo tomando como medida a liberdade.”

Outra distinção específica que Malraux estabelece é entre os indivíduos que creem gostar de música e detestam Mozart, preferindo marcas militares; ou a pessoa que diz que adora a pintura e se refere não a Rembrandt ou Goya, mas à folhinha que mostra um cesto cheio de gatinhos novos. Ele distingue entre o gosto sentimental e o gosto especificamente artístico. E, no plano humano como no político, o essencial era não permitir que o totalitarismo se apoderasse da cultura, mas, ao contrário, tornar a cultura acessível a todos os que puderem participar das mais profundas criações artísticas do homem.

Cultura é indissociável de Democracia. Cada artista refaz a arte, pois conquista uma dimensão nova de expressão: “Proclamamos, portanto, a necessidade de manter a liberdade dessa busca individual contra tudo que planeje impor limites a seu rumo desde o início. E lutar antes de mais nada contra os métodos de ação psicológica baseados no apelo ao inconsciente coletivo para atingir fins políticos. Para nós, a garantia da liberdade política e da liberdade espiritual não reside no liberalismo político, condenado à morte a partir do momento em que se defronta contra os stalinistas: a garantia da liberdade é a força do Estado a serviço de todos os cidadãos”.

A liberdade é inalienável da dignidade humana. O prisioneiro japonês Kyo, que se suicida na prisão, no livro, *A Condição Humana*, depois de refletir longa e amargamente sobre “a lancinante

16. *André Malraux. Só se descobre uma vez a morte, mas descobre-se várias vezes a vida*

fuga na ternura dos corpos enodados um no outro pela primeira vez”, decide suicidar-se com uma cápsula de cianureto:

“Não, morrer poderia ser um ato exaltante, a suprema expressão de uma vida à qual essa morte tanto se parecia. E era escapar aos dois soldados que se aproximavam dele de forma hesitante. Partiu o veneno entre os dentes como se tivesse dado uma ordem, como se tivesse ouvido ainda Katow interrogá-lo com angústia, sem tocá-lo e, no momento em que ele queria agarrar-se a ele, sufocando, sentiu toda as suas forças o ultrapassarem, esquartejadas além dele mesmo, de encontro a uma convulsão todo-poderosa.”

Malraux – que amava citar a frase que Miguel Ângelo gravara sobre a sua estátua da Noite ‘Não despertes, se for para contemplar tiranos’ – deixou como uma de suas últimas obras artísticas a limpeza dos monumentos envelhecidos de Paris. A pátina da sujeira era para ele uma cegueira que conduzia a um culto da personalidade igualmente cego e inaceitável. Trazer estátuas e monumentos históricos à luz era a forma mais lúcida e democrática de torná-los parte do presente de Paris e de seus visitantes. Era restituir à comunidade humana a parte eterna de sua herança universal, límpida, sem mácula, íntegra.

Parte III.

URSS

17. Revolução

Jornal da Tarde, 1978/07/01. Aguardando revisão.

O jornalista e historiador norte-americano Harrison E. Salisbury levou décadas, na União Soviética, examinando mais de 600 fontes de informação para escrever as 599 páginas de seu livro sobre as duas revoluções russas: a de 1905 e a de 1917. Publicado recentemente nos Estados Unidos, seu título é tirado dos versos do poeta Aleksander Blok: *Black Night, White Snow: Russia's Revolutions 1905-1917*. Salisbury é autor de muitos outros livros, a maioria sobre a história política da URSS e sobre o comunismo. É também ganhador de muitos prêmios. Um deles: o *Pulitzer*.

Surdamente, numa fortaleza distante de São Petersburgo, naquela gélida manhã de 1887, os martelos nas mãos dos carpinteiros construíam cinco forcas para estudantes universitários cuja amadorística tentativa de jogar uma bomba na carruagem do Czar Alexandre III falhara. Um dos jovens prisioneiros, Aleksander Ulyanov, não vacilou ao subir os degraus toscos do cadafalso: gritou com seus companheiros antes que sua língua arroxeadada emergisse de sua boca escancarada e seus pés girassem macabramente no vácuo:

- “Viva a *Narodnaya Volya!*”. E, contrito, beijou o crucifixo que mãos piedosas lhe estendiam aos lábios.

Narodnaya Volya – a Vontade do Povo – era uma célula liberal de oposição aos poderes absolutos do Czar que fracassara em matar o tirano porque os detonadores das bombas – que nunca chegaram a explodir – estavam com defeito; e sobretudo porque a Censura e a polícia imperial descobriram, numa carta interceptada, a conspiração imediatamente esmagada.

O soberano estava irredutivelmente furioso com tanta ingratidão. Que mais queria do Poder Imperial? Seu próprio pai, o meigo Alexandre II, não tinha sido assassinado depois de abolir a escravidão dos servos da gleba, os milhões de lavradores misérrimos e sem terra, que cuidavam a terra para seus nobres senhores feudais? Que mais queriam arrancar do Trono que há 300 anos colocara todo o vasto Império russo sob a proteção dos Romanovs, com seu símbolo da águia negra de duas cabeças? O que exigia mais ainda a maldita *intelligentsia*, aquele punhado de escritores, revolucionários, intelectuais, estudantes e até nobres como o Conde Tólstoi.

Aquele punhado heterogêneo de opositores do regime queria abolir o último poder autocrático da Europa, que acorrentava a Rússia inteira ao pântano do mais negro obscurantismo, uma sociedade dia a dia mais anacrônica depois da Revolução democrática de 1776 nos Estados Unidos e da queda “sacrílega” da Monarquia Absoluta na Paris do Terror dominada pela “canalha” popular em

17. Revolução

1789. Todos participavam da usurpação: como déspotas, como vítimas ou como seus inflamados intermediários: a consciência da Nação.

Um verbo minava todo o Poder e pairava sobre todas as palavras, conspirações, debates e lutar: o verbo fazer ou agir. A famosa reflexão de Nikolai Tchernyshevsky, “O que fazer?” (“*Cto delat?*”) empolgava todos os salões aristocráticos, os cafés dos artistas boêmios, as universidades e os arquitetos de complôs terroristas. Tólstoi também ecoara a apreensão ética de sua época em que todos estavam engolfados como partícipes de um destino comum. Seu ensaio profundo – “O que devemos fazer?” (“*Tak cto nam delat?*”) – ampliava para a coletividade a abstração da pergunta. Mais tarde até Lenin não fugiria à onipresença da interrogação moral, encabeçando um de seus famosos artigos justamente com a questão: “O que deve ser feito?”

Porque *fazer* era encontrar o remédio prático e expedito para um diagnóstico que só o Olimpo dos Czares e da maioria da nobreza impermeável a qualquer mudança não conseguia ver: a Rússia era um gigantesco campo de concentração de lavradores sem terras e de operários exauridos. Nas fábricas daquele acelerado processo incipiente de industrialização trabalhavam até caírem de exaustos, “recompensados” com alguns *kopeks* (vinténs) crianças de seus anos de idade, mulheres nos últimos meses de gravidez, anciões e adolescentes tuberculosos, vigiados por capatazes uniformizados, os Cossacos autorizados a chicotear até morrer quem ousasse protestar contra a média de 15 horas e meia de trabalho ou contra as favelas de madeira em que sem amontoavam famílias acossadas por piolhos, promiscuidade, frio e fome.

Nem os professores viviam muito melhor. Com esmolas recebidas à guisa de “proventos” (de seis a sete rublos), muitos deles dormiam em macas ou sobre um monte de palha nos cantos glaciais de suas salas de aulas. Uma professora, A. M. Yeremeyeva, morreu de inanição quando as autoridades “se esqueceram” durante dois meses de lhe enviar os miseráveis sete rublos e meio que a mantinham viva.

Ao mesmo tempo, porém, “o que fazer?” era a pergunta mais perigosa que se podia formular em toda a história da Rússia. A Imperatriz Catarina II, aterrorizada pelas notícias da Revolução Francesa de 1789, mandou condenar à morte, no ano seguinte, o escritor liberal Aleksander Radichtetch por aventurar-se a anotar que “minha alma está ferida pelo sofrimento da humanidade”. Clamar por liberdade, justiça, democracia, fraternidade sempre foi um crime inominável, só punível com a morte, o internamento no hospício ou o exílio, as três clássicas armas da autocracia russa até hoje – afinal, o poder ilimitado, a sabedoria divina dos clarividentes donos do poder – de Catarina a Brejnev – era um assunto dogmaticamente inquestionável. O pensador Pyotrk Chaedayev declarou que a Rússia é uma nação egoísta? Incontinenti uma junta médica o declarou “louco incurável”. Dostoiévski e Tchekov apelaram para a piedade e a solidariedade com os “humilhados e ofendidos”? A cadeia em companhia de criminosos comuns e tarados os curará de tais infantilidades. Radichtetch compôs uma “Ode à Liberdade” cujas estrofes atacavam à escravidão, pediam a liberdade de culto – tabu tão intocável para a Igreja Ortodoxa Russa quanto para o Catolicismo da Inquisição espanhola –, chegando ao extremo de pedir liberdade política, o fim da Censura e a criação de um blasfemo Estado de absurda igualdade judicial de todos perante o império da Lei? Só o aniquilamento físico poderia sufocar tais heresias.

17. Revolução

Para que a Rússia Sagrada precisava do Renascimento italiano, da Reforma alemã, da Revolução americana? Antes de assinar a sentença do jovem Aleksander Ulyanov, um dos cinco terroristas executados após a descoberta de sua juvenil conspiração, o Csar Alexandre III não hesitou em comentar à margem dos escritos de seu súdito rebelde que queria a democracia: “Isto é puro Comunismo!” E o soberano partiu de férias rumo ao Mar Negro, de clima ameno e quente. Não sem antes agradecer com o prêmio de mil rublos a cada um dos policiais que por acaso descobriram o complô contra a sua vida, colocando-lhe nos peitos leais medalhes de um imperial ouro rutilante.

Aleksander Ulyanov, no entanto, não morreria em vão. Seu irmão mais moço, Vladimir Illytch, tornara-se, com aquela morte prematura, o chefe da família. Aos 17 anos de idade e naquela época o segundo filho do inspetor escolar, Ilya Nikolaevitch Ulyanov, não tinha ainda nenhuma visão política. Admirava o irmão e em tudo o imitava. Mas não acreditava que quem, como Alex, acordava cedo para estudar os vermes da espécie *annelida* sob o microscópio pudesse ser um revolucionário. Só muitos anos mais tarde Vladimir Illytch assumiria, entre 151 pseudônimos, aquele que o tornaria mundialmente famoso: Lenin.

A família Ulyanov era unida, cheia de afeto, de alegria – e de livros. A mãe, em solteira Mariya Aleksandrovna Blank, de origem alemã, era cultural e socialmente de uma camada superior à do marido, mas ambos viam com bons olhos a criação de um “jornal” feito pelos filhos e tanto ela quanto ele mantinham em casa uma biblioteca farta e vivíssima, da qual todos liam avidamente. Lenin preferia *Ivanhoé* de Walter Scott, a ficção científica precoce de Jules Verne, Fenimore Cooper e seus exóticos índios norte-americanos em rápido processo de extermínio, Dickens e, naturalmente, os autores clássicos russos: o fabulista Krylov e os poetas e romancistas: Gogol, Lermontov, Puchkin. Além da paixão pelo jogo de xadrez, os filhos da família Ulyanov adoravam brincar de soldados, o divertimento predileto de Lenin desde criança. Seu irmão Aleksander insistia sempre que “seus” soldados tinham que ser italianos, comandados pelo herói Gribaldi. Lenin preferia o exército *yankee*, reservando para si mesmo o papel de comandante-em-chefe das tropas da União, Lincoln. Lincoln era o ídolo da família inteira desde que a tradução russa de *A Cabana do Pai Tomás*, o eloquente libelo contra o cativo dos negros nos Estados Unidos, chegara até a biblioteca daquela tranquila casa rural perto das florestas verdejantes e do rumor musical das águas do rio Volga a correr por trás do quintal. Embora ampla, a casa estava suficientemente perto da prisão local: o eco das correntes, dos gritos e lamentações dos presos se completava com a visão fugidia de seus rostos macilentos entrevistados por instantes quando surgiam encostados às janelas protegidas por grades pesadamente maciças. O jovem Vladimir (Lenin) era um aluno exemplar no ginásio: obediente, polido, escrupuloso e terminou os estudos com distinção em todas as matérias exceto uma única: lógica. No plano doméstico, seu único defeito era um alarmante sadismo verbal precoce e aniquilador imediatamente punido por sua mãe, revoltada com o sarcasmo e a arrogância de seu filho mais vivaz, agora que Aleksander enlutara seu coração opondo-se, Deus!, pela violência do Czar, representante do divino direito dos reis de reinar sobre a Terra e símbolo de uma sociedade que precisava ser aperfeiçoada, sem dúvida, mas sem cuja estabilidade o país sucumbiria no caos.

Os passeios na floresta, os banhos no rio, os jogos, as deliciosas festas de Natal, o aconchego de uma família em que todos se amavam sinceramente, a efervescência intelectual das leituras e discussões

apaixonadas, a aplicação nos estudos – tudo, porém, cedeu ao trauma da execução do irmão mais velho. Vladimir raciocinou que o uso indiscriminado do terrorismo em massa custaria a vida a seu irmão idolatrado e exemplar. A linha reta para abater a tirania, ele raciocinou, não era a mais curta para se derrubar o despotismo. Optou então por uma estratégia de tangentes e curvas, avanços e recuos que caracterizaria daí por diante toda a sua atividade política clandestina e obcecada pela disciplina cega: um calculismo gélido de tão despojado de toda e qualquer manifestação emotiva ou aceitação de uma coligação de forças com aliados contra o inimigo comum que não se colocassem sob a sua onisciente direção todo-poderosa, além de uma atividade ininterrupta de conspirações secretas até um grau patologicamente obsessivo.

Apesar, contudo, de todos os esforços do aparato oficial soviético em implantar postumamente no jovem mártir Aleksander um ideário marxista, seu credo era puramente liberal, democrata e progressista, sendo impossível provar-se que ele jamais tivesse lido Marx antes do atentado e seu desenlace funesto. Aleksander Illyich Ulyanov levantava como sua a Bandeira que era a de todas as classes educadas e esclarecidas da Rússia assediada pelo insidioso e perene aguilhão do verbo e da indignação esmiuçada extenuadamente: o que fazer? De fato, o punhado de idealistas adolescentes que se reunira em torno do abortado movimento de liberação denominado “A Vontade do Povo” tem muito mais em comum com os ideais social-democrata dos países escandinavos de hoje ou das poucas democracias que restam no Ocidente, sem conotações marxistas.

Possivelmente, depois que o II Concílio Vaticano optou pela sua participação ativa, a Igreja Católica, em vez de seu imobilismo e sanção dos poderes autocráticos, endossaria como Igreja *aggiornata* e em processo de volta às origens do Cristianismo (ou sobrevivência pela atualização, conforme a perspectiva do observador) as palavras dinais de Andrei Jelyabov, que já em 1881 proclamara diante do tribunal que o julgava:

“Creio na verdade e na justiça da Fé cristã e solenemente proclamo minha convicção de que a Fé sem atos é uma Fé morta e que todo cristão autêntico deve lutar pela justiça, pelos direitos dos oprimidos e, se necessário, deve sacrificar-se por causa deles: esta é a minha Fé.”

O trauma da morte do irmão aprofundou suas raízes no âmago da personalidade de Lenin. Ele passou a isolar-se numa torre de leitura incessante e seu arsenal intelectual era eclético: poemas de Nekrasov, teorias sobre estética, textos em prosa do mestre Turgeniev, livros sobre a liberdade do inglês John Stuart Mill, tratados filosóficos de Hegel, obras sobre o materialismo ou ensaios de Belinsky sobre a questão da escravidão dos camponeses. Turgeniev lhe deu o primeiro ponto de apoio definitivo. Em seu livro *As Horas*, o magnífico romancista aludia à “firmeza inquebrantável de propósitos” como alicerce fundamental para o êxito em qualquer empreendimento. Outro autor, Andrei Kolosov, cimentou esse degrau inicial com a máxima adotada com entusiasmo perene por Lenin: sem dedicação total, a vida inteira, a um propósito único, tudo o mais é inútil. Todos esses textos, entretanto, eram a arquitrave indispensável para mergulhar nos estudos de Marx e na sua teoria da dialética. E acima de todos os rumos apontados, Lenin encontrou no volume *O que fazer?* de Tchernytchevsky, o aríete com o qual, um dia, ele estava certo de pôr abaixo toda a estrutura carcomida da velha Rússia esclerosada pelo despotismo.

O que fazer? não era mais uma indagação nem uma estratégia, era uma bíblia, um dogma indiscutível que ele lera e anotara cinco vezes em seguida e que relia regular e atentamente. Que lição tão

decisiva ele extraiu de *O que fazer?* Que diretriz de Tchernytchevsky abraçou com devoção total e sem questioná-lo nunca? A única opção, “o único caminho para uma pessoa responsável e pensante”, anotara Lenin à margem, ao entregar-se *incondicionalmente* ao caminho revolucionário, é o caminho que traz como corolários inevitáveis: 1º) condenar sem tréguas “toda espécie de liberalismo que, pela sua própria essência é covarde, infame e criminoso”; 2º) “não fazer concessões nunca, com pessoa alguma nem com nada: a intransigência e a dedicação devem ser totais, absolutas, incondicionais”. Era uma teoria, era uma balística, era uma práxis que ele nunca abandonaria.

De Tchernytchevsky – autor também preferido por seu irmão executado – Lenin exaltaria sempre “o exemplo de inabalável solidez revolucionária”, acrescentando o que lhe parecia um axioma: “um revolucionário marxista deve, em todo e qualquer momento, estar pronto para tudo, sem exceções”. Sem esquecer, evidentemente, o princípio que dele se deriva de que para um revolucionário coerente (ou fanático?) “quanto pior estiver a situação global dos oprimidos, melhor” para a causa da Revolução. Seu mestre, portanto, considerara anti-revolucionária a abolição da escravidão dos servos da gleba por Alexandre II, “o meigo czar”, pois, libertados, os camponeses agora teriam menos motivos e menos incentivos para lutar contra o regime. Consequentemente, agora que a fome, generalizada nos campos, causada pelas más colheitas de 1891-1892 grassava, essa catástrofe era motivo para se esfregar as mãos revolucionárias de contentamento: nada de minorar a fome, que milhões morram de inanição – quanto pior, melhor!

Harrison Salisbury, o esplêndido e documentadíssimo historiador norte-americano, não insiste nesse anti-humanitarismo que Lenin, de qualquer modo, consideraria “pieguice intolerável de moleirões incompetentes”. Salisbury dá muito mais ênfase ao que ele considera o “caráter elitista” da doutrina de Tchernytchevsky que contagiou para sempre todas as escassas ações e todas as numerosas omissões de Lenin: só os “seres superiores, os melhores dos melhores e dentre estes o melhor de todos poderia formar um partido revolucionário de elite, a vanguarda e delegado supremo do proletariado ignaro e inconsciente”. Quem, senão ele, Lenin, poderia ser esse Chefe Supremo e Único, onisciente e onipotente, quem?

A Revolução tornara-se um sucedâneo inconsciente do misticismo e da religião. Assim como o Cristo pregara que todos os que quisessem segui-Lo teria que abandonar pai e mãe, haveres e amigos, tanto Lenin quanto a revolucionária sua contemporânea, Balabanoff, sabiam que tinham que extirpar do seu coração os sentimentos mais fundamente nele arraigados para ceder lugar ao sentimento messiânico e inflexível do Dever. E esse Dever impunha a solidariedade para com os que sofrem como uma dor mais aguda do que a dos que infligiam a seus pais, à tradição sufocante, a todos os laços e hábitos passados. Como na novela de Turgueniev eles sabiam que seu Calvário seria composto de frio, fome, hostilidade, desprezo, ironia, vergonha, prisão, adoecimento e até a morte inútil por um objetivo que se poderia revelar puramente ilusório depois de todos os sacrifícios. Quem passava por essa prova maçônica de admissão ao Templo da Revolução ouvia depois de todos os testes terríveis duas vozes dissonantes ecoarem enquanto eles transpunham o umbral sem retorno rumo ao patíbulo: “Imbecil!”, gritava uma delas; “Santo!” respondia a outra.

Em que ambiente se desenvolviam tais juramentos secretos? A Rússia do final do século XIX, acentua Salisbury, industrializava-se a passos gigantescos, com um ritmo mais acelerado do que o

17. Revolução

de qualquer outro país do mundo, inclusive os Estados Unidos. A rendosa produção de cereais, carvão, petróleo, mineração, siderurgia, ferrovias ultrapassava o ritmo de desenvolvimento de todas as nações ocidentais e de todo o mundo, com exceção talvez da Suécia. Mas esse progresso se fazia à custa de 60% dos lavradores incapazes de ganhar um mínimo de subsistência condigna. O analfabetismo assolava os campos como uma peste medieval: só 6% dos *mujiques* (camponeses) sabiam ler, entre os homens, entre as mulheres a percentagem descia a 0,7%.

Plekhanov, o fundador do Partido Social Democrata russo, condoía que era o momento de se meditar sobre que medidas tomar para debelar esse estado de coisas. A eterna questão de “o que fazer?” surgia insistente e com novas roupagens agora que o terrorismo de “A Vontade do Povo” fora esmagado. Os contrastes abissais, contudo, desafiavam as mentes empenhadas em mudar tão cataclísmico *status quo*.

De um lado, o império russo era uma área de caça privilegiada para os investimentos estrangeiros: 79% do capital compunha-se de dinheiro inglês, francês e alemão o que, combinado com a venda, no estrangeiro, de obrigações do tesouro imperial desembocara no generoso empréstimo que os banqueiros franceses injetaram na economia russa: 9349 bilhões de franco-ouro, uma fortuna colossal em qualquer época. O proletariado industrial, com seu epicentro em São Petersburgo (futura Petrogrado, atual Leningrado), aproximava-se, em 1905, de 4 milhões de trabalhadores.

O outro lado da moeda era menos cintilante: fatores internos e externos crescentes acoassavam a rigidez e o imobilismo czarista e sua corte de ministros horrorizados com qualquer “progresso” que beneficiasse as massas, pois desestabilizaria a autocracia sacrossanta. Como cúmulo da ousadia, inumeráveis elementos liberais não mais pediam, *exigiam* reformas democráticas. E – dado inacreditável – esses elementos “progressistas” partiam do rico empresariado e dos milionários aristocratas esclarecidos, latifundiários no mínimo “paradoxais”.

Era um enxame surrealista que atacava a colmeia do absolutismo imperial. Os mais drásticos, mais perseguidos e temidos eram os sucessores do movimento “A Vontade do Povo”, os Socialistas Revolucionários, populistas liderados por Viktor Tchernov: eles continuavam a pregar a violência e denunciavam a posse da terra em mãos dos latifundiários, da nobreza e da Igreja Ortodoxa. Era um escândalo condensado em lacônicas cifras: os camponeses, 85% da população, era donos de 37% das terras; Sua Majestade Imperial e seus acólitos nobres possuíam 34 % delas; os particulares plebeus 26% e a Igreja se contentava com 3%. Enquanto o preço da terra, inflacionado, atingia cifras altíssimas, sua produção por acre não passava de 406 libras, menos da metade da produção agrária alemã, 868 libras, e quase 1/3 apenas da dos Estados Unidos: 1.109. A ajuda paliativa do governo para minorar a miséria nos campos ascendeu, de 12 milhões de rublos entre 1871 e 1890, a 268 milhões entre 1901 e 1906. Para os Socialistas Revolucionários dirigidos por Tcherkov e por Mariya Spiridonova só havia uma solução: toda a terra teria que passar para a mão dos camponeses.

Era uma convicção compartilhada por aliados surpreendentes: um padre socialista e um punhado de milionários. A abastadíssima elite empresarial – os grandes industriais – e os donos de terras de milhares de hectares viam na divisa “toda a terra para quem a cultiva” não um lema mas uma ventosa para impedir que a pressão arterial elevado do país levasse a um derrame de sangue, já que com aquele tipo de governo não se podia falar em derrame cerebral. Como em um filme de

Buñuel os Vanderbilts, os Rockfellers, os Goulds da Rússia daquela época passara a financiar os partidos reformistas, em alguns casos até os de programas mais radicais e ex-proprietários. O dinheiro, quem sabe?, lhes pouparia a vida mais tarde? No amplo prisma político da Rússia *fin de siècle* outras agremiações se entredevoravam pela infalibilidade se SUA receita para os males de que padecia a Santa Mãe Rússia. O Partido Social-Democrata cindira-se, nas palavras de Salisbury “por rixas talmúdicadas” em torno de como conquistar o poder e depois geri-lo. A ala direita, representada por Julius Martov, pregava a seus afiliados, socialistas marxistas, a organização democrática do Partido. A ala esquerda, sob o controle cada vez mais férreo de Lenin, divergia: o poder só se conquista através da força, da revolução armada, das conspirações, da obediência escrita à ditadura do Partido Central. Esta divisão irreconciliável produziu os *Mensheviks* (minoritários) e os *Bolsheviks* (maioritários), estes últimos denominados mais tarde, por sugestão de Lenin, de Comunistas. Os liberais do Partido Democrático Constitucional, de Pavel Milyukov, acreditavam no parlamentarismo inglês e eram apelidados de *Kadets*, sigla resultante das iniciais do Partido em russo.

Sobre todas as dissensões partidárias pairava, carismático, o *Pope* (ministro de Deus, dentro da Igreja Ortodoxa greco-russa), o controvertido padre socialista Georgi Gapon. Seus inimigos o consideravam um instrumento da polícia – era o veredito dos *Bolsheviks* e dos *Mensheviks*. O regime o considerava uma ameaça radical ao poder. O povo o venerava como um santo e um líder irresistível. O que pedia o Padre Gapon, seguido por um infindável número de operários, camponeses, estudantes, nobres, intelectuais e revolucionários, ao Todo-poderoso na Terra, o Tzar de todas as Rússias, representante simbólico do Todo-poderoso nos céus? A adoção do período de 8 horas diárias de trabalho: salários condizentes com a inflação febril: a demissão dos odiosos “capitães do mato”, os Cossacos que nas fábricas e nas fazendas exploravam com uma crueldade sádica todos os que labutavam na usina ou na terra. Em apoio a essas reivindicações básicas um surto indetível de greve se espraiava sobre São Petersburgo: 382 fábricas paralisadas. 150.000 operários de braços cruzados naquele inverno ríspido de 1905. E embora a simpatia operária sempre tenha pendido para os *Mensheviks*, para desespero dos *Bolsheviks*, o Padre Gapon era o incontestante Comandante espiritual da plebe desesperada.

Erros históricos reforçariam o poder das massas, o pior deles era a “guerrinha” propugnada pelo gabinete ministerial em torno do Tzar. Como moscas esvoaçantes ao redor do Poder férreo, os ministros na sua maioria aconselhavam o soberano, apoiados pela Tzarina, a não ceder “um milímetro” de suas prerrogativas de monarca autocrático. Quem era Nicolau II, que subira ao trono depois da morte de Alexandre III, seu pai, e neto do “meigo Alexandre II”, que libertara os servos da gleba? Um Hamlet russo, fraco, indeciso, que irrompia as reuniões com os ministros para saber, “o que mamãe acha da situação”. Um déspota incapaz de admitir a mínima reforma liberalizante. Um *kamikaze* semi-idiota em seu fanatismo, imobilismo e debilidade – física e mental. Talvez esses ingredientes de sua personalidade flébil expliquem sua vulnerabilidade aos piores conselheiros, os mais distanciados da realidade nacional. Um dos seus ministros sugeriu que o descontentamento popular poderia ser abafado desviando-o para o patriotismo acendrado russo. “Uma guerrinha da qual saíamos vitoriosos” não seria a solução para tudo? O primo de Nicolau II, o intrigante *Kaiser* Wilhelm da Alemanha, em cartas assinadas por Willy e dirigidas “ao meu querido Nicky” concordou: era preciso dar uma lição aos amarelos e mostrar-lhes “seu devido lugar”, obviamente numa escala inferior à dos brancos. Ávido, o Tzar abraçou essa saída externa

17. Revolução

para os males internos. Além disso, os japoneses, num pérfido prelúdio do traiçoeiro ataque às bases norte-americanas de Pearl-Harbor 40 anos mais tarde, enquanto tratavam de paz afundavam de surpresa a esquadra russa sediada em Porto Arthur. Que mais poderia o Tzar esperar?

Foi um engano que mudou o curso da História. A “guerrinha” passou, dia a dia, a configurar uma derrota sem precedentes e tão humilhante para o brio patriótico russo que nenhum slogan nacionalista conseguia apagar. As greves explodiam em escala gigantesca. As condições degradantes de vida de quase 90% da população – “a multidão escura”, imprevisível em suas reações – acirravam os ânimos. Lenin tinha sido exilado para Geneve na Suíça, como elemento altamente subversivo, exílio que duraria anos e anos a fio, mantendo-o literalmente fora dos combates. Era um coquetel Molotov perfeito para a explosão do Domingo Sangrento, o trágico início e arrepiante desfecho da Revolução de 1905.

O Padre Gapon redigira ao Soberano uma petição rogando Sua Imperial justiça e proteção:

“Tornamo-nos mendigos, oprimidos sob o fardo de um trabalho além das nossas forças. Não somos considerados seres humanos, mas escravos que têm que suportar seu amargo destino em silêncio. Majestade, somos muitos milhares e embora tenhamos o aspecto de seres humanos na realidade nem nós nem o resto do povo russo goza de um único direito humano – nem do direito de falar, pensar, reunir-nos, discutir nossas necessidades ou tomar iniciativas para melhorar nossa condição. Majestade, esta situação corresponde às leis de Deus, sob cuja Graça Vós reinais? É melhor morrermos – nós todos morrermos, nós, o povo que moureja em toda a Rússia, para permitir que os capitalistas (os exploradores da classe operária) e os burocratas (que roubam o Governo e saqueiam o povo russo) vivam à tripa forra?”

Esta é a escolha em que nos defrontamos, Majestade e por isso vimos até os muros de Vosso Imperial Palácio...”

A massa carregava retratos imensos do Tzar e da “alemã” Tzarina Alexandrovna (originalmente Alix da nobreza de Hesse-Darmstadt), circundados de flores, ícones, cruzeiros e transparentes descomunais <cartazes?> com os dizeres que flutuavam ao vento gélido daquela manhã de 9 de janeiro de 1905: “Soldados! Não disparem contra o povo!”. De um coro uníssono de milhares de vozes se erguiam nos ares hinos religiosos: “Protege, ó Senhor, o Teu povo!”.

Poucos temiam represálias. Quem acreditaria que os soldados não se solidarizariam com eles? Um operário acalmou os temerosos: “Nós vamos ao Tzar com os corações abertos. Vou na frente da primeira fileira, se cairmos seremos substituídos pela segunda fileira.” Fizeram o sinal da Cruz e rezaram o Pau Nosso recitado alto pelo Padre Gapon. Escondidos em paredes de difícil acesso, os cartazes colocados pela polícia do Tzar proibiam “qualquer manifestação pública”, mas as severas exigências estavam vasadas em uma linguagem de compreensão difícil para os poucos que sabiam ler e, além disso, semicultos em lugares escuros, tornaram-se logo ilegíveis, destruídos pelo vento que os desfazia em farrapos de papel.

Uma carnificina inesperada abateu-se sobre o povo. Canhões, artilharia e os terríveis cossacos das tropas de elite do Tzar brandindo sabres do alto de seus cavalos encobriram os gritos de estupefação e horror da massa atônita e desesperada: “Soldados! Irmãos! É um engano, é um engano, não atirem!” Os que marchavam à frente da manifestação, heroicos, tiraram os casacos, desnudando o

17. Revolução

peito para as balas que choviam. Corpos mutilados, cadáveres ensanguentados, feridos agonizantes encharcaram a neve de sangue coagulado: até crianças que brincavam nos parques dos arredores caíam diante da massa apavorada. Não foi um massacre só contra a “multidão escura”. Tinha sido desfechado o primeiro tiro contra a monarquia absoluta. A “multidão escura” que se salvara e recolhia os mortos e feridos via o Tzar agora despido de sua aura de santidade e legitimidade. No Teatro Alexandrinsky o ruído dos tiros e dos disparos dos canhões, gritos e lamentos interrompeu às pressas o espetáculo de gala. Seu título: “Caprichos de uma Borboleta”, em francês, como *de rigueur: Caprices de Papillon*. Mais tarde, antes de ser assassinado no México, tudo leva a crer por um mercenário a soldo de Stalin, Trotsky reconheceria certamente: “A Revolução de 1905 foi o ensaio geral da Revolução de 1917.”

Indiscutivelmente, pouco mudaria na Rússia no decurso daqueles 12 anos que medeavam as duas Revoluções. Há como que uma fórmula algébrica para se definir os componentes das Revoluções pelo menos do século XVIII em diante.

Injustiça e fome para as massas, opressão, imobilismo e rigidez do governo da Revolução.

A incógnita variável, o x , é o rumo que os autênticos líderes revolucionários queriam imprimir ao triunfo revolucionário: um rumo democrático ou um rumo totalitário.

A Revolução de 1917, efetivamente, continha os mesmos elementos do levante anterior. Não havia divisões maniqueístas que polarizassem todos os nobres como reacionários e todos os revolucionários como democratas, mocinhos e bandidos de um Faroeste nas estepes.

A Corte de Tzar Nicolau II tinha a mesma composição de antes: à maioria esmagadora de aduladores cegos que instavam para que Sua Majestade Imperial não abrisse mão de suas prerrogativas reais se contrapunha um punhado minoritário de ministros lúcidos e honestos como Witte, que rogavam do Soberano em termos candentes reformas democráticas para a conservação do regime dinástico em si: A Rússia estava à beira de um abismo de proporções incalculáveis. Também entre os revolucionários havia facções divergentes: os que defendiam a liberdade com justiça e democracia se chocavam frontalmente com os que pretendiam enfeixar no poder total do Partido a férrea disciplina para as massas e o fermento do futuro ditatorial – sobrepujando-se a todos Lenin, como sempre no exílio, como sempre alimentando disputas sobre como tomar o poder, como sempre atrasado com relação à ebulição popular na Rússia distante, como sempre latifundiário único de todo o terreno da verdade, da *práxis* política e da sabedoria revolucionária.

Só ele e o Tzar, nos dois extremos do espectro político da Rússia de inícios deste século, estavam alienados totalmente da realidade palpável, dinâmica, febricitante.

O Tzar Nicolau II mantinha-se ilusoriamente otimista. Afinal, a guerra com o Japão terminara com uma derrota humilhante para Seu majestoso Império, é verdade, mas o ministro Witte não fora suficientemente hábil para conseguir condições excelentes de paz, ou seja, para a rendição russa diante do poderio nipônico, através do Tratado de Portsmouth de 1906? Infelizmente restava por solucionar a cansativa questão de apor Sua Imperial Aprovação à formação da *Duma*, o Parlamento russo que teria tão breve e tumultuada duração. E a fatigante exigência de se instituir as eleições também subsistia ainda, um sufrágio, é verdade, rigorosamente restrito às forças favoráveis à autocracia que como uma redoma suicida envolveria o Tzar até sua execução pelos revolucionários

triumfantes e sanguinários de 1917. Como o Tzar podia prever esse futuro se não discernia nem o presente? Acreditava, aliviado, que “o pior já tinha passado”. Em setembro, com o séquito de nobres e a presença a bordo do Ministro da Marinha, Sua Majestade Imperial, a Tzarina e os cinco filhos (quatro Grã-Duquesas e o *Tzarevitch*, o herdeiro hemofílico do trono) partiram alacrememente do iate “Estrela Polar” rumo a Kronstadt, o porto de onde no futuro inescrutável, se dariam as rebeliões violentas do cruzador “Potemkin” e seus marinheiros amotinados contra os maus tratos e a alimentação infestada de vermes vivos. Isso seria amanhã, amanhã: agora a Tzarina e sua ama de companhia, A fanática supersticiosa Madame Vyubova deliciavam-se com a música que executavam a quatro mãos: composições de Tchaikovsky e de Beethoven. Muitas vezes a Tzarina tocava com sensibilidade que arrebatava seus ouvintes a sonata “*Appassionata*” de Beethoven – a mesma música predileta de Lenin que que possivelmente a escutava agora no exílio a milhares de quilômetros da Rússia, pregando “a Revolução” aos suíços impermeáveis como o Tzar a qualquer mudança e qualquer “derrubada pela insurreição armada” do capitalismo dos tranquilos cidadãos da pacata Helvécia.

O Tzar dedicava-se à caça. Num dia de sorte abateu um pato e uma galinhola selvagem numa das ilhas que pontilhavam o mar de um azul cobalto intenso. Seus filhos colhiam cogumelos. Em seu minucioso “Diário” Nicolau II sempre anotava dados meteorológicos. Nesse dia ele esqueceu os dados climáticos externos para anotar apenas venturoso “sinto-me feliz como uma criança”.

O território vastíssimo da Rússia se abria como um leque e em suas duas pontas dois personagens boiavam sobre a superfície dos acontecimentos reais – a fome, as greves, a rebelião incendiária dos camponeses, o dinamismo da Revolução em gestação acelerada: talvez naquela mesma noite em que a lua estava excepcionalmente clara Lenin e o Tzar estivessem unidos pela mesma catarata óptica que os impedia de apreender os fatos. O Tzar rodeado por uma nuvem protetora de nobres sicofantas e míopes e pelos fanáticos monarquistas incendiários, o temível grupo das “Centenas de Combatentes Negros”. Lenin rodeado na biblioteca pública de Genebra por pilhas de livros sobre a Revolução Francesa e tornando-se “colérico até os limites da histeria” quando algum revolucionário russo exilado como ele vinha propor uma “frente ampla” ou uma “união” ou “coligação de forças”. Cretinos! Como podiam ignorar que ele, Lenin, se PREPARARA anos a fio para a SUA revolução, que só podia ser comandada por ELE pessoalmente: até os bolcheviques que discordavam de seu plano mirabolante de contrabandear armas para a Rússia e organizar a luta nas ruas não passavam, ele acrescentava com uma careta de azedo sarcasmo, de “um bando de asnos incuráveis”.

O historiador Harrison Salisbury alinha dezenas de depoimentos irretorquíveis que comprovam, fora de qualquer dúvida, a teimosia cega e surda de Lenin, que descartava as notícias da Revolução de 1905, com todas as suas seríssimas implicações, como um “fortuito surto de agitação liberal”, designação para ele sinônima do pior anátema político *a priori*. Honestamente, o velho combatente bolchevista Lunatcharsky reconhece: “Acho que a Revolução de 1905-1906 nos pegou um tanto despreparados e nos faltava uma verdadeira habilidade estratégica política.” E para que não se suspeite de má fé ou desonestidade com relação à participação infinitamente mais teórica do que prática de Lenin entre 1905 e 1906 parece-me ter sido relativamente ineficaz. Eu me pergunto se Lenin era de fato um líder revolucionário como parecia ser. Comecei a verificar que a vida de emigrado reduzira um tanto a estatura de Lenin e que para ele a vida interna do Partido com

os *Mensheviks* obscurecera, relegando a um segundo plano, a luta muito mais ampla contra a monarquia e que Lenin era mais um jornalista do que um autêntico líder”. Depois, quando o veneno mortal dos ataques verbais de Lenin a TODOS que não concordassem SEM DISCUSSÃO com ele o atingiu em cheio. Lunatcharsky foi mais longe. Reconheceu que “Lenin era um adversário político cruel, pronto para explorar qualquer engano e exagerar o mais leve indício de oportunismo. Ele usava todas as armas, menos as sujas.” Mesmo assim, deixou seu testemunho de estupefação com as táticas do DONO da Revolução: “A ferocidade política de Lenin deixou-me profundamente chocado”. Trotsky concordou em descrever Lenin como sendo “totalmente sem piedade” e achou sintomático que as palavras favoritas que Lenin usava com extrema abundância eram justamente “irreconciliável” e “sem tréguas”. Plekhanov, o líder marxista fundador do Partido Social Democrata russo, alarmado com as posições fanáticas de Lenin predissera: “É desta massa (de que é feito Lenin) que se fazem os Robespierres”, o mestre do Terror da Revolução Francesa de 1789. Os opositores declarados de Lenin, como o professor Sergei Bulgakov, chegam a asseverar que “Lenin pensa de forma desonesta” e o livro de sua autoria, *O que fazer?* tem o fedor típico de uma delegacia de policial revolucionária”.

Outros críticos de Lenin, lhe atribuem erros táticos graves e a proposital exclusão arbitrária de qualquer livro que pudesse contradizer sua crença inabalável na teoria marxista. Trotsky diria a palavra final sobre este fabricante de artigos teóricos e disputas dogmáticas:

“A organização do Partido” (seguindo a estratégia leninista de total centralização partidária) “substitui o próprio Partido; o Comitê Central substitui, por sua vez, a organização partidária. Para Lenin cada vez mais TODOS os meios – até o terror indiscriminado contra os inocentes – são válidos para atingir um fim desejado. Os conceitos éticos e humanitários são coisas ‘para um bando de velhas piegas’”.

Os doze anos que vão da revolução “preparatória” e abortada de 1905 até a Revolução triunfante de 1917 trazem um S.O.S. angustiada de todas as forças liberais-democráticas em torno do Tzar – mas seu telégrafo está mudo. Como na corte babilônica mãos fatídicas escrevem as advertências gravadas a fogo numa parece que só os ingênuos e os canalhas se recusam a ver.

São episódios fulminantes de um colapso total da Rússia:

- O sanguinário general Trepov, com “plenos poderes” do Tzar, reprime todas as rebeliões com uma Ordem do Dia sinistra que retumbaria pela História do século XX: “Não economizem balas nem usem cartuchos de festim”.
- O lúcido ministro Witte dá uma ultimatum a Sua Majestade Imperial e extirpa do soberano em lágrimas um manifesto tardio dando sua relutante aprovação à criação do Parlamento, à instituição de eleições, eleva o Judiciário ao poder supremo, garante ao povo a inviolabilidade de sua pessoa física e de seu lar, a liberdade de consciência, de reunião e discussão.
- Um visitante vê um presságio de mau agouro ao entrar no Palácio de Alexandre e ver pendurados, lado a lado, o retrato da Tzarina, que lutava com toda veemência para defender o absolutismo, e o da rainha Maria Antonieta, degolada na guilhotina depois de arrancada da Bastilha.
- Uma série de massacres contra os judeus se propaga como um fogo na floresta seca de Kiev a Odessa e inúmeros lugarejos do interior. Detestados por serem uma minoria religiosa num Estado

17. Revolução

inflexivelmente ortodoxo e inquisitorial em matéria religiosa, os judeus eram “os culpados pela Revolução”. *Progroms* aterradores aniquilam vilas judaicas inteiras, com a anuência colérica e supersticiosa do Tzar que escreve à mãe, em lágrimas por ter “perdido a Coroa”, rebaixando-se a assinar o Manifesto: “O povo está indignado com a insolência e a audácia dos revolucionários e dos socialistas e como nove décimos dele são judeus todo o ódio converge para cima deles, o que explica ou justifica os *progroms* contra eles”.

- O padre Gapon é considerado culpado por uma corte marcial instalada a toque de caixa e executado sem demora. Mas como o gancho do qual os nobres seus juizes e carrascos estava colocado numa parte muito baixa da parede para que a corda o enforcasse logo, os algozes não vacilaram. Com todo o peso de seus corpos sentaram-se nos ombros e nas costas do padre curvado, quebrando-lhe a espinha e arrebetando sua traqueia até ele morrer sufocado.

- Um revolucionário herdeiro de uma fortuna colossal, Nokolai Pavlovitch Schmidt, filho de um fabricante de munições, é preso pela brutal *Okhrana*, a polícia sádica que precederia a Tcheka, a GPU, a NKVD e a atual KGB: mantido oito dias sem comer nem dormir, surge “acidentalmente” morto em sua cela de confinamento solitário.

- Sua irmã, grávida de outro revolucionário, para receber a herança do irmão, casa-se em Paris, na Embaixada russa, com outro revolucionário que se compromete a não consumir o casamento”. Incontinenti a fortuna em francos-ouro dos Schmidts passa aos cofres bolchevistas.

- Asfixiados os operários, um lúgubre desafio se dilaga entre os *Uhlans*, os Cossacos da tropa de elite do Tzar e os camponeses. É uma aposta sem vencedores: os camponeses enfurecidos, matando e incendiando tudo na área rural foram mais ou menos ferozes do que os *Uhlans* pilhando, matando e erguendo em pracinhas de aldeias do interior centenas de cadáveres de camponeses chacinados que balouçavam macabramente, seus corpos rangendo ao vento como negros frutos apodrecidos pela morte.

Mas aquele pesadelo – raciocinava em uma nuvem mental rósea o Imperador – passara. Agora era tempo de sonhar.

Sonhar tornou-se uma paixão russa, em substituição ao verbo já fora de moda – fazer.

Todos sonhavam. Em seu eterno exílio, Lenin tecia com artigos, disputas e *certeza* absoluta seu sonho maior: “Verei um dia o meu sonho da vitória da *minha* Revolução triunfar sobre o cretinismo imelhorável de todos os demais?”

Os artistas que dariam ao mundo talvez a sua mais radical e profunda Revolução Estética entre as duas Revoluções políticas também sonhavam. Eisenstein, Blok, Mayakovsky, Stanislavsky, Kandinsky, Chagall, Essenin, Mussorgsky, Diaghilev, Nijinskym, Pavlova, Pasternak, Mandelstam, Meyerhold, Andreyev, Tosltoy, Gorky – todos sonhavam com a Arte do Futuro: da pintura abstracionista à poesia, da dança ao teatro, do romance à música, à ópera, ao cinema. Seria a arte liberta do passado, a Arte antiburguesa, antiacadêmica, que libertaria o homem, a mulher, o pensamento, a criação, o povo inteiro. Era a Terra Prometida que se desfaria logo na asfixia sangrenta de todas as artes por Stalin, já nos bastidores da Revolução, pronto para liquidar com todos os revolucionários opostos ao seu dogmatismo. Tão frágil quanto a libertação pelas artes

seria o interregno breve da democracia russa em séculos ininterruptos de ditadura até hoje. O sangue não compraria a liberdade: seria o fertilizante para um novo despotismo “socialista”.

Isso pertencia ao futuro indevassável. Agora, hoje, o ocultismo, as sociedades espíritas, teosóficas, de teologia, a leitura das mãos, das folhas de chá, das cartas varriam os salões literários, os palácios aristocráticos, os *cabarets* decadentes, os míseros personagens das favelas descritas por Gorky em seus romances *O Baixo Mundo* e *A Ralé*. Subindo como uma planta trepadeira e parasita que no fim se alimenta da árvore sadia que a mantém e finalmente se corrompe e morre, um misto de religiosidade, fanatismo, misticismo e superstição primitiva arrebatou também os imperadores. Crer – desde a forma mais pura e lúcida até sua deturpação doentia – era também sonhar. Para o Tzar e a Tzarina, fundamente religiosos, o sonho era múltiplo: voltar a reinar sobre “seu povo amado”, reconquistar a monarquia absoluta. Curar as hemorragias constantes do *tzarevitch* hemofílico. E Deus certamente mandara par ao consolo imperial de suas majestades aquele gigante robusto, tosco, de inacreditável potência sexual e um magnetismo enigmático e irresistível: Rasputin (que eu russo quer dizer dissoluto, libidinoso). Rasputin era o “salvador”, era o camponês puro, místico, a “voz do povo”, portanto, “a voz de Deus”. Pouco a pouco Rasputin se assenhoreava do poder real: nomeava e demitia ministros. Dava amuletos contra mau-olhado e contra “os mil inimigos invejosos de” paizinho” e “mãezinha”, como ele chamava os imperadores, com o tratamento informal de “tu”. Rasputin “curava” a hemofilia do *tzarevitch*. Rasputin abençoava seus pupilos ajoelhados, o Tzar e a Tzarina entre uma mezinha e outra curadora de todos os males.

O sonho do príncipe Félix Yusupov, a flor dos salões aristocráticos de São Petersburgo era diferente: Rasputin tinha que ser eliminado para se restaurar a dignidade da Corte Imperial. Toda São Petersburgo fervia de boatos – nunca comprovados como autênticos – de que a Tzarina sucumbira ao fascínio sinistro de Rasputin e lhe cedera lugar no leito imperial entre ícones iluminados e rezas rituais.

O príncipe Félix tinha uma única excentricidade: adorava se vestir de mulher. Uma noite, travestido com vestidos ousados, maquiado, com peruca de mundana loura e joias de família, conseguiu seu maior triunfo: iludira o príncipe de Gales, o futuro rei Eduardo VII da Inglaterra, em um *cabaret*. O insistente e libidinoso monarca britânico “só faltava comer-me com os olhos”, ele dizia com um sorriso de vitória. O príncipe Félix jurava que não tinha nada contra as mulheres – não era casado com a lindíssima princesa Irena? – mas preferia a companhia dos homens, “onde sempre me sinto mais aconchegado”.

O plano de assassinar Rasputin foi difícil de levar a cabo, mas o príncipe e seus companheiros da aristocracia e um médico conseguiram acabar com “aquela desgraça para a Família Imperial”. Envenenado com bolos e com cálices de vinho Madeira que continham doses maciças de cianureto, alvejado, atirado ainda agonizante no rio gelado – Rasputin era um símbolo da violência por vir. Sua morte na emboscada fatal que o príncipe e seus sequazes lhe armaram era, na verdade, o levantar do pano do ato final não mais do ensaio geral, mas do drama verdadeiro: a eclosão da Revolução de 1917.

Monotonamente os mesmos ingredientes da Revolução triturada em 1905-1906 espocavam no ar: fome, inflação, ira crescente dos camponeses e, naturalmente, uma guerra. Só que desta vez

17. Revolução

não era uma “guerrinha da qual sairemos vitoriosos” e que resultara, ao contrário, na humilhante derrota russa em Porto Arthur. Era a Primeira Guerra Mundial da Rússia e seus aliados, a França, a Inglaterra, contra a Alemanha e a Áustria.

A fórmula algébrica das Revoluções continha elementos que não tinham mudado: salários aumentados de 50 a 100% para os operários eram tragados pela voragem de uma inflação de 100 a 500%, com artigos essenciais como o pão e o carvão obteníveis a qualquer preço.

Havia uma diferença que fez pender o prato da balança para a Revolução: setores decisivos do Exército recusavam-se categoricamente a atar o povo. Era uma situação altamente volátil: se o pão e o carvão faltassem completamente – os suprimentos eram insuficientes e raros – estaria acesa a chispa do levante. A agravante final era a guerra. Impondo o alistamento militar, a Rússia Imperial tinha que manter 13 milhões de convocados: camponeses rudes cultivadores, mecânicos e operários politizados; até um certo exilado político obscuro, apelidado de Stalin (o homem de aço) foi chamado. Os bolchevistas ficaram relegados a segundo plano, a fraqueza fratricida dos partidos levava às conspirações sussurradas contra a vida do Imperador ineficiente. Em fevereiro de 1917, quando se inaugurou o Parlamento da *Duma* que “era preciso derrubar o poder medieval de Nicolau II a qualquer custo”. Interrogado: “Como assim?”, respondeu com uma erudita metáfora tirada da História de Roma Imperial: “Fazendo com o Tzar o que Brutus fez a César no Senado”.

A soma das parcelas que resultaria na Revolução espontânea não foi levada em conta por ninguém. As greves, a ira dos camponeses, o racionamento de alimentos, as terríveis derrotas do Exército russo sem armas nem comida diante de alemães superequipados e bem alimentados – nada fazia constatar que a rebelião popular pedindo: “Pão! Paz! Liberdade! Abaixo o Tzar!” já era a Revolução. Tchlyapnikov, o único delegado do Comitê Central Bolchevista em que Lenin semiconfiava, testemunhou lhanamente: “Ninguém acreditava na hipótese de uma Revolução – já.” Nem os sociais radicais por boca de seu líder Zenzinov criam nos fatos. “A Revolução abateu-se sobre todos nós como um relâmpago vindo repentina e inesperadamente em meio a um calmo céu sem nuvens. Tomou de surpresa não só o Governo e todas as organizações sociais existentes. Na verdade, ninguém pudera prever que daquele movimento emergiria a Revolução que se seguiu”. Nem Lenin. Ele deu de ombros: deveria ser mais um levante “liberal” inconsequente.

Diante dos olhos vendados de tantos, a Revolução prosseguia. Para Harrison Salisbury, irônico, ela não passou de uma “tragicomédia improvisada”. O historiador norte-americano não hesita em sua tarefa iconoclasta e municiada de provas. Nenhum líder bolchevique participou das preparações populares. Ao contrário da deturpação proposital de dados históricos pelos historiadores oficiais soviéticos, de Stalin até hoje, os bolcheviques “não tinham nem um programa, nem organização, nem liderança, nem noção do que estava acontecendo realmente”.

Ignoravam a pilhagem do arsenal e a distribuição, por populares, de munição para o povo. Não sabiam que a massa estava invadindo delegacias e a própria Central da Polícia – naquela época como hoje dominando pelo terror os dissidentes e rebeldes – e sem medo destruía arquivos, linchava policiais arrancando-lhes pernas e braços enquanto vivos, ocupava estações de trem, o telégrafo, a central telefônica. Com a libertação de líderes revolucionários encarcerados estabeleceram-se diretrizes bélicas para proteger a Revolução popular, espontânea e até então sem líderes e

sem oposição: os Cossacos não só permitiam o saque dos armazéns pela população como a defesa contra a polícia e os grupos sanguinários de monarquistas fanáticos. Os líderes libertados determinaram como medidas básicas a reunião do Comitê Provisório para conseguir víveres para a população e um Comitê de Apoio à Insurreição Armada contra os monarquistas. Finalmente despertados de sua letargia, os bolchevistas apelaram para suas hostes sonolentas: instituíram um Comitê Revolucionário Militar para armar os trabalhadores, apelaram para os fortes contingentes que abandonaram os *Mensheviks* atraídos pelo programa bolchevique de “liberdade para a imprensa e paz com assinatura de um armistício com a Alemanha”. 12.000 Guardas Vermelhos, contingentes crescentes dos Comitês Bolcheviques de Defesa Operária, o controle de 11 dos 17 *Soviets* regionais, 50.000 membros do Partido – era essa força que eles tardiamente concentravam para se apoderar do levante que os pegara desprevenidos.

Salisbury insiste em pôr por terra o friso heroico que se erigiu como lenda em torno da “heroica tomada do poder liderada pelos Bolchevistas”, conforme o Catecismo soviético que faz de Lenin um Líder santificado a ponto de a historiografia soviética recender ao incenso das hagiografias póstumas. Ao contrário, ele assegura: nada de grandioso, colossal, nenhuma sábia estratégia caracterizou os acontecimentos mitificados de 1917, uma série de explosões populares não induzidas por ninguém e “atravancadas por incidentes triviais, rivalidades mesquinhas, erros de cálculo, hesitações, inépcia, poses afetadas e mais erros (de percepção e de estratégia) quase nada foi planejado e o que sobreveio foi fruto do acaso. É uma mentira deliberada afirmar-se que os *Bolsheviks* tomaram o poder com uma força de vanguarda indômita, audaz e clandestina.” Tropeçaram em seu rumo tortuoso ao poder, divididos, lutando uns contra os outros. E até os momentos finais (da Revolução) Lenin desempenhou um papel (meramente) acidental em tudo o que aconteceu realmente. Kerensky e seu governo não foram esmagados pela força férrea de corajosos revolucionários... Mas se os erros e a confusão constituíam a regra e não a exceção, os arquivos verdadeiros merecem um estudo analítico mais profundo – ele argumenta – não como um exercício na prática da tática revolucionária, mas como um novo foco de luz jorrando sobre a banalidade que tantas vezes se infiltra insidiosamente no próprio coração dos grandes momentos da História”. E concluiu, taxativo: “Raras vezes o contraste entre o mito e a realidade se apresentou como um abismo tão largo”. Não há provas – ele insiste sem parcialidade, mas com objetividade histórica e não histórica – de que Lenin tenha “comandado” a insurreição. E metralha perguntas irrespondíveis até pelos cofres secretos da documentação oficial soviética fechados hoje como então: Por que Lenin preferiu continuar escondido enquanto seus associados atacavam, por menores que fossem, suas “vitórias”? Por que tantos de seus companheiros dispensaram a sua liderança? Por que Lenin preferiu permanecer praticamente inativo nos dias cruciais de 20, 21, 22 e 23 de outubro? Para rematar sua sacrílega verificação de que o rei soviético está nu: “É mais um aspecto estranho do golpe de Estado bolchevista: o de que o líder que insistia em que se levasse a cabo esse mencionado golpe não tenha desempenhado nenhum papel fundamental nos dias da sua preparação”. Mais ainda: nunca os historiadores soviéticos chegaram a um acordo sequer sobre a data do início do golpe de Estado. A última reunião sobre o assunto, em 1962, terminou em violento desacordo e foi adiada *sine die* “para mais estudos da matéria”. É um engodo para encobrir o fato de que “não se precisa de mais prova alguma para se afirmar que a ‘Revolução’ de 1917 teve uma índole um suro acidentais, tudo feito a esmo, sem planejamento”.

Gorky e outros opositores incondicionais de Lenin investiram contra sua beatificação e santificação

17. Revolução

póstumas que o colocaram no sarcófago de vidro do Kremlin, sua múmia adorada por milhões de soviéticos que não podem ter acesso à verdade. Quando soube que Lenin queria um terror total para satisfazer sua desse de poder insaciável e poder comandar sozinho a SUA revolução. Gorky (que em russo significa amargo) desfechou contra o falso líder saraivadas de ódio:

“Haverá mesmo aventureiros que ao verem o declínio da energia revolucionária na parte pensante do proletariado esperam estimular essa energia através de um abundante derramamento de sangue? Todos os instintos mais sinistros da multidão, irritada pela desintegração das mentiras e da podridão da política, se incendiarão a turba enfurecida, nos envenenará com sua cólera, seu ódio e sua sede de vingança. As pessoas se matarão umas às outras num massacre incapaz de suprimir sua própria estupidez animalesca.”

Com um atraso inexplicável Lenin dignou-se a considerar que “talvez aquele primeiro levante” podia ser a alavanca para que a Revolução caísse em *suas* mãos, as únicas preparadas décadas a fio para uma empresa de tal magnitude. Ela não sabia a extensão real da Revolução: os revolucionários tinham ocupado os palácios imperiais, as oficinas gráficas, o Parlamento. Quando se arrancavam de algum prédio as insígnias imperiais – a águia russa, negra, de duas cabeças – a população as atirava às fogueiras com gritos de alegria e aplausos. Em Kronstadt os marinheiros amotinados contra a disciplina cruel e obtusamente repressiva da Marinha executaram o almirantado cruzador “Aurora”. A bandeira vermelha tremulava em portos distantes como Revel e Helsingfors enquanto o sangue corria por todos os poros de uma revolução quase niilista de tão anárquica e sanguinolenta.

O Tzar foi obrigado a abdicar do trono que precederia seu assassinio pelos revolucionários, com toda a sua família e serviçais, no porão de uma casa da cidade de Yekaterinburg, no interior remoto. Ele não se considerava o Jó sofredor da dinastia Romanov? O avanço das tropas tchecas leais ao Tzar revelou-se afinal como uma esperança ilusória a mais. Ele e Lenin executavam um lúgubre *pas de deux* do balé “O Preço de se ignorar uma Revolução popular”.

Mas Lenin pelo menos estava vivo, soterrado sob pilhas de livros e artigos teóricos. Agora – seria possível?! – ele concluía o curso de lógica em que fora sintomaticamente reprovado desde o ginásio. Agora “bastava de palavreados”. E para passar à ação paraplégica ele passava por cima do fato de que as lideranças revolucionárias estavam nas mãos dos *Mensheviks* e dos Sociais Radicais. Mas armado de uma peruca e um passaporte sueco obtido por amigos em Estocolmo ele não poderia passar por um sueco surdo-mudo, já que não falava sueco, e *assumir* o controle da Revolução? O Governo da Alemanha, raposa arditosíssima, achou que *natürlich*, naturalmente que sim. Quanto mais revolucionários pudessem chegar à Rússia tanto melhor: a operação de desmoroamento do inimigo seria acelerada. Lenin teve permissão de atravessar o território alemão em um trem que se convencionou chamar de “blindado”, mas que de “blindado” só tinha a proibição dos revolucionários vindos da Suíça por intervenção maciça do enigmático simpatizante russo dos revolucionários, Parvus, de descer em estações ferroviárias em território alemão. Que desagradável surpresa! Lenin não foi recebido como achava que merecia: com uma recepção triunfal na Rússia. Ao contrário.

Para seu horror, facções bolchevistas vultosas desfilaram na estação de sua volta nada triunfal à Rússia com os dizeres desafiadores: “Abaixo, Lenin!” A Organização dos Mutilados Russos de Guerra exigiu publicamente que ele fosse preso como “espião alemão”. O Governo Provisório,

17. Revolução

caótico, precário, sob direção de Kerensky também pusera sua cabeça a prêmio e suprimira jornais bolchevistas como o *Pravda*. Stalin discordava da linha extremista pregada por Lenin e muitos riam de sua miopia catastrófica de crer que “a guerra acabaria porque os trabalhadores da Europa se levantariam contra o capitalismo”.

Cada vez mais, em solo russo, Lenin tornou-se impermeável a qualquer diálogo, qualquer coligação com os inimigos – paranoicamente para ele e para o tzar, os “inimigos” eram toda e qualquer pessoa que aventasse o esboço de se opor a seu domínio autocrático, onisapiente, onisciente, indiscutível, dogmático. Lenin opôs-se frontalmente à realização de um Congresso Pan-Russo dos Sovietes, contrariando todas as facções políticas ativas. Desgostoso, temeroso de ser capturado pelos ubíquos “inimigos”, ele tirou os óculos, a peruca e deixou crescer a barba para exilar-se novamente na clandestinidade, desta vez na vizinha Finlândia – *seu* momento continuava bloqueado pelos “imbecis” – isto é: todos os outros.

Enquanto isso, tropas alemãs e russas no cessar-fogo improvisado no *front* disputavam partidas de futebol e o tzar, às vésperas da morte, lia alto para a família romances policiais de Sherlock Holmes, lia para si, em voz baixa, *A Vida de Monte Cristo* – outro injustiçado como ele – e ocasionalmente uma história de horror: o relato intitulado *Drácula*.

Nenhuma fonte oficial soviética conseguiu até hoje precisar em que data Lenin voltou para aquela São Petersburgo que por causa de seu nome germanizante fora rebatizada patrioticamente de Petrograd e anos mais tarde se tornaria a Leningrado de hoje. Tenha voltado no dia que for, Lenin não mediu mais esforços para impor *seu* despotismo preparatório dos *Gulags* stalinistas. Como primeiro ato do novo *Soviet* dos Comissários do Povo, Lenin apresentou um decreto que abolia toda e qualquer liberdade de imprensa, contrariando um dos princípios básicos dos bolchevistas ao lado do slogan “pão, paz e terra”. A imprensa livre, justificava ele, era um mínimo menos perigosa contra o poder soviético do que as bombas e as metralhadoras. Qualquer crítica ao Governo seria passível de processo criminal contra o proprietário do jornal “anti-soviético”. E criou a Comissão Extraordinária Pan-Russa para Luta Anti-Revolucionária e Sabotagem, um eufemismo para eliminar friamente todo e qualquer imbecil que se opusesse à sua tirania.

A polícia encarregada do terror em massa ordenado por Lenin, a *Tcheka* admitia francamente: “Não procuramos provas ou testemunhas capazes de revelar fatos ou palavras contra o poder soviético. A primeira pergunta que fazemos é: a que classe social você pertence, quais são suas origens, como você foi criado, que grau de educação você recebeu, qual é a sua profissão? A resposta a estas perguntas é que define o veredicto do réu. Esta é a própria essência d Terror Vermelho”. A Assembleia Constituinte, onde os bolchevistas eram a minoria (de 707 deputados, apenas 175 eram bolchevistas contra 350 Socialistas Revolucionários, 40 Socialistas, 17 *Kadets* e 16 *Mensheviks*) ele considerou “um conto de fadas ultrapassado”. Para que o Parlamento? Para que a democracia se “o povo” (Lenin) estava no poder? A ferocidade com que Lenin, pregava aos urros o terror contra todos, indiscriminados assassinios em massa, horrorizou Lunatcharsky, o velho bolchevista, ao constatar que Lenin decretara que “todos os inimigos do Socialismo (que mais tarde ele rebatizaria de Comunismo porque”socialismo é uma palavra já conspurcada”) serão privados, temporariamente, da inviolabilidade física e de domicílio bem como da liberdade da imprensa, e do sufrágio universal”. O próprio príncipe anarquista Kropotkin horrorizado escreveu numa famosa carta de 1920 a Lenin:

17. Revolução

“Não haverá mesmo ninguém a seu redor capaz de recordar-lhe que tais medidas (do terror em massa) inevitavelmente nos levam de volta às piores épocas da Idade Média e das guerras religiosas – um rumo indigno de um povo que procura fundar uma sociedade futura com alicerces comunistas?”

Gorky denunciava Lenin e Trotsky perante o proletariado, acusando-os de usar os operários como cobaias:

“Enquanto eu viver, direi e repetirei ao proletariado russo:

Vocês estão sendo conduzidos à ruína, vocês estão servindo de material para experiências desumanas e, aos olhos de seus líderes, vocês continuam não sendo seres humanos. Não há veneno mais podre do que o do poder exercido sobre o povo.”

Lenin tinha-se tornado a antítese de seu irmão Aleksander Illyitch Ulanov, que tinha dado a vida pela liberdade, a democracia, os direitos sacrossantos, e “A Vontade do Povo”.

Entretanto, as palavras que ressoam até hoje do Kremlin a Cuba, do Cambodge ao Vietnã, de Praga a Budapeste sem resposta de todos os cúmplices – por omissão – ou ação ou dos crimes da União Soviética contra 60 milhões de mortos e 150 milhões na China de Mao Tsé-tung foram as palavras dirigidas pela líder terrorista revolucionária Mariya Spiridonova, de trinta e dois anos de idade, assassina de um membro da aristocracia czarista em 1906, libertada de sua prisão perpétua pelos revolucionários, vítima de estupro por Cossacos. Quando Lenin, no Quinto Congresso Pan-Russo, realizado no Teatro Bolshoi, defendeu a restauração da pena de morte e o terror em massa, Mariya Spiridonova levantou-se e um arrepio eletrizou o público presente. Vestida simplesmente, seus cabelos negros penteados para trás num coque despretensioso, suas palavras crepitaram como balas contra o próprio coração dos Bolcheviques. Com a mão erguida ela se dirigiu direta e impavidamente a Lenin:

“Eu te acuso de trair os camponeses, de usá-los para atingir teus próprios fins. Para ti os camponeses não passam de estrume, adubo para fertilizar teus planos. Mas quando os camponeses, os camponeses bolcheviques, os camponeses da ala esquerda dos Socialistas Radicais e os camponeses apatridários são todos indiferentemente humilhados, oprimidos e esmagados – esmagados como camponeses que são – em minha mão tu te encontrarás, Lenin, a mesma pistola, a mesma bomba que no passado me forçaram a defender...”

Suas palavras, recorda uma testemunha visual, não puderam ser mais ouvidas na tempestade de violência que se lhes seguiu: enquanto seus admiradores a apoiavam com aplausos ensurdecedores, seus inimigos cobriam seu nome de palavrões e indecências. A verdade, até hoje camuflada, trancada em cofres fortes da União Soviética, enlouquecida nos hospitais psiquiátricos, contrabandeada pelos *samizdats* (panfletos contra o regime soviético copiados a máquina e passados de mão em mão clandestinamente), encharcada de sangue nas prisões dos campos de concentração do vasto Arquipélago Gulag – a verdade tinha sido silenciada pelo terror, pela mentira, pela ironia deliberada de todos os que – de Hitler a Brejnev, de Fidel Castro aos Khmer Roug, só sobrevivem impondo o amordaçamento do povo, da liberdade, da democracia, da justiça e pervertendo fins nobres em meios e expediente dos mais torpes e ignóbeis que a História da Humanidade consigna em quase 8.000 anos de registros fidedignos.

18. A Rebelião Cultural da Juventude Russa. I - A herança de Kruchev

Correio da Manhã, 1965/02/07. Aguardando revisão.

Os jornais brasileiros refletiram toda a mesma preocupação básica da imprensa mundial ao comentar a queda recente de Kruchev. De fato, a deposição do *Premier* soviético só foi analisada sob o seu aspecto político, seja sobre os que utilizavam a terminologia da “direita”, considerando que houve um legítimo golpe de estado militarista na URSS, seja pela “esquerda” que justificava eu afastamento sumário pelos erros cometidos no planejamento agrícola e nas relações com a China de Mao. Não se publicou uma única linha sobre a política cultural seguida por Kruchev e as suas repercussões no “degelo” do qual Evtuchenko foi um expoente vivo até nos países do Ocidente.

É sabido que na União Soviética se trava uma acirrada batalha entre os “chineses” e os “revisonistas”, entre os “conservadores” e os “progressistas”. Ignora-se, porém, até que ponto – crucial – esse choque se estende ao campo da arte e da cultura, dividindo principalmente os milhões de jovens russos dos representantes oficiais da “linha dura” no setor da *Kultura*. Como se verificará, porém, facilmente, as manipulações do *Presidium* com relação à liberdade criadora e às diretrizes impostas aos literatos, pintores, diretores de cinema e compositores têm uma raiz mais do que ideológica, pois é eminentemente política a sua razão de ser.

Defrontam-se assim os que defendem uma arte puramente fotográfica, realista, otimista e os que, ao contrário, desejam maiores contatos com a arte do Ocidente, que saúdam o jazz e a arte abstrata como conquistas artísticas do nosso século> O lado “reacionário” da arte russa compõe-se na esmagadora maioria de medalhões sessentões, embalados pela arte do “realismo socialista” da era stalinista: figuras de heróis soldados ou camponeses, pintados de forma grandiloquente e com um realismo que “só falta falar” para utilizar a nomenclatura burguesa que é paradoxalmente comum aos bem-pensantes do Ocidente capitalista e do Marxismo soviético. Sartre colocou-se, durante o último congresso dos escritores realizado em Moscou, decididamente a favor da coexistência cultural entre regimes rivais, foi mais longe até, preconizando o confronto desafiador das duas concepções de arte e não escondendo sua adesão aos que preconizam a libertação da criação artística. Fundamentalmente, as artes plásticas na Rússia estão com um atraso de quase 100 anos com relação ao Ocidente, pois foi em 1874 que Claude Monet causou sensação em Paris com os primeiros quadros *impressionistas* da época e que foram recebidos com chacotas e repulsa pelos acadêmicos de então. O próprio Evtuchenko declarou que concordava com Cocteau quando este

afirmava que os artistas viajam de automóvel e o público de ônibus, por isso havia esse desnível cultural entre a arte, que é sempre de vanguarda, e o grande público consumidor, numa corrida intelectual tão desigual quando a da lebre e da tartaruga.

Embora a Rússia nunca tenha tido grandes pintores (os povos, como os indivíduos, têm vocações definidas) duas figuras exponenciais da Arte contemporânea são dela originárias: Kandinsky e Chagall e logo no início da Revolução de outubro os grupos que hoje buscam a liberdade para o artista predominaram durante certo tempo, sendo logo depois submergidos pela maré avassaladora dos que creem na arte *bien rangée* e que se abstém de descrever situações tristes, deprimentes ou que não se coadunem com um conceito panfletário da arte. Rebelando-se contra esses cânones filistinos, Mayakovsky chegaria ao suicídio, decepcionado com os rumos artísticos de uma Revolução que surgira como esperança não só de justiça social como também de rumos novos para a arte de uma geração que romperia as estruturas *feudais* e o *tsarismo*:

“Nos corações revolucionários a tempestade cessou
E toda a imundície da União Soviética ressurgiu do lodo.
E por detrás das costas da URSS
Insinuou-se o sorriso grotesco
Dos pequenos burgueses filisteus.”

Num país vastíssimo em que literalmente milhões de pessoas têm por hábito ler livros, ir a concertos, ao teatro, ao *ballet*, a participação muitas vezes apaixonada da juventude pelas questões culturais constitui uma das facetas mais agradáveis e extraordinárias da vida russa – no entanto, a erradicação do analfabetismo, o aumento fenomenal do nível cultural da massa trouxe como resultado uma efervescência constante das novas gerações crescidas sob um regime comunista. O poeta Evtuchenko – medíocre como poeta talvez, mas significativo como expoente dessa fermentação – conseguiu simbolizar o inconformismo de milhões que se rebelavam contra a cloroformização cultural do stalinismo. Durante algum tempo, parecia realmente que os jovens que o saudavam nas praças de Moscou e de Leningrado lograriam persuadir Kruchev da necessidade de desestalinizar também a *Kultura*. Evtuchenko e Vossnessensky tiveram permissão para ir ao estrangeiro, permitiu-se a publicação de livros altamente críticos do governo como *Degelo*, de Ehrenburg e *Nem só de Pão Vive o Homem*, de Dudintsief. Cholokov, autor de *Plácido Flui o Dom* e que vivera isolado durante o período de Stalin, aderiu à causa dos jovens e circulou por toda a União Soviética a sua frase de que “Os nossos escritores são almas mortas. Preferem uma existência fácil e segura à tarefa de contribuir para a formação de um novo homem”. Sartre, regressando de Moscou, concedia a entrevista eufórica ao jornal parisiense *Libération* em que dava as boas-novas: Kafka ia ser traduzido, preparava-se uma montagem de Brecht (quase inédito na URSS) e o cinema dava sinais claros de reintegrar-se nas correntes do século XX. Finalmente o Papa do Existencialismo em seu diálogo com o jornalista Paus Morelle afirmava: “Em conclusão, muitos russos parecem realmente convencidos de que a verdade na arte não é nem exclusiva nem limitativa e que ela se nutre de todas as verdades desde que essas verdades sejam verdadeiras.” (Sem o saber, Sartre tornava válidas para a Rússia da década de 1960 as reivindicações de Henry James

formuladas pouco menos de um século antes ao exigir em seu magistral ensaio *The Art of Fiction* a mesma liberdade e a mesma totalidade da experiência criadora).

A esperança dos que se opunham à tutela do Estado no setor da cultura bradaram vitória quando depois de luta feroz contra os acadêmicos fossilizados a ala jovem da cinematografia russa outorgou o prêmio do Festival de Moscou ao revolucionário e bellissimo *Fellini 8 ½*, arrancando lágrimas e aplausos de muitos integrantes do júri e do público presente.

Mas logo se dispersaram todas as esperanças e Kruchev, que abalava profundamente a União Soviética com suas revelações e decisões espetaculares, como a condenação violenta de Stalin no XX Congresso e a proibição imposta à Parternak de receber o Prêmio Nobel, fazia explodir agora uma bomba que culturalmente teria efeito tão devastador quanto a do hidrogênio no setor político. De fato, mal tinham ecoado na França as palavras de Sartre e a autobiografia de Evtuchenko publicada no *L'Express* quando a diatribe de Mr. Kres soou, no Pavilhão Sverdlow do Kremlin, diante das figuras mais representativas da *Kultura* soviética. Descrito pelo escritor Tijonov como “um evento histórico”, esse discurso constitui um verdadeiro “pronunciamento” contra qualquer tentativa de se criar uma arte experimental, inovadora, pessoal e que não fosse inteiramente acessível ao povo e presa à ditadura da temática social do “realismo soviético” de que tivemos uma amostra na última Bienal de São Paulo. A arte abstrata, as novelas e poemas que não glorificassem o Estado, o cinema de vanguarda soviético premiado no Festival de Veneza – tudo passava a levar uma existência próxima a dos cristãos durante a Roma dos Césares: subterrânea, nas catacumbas que modernamente assumem a forma de poemas mimeografados e passados de mão em mão, *sous le manteau*, como dizem os franceses.

O *Diktat* categórico de Kruchev, impondo severíssimas restrições aos artistas, não constituiu, porém, propriamente uma surpresa, só chocando pela violência. Não sendo exatamente um tímido, Kruchev em seus frequentes desentendimentos com os artistas não procurara ocultar a ortodoxia de suas opiniões com relação ao que deve ser a arte. Visitando uma exposição experimental de arte abstrata, ele deu largas à sua origem campônia e, como diria pitorescamente o carioca, “engrossou, apelando para a ignorância”. De fato, declarou, depois de infignar-se com os quadros exibidos:

“Parece que uma criança sujou as calças e depois espelhou com os dedos as fezes sobre o quadro”.

Acusava-se os pintores de terem buscado inspiração “nas latas de lixo” e não poupava invectivas também contra o jazz que começava a se espalhar principalmente entre a juventude russa. Kruchev declarava não compreender como era possível, com tão lindas canções como a “Internacional”, a “Varsoviana” e outras, aceitar o jazz “que dá vômito e dores de barriga a quem o escuta”...

Nos próximos artigos em que analisaremos a guerra interna que se processa na União Soviética de hoje entre os jovens e a ala conservadora e estultificada da *Kultura* oficial soviética, focalizaremos detalhes extraordinários desse choque de gerações e de concepções, dessa insurreição crescente contra o obscurantismo cultural, contra a atitude inquisitorial no campo das artes. Já Milovan Djilas, ex-vice-presidente da Iugoslávia, denunciara em *A Nova Classe* a semelhança entre as diretrizes culturais de Stalin e do Nazismo na Alemanha, ambos tendo da arte uma concepção vitoriana, insurgindo-se contra a arte moderna a ponto de Hitler ter mandado organizar em Munique uma exposição chamada “Arte Degenerada” (*Entartete Kunst*) que abrangia – oh, ironia

do tempo e miopia dos totalitarismos – os grandes mestres da pintura mundial, desde Chagall, Kandinsky, Van Gogh, Gauguin até Braque, Matisse, de Chirico e Munch.

Evidentemente, os sucessores de Stalin, sejam eles Kruchev e Brejnev ou quaisquer outros, não conseguirão fazer regredir a arte na União Soviética ao ponto da aquiescência stalinista que atingiu seu ápice com a declaração bajuladora de Yaroslavsky durante o 18º Congresso do Partido Comunista da URSS: “O camarada Stalin inspira os artistas, dá-lhes ideias guiadoras... As resoluções do Comitê Central do Partido Comunista Soviético e o relatório Jdanov (Ministro da Cultura) proporcionam aos escritores soviéticos um programa de trabalho já completamente preparado”.

Já Brecht, com vitriólica ironia, se insurgira contra esses cânones esterilizadores da arte declarando no “*Neues Deutschland*” (Nova Alemanha, publicado no setor comunista de Berlim):

“Levando em conta as conveniências administrativas e a qualidade dos funcionários disponíveis, seria então mais simples elaborar modelos definidos, sobre os quais se baseariam as obras de arte. A única tarefa dos artistas seria então a de adaptar seus pensamentos ao padrão estabelecido, a fim de que tudo corresse direitinho”. Mas então, se utilizarmos esse método, o material vivo de que precisamos para criar arte será transformado em material bom unicamente para ser enterrado. A arte tem as suas próprias regras. O Realismo, visto do ponto de vista socialista, constitui, na verdade, um amplo e grandioso princípio artístico, mas a adoção de um estilo pessoal e de um ponto de vista individual não o contradizem, mas, ao contrário, só ajudam sua causa. A campanha contra o Formalismo não deve ser considerada simplesmente como uma tarefa artística, mas também como uma tarefa de conteúdo político. Constitui realmente parte da luta das classes trabalhadora a busca de soluções autênticas para problemas sociais autênticos e é por essa razão que soluções falsas no terreno da arte devem ser combatidas também como soluções falsas do ponto de vista social e não somente como erros de valoração estética”.

Mas de nada valiam os argumentos do carneiro diante do lobo na fábula de La Fontaine e nada significaram os argumentos dos demais países comunistas, principalmente a Polônia e a Iugoslávia, ou de Togliatti (chefe do PC italiano) que se insurgia contra os ditames culturais de Kruchev. Tudo que não fosse compreensível para o povo (isto é, para ele, Kruchev) devia ser proibido. De certa forma, ele poderia exclamar como Luís XIV: “*L’État, c’est moi!*”

Nota do editor: Decidi não transcrever os quatro artigos subsequentes que LGR publicou no *Correio da Manhã*, visto que eles se detêm em muitas datas e minúcias do que estava acontecendo naqueles anos na URSS. Como outros artigos de LGR abordarão esses temas em anos sucessivos, pareceu-me mais interessante a análise que nosso crítico fez da situação político-cultural da URSS nos anos subsequentes. Transcrevemos abaixo, contudo, os títulos e as datas de publicação dos referidos artigos:

A Rebelião Cultural da Juventude Russa. II. O bilhete de loteria da Ehrenburg e o fim do brevíssimo “degelo” - 14 de fevereiro de 1965;

A Rebelião Cultural da Juventude Russa. III. Kruchev corrige Marx e defende os “bem-pensantes” burgueses - 21 de fevereiro de 1965;

18. A Rebelião Cultural da Juventude Russa. I - A herança de Kruchev

A Rebelião Cultural da Juventude Russa. IV. A resistência de Sholochov e Ehrenburg; triunfo de Evtuchenko - 7 de março de 1965;

A Rebelião Cultural da Juventude Russa. V. Chopin decadente; o jazz inimigo do povo; e Gramsci - 14 de março de 1965.

19. Como vai a liberdade na URSS? Zinoviev responde

Jornal da Tarde, 1978/12/09. Aguardando revisão.

Transcrição total de um diálogo entre um famoso pintor que tentou inutilmente elevar a arte soviética ao nível internacional e durante mais de vinte anos não obteve permissão nem para expor uma única vez e um sociólogo igualmente célebre que tudo fez para desenvolver a sociologia em prol do Partido, do Povo, do Estado, só para ver todos os seus esforços desmantelados em nome do Partido, do Povo e do Estado soviéticos:

“- Afinal, que vida filha da p...!

- Pois é, eu quero que todos os f... da p... vão à m...!”

Aleksandr Aleksandrovitch Zinoviev teve um destino semelhante. Bastou revelar os labirintos da burocracia e da hipocrisia reinantes no “paraíso socialista” em *Les hauteurs béantes* (sem tradução em português) para que imediatamente desabasse uma série de infortúnios sobre sua cabeça. Colocado no *Index* dos “caluniadores da Nação”, ele perdeu da noite para o dia sua cátedra de Lógica na Universidade de Moscou, viu todos os seus títulos e diplomas anulados por um AI-5 global soviético e, é lógico, foi excluído do Partido Único.

L'Avenir Radieux (O Futuro Radioso), recém-publicado pela Editora suíça *L'Age d'Homme*, é uma sátira estonteante da duplicidade que estigmatiza a vida soviética: o vazio dos *slogans*, dos numerosíssimos congressos, dos discursos verbosos, contrasta vividamente com a realidade mesquinha, sórdida, cínica, oportunista, que caracterizam a indiferença e a descrença políticas totais.

É um *slogan* que adquiri as feições de personagem mudo mas cambiante em todo o livro. Na Praça dos Cosmonautas, na Avenida do Marxismo-Leninismo da Capital Mundial do Comunismo (não muito longe da filial moscovita do Chase Manhattan Bank, dos milionários Rockefeller, situada no número 1 da Praça Vermelha – ironia da História) ergue-se um lema que se quer permanente: “*Viva o comunismo, futuro radioso de toda a humanidade*”. É o início da farsa demagógica e em certos pontos hilariante de Zinoviev: a placa leva um tempo enorme para ser construída e exige um custo absurdo, equivalente ao total dos investimentos agrícolas previstos no primeiro Plano Quinquenal. Feito com material inferior, o *slogan* cai aos pedaços três vezes por ano. Tem que ser conservado limpo e isso exige que se apaguem os palavrões que mãos anônimas escrevem em suas margens. Pior ainda: erigidas em um espaço vazio, as letras de aço inoxidável deixam interstícios que logo servem de *drive-in* a céu aberto para os amantes (do lado de “Viva o comunismo”) e de reuniões de

19. Como vai a liberdade na URSS? Zinoviev responde

alcoólatras irrecuperáveis (do lado do “Futuro radioso de toda a humanidade”). Em seguida, os amantes e os bêbados inveterados seduzem Milícias do Povo a participar de sua boêmia, certas senhoritas conhecidas por venderem seus favores corporais e traficantes de drogas alojam-se à sombra da palavra “radioso”, enquanto turmas de homossexuais se reúnem protegidos pela palavra “comunismo”. Breve, 24 horas por dia, havia exposições de pinturas proibidas, cafês-concerto, jogatinas, tudo detrás das letras que se desfaziam mesmo quando feitas de titânio e fotografadas do espaço pelos cosmonautas atentos.

Zinoviev aproxima-se das histórias kafkianas de humor negro e cinismo de Siniavsky, que valeram ao autor “dissidente” um processo judicial farsesco e a expulsão para a França, onde reside atualmente. Há jornais murais nas Universidades que ridicularizam o regime com versos obscenos rimando com vetustos lemas monolíticos do marxismo-leninismo, como por exemplo:

Deixa em paz meu *soutien*,
Tira as mãos, mas que grossura!
As superestruturas repousam
Sobre a infraestrutura.

O autor constata na vida do dia a dia soviética a disparidade surrealista: os discursos sobre o humanismo escondem os milhões de vítimas dos campos de concentração descritos acuradamente por Solzhenitsyn no *Arquipélago Gulag*: os *slogans* de “luta contra os inimigos do Estado” são a senha para os expurgos políticos arbitrários e costumeiros; as vitórias nos esportes ou as *soirées* do ballet Bolshoi são o verniz que não oculta a agitação política que as Embaixadas soviéticas financiam em que a extrema esquerda marxista se alia aos mais retrógrados líderes religiosos para manter o povo persa numa teocracia islâmica feudal que impede a emancipação da mulher, a modernização social e o desenvolvimento econômico do país.

Negando ao marxismo-leninismo qualquer veicidade “científica”, Zinoviev o considera uma ideologia a mais destinada a servir aos interesses de uma classe dominante (os militares, os burocratas, os artistas dóceis ao partido monolítico) e reinstaurar a escravidão da gleba abolida pelos Tsares no século passado. Reconhecendo que como para Hitler, também para os dirigentes soviéticos nenhum acordo assinado passa de um mero “farrapo de papel sem qualquer valor”, ele denuncia a propaganda mentirosa governamental que viola diária e impunemente todos os itens do Tratado de Helsinque e enumera:

1. Não há liberdade de migração nem dentro do país: para morar em Moscou ou Leningrado, é preciso uma autorização expressa conseguida através de pistolões: além disso, todo cidadão é obrigado a registrar na polícia sua residência e pedir autorização prévia à delegacia policial de seu bairro para ir de uma distância como de São Paulo a Santos;
2. Ao GLAVLIT, órgão da Censura Total têm que ser submetidas *todas* as obras a serem recitadas, apresentadas, cantadas, lidas, recitadas, executadas ou difundidas: *antes* do *imprimatur* dessa Inquisição ubíqua não se publica uma linha, não se projeta um metro de filme nem se mota uma única cena de uma peça ou ballet;

19. Como vai a liberdade na URSS? Zinoviev responde

3. A total ausência de liberdade de imprensa, rádio e TV carimba com o indispensável *autorize-se* apenas os artigos previamente censurados e que reflitam a férrea infalibilidade do partido ou se dediquem a temas anódinos como a transmissão de partidas de hockey e a filmagem de um enésimo “Congresso pela Paz” que se realiza simultaneamente com a intervenção bélica soviético-cubana em Angola ou na Etiópia;
4. O OVIR, sigla da repartição do governo no que autoriza ou não a emigração de cidadãos par o estrangeiro (principalmente de judeus rumo a Israel), já que na URSS são cidadãos de segunda classe com a especificação “nacionalidade: judeu”, em vez de russa, impressa em seus passaportes internos) é responsável pela eternização da duplicidade: quem preenche um formulário para emigrar pode ser preso a qualquer momento por “vadiagem”;
5. Não há eleições livres, pois como só há um partido, “escolhe-se” uma lista única, muitas vezes com um candidato apenas. As abstenções não existem: daí as “vitórias” nas urnas soviéticas subirem a alturas inauditas de apoio ao governo: 98,7%, 99, 1% etc.;
6. A falta de acesso a qualquer informação que não tenha a chancela única do regime impede a massa de cidadãos de saber em que espécie de sociedade deformada vivem e compará-la à realidade ocidental, iugoslava, chinesa etc. A proibição de livre assembleia e de palavra só cimenta essa unilateralidade de opinião;
7. A russificação de todas as nacionalidades é levada a cabo com uma brutalidade só igualada à chacina dos judeus pelos nazistas alemães, uma russificação que significa a opressão de todos os demais pela minoria russa;
8. Como não há liberdade de culto, todos os credos religiosos são implacavelmente perseguidos pelo Instituto de Ateísmo do Estado, doutrina fruto do “materialismo histórico-científico” da cúpula reinante;
9. Tampouco na música, nas artes plásticas, na literatura e na dramaturgia é possível inovar: a arte acadêmica, fotográfica é o critério oficial que desemboca no realismo socialista, glorificação do *kitsch*, enquanto os compositores se dividem em execráveis, como Chopin, “que induz à melancolia com seus *Noturnos* derrotistas”, ou anti-povo, como o inovador : Prokofieff e os progressitas, como Beethoven, “de origem proletária e que exalta a alegria e o otimismo”...
10. As greves estão proibidas, por seu caráter “anti-social” e por “prejudicarem o desenvolvimento econômico da Nação”.

Os sindicatos, as universidades, os jornais, as editoras, tudo está amarrado ao *Soviet Supremo*, que decide inquisitorialmente o que “serve aos propósitos progressistas da URSS” e o que é “anti-soviético”.

Zinoviev vê nessa onipresença da ideologia a perversão dos valores humanos e espirituais: como a juventude sabe que tudo não passa de mentira, adota uma postura exterior de conformismo que esconde um ceticismo cínico e sem escrúpulos morais de qualquer tipo: o importante é sobreviver, ter acesso a um cargo elevado, ganhar bem, ir aos mercados fechados ao povo e onde os produtos estrangeiros custam barato para a casta dirigente, ter uma casa de campo, poder ir ao estrangeiro

19. Como vai a liberdade na URSS? Zinoviev responde

de vez em quando. Essa adesão amoral para ele representa a violação, consentida, da consciência individual e o cultivo exclusivo do egoísmo utilitário: a corrupção, a bajulação, a denúncia são apenas suas sequelas “naturais”.

Há inúmeros pontos de vista originais neste *Futuro Radioso*: já que o Estado tem que alimentar milhares de escritores mediócras, livrar-se de Soljenitsin não é só descartar-se de acusações documentáveis sobre o massacre de milhões de vítimas dos expurgos estalinistas: é livrar-se da ameaça que o talento literário significa para a multidão de mediócras obedientes e mudos: assim é possível matar dois coelhos com uma só cajadada.

O personagem que fala pelo autor, designado como Anton, enuncia as tendências irrefutáveis do comunismo uma vez arrebatado o poder: a estratificação social solidifica-se: se só os filhos de proletários têm acesso às universidades a vantagem da educação torna-se hereditária: quando já se ouviu falar de qualquer universitário, que depois de formado tenha se tornado operário, professor humilde ou funcionário de baixa categoria nos ministérios públicos? Concomitantemente, como as castas “superiores” são as únicas admitidas à tecnologia e às artes cosmopolitas do Ocidente, cria-se um fosso “dinástico” entre o povo, relegado sempre a uma cultura inferior, primária que lhe é acessível segundo a decisão arbitrária e elitista dos dirigentes culturais. Esta cristalização é reforçada pela fixação da população “inferior” no campo, o que se consegue por mil expedientes oficiais e oficiosos: a distribuição dos escassíssimos alojamentos, o aumento dos salários, as creches – tudo serve de pretexto para selar a repartição sólida entre os que têm o direito ao meio urbano e os que são impedidos de sair de seu primitivo meio rural. Paralelamente a essa esclerose social, procede-se a um processo sistemático de repressão das massas: seja por meio dos campos de “reeducação” política ou da ordem dada aos cidadãos para colher legumes nas plantações no campo ou dos apelos altissonantes à juventude para que, numa imitação dos escoteiros que “praticam uma boa ação por dia”, os jovens forneçam um trabalho gratuito na construção de casas, no ingresso nas Forças Armadas. São todos tipos de “exploração humana” que abrangem todo o espectro desde a barbárie dos campos de extermínio dos dissidentes até a aparente brandura dos “apelos” coercitivos para a produção não remunerada.

A parte do livro consagrada à análise do comunismo como a ameaça de totalitarismo mundial alterna-se com as “tiradas” hilariantes de Zinoviev que frequentemente mistura a farsa com o obsceno. Um candidato à emigração é “acusado” de ser judeu, por isso quer emigrar: para provar que é cristão, demonstra concretamente que não foi circuncidado, perante um comitê que incluía mulheres apavoradas com tal audácia. Irônico, o escritor acrescenta: e era tudo parte de um novo simulacro de verdade – os avós desse rebelde impudico eram judeus que sabiamente se converteram ao Cristianismo desde os últimos sangrentos *progroms* tzaristas contra os bairros israelitas de numerosas cidades russas. Frequentemente, o autor encaixa versos execráveis de sarcasmo ao regime soviético, do tipo:

“Dorme filhinho

O Partidão é o meu leitinho” ou

“Mesmo as crianças de colo

Derrubam os Planos ao solo”

19. Como vai a liberdade na URSS? Zinoviev responde

Meio autobiográfico, meio sátira impiedosa, este *Futuro Radioso* não tem as qualidades de uma ironia devastadora de um Swift, um Gogol, que a publicidade editorial lhe quer generosamente atribuir. Seus personagens são caóticos, estereotipados: os jovens invariavelmente descrentes de tudo e carreiristas, os mais velhos perplexos com os resultados da “Revolução” bolchevista; os stalinistas convictos, como a sogra, sempre iludidos com a versão do “Éden socialista” que o *Politburo* difunde maciçamente. O livro, porém, adentra-se frequentemente por longas digressões sobre a importância de se instituir o pluripartidarismo para conter a corrupção governamental e dar ao povo meio de controlar os impostos que, desviados dos bens de consumo, da melhor alimentação, da gratuidade dos cuidados médicos e dos transportes, são, ao contrário, arbitrariamente canalizados para a corrida armamentista, para aventuras árabe-africanas de resultados duvidosos e para voos espaciais, que, naturalmente, excluem qualquer judeu da tripulação: o infinito será a Terra da Promissão de Moisés ao Povo Escolhido por Jeová, à custa do povo russo e de seu governo todo-poderoso?

Filho de um dos mais íntimos colaboradores de Lenin – Grigory Yevseyevitch Zinoviev, vítima dos expurgos stalinistas sob a acusação falsa de formar uma organização terrorista para assassinar Kirov e outros líderes soviéticos –, o Zinoviev atual fica a meio caminho entre o humor negro burlesco de um Mihail Bulgakov, autor de *O Mestre e a Margarida*, e uma denúncia sob forma de ensaio a la Milovan Djilas, dos males intrínsecos do comunismo. Seus dotes literários ficam constantemente à espera de que terminem suas explanações teóricas sobre os erros implícitos no materialismo marxista para voltar à carga. Ora, evidentemente, uma obra indecisa entra a denúncia intelectual, racional e a zombaria de todo os absurdos inenarráveis da *Grande Mentira Soviética* é forçosamente uma obra fragmentada entre dois objetivos raramente coincidentes. O humorismo, amargo ou distanciado que seja, não se expandiu na sociedade que surgiu na União Soviética. Solzhenitsyn, Kuznetsov, Valery Tarsis – todos banidos da URSS – recorreram à descrição da tragédia russa com todo o *pathos* de uma grande literatura que já produzira Tolstoi, Dostoievski, Turgenev, Tchekov. Zinoviev não tem o talento de nenhum deles nem o mundo monstruoso que revela comove tanto quanto a biografia escorregada, dolorosa, real do poeta Ossip Mandelstam (também inédita em português, publicada pela Editora Fischer da Alemanha Ocidental sob o título *Das Jahrhundert der Wölfe*).

A exposição de sua crença no indivíduo o leva a coincidir com o historiador, também banido da União Soviética, Andrei Amalrik, na sua hipótese de que a sociedade comunista totalitária irá esfacelar-se, vítima de suas contradições internas, da ameaça chinesa crescente e da sua incapacidade antediluviana de adaptar-se a um mundo em constante mudança irreprimível.

Sua pletera de argumentos que provam que o sistema marxista-leninista leva à total despersonalização de cada um para melhor desaguar na delegação mística do seu eu ao culto da personalidade por mais monstruosamente assassina que ela seja, como no caso de Stalin e Lenin, embora convincente, nada tem a ver com o fluxo de um romance, nem mesmo de um romance comprovadamente de tese comprovável como este teorema semiartístico (e neste ponto hilariante) e semidocumental (francamente repetitivo) que é este *Futuro Radioso*.

Sua convicção de que o Comunismo é um câncer no organismo mundial não precisa de quase 300 páginas de valor desigual como “prova”: a leitura dos jornais demonstra mais que sucintamente a que ponto esse rebento do nazifascismo já serve de refúgio para todas as ambições de poder frustradas em todos os continentes e que tipo de “futuro radioso” ameaça as populações vietnamitas,

19. Como vai a liberdade na URSS? Zinoviev responde

laocianas, húngaras, tchecas etc., que fogem dele como os heréticos enfrentando as fogueiras de preferência ao Inferno murado de Berlim ao Cambodge.

20. Esta obra nasceu numa prisão. Uma obra realista. Sua base: 11 anos de exílio

Jornal da Tarde, 1970/10/09. Aguardando revisão.

Ver o mundo como uma prisão é uma constante dos escritores russos. Também é , um reflexo da sociedade em que vivem, desde a época czarista, passando pelo terror stalinista. Essa sociedade penal realça dramaticamente o que há de básico na condição humana. O trivial torna-se trágico, o absurdo torna-se profundo, a fraqueza virá força.

Esse é o mundo em que vive Aleksander I. Solzhenitsyn, Prêmio Nobel de Literatura de 1970. Esse é o mundo dos seus livros, sofridos e amargurados. Mas, no meio dessa asfixia, Solzhenitsyn sobrevive graças a um talento de observar e narrar a miséria ao seu redor, com uma percepção digna dos grandes clássicos, Tolstoi, Dostoievski ou Turgeniev.

O que chama primeiramente a atenção nas obras de Solzhenitsyn é exatamente esse classicismo, semelhante ao de um grande escritor do século XIX que, de repente, surgisse em pleno século XX. Numa entrevista, concedida em 1968, o poeta concedida em 1968, o poeta Evtuchenko declarou: “Solzhenitsyn é nosso único clássico vivo”.

Seus livros não têm truques de vanguarda, exagero de fluxo de consciência, filosofia existencialista. São escritos numa prosa direta e dura, usando muito a linguagem coloquial e uma preocupação pelos detalhes que o liga aos realistas e naturalistas do século passado, especialmente Emile Zola. Ele conta apenas o que acontece, a fantasia é uma ausência na sua obra.

A sociedade é tal como ele descreve, é a Rússia contemporânea, não uma mera concepção como o *1984* de George Orwell. E o papel do narrador nessa descrição é dolorosamente real, pois Solzhenitsyn é um dos intelectuais mais perseguidos atualmente na União Soviética. Como Dostoievski, passou anos na prisão e no exílio. Quando escreve sobre esta sociedade-dentro-da-sociedade, o terror é tão cotidiano, a brutalidade é tão banal que sabemos que cada linha é verdadeira.

Solzhenitsyn tinha 44 anos quando seu primeiro romance foi publicado na revista literária soviética *Novy Mir* (Mundo Novo), por interferência do então primeiro-ministro Nikita Kruchev. Antes disso, lutou como oficial de artilharia (foi condecorado duas vezes) nas frentes de Leningrado, Bielo-Rússia e Rússia Ocidental, proveniente da Universidade de Rostov.

20. *Esta obra nasceu numa prisão. Uma obra realista. Sua base: 11 anos de exílio*

O universo concentracionário começou a agir em 1945 sobre o escritor. Em julho desse ano, foi preso e condenado a oito anos de detenção e exílio, por “ter expressado dúvidas sobre as qualidades militares de Stalin”, segundo a sentença. As críticas a Stalin faziam parte de cartas a um amigo.

Só em 1956 é que seria libertado, já no período da desestalinização. Mas já formara as bases de sua futura obra literária, nos campos de concentração e no exílio em aldeias de pontos distantes do território soviético.

A estreia de Solzhenitsyn provocou problemas que a publicação na *Novy Mir* não resolveu. O livro, *Um Dia na Vida de Ivan Denisovich*, não conseguiu ser editado na Rússia até hoje. Mas provocou um impacto enorme nos meios literários russos e além deles, favorecendo, de certa maneira, as grandes linhas da política interna realizada por Kruchev, que felicitou o autor pelo “realismo e profundidade” do romance.

Em Moscou, formaram-se filas para comprar a revista, 95 mil exemplares foram vendidos num dia. Nos Estados Unidos, dois editores lançaram simultaneamente o livro. Um deles trancou o tradutor em sua casa de Greenwich Village 11 dias, com dois datilógrafos e “muito uísque”. Foi a pior tradução das duas.

O enredo do livro é simples: quantas regras de um campo de concentração, o prisioneiro Ivan Denisovich Shukhov consegue não quebrar, num dia. Depois de oito anos no campo, tem um instinto animal para evitar punição e descobrir comida. Sabe quando pressionar, quando pedir, quando implorar, de quem se aproximar, a quem evitar.

O campo é situado em meio às estepes. Todo dia os presos são enviados para a realização de trabalho sem sentido, comem sopa de peixe estragado, são mandados para fora das barracas de castigo, totalmente nus sob o frio siberiano.

Mas *Um dia...* é mais um caso de fenômeno político que literário. Falta-lhe a força psicológica intensa das descrições de prisão de Dostoievski ou Ivo Andric. Mesmo assim, Solzhenitsyn estava lançado como o grande paladino da luta contra o regime penal que ainda vigorava na Rússia.

O sucesso no Ocidente, as críticas a Stalin e os elogios que recebeu de Kruchev despertaram inveja entre outros escritores, enquanto sua posição política causou-lhe inúmeros problemas após a queda de Kruchev. Antes, ele publicara *A Casa de Matriona*, em 1963.

Passados vários anos de críticas e censuras e ameaças, Solzhenitsyn foi excluído da União dos Escritores, medida equivalente à proibição de publicar livros na URSS.

A odisseia de Solzhenitsyn começou a chamar a atenção do mundo em maio de 1967, quando ele se queixou formalmente à União dos Escritores, contra a polícia secreta, que havia apreendido seus manuscritos e outros papéis pessoais. Além disso, denunciou a existência de exemplares clandestinos de suas obras, distribuídos contra sua vontade em Moscou.

Avisou que esses manuscritos cruzariam a fronteira e seriam publicados no exterior. Pedia proteção contra essa eventualidade, assinalando que o fracasso da Rússia em ratificar o acordo internacional de direitos autorais deixava seus escritores impotentes para controlar a publicação fora do país.

20. *Esta obra nasceu numa prisão. Uma obra realista. Sua base: 11 anos de exílio*

Seguiu-se uma longa discussão em Moscou, que culminou com um encontro informal de Solzhenitsyn junto aos seus colegas da União, em 22 de setembro de 1967. O escritor pediu que seus livros fossem publicados; exigiram que ele escrevesse uma carta aberta denunciando a exploração da sua obra no Ocidente e repudiando “o papel que lhe haviam atribuído no Ocidente”, o de “líder da oposição política”. Ele recusou.

Não havia qualquer proibição formal à publicação de *Pavilhão dos Cancerosos* e a *Novy Mir* extraiu as primeiras provas do livro, que foram corrigidas pelo autor. A data marcada para publicação era janeiro de 1968. Mas isso nunca aconteceu, como resultado de uma decisão pessoal de Leonid Brezhnev, ratificada mais tarde pelo *Politburo*.

Pavilhão dos Cancerosos apareceu quase imediatamente na Europa Ocidental, em tradução de uma edição mimeografada russa. O tema, como o da prisão, foi testemunhado e suportado pelo autor. É o mundo confinado dos condenados pelo câncer. Agora, o mal não é criado pelo homem, como o campo de concentração; tem origem divina, é inescapável e eterno.

No livro, ele examina com precisão, científica, a natureza da doença e o processo pelo qual o doente, como o prisioneiro, revela-se a si mesmo e, às vezes, se transforma no confronto com a morte. Tolstoi já fizera isso, já mostrara como um homem pode ser reduzido à sua essência pela doença, na sua obra-prima, *A Morte de Ivan Ilitch*, que é evidentemente o modelo de *Pavilhão dos Cancerosos*.

Solzhenitsyn insistiu sempre que seu romance é apenas sobre o câncer. Atacou os que o criticavam por ter escrito um romance simbólico e afirmou que havia detalhes médicos demais na obra para se tratar de um símbolo.

A matéria-prima do livro foi a estadia do autor num hospital de Tashkent por volta de 1955, Solzhenitsyn entrou no hospital e curou seu tumor, nunca claramente diagnosticado como maligno. Como ele é, por excelência, um escritor realista, cuja vida é indistinguível da sua ficção, pode-se afirmar que o pavilhão de cancerosos que descreve é bem parecido com o que ele escreveu.

Mas é difícil ao leitor lembrar-se que lê apenas um romance sobre câncer. Há frases como: “Um homem cria um tumor e morre – como então pode uma nação viver cirando campos e exílios?” Os pacientes de câncer são exilados: um ex-prisioneiro, um guarda de campo de concentração, um burocrata da polícia secreta cujas denúncias mandaram dúzias de pessoas para a prisão.

Como em *Um Dia na Vida de Ivan Denisovich* refere-se à agonia russa sob Stalin, o *Pavilhão* alude a uma imagem do período pós-stalinista, quando vítimas e executores eram presos, igualmente mutilados, no pavilhão do câncer da nação.

Depois de sua exclusão da União de Escritores, Solzhenitsyn retirou-se para a cidade de Ryazan, a 157 quilômetros de Moscou. Enfrentando sempre muitas críticas, inclusive o convite que a União dos Escritores lhe fez para sair definitivamente da Rússia, indo “para onde que suas obras sejam apreciadas”.

Onde as qualidades de Solzhenitsyn como autor clássico mais se revelam é em *O Primeiro Círculo*. Também publicado fora da Rússia em 1968. O respeito às unidades de tempo, espaço e ação, uma

20. *Esta obra nasceu numa prisão. Uma obra realista. Sua base: 11 anos de exílio*

disciplina rígida, os retratos de personagens semelhantes aos que Tolstoi fazia, sua visão fotográfica nunca foram tão agudos e bem realizados como nesse livro.

A história abrange cinco dias – de 24 de dezembro de 1949 a 28 do mesmo mês. O cenário é um instituto penal soviético, em Moscou. Os personagens são os prisioneiros, os seus guardas, os diretores do Instituto, os altos funcionários do Ministério da Polícia, o próprio Stalin num retrato inesquecível, três ou quatro mulheres, alguns camponeses, vários burocratas.

O enredo é quase sem importância, pois logo sabemos que todos estão condenados – o brilhante matemático, que destrói a obra que lhe daria a liberdade; o diretor do Instituto, que sabe instintivamente que logo estará colocado atrás das suas próprias grades, o diplomata diletante que teme (acertadamente) que seu único ato de decência o condene à destruição de Stalin, às voltas com o medo, presságios de traições e morte, sozinho, mórbido e triste.

O Primeiro Círculo é mais um exemplo notável de jornalismo político que uma obra de ficção; seria o equivalente moderno de *Recordações da Casa dos Mortes*, que Dostoievski escreveu após cinco anos em prisões czaristas e mais cinco anos em exílio.

O título refere-se ao primeiro círculo do *Inferno* de Dante, onde os espíritos que ali moravam, não haviam cometido pecados. Como em Dante, o círculo está na beira de um abismo eterno e a descida é fácil, frequente e quase inevitável.

O livro, apesar de tudo, tem uma mensagem otimista: mostra que, por mais brutal que seja a repressão, o espírito humano não perece. O fracasso de uma série enorme de tiranos em tentar liquidar a dedicação russa aos ideais humanos tem um testemunho, espalhado nas páginas dos romances de Alexander Solzhenitsyn.

21. O Nobel para a luta contra a tirania

Jornal da Tarde, 1970/10/09. Aguardando revisão.

Alexander Solzhenitsyn irá a Estocolmo no dia 10 de dezembro, receber o prêmio Nobel de Literatura de 1970? Ou o governo russo não o deixará viajar, repetindo o que aconteceu com Boris Pasternak em 1958? Solzhenitsyn já declarou que aceita o prêmio e está disposto a viajar. Isso, foi o que ele disse ao jornalista sueco Per Hegge, que o entrevistou por telefone. No entanto, foi só através desse correspondente que o autor de *O Primeiro Círculo* teve a confirmação da notícia: antes, só soubera do prêmio através de amigos. Essa falta de reações oficiais está levando os observadores ocidentais a acharem que se pode repetir o “caso Pasternak”. E a situação pode agravar-se porque, se o escritor não é simpático ao governo soviético, a Academia Sueca, justificando o Nobel de 1970, elogiou em Solzhenitsyn “a força ética com que está prosseguindo as tradições indispensáveis da literatura russa”. Antes, a Academia já havia recebido – nas últimas semanas – dezenas de cartas de escritores ocidentais indicando Solzhenitsyn para receber o prêmio. Miguel Angel Astúrias, Nobel de 1967, não defendeu sua candidatura, mas depois que soube da premiação, também o elogiou: “Solzhenitsyn é um homem que escreveu com uma grande responsabilidade, interpretando o sentimento de seu povo. O prêmio confirma que a Academia prefere as obras que se responsabilizam pelo homem e ante o homem.

A grande romancista inglesa Virginia Woolf situou de forma original e marcante a situação da grande literatura russa traduzida. Para os leitores não-eslavos e que ignoram a língua russa, autores como Tolstói, Tchekov e Dostoievski surgem como viajantes requintados, sobreviventes de um desastre de trem e dos quais não sabemos praticamente nada, a não ser o que nos revela sua aparência. É o aspecto formal que nos falta para aprofundar nossa apreensão de obras-primas como *Guerra e Paz* e *Os Irmãos Karamazov*. O estilo se dilui inteiramente: as nuances dos sinônimos, o ritmo da frase, o colorido das raízes populares.

Como isto não impede que se julgue a grandeza intrínseca de uma literatura, os contos pungentes e sóbrios de Tchekov, o conflito de pais e filhos descrito por Turgeniev, a sociedade russa espelhada nos romances de Tolstói – tudo confirma a nossa visão de uma literatura apaixonante.

Solzhenitsyn para mim é, portanto, um autor que conheço obliquamente, por meio de traduções (e Borges já mostrou quantos Homeros diferentes podem surgir do engenho e da sensibilidade diferentes de diferentes tradutores!). Mas um confronto de suas obras principais nos principais idiomas europeus permite talvez reconstituir uma parte pelo menos do seu estilo original. Solzhenitsyn, então, do ponto de vista puramente literário, é um autor seco, preciso, às vezes quase

21. *O Nobel para a luta contra a tirania*

científico na sua precisão despojada. O que corresponde à imagem “russa” que temos da literatura aparece nele através de jatos bruscos e breves de uma afetividade contida e impetuosa.

Seu fogo interior, que eclode em acessos de indignação contra o regime totalitário que o marcou durante nove anos de trabalhos forçados num campo de concentração stalinista, na maioria das vezes é disciplinado pela mente lógica, lúcida, de um matemático acostumado à frieza imparcial dos resultados e dos cálculos numéricos.

Em segundo lugar, aparece claramente um desnível qualitativo na sua produção contrabandeada para o Ocidente. *Um Dia na Vida de Ivan Denisovitch* tem muito do relato objetivo que se torna apavorante pelas situações que focaliza, como um farol que iluminasse repentinamente, à noite, um campo de concentração. Seu realismo tocado de naturalismo – as condições higiênicas da prisão, o sadismo dos guardas, as funções biológicas descritas sem melindres – trai um ódio reprimido por um regime que transforma “a vida de um homem, a única que se tem” naquela massa informe que só pensa em sobreviver biologicamente e que conserva, indômita, sua resistência ao banditismo armado de uniformes, leis, doutrinas e celas solitárias.

Já *O Pavilhão de Cancerosos* é um livro que, francamente, cansa pelo ritmo excessivamente lento de seu desenrolar-se de episódios, apresentação de personagens e minúcia de terminologia médica. Além disso, o personagem central, autobiográfico, reflete demais a rabugice, que raia no histerismo, de um doente rebelde. Se a lembrança de sua situação, do estado avançado de seu tumor maligno no pescoço e, sobretudo, a soma de injustiças e indignidades que ele sofreu num regime acentuadamente desumano reconciliam o leitor com ele e o levam a interessar-se mais pelos protagonistas desse relato que só adquire dramaticidade à medida que revela, simbolicamente a degradação clínica que mascara a degradação humana gerada pela opressão política.

De todos os seus livros, sem dúvida, a obra-prima é *O Primeiro Círculo*. Não porque, eruditamente, se inspire numa citação de Dante Alighieri e se refira ao limbo em que são colocados, nos dois infernos, no florentino e no soviético, os personagens demasiado importantes e impolutos para serem consumidos pelas labaredas da morte física ou da tortura post-mortem na alegoria religiosa.

Com *O Primeiro Círculo*, Solzhenitsyn identifica-se mais com seus personagens, deixa entrever ao leitor uma adesão muito mais apaixonada ao destino dos que se opõem à desumanidade de um regime, mesmo com sacrifício de sua liberdade e de suas vidas já minadas pela doença e pelo encarceramento. As comparações frequentes que se fazem, na França, na Itália, nos Estados Unidos, entre *O Primeiro Círculo* e *Recordação da Casa dos Mortos* de Dostoievski são apenas um recurso simplista. As *Recordações* não têm a dimensão infinitamente mais ampla do *Círculo*: retratam um fragmento da sociedade russa: os criminosos e os opositores políticos do despotismo czarista. Dostoievski compadece-se dos ladrões e assassinos impulsivos que compartilham o seu degredo, infunde-lhes uma visão mística, reconhece sua bondade, e mesmo sua candura e sua inocência submersas por um delito fruto de um impulso e não de um desígnio calculista.

O Primeiro Círculo, ao contrário, não entre em problemas tão individuais e tão particularizados: grava a fogo o mural de uma opressão monstruosa, que se estende a toda uma coletividade, que amordaça e mutila todo um povo. Profético, *O Primeiro Círculo* prevê a incompatibilidade que só recentemente Amalrik, outro intelectual russo caído em desgraça com o regime de Kossigin,

21. O Nobel para a luta contra a tirania

diagnosticaria corajosamente: o progresso cultural e social de uma nação é incompatível com a censura, com a polícia secreta, com a ditadura. Na época em que Stalin proibia as pesquisas genéticas de Lisenko porque contrariavam dogmas marxistas e leninistas, essa percepção era ignorada pelas massas, até mesmo nos centros universitários.

Só Solzhenitsyn formularia claramente essa verdadeira Lei de Incompatibilidade que traria tão funestas conseqüências para um sem-número de artistas e intelectuais russos: Nureyev fugindo para o Ocidente por achar que o balé estagnara na URSS, Kuznetsov escapando à vigilância russa em Londres, Valery Tarsis sendo “deportado” para a Ingraterra, depois de internado, como louco num hospício estatal para opositores políticos, Daniel e Siniavsky condenados a trabalhos forçados por críticas ao regime soviético, Pasternak, proibido de receber o prêmio Nobel por ordem de Kruchev, que o acusava de “sentimentos anti-soviéticos” (permitir que sua novela *Dr. Jivago* fosse contrabandeada para o Ocidente).

Feita estas ressalvas, seria desonesto ocultar ao leitor brasileiro que, como acontece com 90% das traduções no Brasil, os livros de Solzhenitsyn foram vítimas de traduções não muito felizes em português.

Pavilhões dos Cancerosos, comparada com a versão americana, mostra deslocamentos de frases que misteriosamente “resvalam” de um parágrafo para outro ou se “antecipam” com igual mistério alguns parágrafos à frente.

O Primeiro Círculo é uma colcha de retalhos: foi confiada sua tradução a um grupo de alunas da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, Seção Literatura Inglesa (*sic*). A tradução, conseqüentemente, foi feita da tradução americana, que a revista *Time* apontou como absurda e incompreensível em certos trechos. Há capítulos bem traduzidos, há outros que elevam o absurdo da tradução ianque a dimensões não mais texanas, mas já auriverdemente amazônicas.

Por fim: Solzhenitsyn é um grande escritor ou sua fama foi “inflada” artificialmente pelos dividendos políticos que rende a um anticomunismo tão cego quanto o comunismo que ele próprio combate? Dentro de uma literatura amordaçada, sem contatos com a renovação literária de um Proust, de um Joyce, de um Kafka, de um Beckett, de um Guimarães Rosa e de um Jorge Luís Borges, ele é, sem dúvida, um expoente de primeira categoria. Mas, guardadas todas as proporções, não chega a ser o Tolstoi contemporâneo nem o Dostoivsky deste meio-século. Mesmo *O Primeiro Círculo* não atinge a grande arquitetura de *Guerra e Paz* ou a simplicidade comovedora das parábolas místicas tolstoianas como *A Morte de Ivan Ilitch*.

Um grande escritor político e um grande humanista, uma extraordinária sensibilidade humana que se rebela contra a tirania, contra a castração da liberdade de aprendizado, de informação e de criação artística – estas características – que são em grande parte o cerne de todas as discussões ideológicas do mundo politizado atual – distinguem sua obra e o marcam indelevelmente como um expoente trágico de uma era intelectualmente pré-histórica: a que põe em discussão ainda conceitos fundamentais como os da liberdade, da consciência e da dignidade humanas.

22. Uma viagem ao monstruoso arquipélago que a Rússia omite dos seus mapas

Jornal da Tarde, 1975/06/07. Aguardando revisão.

Procuram-se jovens ocidentais “avançados”, dispostos a renegar publicamente o Ocidente. Oferece-se: uma boa vida burguesa em Moscou, ótimos salários. Entrar em contato com a KGB (Polícia Secreta da União Soviética), ou Sr. Gromiko, Ministro das Relações Exteriores.

Um jovem sueco idealista, Erik Arvid Andersen, abandona a fortuna do pai milionário e alista-se voluntário no Exército inglês para combater os nazistas na Normandia, durante a Segunda Guerra Mundial. Mas ter vencido a maior ameaça que já pesou sobre a aldeia global – o Terceiro Reich de Hitler – não lhe bastou. As desigualdades sociais continuavam a atormentá-lo no Ocidente. Sua simpatia pelo comunismo soviético desperta a atenção de Gromiko, que jantara em casa da família Andersen em Estocolmo. Erik é convidado a Moscou: são banquetes, recepções com artistas, operários, membros do Partido – é o paraíso. Sutilmente, entre uma ida ao Ballet Bolshoi e uma visita a uma fazenda-modelo, Gromiko lhe propõe: que tal denunciar o capitalismo, capitalizar os pobres das democracias ocidentais e acusar o próprio pai de opressor dos operários subpagos?

Erik Arvid Andersen horrorizava-se: primeiro, seu pai paga a seus empregados excelentes salários. A Suécia tem o segundo rendimento *per capita* mais alto do mundo, em seguida ao dos Estados Unidos. Na Suécia não há miséria, nem analfabetismo, a previdência social é perfeita. E depois: como acusaria o próprio pai?

Era uma situação imprevista para os russos. O que fazer? Ofereceram-lhe uma *datcha* (casa no campo), dão-lhe refeições requintadas e as obras de Marx, Engels, Lenin e Stalin para que ele se “eduque” politicamente. Passado um ano, é inútil: ele quer voltar para o Ocidente, achando que errara – lá é que deveria combater as injustiças. Ameaçam-no com os horrores dos campos de concentração. Afinal, como as autoridades de Moscou podiam devolvê-lo à Suécia? Solução: é mandado durante vinte anos para o apavorante Arquipélago Gulag. Aos pais de Erik a agência Tass informa que ele “acidentalmente afogara no rio Spree” e enxugam o suor do rosto: “Ufa, para que formos nos meter com esse filhinho de papai incapaz de obedecer e salvar a própria pele?”

É inútil procurar nos mapas da Rússia esse monstruoso arquipélago. Está murado, o *Inturist*, o Centro de Turismo da União Soviética, não o levará lá, os guias e intérpretes abanam a cabeça: nunca ouviram falar de tal coisa. E é possível que nunca tenham mesmo. Gulag é uma catacumba, um rio subterrâneo de massa humana, nacionalistas da Ucrânia, da Estônia, da Lituânia, cientistas,

22. Uma viagem ao monstruoso arquipélago que a Rússia omite dos seus mapas

professores de filosofia, estudantes, operários – todos compõem esse gigantesco universo carcerário que flui incessantemente. Nutre-se de denúncias, de cartas anônimas, de trens abarrotados de prisioneiros – milhares dos quais totalmente inocentes – que vomitam sua carga pelo vasto território quase três vezes maior que o Brasil, os 22 milhões de km² da URSS.

Na bacia do rio Kolimá, noticia a revista *Priroda* (Natureza), da Academia de Ciências de Moscou, acharam-se, em 1949, fósseis de peixes denominados tritões, que, embora sob espessa camada multimilenar de gelo, estavam tão frescos que podiam ser saboreados pelos presentes com prazer. Kolimá era a ilha maior desse arquipélago desconhecido e os que devoravam esses tritões eram os prisioneiros: o leitor dessa nota aparentemente só de interesse científico é Aleksandr Solzhenitsyn, preso 11 anos por ter ironizado a figura de Stalin numa carta a um amigo.

Ele recorda:

“Este arquipélago, cheio de enclaves, recortava-se policromo sobre o outro país, a que estava incorporado, penetrava nas suas cidades, pairava sobre as suas ruas – e, no entanto, havia quem não se apercebesse de nada, embora muitos tivessem ouvido falar vagamente de algo; só os que lá tinham estado conheciam tudo.

Entretanto, como se tivessem perdido o dom da fala nas ilhas do arquipélago, eles guardavam silêncio.

Numa inesperada virada da nossa história, uma parte insignificante desse arquipélago foi dada a conhecer ao mundo. (Quando, em 1956, durante o 20º Congresso do Partido Comunista da URSS, Kruchev denunciou os crimes de Stalin e permitiu a publicação de *Um Dia na Vida de Ivan Denisovitch*, do ex-prisioneiro Solzhenitsyn). Mas as mesmas mãos que nos apertaram as algemas abrem agora conciliadoramente as palmas e dizem: “Não... Não se deve mexer no passado!... Aquele que recorda o passado perde um olho!” E, no entanto, o provérbio acrescenta: “Aquele que esquece perde os dois!”

As décadas vão correndo e lambem irrecuperavelmente as cicatrizes e úlceras do passado. Outras ilhas, durante esse tempo, estremeceram, foram-se derretendo, desbordaram, e o mar polar do esquecimento vem bater sobre elas. E um dia, no século futuro, este arquipélago, o seu ar e os ossos dos seus habitantes, congelados numa camada glacial, serão apresentados aos descendentes como um inverossímil tritão.

Não ousa descrever a história do arquipélago: não me fio dado ler documentos. Mas alguém, algum dia, virá a consegui-lo?... Aqueles que não desejam *recordar* tiveram já tempo bastante (e terão ainda mais) para destruir os documentos todos, completamente.

Os onze anos que ali passei, incorporei-os não como uma desonra, nem como um sono maldito, mas quase amando aquele mundo monstruoso. E agora, tendo-me tornado por um feliz reverso a pessoa a quem foram confiadas as inúmeras cartas e relatos tardios, talvez eu saiba transmitir algo dos seus ossos e da sua carne e, para além disso, da carne ainda viva dos tritões ainda hoje vivos”.

Aleksandr Solzhenitsyn não escreveu sozinho estas quase 600 páginas alucinantes (Editorial Difel, no Brasil). Teve o apoio de 227 companheiros de prisão que lhe entregaram relatos e cartas. Se nas

22. *Uma viagem ao monstruoso arquipélago que a Rússia omite dos seus mapas*

bibliotecas do Estado (e são as únicas existentes na Rússia) toda e qualquer menção aos campos de concentração foi retirada de circulação e inúmeros comprovantes foram queimados, trinta e seis escritores, “encabeçados por Máximo Gorki”, contribuíram para descrever este Inferno carcerário: foram os autores de “um vergonhoso livro sobre o canal do Mar Branco (construído por prisioneiros), os primeiros que na literatura russa enalteceram o trabalho forçado.”

Os métodos de prisão, o clima, o sadismo bestial e a arrogância da polícia secreta – é impossível o leitor não se lembrar imediatamente das sinistras descrições feitas pelos sobreviventes dos campos de concentração nazistas – Dachau, Auschwitz, Treblinka. Primeiro a pancada brutal na porta, no meio da noite. Depois arrombar armários, paredes, espalhar objetos pelo chão e pisá-los. Para buscar “provas” arrancam ataduras do corpo de doentes e dentes de ouro dos detidos. Quando se trata de altas patentes militares ou do Partido favoráveis a uma “liberalização” da hermética sociedade soviética, são promovidos de cargo e levados para um trem de luxo, posto à sua disposição. O destino desse trem é Gulag.

Se você entra numa fábrica, verificam seu cartão de identidade e o prendem. Se você está com 39 graus de febre num hospital militar, se você está sendo operado numa mesa de cirurgia, quase sem vida, banhado em sangue, conduzem você para a cela de Lubianka, no centro de Moscou. Você é preso pelo electricista que foi anotar seu relógio de luz, pelo ciclista que esbarrou em você, pelo funcionário da Caixa Econômica, pelo gerente do cinema: todos os podem prender e só “depois, tarde demais, você verá, muito escondida, a chapa vermelha” da KGB.

Fugir? É impossível. Na URSS existem, como para os pretos na África do Sul, passaportes internos. Quem quer ir a outra cidade tem que ter autorização da delegacia de polícia local, explicar o motivo da viagem, quanto tempo ficará lá. E chegando ao destino, se for dada a permissão, dentro de 24 horas você tem obrigação de registrar-se na delegacia local em que se encontrar.

Como todo governo totalitário, o regime instituído na Rússia depois de 1917 vive esquizofrenicamente tomado pelo medo, por isso as ondas de milhões de detentos se avolumam ano a ano:

Em 1929/30 são 15 milhões de *mujiques* retirados de suas terras e atirados ao Gulag. Mas os *mujiques* não têm o dom da escrita: deles não ficaram protestos nem memórias.

Em 1944/46 a torrente assume as proporções de uma inundação: são nações inteiras das Repúblicas Soviéticas canalizadas para o Gulag, seu volume engrossado por prisioneiros russos repatriados da Alemanha e temidos como portadores de “ideias novas”.

Em 1937 a correnteza arrasta intelectuais, pessoas cultas, de altas posições do Exército, no Partido, nas ciências, nas artes, nas universidades. Os “órgãos” do Presidium têm quotas de prisioneiros a preencher, como os fornos crematórios de Dachau e Auschwitz tinham que “aperfeiçoar” a produtividade da solução final para o problema judaico: exterminar um número maior em menos tempo, numa aceleração estatística do gráfico da morte violenta.

Desde os tempos inflamados de Lenin estimulava-se o arbítrio, enaltecia-se o terror. Massacrem todos os contrarrevolucionários, os operários democratas, os socialistas e evidentemente esses “insetos sem expressão econômica”, os intelectuais! E nessa curiosa entomologia se inseriam

22. *Uma viagem ao monstruoso arquipélago que a Rússia omite dos seus mapas*

também os padres e freiras, os pacifistas que não pegavam em armas por dever de consciência, os membros das cooperativas, os estudantes revoltados.

Para isso, a União Soviética inaugura um Serviço de Dedetização inédito no mundo: A *Vetcheká*, a Comissão Extraordinária de Toda a União que, como zelosa guardiã da Revolução Bolchevique, engloba todas as funções: investiga, detém, instrui o processo, faz a acusação pública, procede ao julgamento e executa a sentença.

Até 1922 não existe um Código Penal na Rússia “socialista”: a justiça revolucionária, infalível na política como o Papa em assuntos teologais e leigos, ordena o fuzilamento de camponeses, de oficiais de intelectualidade das forças armadas, de anarquistas, de mencheviques (partido minoritário derrotado pelos bolcheviques). A ponto do romancista e memorialista russo revolucionário, Vladimir Korolenko, pouco antes de morrer, enojado com o rumo sanguinário da Revolução de 1917, escrever a Górkí, que também se revoltava com a matança insensata:

“A História registrará um dia que a revolução bolchevique reprimiu os revolucionários e os socialistas autênticos, empregando os mesmos métodos que o Tsarismo, isto é, métodos puramente policiais”

A sanha assassina volta-se contra os trotskistas, a partir de 1925 e mais acentuadamente contra os engenheiros. Produzem-se situações kafkianas: o chefe do Comissariado do Povo para Transportes, Nikolai Karlóvitch von Mekk sugere aumentar as composições ferroviárias para distribuir melhor os bens de consumo do país. Então esse espião fascista queria era desgastar as vias férreas para privar a República de sua movimentação? É fuzilado. Seu sucessor, o Camarada Kaganóvitch, autoriza composições duas, três vezes mais pesadas: recebe a Ordem de Lenin. Quando os engenheiros advertem para o perigo real dos trilhos cederem sob essa sobrecarga são “fuzilados por sua falta de confiança nas possibilidades dos transportes socialistas”.

Não: nem Kafka teve fantasia suficiente para inventar os 14 parágrafos do Artigo 58: este artigo pode qualquer ação ou inação sob a face da terra, como explicou um jurista com ares de superioridade: “Nós não fazemos diferença entre a *intenção* e o próprio *delito* e nisto reside a *superioridade* da legislação soviética sobre a legislação burguesa!”

Assim, existem categorias dentro do artigo 58 dignas de Iddi Amin ou de Goebbels: alguém pode ser condenado e até fuzilado por PE, isto é: presunção de espionagem ou, inacreditavelmente, por crime de END – espionagem não demonstrada. Substituiu-se a acusação formal por um dos dois rótulos abrangedores de todos os delitos: resquícios burgueses ou atividades contra o Estado. Um grupo reunia-se para tocar jazz? Dez anos de cadeia. Um operário semianalfabeto treinava escrever seu nome nos jornais, às vezes em cima dos retratos de Stalin? Detenção de oito anos. Um encanador desligava o rádio quanto transmitiam as intermináveis cartas de adulação ao Paizinho condutor da Pátria? Um vizinho o denuncia e aquele elemento socialmente perigoso pega oito anos de campo de concentração. Se um mestre de genética seguia a lei de Mendel e ia contra a teoria de Lissenko era fácil escolher a pena a ser-lhe imposta: crime por VAT, ou seja, por enaltecer a técnica americana, ou PZ, por admirar o Ocidente, penas extensivas a todos os estudantes, professores, jornalistas e artistas, com mais rigor para os que não citassem abundantemente Lenin, Marx e Stalin em seus cadernos, aulas, artigos e romances.

22. Uma viagem ao monstruoso arquipélago que a Rússia omite dos seus mapas

Nos primeiros anos depois da Revolução de Outubro órgãos da imprensa como *Semanário da Tcheka*, a *Espada Vermelha* e o *Terror Vermelho* debatem: era admissível aplicar a tortura do ponto de vista do marxismo? Logo essas discussões tornaram-se estéreis. Os campos de concentração são entregues à guarda de ladrões e assassinos de delito comum. Eram mais simpáticos às autoridades do que os dissidentes políticos. Começa então a Inquisição que precede de alguns anos a hedionda carnificina de Dachau, Auschwitz, Theresienstadt:

Os prisioneiros são imersos em banhos de ácidos;

Aos resistentes aplica-se torniquete de ferro no crânio;

Alguns torturadores mais sádicos preferem a “marca secreta”, uma forma de “pau de arara” soviético: introduzir uma baioneta em brasa no ânus do prisioneiro;

Para homens fortes prefere-se esmigalhar os testículos sob o peso das botas do carrasco que o olhava fixamente nos olhos.

Fazem-se exatamente como nos campos nazistas, “experiências” da resistência humana à dor: passeia-se sobre o coração de um homem acorrentado enquanto um médico tranquiliza os algozes: “Podem continuar, a pressão dele ainda aguenta!”

Para se chegar a esse estado de coisas não basta o terror para quebrar a espinha dorsal de um povo. Solzhenitsyn toca nos sintomas decisivos dessa esclerose social: a princípio a desenfreada cupidez pelo poder de um homem sobre o outro insensibiliza. No estágio seguinte recrutam-se sequazes de baixa cultura e inatamente sádicos. Para eles, perpetuar o poder constituído pelo Tirano cercado de bajuladores sanguinários torna-se meramente um *trabalho* como outro qualquer. Eichmann, defendendo-se da matança de judeus quando julgado pelo tribunal de Israel, não respondeu justamente isso, que estava *cumprindo ordens superiores?*

Não sentir. Não pensar. Não sentir e não pensar equivalem a privar um ser humano de sua condição humana: tirar-lhe a mente para raciocinar e o coração para compadecer-se. Aí, todas as fronteiras são ultrapassadas. Acima do bem e do mal está o álibi, o pretexto que encobre todos os crimes e todas as boas intenções: a *ideologia*.

A ideologia é a justificação dos covardes e cruéis, desde os conquistadores portugueses, espanhóis e ingleses a trucidar os índios e a escravizar os negros trazidos da África até os padres da Inquisição e os nazistas cada um com sua justificativa redentora: convertes os infiéis judeus e muçulmanos à única Fé verdadeira, da Igreja Católica ou extirpar o mundo dos vermes das raças impuras – os latinos, os eslavos, os negros, os mestiços, os índios, os orientais – capazes de impedir o Advento do Super-Homem nazista, o Prometeu da Raça Humana como Hitler o descreveu em seu *Minha Luta*.

E Solzhenitsyn pergunta: onde estão os Bertrands Russell e os Sartres para julgar os crimes cometidos por Stalin, por Kruchev e por Brezhnev em nossos dias? Por que um tribunal, justíssimo, se ergue para condenar os crimes dos nazistas em Nuremberg, depois da derrota alemã e não se ergue outro paralelo para julgar e condenar os que hoje vivem uma velhice tranquila, cultivando flores e lendo os clássicos em Moscou, em Kiev, em Leningrado?

22. *Uma viagem ao monstruoso arquipélago que a Rússia omite dos seus mapas*

Indiretamente, Solzhenitsyn acusa o próprio Ocidente de inércia e complacência quando diz que *neste momento* os carrascos de ontem e de hoje discutem em suas *datchas* (casas de campo, privilégio dos artistas, dos cientistas, dos altos funcionários do Partido ou dóceis *aparatchik*, seguidores cegos do aparelho estatal) a influência de Heidegger sobre Sartre, as relações do fauvismo com a pintura de Kandinsky e Cézanne. Acredita que dez tomos de *Em Busca do Tempo Perdido* de Proust poderiam ser acrescentados à devassa desse arquipélago que como uma tênia ou um câncer mina o organismo inteiro do povo russo.

E é o povo que está encarcerado, humilhado, violado, torturado:

“Acaso não é nosso povo, ultrajado e enganado, que jaz ao nosso lado, sobre os catres dos corredores?”

A Rússia czarista iniciou, com Tchekov, com Dostoievski, a literatura carcerária, seguida por *Le Mie Prigioni*, de Silvio Pelico, na Itália, por *Memórias do Cárcere* de Graciliano Ramos, encarcerado pela ditadura getulista no Brasil.

No entanto, neste século do terror, este horripilante *Arquipélago Gulag* forma com dois outros livros a mais cabal acusação ao totalitarismo engendrador da violência sem punição: forma, ao lado de *Treblinka* e de *Ascensão e Queda do Terceiro Reich*, a mais profunda meditação humana sobre a desumanização do homem pela bestialidade da violência, um grito de alerta e, apesar de todo o sofrimento, de esperança também no ser humano:

“Devemos condenar publicamente a própria *ideia* da violência de uns homens sobre os outros! Calando o vício, fazendo-o entrar no corpo só para que não saia no estrangeiro, nós o semeamos, e ele surgirá ainda mil vezes mais forte no futuro. Não castigando, nem sequer censurando os criminosos, não apenas os protegemos na sua velhice insignificante, como também solapamos as bases, para as novas gerações, de qualquer fundamento de justiça. E por isso que elas crescem na “indiferença” e não devido à “debilidade do trabalho educativo”. Os jovens compenetravam-se da ideia de que a infâmia nunca é castigada nesta terra, mas é sempre fonte de prosperidade.

Como é desolador, terrível, viver num país assim!”

Para estupefação dos europeus e de muitos norte-americanos e latino-americanos, o terceiro homem na hierarquia da China Comunista, Teng Hsiao Ping, bradou sem reservas ao presidente Giscard d’Estaing em sua recente visita oficial a Paris: a maior ameaça mundial é o poderio crescente do regime soviético.

Para discutir qualquer opção ideológica, o leitor brasileiro consciente – marxista ou não – tem agora este livro que acusa com o peso de mil julgamentos de Nuremberg e o poder explosivo de mil Hiroshimas: a denúncia de um autor prisioneiro, expulso de seu país por publicar fatos que sua memória e a de outros retiveram, já que o acesso a arquivos do Estado lhe foi vetado.

A conclusão realista a que se chega é a de que o Nazismo foi apenas o primeiro estágio da barbárie em dimensões mundiais, abatido graças ao sacrifício de dezenas de milhões de vidas. O nazismo renasceu, porém, sob a capa do social-imperialismo soviético, neste indelével e devastador arquipélago Gulag, que regurgita não do “sangue, suor e lágrimas” de Churchill, mas do sangue,

22. *Uma viagem ao monstruoso arquipélago que a Rússia omite dos seus mapas*

suor e horror extraído de milhões de seres humanos agora, neste mesmo instante em que se lê este Jornal.

Nas palavras eloquentes de Solzhenitsyn, consciência de uma Nação como antes dele já o tinham sido Tolstoi, Tchekov e Dostoievski, Parternack e inúmeros outros defensores da integridade humana e da sua dignidade intrínseca;

“Feche os olhos, amigo leitor. Ouve o ranger das rodas? São os trens vermelhos (dos prisioneiros) que passam. A cada minuto do dia e da noite. A cada dia do ano. E esta água que marulha? São os barcos dos detentos que vagam. E os motores dos “tintureiros” (como fora escrito em cores vivas: “Transporte de Carnes” ou “Beba Champagne Russa!”). Desembarca-se, embarca-se, translada-se sem cessar. E este rumor? As celas superlotadas das prisões de trânsito. E estes gritos? Os prantos das pessoas roubadas, violentadas, espancadas.

Passamos em revista todos os modos de transporte e concluímos que todos são péssimos. Fizemos a ronda das prisões de trânsito sem descobrir nenhuma boa. E a última esperança do homem, de que as coisas ficarão mais suaves e de que no campo de concentração será melhor, mesmo essa esperança resulta vã.

No campo, será pior.”

23. O Gulag

Jornal da Tarde, 1979/07/21. Aguardando revisão.

“Enquanto não existir uma opinião pública livre na Rússia, não haverá garantir de que o massacre de milhões e milhões de seres humanos sem motivo válido não se repetirá, de que ele não acontecerá de novo a qualquer noite – talvez hoje à noite mesmo”

Aleksandr Solzhenitsyn

O Brasil ainda não teve oportunidade de ler o terceiro e último volume do testemunho pessoal e amplamente documentado de Solzhenitsyn, o ex-prisioneiro russo, hoje exilado à força da sua Rússia natal e vivendo no Estado de Vermont, nos Estados Unidos. No entanto, mesmo para quem por fanatismo ideológico nem procura ler esta parte que encerra esse círculo do inferno hodierno denominado Arquipélago Gulag, há a surpresa inédita de um Solzhenitsyn distanciado, irônico, extremamente racional na demonstração de seus teoremas políticos e no relato de sua apavorante vivência do sistema carcerário idealizado por Stalin e logo imitado por Hitler: os campos de concentração.

Solzhenitsyn usa argumentos irrefutáveis para chegar a uma conclusão próxima de Bernard-Henri Levy e seu *La Barbarie à Visage Humain*. Enquanto para os “novos filósofos” franceses como Levy, Glucksmann, e Fabre-Luce se trata de demonstrar um teorema filosófico: o pensamento alemão, de Hegel a Nietzsche e Feuerbach é que conteria a semente inextirpável do marxismo totalitário, para Solzhenitsyn a questão é muito menos abstrata. Para ele, o fulcro do qual emana a fonte do terror instalado no Estado é a tríplice ausência dos três aspectos essenciais da democracia: a ausência de uma imprensa livre, a ausência de uma oposição livre e a ausência de pluripartidarismo. Completadas com a propaganda oficial onipresente e com o impedimento total de acesso ao mundo exterior ou, no plano interno, às versões da verdade expostas pelos dissidentes do regime, essas ausências desembocam fatalmente na ditadura – não importa se de Direita ou de Esquerda. O totalitarismo é um deus Saturno a alimentar-se eternamente de novas levadas de seus próprios filhos, como o terror da Revolução Francesa de 1789 devorou na guilhotina seus próprios idealizadores. Cria-se uma pirâmide inexpugnável: o Supremo Soviet – ou o Partido Único, nazista ou bolchevista, tanto faz – dita a linha ideológica a ser seguida, depois a inércia do imenso aparelho estatal acompanha esse movimento inicial, como uma orquestra de robôs movida eletronicamente à distância. Os funcionários, exatamente como Eichmann diante do tribunal de Israel ou como os juízes e generais nazistas diante do tribunal de Nuremberg, alegam que não podem ser culpados, pois estavam “rigorosamente cumprindo seu dever, isto é, seguindo as ordens

23. O Gulag

superiores”. A imprensa não pode noticiar nenhuma irregularidade, pois é controlada única e inteiramente pelo Estado, nem partido algum pode pedir uma revisão dos processos ou anistia. Os advogados e os juizes, igualmente, “seguem instruções de cima” cegamente. Não há Partidos que fiscalizem as ações do governo, nem a possibilidade de greves: estão proibidas por lei. E os sindicatos? Seguem estritamente a linha do Partido. E as autoridades civis? Estão impedidas de qualquer ação, pois a polícia secreta vigia todos os ex-prisioneiros e críticos do regime: quem lhes der emprego ou ajuda é condenado incontinenti. Fechou-se o círculo de ferro imposto por Stalin e Lenin, o “centralismo democrático” da “ditadura do proletariado”, abolida apenas nominalmente da Constituição soviética. Solzhenitsyn teme que o terrorismo dos que se desesperam contra esse muro sólido gere uma espiral de violência: a arbitrariedade impune do Estado gerando a selvageria arbitrária do terrorismo anti-estatal.

Este terceiro e último volume do *Arquipélago Gulag* contém, relativamente, menos horrores do que os volumes anteriores e não aborda um assunto flamejante: o internamento de prisioneiros em hospícios, onde lhe são administradas drogas alucinógenas por meio de injeções na veia, como relata o matemático Leonyd Pliutsch. É que Solzhenitsyn insiste no breve período de degelo que se sucedeu ao rumoroso XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956, quando Nikita Kruchev revelou os horrores do extermínio de milhões de pessoas pelo regime stalinista. Foi o próprio Kruchev que permitiu a publicação de *Um Dia na Vida de Ivan Denisovitch*, o relato seco, arrepiante, da permanência do prisioneiro Solzhenitsyn no cárcere, vítima do rolo compressor de um Stalin que se via imaginariamente perseguido por tudo e por todos.

O ostracismo existia já na Antiguidade grega e romana: Ovídio foi exilado e Sócrates pagou a dissidência com a morte por envenenamento. O autor russo, apesar de todo seu orgulho pela continuidade de mais de mil anos de História russa, não esconde, porém, a avidez com que todas as autoridades russas – desde o Tsarismo até hoje – usaram essa arma contra qualquer crítica ao regime prevalente. Pedro, o Grande, Catarina, a Grande, os Tsares Aleksandr e Nicolau, todos apelaram para o banimento dos dissidentes na região gelada permanentemente da Sibéria. No entanto, ele distingue entre os tipos de exílio e prisão: durante o período tsarista eram vítimas os *indivíduos*, depois da ascensão de Stalin ao poder é que *coletividades inteiras* passaram a ser dizimadas impiedosamente. O próprio Stalin, no entanto, escapara quatro vezes do exílio: um grande escritor como Turgenev ou um grande poeta como Puchkin tinham privilégios civilizados que foram negados aos “inimigos do povo”, designação soviética odiosa e que predispõe a população a mostrar-se hostil para os que julgam serem “traidores da Pátria”. É uma escalada: quatro anos após a Revolução de 1917, determina-se expressamente a criação de “campos de concentração” na província de Tambov (Solzhenitsyn cita *verbatim* a obra oficial de Tukhatchevsky: *Borba s Kontrerevolyutsionnymi Vostaniyami* (A Luta contra as Revoltas Contra-Revolucionárias), 1926).

E, num crescendo indescritível, dia 16 de outubro de 1922, o Comissariado do Interior cria uma “Comissão Permanente de Exílio”, destinada a combater todas as pessoas “socialmente perigosas e membros ativos de Partidos anti-soviéticos”, isto é, *todos os partidos exceto o Bolchevista*, conforme consta da “Coletânea dos Decretos” publicada em 1922.

O banimento e o trabalho forçado tornaram-se publicamente inexistentes: a imprensa não podia noticiá-los, *portanto*, eles não existiam, exceto para as famílias dos presos e banidos, impotentes, porém, para exercer qualquer pressão sobre a opinião pública democrática. E estabelece-se

outra distinção: enquanto os governos czaristas permitiam que os prisioneiros recebessem livros, alimentação e roupas quentes e jamais colocavam os prisioneiros em regime de trabalho forçado, em 1929, conjuga-se o exílio aos trabalhos forçados. No começo, estabelecem-se as gradações: a prática czarista de fornecer dinheiro mensalmente a seus prisioneiros mantidos no ócio permanente durante algum tempo: os contrarrevolucionários, é lógico, não recebem nada, mas os membros do Partido Social-Democrata, marxistas que rejeitavam o Bolchevismo, até os Trotskistas recebiam de 6 a 30 rublos por mês, os socialistas que permanecessem livres não encontravam trabalho. E a ironia ácida de Solzhenitsyn se volta contra o mutismo das esquerdas europeias e de outros países do Ocidente:

“Aqueles socialistas ocidentais que esperaram até 1967 para se sentirem ‘envergonhados de serem socialistas lado a lado com a União Soviética’ podiam muito bem ter chegado a essas conclusões uns 40 ou 45 anos antes. Já naquela época os comunistas russos estavam destruindo os socialistas russos. Mas ninguém geme quando o dente que dói é do vizinho.”

Um círculo vicioso, ele enfatiza mais uma vez, torna-se autossuficiente: como não há opinião pública elucidada sobre o que está acontecendo nem se permitem outros Partidos, capazes de denunciar os abusos, o único agrupamento que resistiu foi o Partido Socialista Sionista, cujos integrantes queriam transformar seu local de exílio, a Criméia, na Terra da Promissão, a Palestina perdida na Diáspora há dois mil anos. Stalin manda para a prisão jovens acusados de “cosmopolitismo”, ou seja: gostar de *fox-trot* e dos filmes de Carlitos. Depois é a vez dos espíritas. Dos ocultistas. Dos sacerdotes e pastores. E simplesmente de qualquer pessoa que professasse uma crença religiosa.

Onde, indaga Solzhenitsyn, estavam os famosos Tribunais Morais de Sartre e de Bertrand Russel para julgar esses crimes contra milhões de pessoas? Um genocídio cometido no Vietnã é diferente de um genocídio cometido na Rússia? Por que nunca se colocou no banco dos réus o regime de Stalin, como as forças aliadas vitoriosas fizeram com os criminosos nazistas no Tribunal de Nuremberg?

E chega a conclusões pessimistas: Nikita Kruchev perdeu a oportunidade, várias vezes, de eliminar totalmente os campos de concentração stalinistas. Embaralhou-se em tarefas absurdas como colocar ogivas nucleares em Cuba, desenvolveu as naves espaciais, comprou cereais dos Estados Unidos e do Canadá, criou o cerco de Berlim, perseguiu as igrejas e enviou os tratores para destruírem brutalmente quadros de artistas abstratos expostos numa rua de Moscou, enquanto erigia um código de artes em que acusava Chopin de ser mórbido e induzir à melancolia e ao derrotismo e aplaudia Beethoven por ser “otimista” condenando *toda literatura e toda arte* que não fossem imediatamente compreensíveis a todos como o antiarte antipovo. Solzhenitsyn conclui: hoje os campos de concentração não mudaram, mesmo depois da morte de Stalin e da efêmera liberalização do regime imposta por Kruchev em 1956. Por quê? Porque o Arquipélago Gulag, a prisão, o exílio, a crueldade sádica impune constituem a própria *espinha-dorsal* do sistema político soviético. Se a imprensa, os partidos, a opinião pública da Rússia *soubessem* da sua extensão, ruiriam imediatamente o Arquipélago Gulag e o regime despótico que o alimenta e por sua vez realimentado por ele. A Lei Soviética, talvez única no mundo, desmente o princípio básico do Direito Romano e torna qualquer artigo do Código Penal uma punição com efeito retroativo. A lei é clarividente. O órgão da imprensa *Legalidade Socialista* já publicou os resultados de um

23. O Gulag

juízo *antes* do veredito e da sentença: o artigo descrevendo o processo contra “carrascos fascistas” foi publicado no 1º de janeiro de 1962, mas entregue para ser impresso em 27 de dezembro de 1961, tratando detalhadamente de um acontecimento que só se deu realmente dia 16 de janeiro de 1962. O jornalista responsável foi punido com um ano de trabalhos forçados (ver: *Sotsialisticheskaya Zekonnost*, órgão da Promotoria da URSS e *Pravda* de 17 de janeiro de 1962). O perjúrio não é punível pela Lei soviética. Nem os promotores nem os juízes são jamais molestados: aposentam-se com toda a dignidade, moram em casas de campo (*datchas*) e seus crimes se tornam anônimos. Porque ele não argui, não se vocifera com igual veemência contra a prescrição dos crimes cometidos pelos nazistas, como na Alemanha democrática de hoje, e contra os crimes até hoje impunes do poder judiciário soviético?

Este terceiro volume, escrito em parte quando Solzhenitsyn já tinha cumprido sua pena (por ter-se referido ao ditador de forma irônica em uma carta que a Censura violou antes de chegar a seu destinatário), tem os defeitos que o próprio autor reconhece: a pressa e a ausência de uma documentação completa, recorrendo então à memória ou aos escritos da Imprensa clandestina antigovernamental, denominada em russo *samizdat* (autoeditada). É o volume menos denso como conteúdo, se comparado com os dois anteriores e poderia ser mais sucinto, perdendo-se o autor em pormenores de somenos importância.

Há, porém, uma parte extensa deste *Arquipélago Gulag* que poderia ser publicada em separata e manteria o seu sopro épico. É o capítulo intitulado “Os 40 dias de Kengir”, que relata a revolta de um campo de concentração contra seus alcoses, numa aliança inédita entre os prisioneiros políticos e os criminosos comuns capaz de sobreviver durante um mês e dez dias. No preâmbulo, em capítulo anterior, Solzhenitsyn nega o princípio de que os guardas, os juízes, o Parlamento estejam meramente cumprindo ordens. Indaga com pertinácia: diante de crimes bárbaros cometidos contra os *zeks* (prisioneiros), o problema central do século XX: continua a ser um problema ético válido em qualquer época e lugar:

“Este constitui certamente o problema central do século XX: é admissível que as pessoas meramente cumpram ordens e entreguem a sua própria consciência a outrem? Pode algum ser humano dispensar os seus próprios conceitos do bem e do mal e derivá-los apenas de ordens impressas ou ordens verbais de seus superiores?”

Retoma, desta forma, a desculpa de Eichmann e do nazista austríaco Gustav Franz Wagner, acobertado por “amigos” no Brasil: todos os nazistas estão isentos de culpa, como não? Pois se estavam todos meramente *cumprindo ordens*, que responsabilidade pode haver em se executar a tarefa para a qual se é pago e sobre a qual pesa o juramento de obediência às autoridades superiores, sejam elas malélicas ou benéficas? No campo ético, Solzhenitsyn argui convincentemente, não pode haver neutralidade: é-se contra a tortura e contra a opressão *em qualquer regime e em qualquer época ou latitude*.

As páginas 285 até 331 da edição norte-americana (*The Gulag Archipelago, part three - Katorga, Exile, Stalin is no more*, Aleksandr Solzhenitsyn, 1976, Editora Harper and Row, tradução de Harry Willets, Nova York) abordam a queda de Beria, o carrasco a serviço de Stalin, depois da morte do tirano em março de 1953. Um motivo econômico assustou os guardas e as autoridades dos campos de concentração soviéticos: de agora em diante não receberiam o salário duplo nem os benefícios

23. O Gulag

adicionais reservados aos que serviam nas regiões polares. Teria acabado a impunidade total que a iniquidade de seus delitos covardes acarretava automaticamente?! Seus “aliados” naturais, os condenados por roubo, assassinio, estupro, não “cuidariam” dos prisioneiros políticos como de costume, denunciando-os e tornando a sua vida já de si monstruosa em um verdadeiro inferno sem trégua? A “recompensa” de os marginais poderem “invadir” o campo de concentração e agirem como quisessem não seria suficiente além das rações maiores e das compensações por delações e outros “serviços”?

Com uma humildade que nunca teve antes, Solzhenitsyn reconhece a arrogância dos intelectuais aprisionados e demonstra como se conseguiu a vitória de 40 dias de duração, no terrível campo de concentração de Kengir: através da aliança com os prisioneiros de crime comum. Daí por diante essa saga assume tons de uma comédia surrealista de humor negro de Ionesco ou um conto de Kafka: uma reunião entre os ladrões e prisioneiros políticos traça uma estratégia de rebelião contra as torres de vigilância, os holofotes, os guardas, as metralhadoras, os cães policiais, os fuzilamentos em massa. Os guardas disparam tiros, matam a golpes de baioneta os feridos. Com uma única diferença: os agredidos reagem, arrancando barras de ferro das grades, as mulheres escondem os bandidos dos guardas, organizam-se reuniões estratégicas diárias, surgem padres e oradores para fortalecer aquela solidariedade humana contra a bestialidade legalizada e transformada em órgãos do Estado. Realizam-se... *eleições* democráticas e livres para escolher o chefe da rebelião, que dá à revolta um tom de aceitação tácita do regime soviético, caso contrário, todos poderiam ser esmagados “oficialmente”. Organizam-se departamentos encarregados de 1) “agitação e propaganda”; 2) “serviços e manutenção”; 3) “suprimento de alimentos”; 4) segurança interna (!); 5) organização militar e 6) organização tática; até um jornal diário, manuscrito é distribuído, intitulado *Lágrimas de Crocodilo*, uma ironia contra o conhecido jornal humorístico *Krokodil*. Os prisioneiros exigem um diálogo com membros do *Presidium* e enviam balões com mensagens para o mundo de fora acerca da rebelião, depois empinam papagaios com recados escritos para que caíssem fora dos limites do campo. Os carrascos contra-atacam com transmissões de músicas e disparando tiros contra os balões e os papagaios de papel de seda. Enquanto isso, ironiza Solzhenitsyn, “outro francês progressista, Sartre, chegava a Moscou para juntar-se à vida de nossa sociedade progressista”, a conferência de Geneve sobre a paz na Indochina era inaugurada e no dia 31 de maio se celebravam paradas militares solenes na Praça Vermelha, em Moscou. Mas por detrás dos tratores com seu ruído ensurdecido, ligados noite e dia em torno do campo rebelado, havia os tanques, do tipo de arrasou as revoltas populares em Budapeste e em Praga. O massacre destrói centenas de pessoas, presas nas correntes dos tanques e mortas a golpes de baionetas, outros prisioneiros são atirados do alto, com as mãos atadas pro trás das costas, enquanto uma médica, a Dra. Nagibina, bêbada, só observa: acha tudo “interessante”.

Com amargor facilmente discernível, Solzhenitsyn encerra seu livro, um momento tripartite aos mártires anônimos dos campos de concentração soviéticos. Os direitos de autor ele os faz reverter ao “Fundo Social Russo em Prol das Pessoas Perseguidas e Suas Famílias”. E suas palavras finais têm o efeito corrosivo de ácidos para os que ainda têm consciência e noção de dignidade e da liberdade, da justiça e da fraternidade humanas:

“Termino este livro no ano em que se comemora um duplo aniversário: há 50 anos houve a Revolução (de 1917) que criou o Gulag. Há 100 anos, inventou-se o arame farpado (em 1867)”

23. *O Gulag*

Ryazan, 27 de abril de 1958 a 22 de janeiro de 1967.

24. O novo livro de Solzhenitsyn: Lenin em Zurique

Jornal da Tarde, 1976/11/20. Aguardando revisão.

O cadáver de Lenin, embalsamado em um esquife com tampa de cristal, é objeto de homenagens, diariamente, por longas filas de russos e visitantes estrangeiros, que desfilam diante dele em Moscou.

Embalsamar quer dizer tornar impermeável à erosão do tempo um corpo já morto. Mas se os vermes não podem devorar a carne de Lenin, as traças não colaboraram nesse culto quase místico da imortalidade em uma sociedade atea, como a da Rússia soviética por ele. As traças não roeram os livros e arquivos de bibliotecas suíças e na mesma Zurique onde Lenin viveu longos anos como exilado político, o escritor polêmico russo, Aleksandr Solzhenitsyn, encontrou refúgio depois de forçado a exilar-se de sua pátria pelo governo de Brezhnev.

Minuciosamente apoiado em documentos existentes e verificáveis, Solzhenitsyn traça uma biografia inédita de Lenin e seu papel na Revolução Comunista de 1917, na Rússia. Surge diante dos olhos cândidos do leitor uma personalidade organicamente doentia. Lenin, o esquizofrênico. Lenin, que desconfiava *a priori* de todos, principalmente dos aliados. Lenin, o homem que décadas à fio só falou e escreveu, incapaz da mínima *ação* que facilitasse a Revolução que abalou a estrutura tsarista em 1917.

Por enquanto, este livro só existe em duas versões. No original russo, lançado em Paris, e na tradução norte-americana, publicada este ano em Nova York, pela Editora Farrar, Straus and Giroux: *Lenin in Zurich*, tradução de H. T. Willetts.

Solzhenitsyn adverte: todos os que pensarem que ele escreve com *parti pris*, com ódio de Lenin, devem ler os escritos de Lenin, que Solzhenitsyn enumera fastidiosamente e que ele utilizou como prova de uma por uma de suas afirmações sobre a personalidade de seu biografado, com indicação detalhada até das páginas em que se encontram as frases citadas do homem hoje embalsamado na Praça Vermelha.

Desde as primeiras páginas, os que se vê é um Lenin totalmente alienado da realidade do seu tempo e do seu meio ambiente. Ele praticamente ignora a guerra russo-japonesa em que, pela primeira vez, um povo amarelo venceu um povo branco, em 1906. Em seguida, Lenin é mostrado como um homem genialmente dotado do poder de dividir facções, em oposição diametral a Rosa de Luxemburgo, que via na conciliação de forças comunistas e socialistas uma alavanca capaz de modificar a “sociedade burguesa”, “o imperialismo”, “o capitalismo”.

Passo a passo, esboça-se um retrato até agora inimaginado do criador da URSS: Lenin despreza a Rússia, país de bêbados, de incompetentes, de fracos, de sentimentais. Admira a Alemanha com seu poderio militar. Respeita a Suíça, onde imperam a lei, a ordem e a liberdade e onde até a polícia é inteligente. Solzhenitsyn não escapa à tentação do sarcasmo crítico, que acompanha todo o itinerário de seu personagem durante os longos anos de exílio em Zurique como emigrado político: “Um policial, visto sob o ponto de vista dialético (do Marxismo), às vezes pode ser uma coisa boa e em outras ocasiões pode ser ruim”.

Lenin emerge em seguida como um megalomaníaco irascível quando não pode assumir a liderança total e sozinho. E como um espertalhão covarde: desprezando os camponeses “obtusos”, seu maior temor é ser linchado pela “canalha” ignorante e fanática: “Você tem mais segurança de vida na prisão do que no meio da gentilha ignara”. Mais conhecido é o *slogan* bolchevique de que “os fins justificam os meios”. Essa parte da argumentação de Lenin não constitui novidade: ele prega a adoção de *todos os meios possíveis* para se obter dinheiro, o *humus* indispensável para se comprar armas, distribuí-las aos movimentos clandestinos e acender o estopim da Revolução. Portanto, roubar bancos, extorquir dinheiro de burgueses ricos e simpatizantes com a Causa, imprimir dinheiro falso, roubar a herança de membros do Partido – tudo é lícito, até o assassinato de milhões de opositores da “Nova Ordem”.

Depois de chover no molhado neste ponto, Solzhenitsyn revela facetas novas de Lenin. Permanentemente solitário, irritadiço à menor desobediência a sua onisciência, ele era desprovido do mínimo senso de humor, não tolerava a mais leve crítica e tinha o tique de olhar sempre para trás, suspeitando um ataque pelas costas. E, dialeticamente, nunca se associava com a mesma pessoa por muito tempo. Mudava de amigos e companheiros assim que eles resistiam às ordens emanadas daquele cérebro privilegiado, tão infalível para o movimento Marxista quanto o Papa para os católicos ortodoxos. Afinal, se as verdades de hoje não eram as de amanhã e seus associados efêmeros não tinham inteligência nem flexibilidade para reconhecer isto, a culpa não era dele: ele, Lenin, era apenas o Instrumento de uma Força que o impelia para a frente, mesmo que essa frente pudesse, ilusoriamente, parecer a retaguarda.

Não existiam laços afetivos entre os seres humanos. Só laços políticos, de classe ou materiais. A única – dolorosa – exceção era Inessa, sua amante durante algum tempo, naquele triângulo amoroso que ele impôs a sua “dócil e estúpida” esposa, Nadya Krupskaya. É verdade que ele não conseguira refutar os argumentos de Inessa, que pregava e praticava o amor livre, como direito implícito da mulher liberada. Como encaixar o amor livre na dialética de Marx e de Engels? Era o único ponto fraco dessa mulher extraordinária, mas, pensando bem, as mulheres só se ocupavam de trivialidades, preocupavam-se com bagatelas, mesmo uma mulher excepcional como Inessa não tinha que ter um ponto vulnerável da sua feminilidade/inferioridade intrínseca?

Profeta do futuro, Lenin saudou a Primeira Guerra Mundial como o colapso das potências imperialistas, a Inglaterra e a França, e vergastou com seu escárnio ácido todos os “asnos” que se batiam pela “paz a qualquer preço” ou que se revoltavam contra o seu ensinamento de que o patriotismo é um resquício pequeno-burguês.

Embora contra a paz na Europa em guerra, Vladimir Ilyich (o verdadeiro nome de Lenin) achava, no entanto, que em casa e nas relações de família a ordem era não apenas indispensável por

24. *O novo livro de Solzhenitsyn: Lenin em Zurique*

possibilitar a meditação política e a escrita de panfletos e teses políticas. Uma casa bem organizada constituía, por si só, uma contribuição à Causa do Partido.

Estupefação geral: Lenin era machista. As mulheres existiam apenas para pregar botões, tirar manchas das roupas, cuidar da cozinha, fazer andar o relógio do dia a dia, libertando o homem para sua “natural” liderança: “uma mulher nunca pode dedicar-se 100% ao Partido, ela está sempre com alguma bobagem na cabeça”.

Mais radical ainda: Lenin nunca perdoava um erro, nunca o esquecia nem esquecia quem o tinha cometido. Mas o mais intolerável de tudo era ser pego cometendo um erro, isso o levava à exasperação quase física de tão intensa.

Tampouco é nova a parte do livro que inicia o capítulo intitulado “Outubro de 1916” (página 41 da edição norte-americana) e que descreve Lenin como o apóstolo da violência, como o cauterizador da ferida gangrenada da obsoleta crença religiosa. Uma violência que deveria se estender, como um fogo na floresta, pelo mundo inteiro. Solzhenitsyn mostra uma faceta até agora raramente presente em seu estilo: a ironia ácida, que aparecia em alguns momentos de *O Primeiro Círculo*, mas com parcimônia. O autor de *O Arquipélago Gulag* consegue ser hilariante ao desnudar a irrealdade de Lenin ao semear para os ouvidos surdos dos pacatos cidadãos helvéticos uma guerra civil, uma guerra contra os militares, contra o turismo, a indústria, o governo. A reação dos que foram ouvi-lo não se fez esperar: por que ele não ia erigir o seu púlpito ou armar sua tenda de estrategista político na sua Rússia natal? De que adiantava a Suíça ter ótimos correios e bibliotecas que entregavam livros, pontualmente, a domicílio, se a Suíça não passava de “um hotel enfeitado” e os suíços não queriam matar outros suíços para atear fogo à Europa, tornar-se a primeira República socialista do mundo e sacrificar-se por nove décimos da humanidade escravizada pelo capitalismo colonialista? É fato que ele próprio reconhecia que “recusar-se a defender a própria pátria era uma exigência extrema que se fazia à consciência revolucionária” de cada cidadão, mas não se podia esquecer que “o vento do futuro sopra sempre da extrema esquerda!” Aliás, ele, Lenin, já estava acostumado a não ser entendido, a ser sempre a minoria das minorias. Se os soldados voltassem suas baionetas contra seus comandantes e as massas expropriassem os bancos, a Suíça seria, da noite para o dia, o foco internacional da Revolução Socialista que liquidaria com todas as guerras. A fórmula era fácil: a rebelião não arrebentaria, provavelmente, na Estação Central de Trens, diante da qual estão os bancos de Zurique, mas na Praça Helvécia, que tal? Barricadas dos soldados da única nação que permite, aos que estão servindo o Exército, levar suas armas e munição para casa - então isso não bastava para se apoderar dos bancos, das ferrovias, dos correios e telégrafos, das grandes empresas?! E o terrorismo só era eficaz se usado como “atividade das massas”, se havia um milhão a mais ou a menos de mortos, que importância tinham tais pormenores? Foi tempo malbaratado: “Na Suíça bolorenta e velha o bacilo do cretinismo pequeno-burguês reinou, triunfante. E o mundo burguês continuou a existir, incólume, imune a bombas”.

Aspectos mais perturbadores da personalidade de Lenin brotam quando Solzhenitsyn o mostra estudando as teses do estrategista militar alemão, von Clausewitz, para aplicá-las à Revolução: a razão é área de ação do governo, a livre atividade espiritual pertence aos comandantes e o ódio deve ser o motor capaz de levar o povo à ação. Se Clausewitz demonstrara que “a guerra é a política conduzida por outros meios”, a pena substituída pela espada ou pelo canhão, então toda política desemboca fatalmente na guerra e nisso reside seu único valor.

Seria Lenin o adorador da violência por si mesma, que Solzhenitsyn lhe atribui como característica fanática e feroz?

Os comentários de Lenin a respeito de outro revolucionário, Bukharin, levam a crer que sim. Bukharin tinha afirmado que, enquanto os insurgentes estivessem na fase de tomar o poder, a democracia seria temporariamente, pelo menos, supérflua. Lenin sublinha duas vezes seu próprio comentário, à margem, que emenda esse “erro”: “Chegaria uma época diferente em que os objetivos democráticos *de qualquer tipo* seriam somente *um obstáculo* para a revolução socialista”. Ele não se amofinava se suas afirmações de um extremismo crescente o separavam mais e mais de outros companheiros: Rosa de Luxemburgo, Plekhanov, Trotsky. Ora, Trotsky, como se pode ser um verdadeiro socialista e se declarar “contra toda e qualquer guerra”? Isso era sentimentalismo esclerosado. Pensando bem, o que ele, Lenin, tinha a ver com os eslavos ou até com os russos? Se os russos eram o único “povo da Terra que aguentava sofrer por tanto tempo e tão inutilmente. A paciência dos russos não tinha limites. Qualquer abominação, qualquer imundície que lhes punham no prato eles lambiam até o fim com um ar de reverente gratidão para com seus benevolentes benfeitores. Nunca haveria uma Revolução na Rússia, com seu povo emasculado pela Igreja Ortodoxa e seus camponeses que perderam a paixão pela machadinha e pelo archote incendiário”. Só ¼ de seu sangue era russo, fora disso ele nada tinha a ver com aquela triste massa amorfa, os russos, que podia ser moldada ao bel-prazer de quem a manipulasse, um país grosseiro, de gente preguiçosa, desorganizada, eternamente bêbeda, gênios auto ungidos, penitentes lacrimosos de tavernas, corações bondosos que se davam palmadinhas nas costas, lamentando que suas vidas estavam irremediavelmente arruinadas!

Se os intelectuais tinham abandonado, em pânico, o Partido Bolchevista, tanto melhor, ficávamos livres daquela escória pequeno-burguesa que não acreditava na centralização rígida do Partido. Ele, sozinho, ergueria a Revolução por meio de montanhas de folhas escritas, teses teóricas que conduziriam o povo fatalmente ao alvo almejado: o poder estatal. É óbvio que ele tinha que ficar isolado: todos eram inferiores a ele intrinsecamente, que culpa ele tinha de ser mais avançado, sempre, do que todos os demais? Seu destino era mudar o curso da História.

Na metade do livro, de 309 páginas, Solzhenitsyn apresenta um personagem menos conhecido da Revolução de 1917 na Rússia: Parvus, um pseudônimo que ele mesmo escolheu por modéstia e que significa em latim “pequeno”. Seu verdadeiro nome era Aleksander (Israel) Lazarevitch (1867-1924). Um dos organizadores do jornal *Iskra* (A Centelha) em Leipzig, da esquerda russa. Parvus quase domina o resto do livro, ameaçando colocar Lenin no esquecimento como uma figura menor. Admirado por Trotsky, Bebel, Kautsky, Liebknecht, Rosa de Luxemburgo e até pelo próprio Lenin (com reservas, logicamente), Parvus era um dos principais membros do movimento social-democrata alemão e se tornara misteriosamente riquíssimo na Turquia da noite para o dia. Tinha sido o primeiro a saudar a greve geral como o principal meio de luta do proletariado. Dotado de uma clarividência que chega ao assombroso, Parvus previra acontecimentos cujos contornos não eram ainda nem de longe perceptíveis: as nações industrializadas desencadeariam, mais cedo ou mais tarde, uma guerra mundial, como realmente aconteceu em 1914 e depois em 1939. As grandes indústrias no futuro não conheceriam fronteiras e se transformariam no que hoje chamamos de multinacionais. Um dia a Europa decadente seria um naco de carne disputado pela Rússia e pelos Estados Unidos.

24. O novo livro de Solzhenitsyn: *Lenin em Zurique*

Mais longe ainda: ele pressentira, antes que todos, que seria um perigo para o mundo se os bolcheviques transformassem a Rússia numa grande potência militar. Achava que para a Rússia se tornar uma segunda América bastavam escolas e liberdade. Que não era preciso nacionalizar a indústria privada porque isso poderia não trazer dividendos.

E, como que antevendo a URSS de hoje, enxergara tão longe que advertira contra a possibilidade de, uma vez no poder, os socialistas se virarem contra a maioria do povo e liquidar com os sindicatos livres.

É a parte mais fascinante, mais absorvente do livro (da página 119 em diante), quando Parvus vem, numa atmosfera surrealista, suplicar a Lenin que aceite milhões dados pelo governo alemão para fragmentar a Rússia, libertar a Ucrânia, a Geórgia, a Lituânia, a Estônia, a Armênia, derrubar o Tsar e vencer, pela força das armas, impondo à Rússia o primeiro regime comunista do mundo. Lenin é desmascarado como “um típico filósofo de gabinete, um sonhador” que nunca participara de nenhuma ação, só escrevera e falara, um Hamlet da indecisão se Marx tivesse escrito a tragédia do príncipe dinamarquês, forçado a agir contra sua própria natureza.

Lenin é arrastado pelo vórtex dos acontecimentos. Não acredita nos jornais “burgueses” que anunciam a eclosão da Revolução de Outubro de 1917. Aceita voltar para a Rússia com relutância: seu objetivo era semear a Revolução na Suécia, já que a Suíça era uma carcomida carcaça de relojoeiros, banqueiros, glutões e servis porteiros de hotéis de turismo. Encerram o livro os documentos que eram segredo de Estado na época e que hoje estão acessíveis a todos. Em 23 de março de 1917, por exemplo, o Secretário de Estado e Ministro das Relações Exteriores alemão, Zimmermann, manda um despacho ultra confidencial ao Comando-Supremo do Exército alemão informando que:

“Já que é de nosso interesse que a influência da ala radical dos revolucionários prevaleça na Rússia, parece-nos aconselhável autorizar o (livre) trânsito deles pelo território alemão.”

O resto é História nitidamente documentada: Lenin e outros revolucionários viajam num trem blindado da Suíça até a Rússia.

O que prejudica a leitura deste *Lenin em Zurique* é o fato de a lista de personagens mencionados no livro só aparecer no final do volume. O tradutor tampouco esclarece vários episódios que incluem nomes de cidades, de jornais, de protagonistas. É melhor para o leitor começar lendo o elenco de nomes do final do tomo, caso contrário poderá se perder no labirinto de nomes incompreensíveis.

Solzhenitsyn não esconde seu ódio contra Lenin, mas documenta, passo a passo, cada afirmação que faz, remete o leitor aos trechos citados e enumera as obras de Lenin escrupulosamente.

Só em um curto parágrafo Solzhenitsyn perde o controle e a objetividade glacial para chamar Lenin de verme, de criatura baixíssima e sedenta de glória, de infalibilidade absoluta, sem calçar tais acusações suficientemente.

Mas seu propósito – o de revelar a História desconhecida da Revolução – foi plenamente atingido. Mesmo para os mais tenazes admiradores de Lenin a leitura desta biografia o transformará num ser no mínimo dúbio eticamente. Um Hitler em potencial, um preparador eficaz dos banhos de

24. *O novo livro de Solzhenitsyn: Lenin em Zurique*

sangue que os expurgos stalinistas significaram para o povo russo. Um fanático da violência, tão desequilibrado mentalmente quanto um Idi Amin Dada asiático ou um Nero de nacionalidade russa. Haverá, é lógico, sempre aqueles que se separaram de Lenin, mas esses possivelmente não contam: para estes, os fins *não* justificam os meios, a ética não pode ser mantida dialeticamente.

Mas Trotsky foi assassinado por ordem de Stalin, no México. Rosa Luxemburgo e Liebknecht foram fuzilados, em Berlim. A estátua de Stalin foi derrubada em Budapeste, mas a “doutrina Brezhnev” continua tão intocada quanto o cadáver embalsamado de Lenin, nesta tentativa inconscientemente mística de um regime ateu de prolongar, materialmente, mais um mito “burguês”: o da imortalidade. Senão da alma, pelo menos do corpo, na Praça Vermelha, a poucas quadras da prisão Lubianka e das clínicas psiquiátricas onde os “dissidentes” são “tratados” com agentes químicos que destroem a personalidade humana. Lenin e o seu culto lunático da violência, afinal, sobrevivem ainda, de alguma forma e não só no seu esquife dourado e de tampa de cristal.

25. Fome, escuridão, tempestades de neve, arame farpado, chicote, sadismo

Jornal da Tarde, 1979/02/17. Aguardando revisão.

“Qualquer coisa pode acontecer com um ser humano, se um ser que não é humano o esmagar.”
Gogol

Desde *Recordações da Casa dos Mortos* de Dostoievsky, a Rússia formulou a questão central do nosso tempo: diante da realidade política da privação da liberdade, a literatura não passa irremediavelmente para um plano secundário como arte e expressão individual?

Em sucessão ininterrupta, Tchekov, Valery Tarsis, Daniel e Siniavsky, Bulgakov, Kuznetsov, Zinoviev formam como que o cantochão da litania entoada pelo *Arquipélago Gulag* de Aleksander Solzhenitsyn: o relato da tortura, da prisão, da morte, da bestialidade impune reduz a mera polpa empapada de sangue humano uma “literatura” extraída dos gráficos da realidade totalitária e imediata. É a abolição do estilo, desalojado pela urgência do depoimento; é o exílio da fantasia ficcional ultrapassada pela tragédia coletiva de milhões de prisioneiros, uma memória que é preciso consignar para a História – talvez inutilmente, mas de forma inevitável pelos imperativos morais da denúncia.

A brecha fulminantemente breve do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética de 1956 (expressão mentirosa que o general de Gaulle sempre e recusava a usar, reconhecendo pragmaticamente que não há “união” entre povos subjugados nem “soviética” onde o poder emana sempre da tirania de um grupelho contra toda a população consentiu a Krushev, por rapidíssimo espaço de tempo, revelar uma pequena percentagem da carnificina maquinada por Stalin. Até o *enfant gâté* russo, o poeta escassamente talentoso Evtuchenko, porta-voz bem-comportado do Partido Único, permitiu-se em sua *Autobiografia Precoce* descrever o horror e a indignação do povo pisoteado durante os funerais do Grande Ditador de toda as Rússias. Nunca, porém, depois da coragem moral sem paralelos de Solzhenitsyn, surgira um reforço tão contundente documentado e apavorante da realidade dos campos de concentração soviéticos quanto o que se publicou, em fins do ano passado, em Londres: o testemunho de uma prisioneira política trotskista, Maria Joffe, sobrevivente de 29 anos de encarceramento na região ártica, viúva de um dos bolchevistas mais destacados do golpe de Estado leninista de 1917, Adolphe Joffe, presidente da Delegação de Paz de Brest.

Dirigente da então única editora estatal da URSS até 1929, Maria Joffe temerariamente ousou insurgir-se, numa reunião de todos os diretores da editora, contra a expulsão de Trotsky do Partido e a perseguição em massa de todos os trotskistas engendrada por Stalin um ano antes. Só quase 30 anos mais tarde ela seria parcialmente “reabilitada” pela anistia proposta por Krushev e poderia ulteriormente emigrar para Israel.

É uma descrição brutal, sucinta, em certos momentos permeada de sentimentalismo com relação ao filho fuzilado aos 17 anos e de um sentimento vitoriano de puritanismo com relação aos encontros sexuais nos campos de concentração gélidos: *One long night* (Uma longa noite), Editora New Park Publications, Inglaterra). Que preocupações com estilo, com criações artísticas ficcionais poderiam sobrar para este informe sóbrio, monstruoso pelos reflexos do mundo concentracionário que revela, uma radiografia ética da qual seria tão disparatado exigir uma expressão estética quanto de um raio X de um crânio esfacelado pela tortura carcerária?

Maria Joffe mantém a lucidez em meio aos sofrimentos mais sádicos inventados por Kashketin, o temível encarregado das “confissões” arrancadas de seus prisioneiros totalmente indefesos. Por isso, ela constata desde a primeira página a atmosfera surrealista dos campos de concentração que precederam cronologicamente Dachau e Auschwitz do Terceiro *Reich* alemão.

“De forma irracional, fantástica, grotesca – a combinação de barulho intenso e cheio de estardalhaço, imundície de todos os tipos imagináveis, fome e fedentina -, tudo isto cria o espírito do campo de concentração, um espírito de escravidão sem esperança, desesperada, de uma servidão da qual tudo indica que não se pode escapar.”

Por fora, a escuridão eterna da região polar, o freio das tempestades de neve, a demarcação concreta das cercas de arame farpado vigiadas por guardas armados, completada pela paliçada de mãos erguidas, obedientes, no Partido Único quando se trata da votação e condenação dos “inimigos do regime”, portanto, “inimigos do povo, da Revolução, do gênero humano”. Por dentro, as orgias dos ladrões e assassinos comuns com as prostitutas e criminosas ao lado das celas de isolamento onde é proibido dormir, com um balde destapado e cheio de excrementos e vermes em uma cela de dois metros por um, sem calefação, sem luz, o chão áspero e gelado como cama, as paredes estreitas como chicotes palpáveis para domar o espírito e subjugar a consciência.

Não há retórica possível: como falar de espíritos indômitos diante das surras selvagens, das violações seguidas, do trabalho de impossível execução, das quotas de derrubadas de florestas sem serras elétricas, percentagens de “tarefas” cuja “recompensa” consiste em 300 gramas de “ração” diária, em meio a temperaturas de 40 graus abaixo de zero. Menos de vinte por cento do “serviço” designado significam inevitavelmente o despacho para as celas de isolamento, um passo fora da linha correspondente literalmente à execução imediata por atiradores cujos olhos medem centímetros de afastamento das linhas prescritas. Que importa a etiqueta risível de “intelectuais” aplicada à equipe de musicistas, cientistas, propagandistas comunistas e professores que prepararam a mente de milhões de alunos para o “Paraíso socialista”? Aqueles espantalhos tinham sido reduzidos a frangalhos pelas sovas violentas e constantes, o respeito por si próprios e o sentimento da dignidade humana estilizados, a ponto de não compreenderem mais o que lhes sucedera, nem poder conciliar sua personalidade com o que estava acontecendo. O resultado só podia ser o mesmo para todos: existir em um estado de perene e inexplicável estupefação.

25. *Fome, escuridão, tempestades de neve, arame farpado, chicote, sadismo*

Maria Joffe alude, discretamente, à bestialidade dos campos dirigidos pelos assassinos e assaltantes profissionais: temidos até pelas autoridades “legais”, eles invadem o mortuário para cortar dos cadáveres o ouro que tiver sobrado em seus dentes ou nos anéis de seus dedos endurecidos pela morte ou para montar como garanhões alucinados as éguas humanas mortas e que servem de pasto à sua necrofilia incontida.

O “Serviço Médico” também se revela impotente diante das condições reinantes: um termômetro e uma seringa de injeção da qual pendem duas agulhas tortas e inúteis. Os jogos de baralho, controlados pela *gang* dos prisioneiros de direito penal, não acarretam dívidas em dinheiro, mas a escravidão do perdedor para o seu credor: qualquer resistência depara com a designação, incontinenti, de uma “punição” adequada, nem sempre a pior das quais é a morte.

A desvalorização da vida humana torna-se simbólica nas missões de pessoas submersas até a cintura em pântanos cheios de vermes e mosquitos e na escolha fácil entre a sobrevivência de uma mulher ou de um cavalo naquelas regiões árticas: é lógico que perder um cavalo é incomparavelmente mais grave do que perder uma prisioneira: o sacrifício do quadrúpede é punível como “sabotagem”, “atividades subversivas”, “contra-revolução econômica”: é a linha de montagem quase infinita em seu dinamismo da extensão arbitrariamente impostas desde o início por uma “clique” acionada, como marionetes, pelo Todo-poderoso Chefão da Máfia Nacional: o caucasiano “Herói” do Povo e da Geórgia: Josef Stalin.

Vários momentos destas trágicas memórias do cárcere russo evocam claramente cenas que depois emergiriam dos livros produzidos com o material teratológico dos campos de concentração nazista: *Le Dernier des Justes*, *Treblinka*, *Por um Reich mais puro* e outros. São os *flashes* chagallianos das representações teatrais em meio à esqualidez da prisão, o solo de *ballet* ou *soirées* de declamação de versos de amor. Mas a mais impressionante quebra de quaisquer padrões de comportamento humano surge quando os verdugos leem a lista dos condenados à morte e à leitura se segue o aplauso ensurdecido de seus companheiros de degredo: toda noção de justiça, de lei, de coerência cedera lugar ao terror das “Autoridades” locais, senhores da vida e da morte:

“Quando a gente boa é executada, o aplauso se intensifica... Então os mortos eram apenas alguns milhares? Não, mais tarde, de todos os lados da floresta como uma tempestade, como uma corrente marítima crescente e que tudo submerge, vieram as notícias: alvejados, mortos a pauladas, afogados em barcaças – eles eram centenas de milhares... Uma montanha imensa de gente abatida por todos os meios se ergue, empilhada e jogada no Norte congelado... Há uma tenda na *tundra* para onde levam as pessoas da prisão e dali as levam para serem fuziladas durante a noite. E é isto que fizeram com o trabalhador! Um dos objetivos da Revolução, um daqueles pelos quais se lutou na Revolução! Sangrado em suas veias das próprias fontes de vida em si. (E os que ainda estão em liberdade afogam-se na vodka...)”

Não há problemas quanto ao suprimento de novas levas de prisioneiros. Lá fora, o Partido e a Polícia Secreta (naquele tempo a NKVD, atualmente a KGB) providenciavam denúncias por meio de delatores de quartirão como os que hoje subsistem em Cuba: os trens para gado utilizados, exatamente como durante o massacre da sub-raça pelos hitleristas, para transportar em espaços exíguos, durante noites e dias a fio, os novos “inimigos do povo”, arregimentados graças a um telefonema de denúncia ou a um lapso involuntário em conversas com “amigos” prontos a

denunciar para sobreviver. Como ondas gigantescas, à medida que a crueldade paranoica de Stalin o levava a desconfiar de todos e temer de forma intransitiva, não importa quem nem o que, os campos se enchiam e uma “lógica” formava elo após elo nessa cadeia de sadismo: os filhos dos “contrarrevolucionários” eram separados dos pais. Não porque fossem capazes de “recuperação”, mas porque já estavam infeccionados pelo contágio das ideias disseminadas no lar: pensar era o crime mais temível e mais prontamente dizimado sem meditação.

A premeditação existia, esta sim, já na mente criminoso de Stalin, como Maria Joffe testemunha. No início da década de 20 a “Revolução” triunfara. Alguns de seus mais importantes artífices tinham terminado uma refeição abundante e sentaram-se no Parque Morozova, discutindo a questão eterna: “Qual a melhor coisa do mundo?”

- Um livro, respondeu Kamenev, sem hesitação.

- Não há felicidade maior do que uma mulher – a mulher que é tua, teu próprio ser humano, disse Radek.

Bukarin até se levantou. “Nada se compara ao sentimento de se fazer parte de milhares de outras pessoas na crista de uma onda popular, poderosa e nacionalista.

Por que irmos além do magnífico conhaque que terminamos de saborear? brincou Rykov.

Não é possível recordar as respostas de todos, mas a de Stalin calou profundamente na memória de cada pessoa presente à reunião: “A coisa mais deliciosa é elaborar um plano firme, claramente definido. E depois esperar, esperar, capturar – e você conseguir sua vingança assim”. Carlo Patkashvili, um revolucionário encarcerado e que desapareceu sem deixar nenhum vestígio de si, comenta as qualidades comuns à gente de Cáucaso, região natal de seu conterrâneo Stalin:

“Isso é como passar dias ou semanas arrastando-se pelo chão e escondendo-se por trás das pedras, teimosamente à espreita do inimigo. Nós, no Cáucaso, temos uma qualidade inegável: o instinto aguçado da fera da montanha. Esses instintos e qualidades são, portanto, inerentes ao “Grande Homem” (Stalin): a perfídia, a sede de vingança, a malignidade rancorosa, a visão aguda e predatória das coisas e também um olfato sensível, a perspicácia, a persistência e, naturalmente, a lei da selva. Só a força domina, a força e o terror que ele inspira. Além do que, há a manha ardilosa, animalésca... Um animal feroz não tem imaginação, portanto ele só consegue avaliar toda e qualquer coisa segundo seus próprios critérios. Isto é: está congenitamente presente no seu temperamento, faz parte da sua própria natureza, trair e estar pronto a duvidar de qualquer um que ele julgue suspeito de traição. O mundo do “Grande Homem” (Stalin) é um mundo de vigilância, de inimigos pérfidos e de momentâneos companheiros de viagem... Para o líder, um ser humano é ou um degrau para ele subir sobre ele ou uma vítima. Numa situação como essa, é fácil tropeçarmos numa palha que seja, e não preencher o que se espera de nós. Aí então o passo em falso cai nas garras do amigo de ontem e num instante nos transformamos na vítima. E é isto que vemos na destruição sistemática do povo russo, neste país a cuja frente ele se colocou como o cabeça suprema.”

Faz-se menção explícita da suspeita que até hoje não foi esclarecida: Stalin teria realmente feito parte da odiosa polícia secreta do tsar, a Okranka? Parece haver uma série de documentos da época que provariam, sem qualquer dúvida, mais esse aspecto repelente do Homem de Aço. E Maria Joffe

desvenda o mecanismo que alimenta continuamente o Arquipélago Gulag, a vastidão de campos de concentração que se espalham como um câncer por todas as células das Repúblicas pretensamente Socialistas da URSS: cada Plano Quinquenal inclui uma percentagem de prisioneiros necessários para incrementar a execução de linhas ferroviárias, depois abandonadas por serem consideradas desnecessárias, de barragens para aumentar a capacidade hidrelétrica. E como na construção, no Brasil, da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, exatamente a mesma mortalha serve de lema à sua criação: debaixo de cada dormente jaz um cadáver, um construtor massacrado pelo trabalho forçado mortal.

O que em si não tem grande importância: cada Plano prevê uma quota estatisticamente flexível de vítimas que tombarão antes de preencher suas tarefas pré-especificadas. Estatísticas controladas, pois um excesso de mortes dá na vista e pode despertar censuras brandas, investigações inócuas, é verdade, mas maçantes. É pena que ela não revele o nome do inventor do Plano dos Campos de Concentração. Era um homem de negócios, que, por meio de cálculos de investimento e lucro concluiu que era fácil acelerar o cumprimento dos Planos: era só escolher os especialistas necessários – engenheiros, cientistas, intelectuais incômodos para o regime – e prendê-los sob a alegação de “contra revolução deliberada”. Magnânimo, Paizinho Stalin, avô benévolo de todos os Getúlios Vargas, Francos e Hitlers, Castros e *Khmers* vermelhos aliados da “Revolução Cultural” maoísta na China, lhes concederia o “direito” de reabilitar-se através do trabalho compulsório e gratuito nos campos, até morrerem. Desvantagem rapidamente saneável: havia novas fornadas de prisioneiros em potencial na quantidade e com a celeridade que o Grande Líder ordenasse.

A onipotência de Stalin permaneceu incontestada enquanto ele viveu, até março de 1953. Mas já durante os expurgos em massa, e mesmo antes, quando da formação do regime vitorioso bolchevista, Lenin o acolheu com entusiasmo, enquanto Stalin mandava queimar os arquivos da polícia czarista, aproveitando-se da euforia das massas libertas da estupidez e tirania do imperador. O ex-comissário do Comércio Exterior, Lejava, confessou a seus companheiros de cela na horripilante prisão moscovita existente até hoje, denominada Lubianka:

“É claro que serei fuzilado, mas não quero levar comigo este segredo para o túmulo, portanto, ouçam com muito atenção. Shaumyan e eu sabemos com certeza que Stalin é um ex-agente provocador da Polícia Secreta czarista, aproveitando-se. Quisemos contar tudo em detalhes a Lenin, mas julgávamos que Stalin fosse tão insignificante naquele tempo...” Outro revolucionário encarcerado, Fomich, indica o famoso livro do jornalista americano John Reed, *Ten Days that shook the World* (Dex dias que sacudiram o mundo) como prova de que Stalin não desempenhara papel algum de relevância nas insurreições de 1905 e 1917. É descartável para a moderna pesquisa histórica, como a feita por Harrison Salisbury em *Black Night, White Snow*, o aval de Lenin, que, na introdução desse livro sensacionalista e superficial, se refere a uma “descrição fidedigna dos acontecimentos (de 1917)”. Stalin ordenou que todos os exemplares da obra de John Reed fossem retirados das bibliotecas públicas enquanto viveu com ditador inquestionável do destino de todos os milhões de cidadãos da Mãe-Pátria aliada do nazismo durante o Pacto soviético-nazista.

Stalin é o arquimostro que como um espectro ronda este livro-tabu para todos os membros dos PCs disseminados quase sem dissimulação nas redações de jornais burgueses ou “de Esquerda”, certamente aquela versão da Esquerda incapaz de autocritica nem de propósitos democráticos. É um sintoma da letargia suicida das editoras brasileiras que alguns dos livros mais importantes

25. *Fome, escuridão, tempestades de neve, arame farpado, chicote, sadismo*

sobre a era stalinista não tenham tradução em português. Entre a alienação e a pecha stalinista de “dissidência”, as nossas editoras preferem, certamente, o lucro imediato das viagens a Cuba com olhos vendados. É o silêncio da Camarilha dos Quatro – Marx, Engels, Lenin e Stalin –, diante do entrechoque entre o Cambodge do comunismo da idade da pedra e o Vietnã comunista auxiliado pelas armas e tropas russas.

Afinal, nesta global *Ópera de Malandros*, o Pai, Brezhnev, não nos poupou o cálice supremo da hipocrisia ao denunciar que os *Khmer* vermelhos “praticavam genocídio em massa e desrespeitavam os mais elementares direitos humanos”. Tudo corre de acordo com ausência pragmática de princípios, acima de critérios decadentes burgueses de ética. Afinal, o que importa unicamente não é o fim?

26. Um caminho para a liberdade. Começando pelo horror

Jornal da Tarde, 1980/03/08. Aguardando revisão.

“Quero dedicar este livro às pessoas humanitárias. Não tenho certeza de que sairão vitoriosas, mas é só por meio de sua luta que a vida humana, no século XX, atinge a sua expressão plenamente”
Leonyd Plyushch

Como primeira experiência brutal na infância, a fome.

Junto com a fome, a guerra. Em 1941 (as tropas alemãs tinham invadido a URSS, rompendo o Tratado de Amizade e Não-Agressão assinado em 1939 por Stalin e Hitler) o menino assinado Leonyd Plyushch é mandado com a irmã para um hospital. Não estão doentes, mas a avó sabe que lá pelo menos as crianças comerão. E a morte por inanição era um fato em todo o país, tendo havido até casos isolados de canibalismo em meio à neve e ao som dos canhões distantes nas florestas russas. Depois, a subnutrição deixou suas marcas no pequeno Leonyd já adolescente, terminada a guerra e substituído Stalin por Kruchev. A mãe escreve uma carta ao novo chefe do governo, pedindo que seu filho doente seja admitido num sanatório do Estado. Fica eternamente grata quando Kruchev defere o seu pedido e o jovem é mandado para uma clínica especializada. Primeira rebelião do inquieto Leonyd: “Não me senti nem me sinto hoje grato a Kruchev: sou da opinião de que num país em que o tratamento médico é grátis, ser admitido num sanatório estatal faz parte da lógica do sistema e nada tem de extraordinário em si.”

No sanatório, os sintomas de revolta se agravam: lá as autoridades impunham às crianças e jovens doentes uma campanha diária e ativa de ateísmo, insuflado dia a dia, tenazmente. Mas como ele e a maioria de crianças provinha de meio rurais e de famílias intensamente religiosas, como era possível aceitarem a ideia sacrílega de que Deus não existe, como insistiam os médicos encarregados do anticatolicismo cotidiano? Por conseguinte, as curas milagrosas que a sua avó conseguia, os ícones brilhantes no altar doméstico, com a luz das velas brilhando diante deles não passavam de mentiras, superstições e ignorância?!

Então, o jovem Leonyd Plyushch abandonaria a Fé no Partido-Único, infalível. O sexo, por exemplo, era e continua sendo um assunto completamente tabu nas escolas e nos lares da URSS, na imprensa, no cinema, na tv, no rádio. Mas o sexo existe, o rapaz que atingia a puberdade reconhece. Cria então uma Tabela de Méritos segundo o procedimento sexual dos líderes da Revolução de Outubro de 1917: Lenin, por exemplo, era casado, tinha uma esposa, mas não tinha

filhos. Isso queria dizer: um ponto para Lenin, que era virtuoso. Mas o camarada Stalin tinha filhos, conforme o próprio professor ensinara no ginásio! Isso então levava à conclusão de que... “Que coisa horrível de se pensar! Não encontrei justificção para Stalin, só quando cheguei à sétima série é que consegui perdoar (Stalin) por um pecado tão formidável”. Hoje, décadas mais tarde, o homem de meia idade, Leonyd Plyushch, matemático de renome internacional, olha para trás e acrescenta:

“A hipocrisia em lidar com assuntos de sexo está intimamente ligada com a hipocrisia política da ideologia oficial (soviética) vigente.”

Mas naquela época ele era muito mais discípulo jovem da desobediência civil, como outro jovem norte-americano, Thoreau do que de Reich. Leonyd Plyushch começa a estudar pormenorizadamente a Constituição Soviética. “Para minha desgraça (comecei esses estudos aprofundados). Pois foi através da Constituição Soviética que fiquei sabendo que todo cidadão soviético tem o direito constitucional de falar livremente. Foi um direito que comecei imediatamente a pôr em prática”. Porque o abismo entre a Lei escrita e a realidade tangível se tornava para ele, cada vez mais intransponível. Desde criança o ensino oficial lhe inculcara as ideais racistas de que os brancos são intrinsecamente superiores aos orientais, mulatos, negros e judeus. Os judeus, aliás, eram dignos do maior desprezo por parte de qualquer patriota russo, pois eram quase iguais às populações das Repúblicas muçulmanas, do Uzbequistão e de Kirghiz, por exemplo, porque esses, bem, não havia como esconder, esses não passavam de “animais”.

Em 1953 Stalin morre. Os professores de Leonyd choram, interrompem-se as aulas. Só ele não consegue derramar uma lágrima pelo admirável Condutor dos Povos que levou a Rússia a derrotar o Eixo germânico-italico-nipônico, a Besta-Fera.

Leonyd Plyushch raciocina: se ele era um líder tão perfeito, por que Stalin nada fizera para debelar a miséria, a fome e a pobreza que todos viam em suas vidas diárias e que contrastavam chocantemente com o nível de vida luxuoso e as mordomias dos altos dirigentes do Partido? “Minha mãe como cozinheira ganhava trinta rublos por mês, insuficientes para me manter e manter a minha irmã”. Pior: à noite ele ia à cozinha comer os restos de comida deixados nos pratos pelos pensionistas das mães. Enquanto isso, em Odessa, no sul ensolarado da Rússia, nos melhores balneários, os ricos eram quase todos judeus. Não era lógico que ele passasse a odiar os judeus? E Engels não se tinha enganado ao designar o antissemitismo como mero “socialismo dos idiotas”?

Nos regimes perfeitos é um crime contra o Estado pensar, agir então é uma agravante que só pode levar à prisão. Para Leonyd Plyushch o caminho foi pior: levou-o a uma prisão *sui generis*, cogitada já pelos cientistas nazistas, é verdade, mas só levada à cabo integralmente pelos governos de Stalin, Kruchev e Brezhnev: o internamento numa clínica psiquiátrica, único corretivo para quem ousa não seguir a linha de pensamento e de ação ditada inalelavelmente pelo Estado todo-poderoso.

History's Carnival (Editora Harcourt Brace Jovanovich, Nova York, 1977) é um longo e apaixonante relato do matemático célebre, Leonyd Plyushch, sobre sua longa marcha de desobediência civil até o encarceramento em uma *psikhuska* (clínica psiquiátrica para tratamento dos dissidentes políticos, loucos, homossexuais, esquizofrênicos, psicopatas, maníacos de democracia e outros elementos destoantes da uniformidade desejada pela justiça do Estado). Nelas os “pacientes” são submetidos,

26. *Um caminho para a liberdade. Começando pelo horror*

à força, a tratamentos de maior ou menor duração: injeções de alucinógenos como o haloperidol ou injeções de enxofre. Nesse livro ainda não traduzido no Brasil, o matemático relata como foi obrigado a abandonar suas pesquisas com computadores de simulações bioquímicas e só sair da *psikhuska* – termo que ele insiste deve tornar-se tão conhecido no mundo quanto o do Arquipélago Gulag – quatro anos depois de lavagens cerebrais quase que inimagináveis. Sua expulsão da URSS se deve aos esforços de pedidos e pressões de centenas de matemáticos dignos no Ocidente, aos esforços ingentes de sua mulher e à pressão da Anistia Internacional, com sede em Londres, sobre o governo em Moscou.

Vastamente culto, leitor de teosofia, de Goethe, de Tolstoy, de Rousseau, Plyushch confessa que, apesar de todo o horror que viveu, continua marxista. Acha que no Ocidente (ele foi mandado para o exílio na Áustria depois que saiu da clínica psiquiátrica) a liberdade também é relativa, mas reconhece que escreveu esse livro porque é seu dever ineludível testemunhar, perante o tribunal da opinião pública livre, o fato de ele, marxista, ter passado por “um inferno marxista em meu país natal, a Ucrânia e na madrasta da Ucrânia, a Rússia e outras Repúblicas da URSS.

Ao dar meu depoimento, espero combater as ações desumanas cometidas por *todos* (grifado pelo autor) os governos do Ocidente ou do Leste, conjuntamente apoiado (nessa luta) pela Anistia Internacional, o Comitê Internacional Contra as Repressões e ao lado dos partidos políticos honestos e pensantes, e as igrejas honestas e pensantes em todo o mundo”.

No breve prólogo à sua narração de 413 páginas na tradução norte-americana, ele explica que motivo o levou a evocar toda essa medonha *Via Crucis* pessoal: seu livro é mais um caminho rumo à liberdade:

“Pois estou convencido de que uma das liberdades mais importantes é a oportunidade de ver o mundo com nossos próprios olhos”.

Sem fronteiras, sem depósitos compulsórios nem vistos de saída dados por regimes que impedem a liberdade humana de ir e vir sem empecilhos. Depois, para se defender da acusação de ser um “dedo duro”, um delator, justifica o fato de ter citado pelo nome todos os canalhas, sem escrúpulos, torturadores e criminosos coniventes que conheceu: está aderindo ao princípio de Solzhenisyn, segundo o qual cada país tem o direito de conhecer o nome dos seus criminosos e informantes da KGB (a polícia secreta).

Como brotou a ideia deste livro, no original russo manuscrito do autor *V karnavale istorii?* Plyushch relata que foi durante uma festa quando a sombra do cárcere já se delineava nitidamente sobre a sua intransigência e seu inconformismo. Na recepção conheceu um jovem operário, Vladimir Dremlyuga, sobre quem também pairava a mesma ameaça: o trabalhador tinha sido expulso tinha sido expulso recentemente da Universidade de Leningrado porque as autoridades soviéticas o tinham considerado politicamente “indigno de confiança” e, portanto, como é costume na URSS, lhe tinha vetado arbitrariamente o acesso à Universidade, ao ensino superior. O cientista e o operário, embora pertencendo a castas diferentes, tinham muito em comum, era o que descobriam, quanto mais conversavam. Ambos pertenciam ao ainda frágil e tateante Movimento Democrático e se perguntavam mutuamente por que as pessoas criticavam o regime soviético, a ponto de, passando por cima de suas opiniões às vezes até conflitantes, se unirem no Movimento Democrático. Depois ambos foram presos. Leonyd Plyushch perdeu a pista do

26. Um caminho para a liberdade. Começando pelo horror

seu companheiro de ideias operário nos labirintos temíveis da KGB. Ele próprio ficou preso na armadilha de uma *psikhuska*: Nessa “clínica psiquiátrica” com aspecto de uma fortaleza, vigiada dia e noite por guardas armados postados em torres altas e distantes dos centros mais povoados, o matemático não esmoreceu durante os quatro anos tenebrosos que foi obrigado a passar ali. Nos intervalos entre uma injeção e outra, de haloperidol ou de enxofre, pensou longamente sobre a razão da coesão e da persistência desse quixotesco Movimento Democrático erguido contra a denominada República Socialista, auto arvorada em Mãe Pátria do Socialismo Marxista-Leninista. Recordou uma lenda que lera sobre o grande místico indiano, Ramakrishna, que ao ver um camponês barbaramente chicoteado, por comiseração com ele começou, com cada chibatada a sentir o sangue escorrer de suas próprias costas, tão total foi a sua identificação com o sofrimento alheio:

“Esta consciência nua, desarmada, indefesa é que impede um ser humano de se adaptar a uma sociedade que o circunda; escondendo-se por detrás de alguma ideologia matreira que oculta dos demais seres humanos o sofrimento do seu semelhante”.

Pareceria cruel ou de mau gosto a observação seguinte de Leonyd Plyushch, pois à primeira vista ela concorda plenamente com as afirmações feitas na tv brasileira pelo líder do Partido Comunista Brasileiro, o octogenário possivelmente esclerosado, amnésico ou cínico, Luiz Carlos Prestes. De fato, confirma Plyushch, os psiquiatras e a KGB *têm razão*: toda pessoa que ousar falar mal do regime deverá realmente estar sofrendo de alguma perturbação mental. Mas, como num filme de Buñuel, passamos do choque e do espanto à compreensão de uma imagem à seguinte:

“Uma consciência desamparada; normal, uma incapacidade para conviver com mentiras e uma ruim adaptação a uma sociedade na qual as mentiras e o mal predominam – esses são todos os sintomas de que o paciente ultrapassou as fronteiras do conformismo e dos valores filistinos (que a regem)”.

Para o leitor fora da Rússia oficialmente atea de hoje causa pasmo saber que um intelectual, dentre muitos outros, como o cientista Leonyd Plyushch, embora mantendo-se imune ao misticismo, tenha, no entanto, estudado ioga com a profundidade de propósitos que caracteriza o autor de *History's Carnival*. Na Biblioteca Lenin, em Moscou, ele teve permissão para ler os livros obre misticismo e ioga. Por que a ioga? “A ioga me ensinou realmente a respeito do inconsciente (que nunca foi discutido na psicologia pavloviana soviética), deu-me percepções-relâmpago no interior da psicologia da vida diária e me revelou uma sutil análise do homem e suas relações consigo mesmo, com os outros e com Deus. A noção de que a mente deve ser guiada e desenvolvida pareceu-me de fundamental relevância.” Daí seu interesse pelos autores de ficção científica, dos quais ele cita apenas, entre os ocidentais, Ray Bradbury os irmãos russos Arkady e Boris Strugatsky e o autor polonês Stanilaw Lem e, de forma crescente, seu amor pelas pinturas de Van Gogh. Aí Plyushch chega a uma conclusão que faz parte do Brahmanismo e que no Ocidente já Jacques Maritain apreendera há 30 anos, mas que é significativa como honestidade, vinda de um cientista que não se crê onisciente como tantos de seus colegas mais arrogantes e menos inteligentes:

“Eu compreendera finalmente que a apreensão intuitiva precede o pensamento e que todas as tentativas para se compreender a beleza apenas com o intelecto estão destinados ao fracasso.”

No quinto ano de Universidade ele estuda o materialismo histórico e a política econômica socialista “e esta me impressionou por ser totalmente anticientífica”. Mais ainda: “Nela não há postulações profundas, nem estatísticas, nem leis logicamente justificáveis.” Desilude-se com Stalin “e mais ainda com Mao Tsé-tung (como era chamado o Grande Timoneiro antes da reforma ortográfica no Ocidente para a pronúncia do seu nome) que substituem o método leninista de expor uma ideia por meio de simples silogismos que passam a ser repetidos como fórmulas hipnóticas”.

Convencido da profundidade artística do Marx ao ler seus Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 e da vital interligação que Lenin e Marx davam ao pensamento, ao conceito e à forma pela qual eles são formulados, ele realça a beleza do estilo alegórico de Cristo e de Nietzsche e o de Marx:

“O estilo dialético de Marx tem uma flexibilidade que reflete a dialética da natureza e da sociedade. A fórmula ‘A Religião é o ópio do povo’, por exemplo, é usada pela propaganda ateia soviética para referir-se apenas à função narcotizante da religião como estupefaciente. Tolstoy chegou a uma conclusão semelhante sobre a religião da igreja instituída: referiu-se a ela como sendo um clorofórmio. Mas o ópio também constitui um anestésico. Marx desenvolveu seu conceito e disse que a religião constitui ‘o coração dentro de um mundo sem coração’, mas esta ideia nunca foi estudada na ideologia soviética.”

Aproximando-se mais e mais das teorias da não-violência (*ahimsa*) do hinduísmo, admirador de Vivekananda, da escola vedântica da filosofia religiosa da Índia, Plyushch começa a compreender os milagres de Cristo relatados na Bíblia. Se um professor pode dar uma aula e repartir com seus alunos um cabedal imenso de conhecimentos e continuar sem perder essas informações transmitidas aos discípulos, por que o Cristo não poderia alimentar milhares de pessoas com o milagre dos pães? Para concluir que o Cristo, Buddha e Maomé surgiram como expressões de uma nova moral, necessária para dar um significado universal à vida e restringir o egoísmo. Ora, tal nova moralidade não podia surgir do nada, portanto, tinha de ser uma negação dialética da moral prevalente anteriormente. As três grandes religiões – o Cristianismo, o Budismo e o Islamismo – têm em comum o traço de serem todas elas sistemas de tabus morais colocados como algemas nos pulsos do egoísmo humano, afirma.

De heresia em heresia, ele vai concluindo que o stalinismo não era simplesmente um culto de uma personalidade, mas o renascimento de uma autocracia baseada numa nova classe. “O Congresso na URSS declara que o país não era mais uma ditadura do proletariado, mas, ao contrário, um Estado de todo o povo. Em termos do leninismo clássico isso era um contrassenso e era necessária uma análise marxista desse novo conceito. Afinal, o Estado é uma máquina que uma classe usa para oprimir outras classes. Um Estado de todo o povo seria o equivalente à quadratura do círculo.”

Desencantado com a censura onipresente, com a corrupção, a mentira, as fraudes eleitorais, a farsa da liberdade e da democracia soviéticas, farto de ler uma imprensa amordaçada e da deificação do Grande Líder dos Povos, termo que ele usa especificamente (*deification*, p.44, *op. cit.*) Plyushch recebe as denúncias de Kruchev no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética como um jato de luz em meio a uma noite de trevas densíssimas. Kruchev denunciava os crimes de Stalin e logo depois permitia que a revista literária “liberal”, em termos soviéticos, *Novy mir* (Novo

26. *Um caminho para a liberdade. Começando pelo horror*

Mundo) publicasse o relato de Solzhenitsyn *Um Dia na Vida de Ivan Denissovitch* (já publicado no Brasil, traduzido em português).

Kruschev, porém, não tarda a revelar-se como outra ilusão efêmera. Kruschev proíbe toda e qualquer arte que não seja otimista, proletária, obediente aos critérios filistinos do Partido e do suposto homem comum. Plyushch não se conforma:

“De modo genérico, a literatura é sempre ideológica, porque reflete as aspirações, a consciência, o subconsciente e o conceito estético de uma específica nação, classe ou grupo. No entanto, não há correlação direta entre as afiliações do escritor e aquilo sobre o que ele escreve. As observações de Marx a respeito de Balzac são bem conhecidas: sem ter minimamente a intenção de fazer tal coisa, mas graças à sua genialidade, Balzac exprimiu a psicoideologia de parte da burguesia. Como que se antecipando à burrice de seus seguidores, Marx escreveu que um poeta é como um rouxinol: não se pode pô-lo numa gaiola de ouro se quisermos que ele cante.” Pior do que tudo: Kruschev o desencantara porque se soube que ele, Kuschew, possuía 33 *datchas* (casas de campo ou de veraneio) luxuosas, tinha apoiado Lysenko em sua genética mentirosa e Kruschev explorara a Ucrânia, mandando todos os cereais ucranianos para a Rússia. E Plyushch começou sua descida aos Infernos: começou a expor suas ideias na imprensa clandestina, proibida pelo governo, copiada à máquina por pessoas dedicadas e denominada, em russo, *samizdat* (auto editada). Fala da importância que Marx dá à liberdade de imprensa, de associação, de autoexpressão, de sindicatos e agrupamentos políticos livres, conceitos contidos nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844 do jovem Marx. Escreve que a mais valia estava sendo apropriada agora dos operários não em benefício dos patrões, mas da nova classe rica e servida por acintosas mordomias. Exige que o salário corresponda ao tipo de trabalho desempenhado, exige o acesso a cargos de mando por meio de eleições livres; exige ordenados para ministros não superiores ao de um trabalhador comum; exige liberdade para criticar o governo e um desmoroamento gradativo do Estado como entidade coercitiva dos direitos humanos individuais e coletivos: “Minhas teses fundamentais eram as de que a democracia é essencial para que haja o socialismo; o Estado soviético funciona como um Estado capitalista abstrato; economicamente a URSS é uma sociedade de capitalismo de Estado; em sua forma atual constitui uma ideocracia que se tornou uma idolatria. Os burocratas não são os novos opressores, mas sim vassalos, um capitalista abstrato – o Estado – que divide os lucros com eles.”

A KGB capta o nome de quem escreve artigos tão irretorquíveis na imprensa proibida: é Plyushch denunciado por “amigos” informantes da infame polícia secreta russa atual. Levado para a “clínica psiquiátrica” de Dnipropetrovsk, ele tem um primeiro encontro com a médica de plantão, a dra. Ella Petrovna Kamenetskaya, que conclui o exame do “paciente” com a observação gélida: “Aqui logo vamos curar o sr. dos seus delírios políticos.”

Os enfermeiros da “clínica” são criminosos que em vez de irem para a prisão ficam na enfermaria, pagando por crimes de assalto a mão armada, roubo, câmbio negro ou vadiagem. Um deles, mais piedoso, o aconselha a obedecer a todas as ordens, porque os prisioneiros políticos são os piores alvos da diretoria da “clínica”. Administram-lhe, constatada a mais leve infração daquele regulamento totalmente lunático, injeções de haloperidol e de enxofre.

26. *Um caminho para a liberdade. Começando pelo horror*

“Os tranquilizantes e tudo o que eu via a meu redor me deixavam abúlico moralmente e emocionalmente. Embora eu tentasse cuspir fora as drogas sempre que podia, elas estavam sufocando meu desejo de ler ou de pensar, e a mera ideia de política tornou-se, para mim, nauseabunda. Minha memória estava desaparecendo gradualmente e minha fala tornou-se convulsiva e abrupta. Fui dominado por autismo e misantropia e durante dias a fio ficava na cama tentando dormir... Eu estava ficando cada mais com mais medo de que a minha deterioração fosse irreversível e de que eu ajudasse meus torturadores ficando louco. Muitos pacientes sadios ao pensar que não haveria fim para este inferno se desesperaram a ponto de pensar no suicídio. Eu também estava perdendo minha vontade de viver. Consegui me segurar e conter-me somente por meio da repetição sempre e sempre: Não devo ficar amargo! Não devo esquecer! Não devo desistir!”

Os prisioneiros que recebem tal medicação perdem a consciência durante quase 15 dias, período necessário para o organismo eliminar totalmente o efeito dessas drogas alucinógenas potentíssimas. A angústia, a dor e o desespero levam muitos pacientes à loucura genuína, induzida por remédios. Ou ao suicídio: burlando a vigilância dos “enfermeiros” alguns prisioneiros quebram a vidraça das janelas com barras de ferro e com os cacos de vidro conseguem, às vezes, cortar as próprias gargantas e morrer antes que sua tentativa de suicídio seja descoberta. Outros, literalmente alucinados, comem as próprias fezes. É tudo inútil, quando não se consegue a morte: quem infringir qualquer regra banal é surrado pelos “enfermeiros”, impedido de ir ao banheiro, para só então lhe serem aplicadas as injeções de produtos químicos depressores da psique e capazes de levar os menos robustos à demência total.

Plyushch manteve íntegra a sua mente e a sua memória, com uma teimosia heroica. Sakharov, atualmente exilado em Górkí e privado de todos os seus títulos honoríficos pelo Politsburo do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, está diante da mesma ameaça, por dirigir um movimento dos dissidentes, a favor do cumprimento da Constituição soviética no referente aos direitos humanos da população governada e a outros direitos que a URSS assinou na capital da Finlândia, em 1975, por meio do Tratado de Helsinque: o direito de livre acesso à informação, o direito de sair de seu país e voltar a ele ou de emigrar dele para sempre, etc.

27. A dor da liberdade

Jornal da Tarde, 1981/12/26. Aguardando revisão.

“Onde encontrar em nosso século cínico, homens que se deem ao luxo de manter princípios éticos e defendê-los ativamente?” Vladimir Bukovsky

Trocado clandestinamente, em 1976, pelo chefe comunista chileno Luís Corvalán, num acordo surpreendente entre Pinochet e Brezhnev, o dissidente Vladimir Bukovsky passou 12 de seus 34 anos nas prisões temíveis da União Soviética, em defesa ativa dos princípios da liberdade, da democracia, dos direitos civis humanos inalienáveis por qualquer governo. Seu último livro, agora lançado na França com o título de *Cette Lancinante Douleur de la Liberté* (Editions Robert Lafont, Paris, 245 páginas), é o resultado de sua vivência do Ocidente durante quatro anos, depois de se ter radicado na Inglaterra.

Bukovsky nada tem do pan-eslavismo *à la* Dostoievsky de um Solzhenitsyn e dá provas de um *sense of humour* maravilhoso em suas profundas análises dos dois mundos: o soviético e o ocidental. Original, inconformista, ele preenche os formulários da Universidade de Cambridge com dados que nunca outro aluno forneceu a escola alguma: na rubrica “Pertence a que clubes e círculos?”, ele escreveu as datas de suas liberações dos cárceres soviéticos e de sua vinda para o estrangeiro. Os “motivos” oficiais para sua detenção são também tomados pelo seu aspecto grotesco: acusado pelo Kremlin de ter organizado “um perigoso grupo de cinco terroristas”, o jornal alemão *Die Welt* ironizou, muito a propósito, que dessa vez a URSS escapou por um triz: “Se os terroristas tivessem sido seis camaradas, o Estado russo teria afundado na certa!”

Bukovsky reitera o que outros dissidentes russos exilados no Ocidente já contaram: por mais estranho que parece esse “comércio” humano entre prisioneiros de regimes ditatoriais, um Estado totalitário como o da União Soviética, ele afirma, é extremamente sensível à opinião pública mundial, vulnerabilidade que as autoridades soviéticas tentam esconder ciosamente: No entanto, tais regimes se armam pelo terror imposto a uma população desarmada e traumatizada: “Cada pessoa – ele continua – sabe que não tem defesa alguma contra o Estado, não tem direitos e é considerada culpada em princípio. Em tais condições, a palavra livre, mesmo se ela provier do estrangeiro, adquire um eco inacreditável. Não é por nada, acrescenta, que se fuzilavam os postes na União Soviética. Por outro lado, a população russa, da mesma forma que os homens que estão no poder, têm perfeitamente consciência da ilegitimidade do regime.”

Para Bukovsky, sem hesitações, o regime soviético é um *gangster* que depois de golpes assassinos e de roubos compensadores gostaria de ser tratado de igual para igual pela comunidade mundial. Por

27. *A dor da liberdade*

isso, ele crê, no terreno das relações internacionais, a União Soviética expande sua agressividade em função da consciência que têm seus dirigentes e seu povo da ilegitimidade de seu poder usurpado. Mas o desejo de ser membro da comunidade internacional é organicamente impossível, ele julga, porque na realidade a URSS não precisa de parceiros nem de aliados, mas sim de países satélites, de cúmplices, de escravos. O medo incutido a uma população vigiada vinte e quatro horas por dia e a cumplicidade dos subornáveis dentro e fora da Rússia é que mantêm esse regime no poder. No estrangeiro, por exemplo, a URSS conta com a ajuda de “cúmplices tão ruidosos quanto possível”, que martelam os mesmos mitos já um tanto mofados do “paraíso soviético”, do “progressismo”, da “vida mais justa” – isso num país onde não há sindicatos, o direito à greve é punível com a prisão, os jornais, a rádio, a tevê e até os mimeógrafos estão inteiramente na mão do governo e onde os cidadãos têm que se locomover com um passaporte interno, sem o direito de emigrar ou de fundar partidos políticos paralelos ao monolítico e único Partido Comunista.

Além disso, a frágil economia soviética há décadas depende, cada vez mais, da tecnologia superior do Ocidente, dos créditos e equipamentos, cereais e carnes produzidos no Ocidente: o imperialismo soviético, ele prevê, desmoronará por insolvência: como pagar os 27 bilhões de dólares de dívida da Polônia aos países europeus, ao Japão, ao Canadá e aos EUA e ao mesmo tempo aumentar a sua produção bélica e enviar diariamente milhões de dólares para impedir que Cuba e o Vietnã, novas colônias, pereçam de inanição e levar adiante sua ocupação militar do Afeganistão?

A libertação de Bukovsky – mencionada em algumas linhas pela imprensa brasileira – tem muito de que envergonhar várias camadas das profissões liberais brasileiras, pela sua completa omissão diante do longo processo que caracterizou a luta pela sua saída das prisões soviéticas. Da mesma maneira que nenhum movimento articulado pela libertação de Sakharov surgiu jamais no Brasil, a Campanha contra os Abusos da Psiquiatria da Grã-Bretanha, ao contrário não esmoreceu em denunciar os tratamentos com alucinógenos e injeções de haloperidol e de enxofre na carótida nos Asilos Psiquiátricos soviéticos aplicam nos insubordinados políticos, nos homossexuais, nos religiosos renitentes. Não se teve notícia de nenhuma manifestação semelhante por parte da Associação Brasileira de Psiquiatria nem da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, ou, sem aproveitar a “abertura” política, os jornais acharam desinteressante divulgar tal gesto? A Universidade de Leyden, na Holanda, adotou Vladimir Bukovsky, como “prisioneiro de consciência”: A USP ou qualquer outra Universidade brasileira ou mesmo a UNE, em qualquer de suas facções (pró-Stalin, anti-Stalin, pró-Mao, anti-Mao, pró-Trotsky, anti-Trotsky etc.) jamais se manifestou a favor dele. O Comitê de Escritores e Jornalistas Norte-americanos, o Pen Club, o chefe dos sindicatos dos Estados Unidosm George Meany que intercedeu por Bukovsky dirigindo-se diretamente aos presidentes Nixon e depois Ford – todos jogam inadvertidamente uma sobra de covardia e paz dos cemitérios sobre seus congêneres brasileiros: o pretexto será o que que o Brasil tem problemas prioritários aqui mesmo e não pode perder tempo com a liberdade e a tortura impostas a um ser humano no estrangeiro? Por que então os países estrangeiros se deveriam incomodar com a tortura e a morte de brasileiros em prisões brasileiras? O sofrimento de Vladimir Herzog existiu, o de Vladimir Bukovsky é uma abstração? Alguns de nossos cineastas políticos e o compositor Chico Buarque de Holanda continuam a visitar Cuba, esse modelo de democracia e liberdade, denunciando o que está à vista de todos: as mazelas do sistema social brasileiro, mas cegos e surdos à justiça, à democracia, à liberdade fora das fronteiras auriverdes, como se esses princípios não fossem simultâneos e universalmente verdadeiros...

27. A dor da liberdade

Durante 20 anos, os dissidentes soviéticos tiveram que lutar para que no Congresso Internacional da Psiquiatria, reunido em 1972 no México, ficasse claramente exposta a série de crimes praticados contra seres humanos indefesos na União Soviética: “O próprio fato de serem internados indivíduos normais em uma clínica psiquiátrica por razões políticas chocava a sensibilidade pelo seu caráter trágico, levava-nos a refletir sobre a relatividade das definições e das noções de saúde psíquica... Em nossa época de culto da ciência e da tecnologia, de excesso de regulamentação estatal e de medo inconsciente de perdermos nossa personalidade individual anulada em fichários eletrônicos gigantescos, o problema psiquiátrico adquiriu novamente uma dimensão universal... nossos problemas passavam do período neolítico do comunismo à civilização futuroológica dos computadores do século XXI. A revolta abortada dos jovens de Paris em 1968 desembocara na atenção nova que se dava à psiquiatria: nos países chamados de ‘capitalistas’, a psiquiatria era ironizada como forma de modelar todos na forma estreita do conformismo burguês que diz ‘sim’ ao Sistema e se adapta às iniquidades do *Establishment*.” A reviravolta foi total: de repente a juventude europeia rendeu-se à evidência concretizada no muro de Berlim e a campanha pelos direitos universais do homem despertou milhões de consciências adormecidas, levou à criação da Anistia Internacional, já que nem Marx nem Lenin tinham dito ou escrito jamais grandes frases sobre os direitos do homem em seus discursos ou mesmo em suas obras volumosas.

A imprensa livre é um instrumento indispensável de obtenção e conservação dos ideais da liberdade, da justiça e da democracia: essa certeza, esse axioma, só passam a ter validade plena quando confrontadas com a imprensa totalitária, pré-censurada, e, como diz lapidarmente Bukovsky: “A imprensa soviética é a expressão tipográfica do regime e só a lemos para colhê-la em delito flagrante de mentira”, daí o trocadilho que corre, de boca em boca, a Rússia inteira em seus 22 milhões de quilômetros quadrados: “Não há *Pravda* (verdade) nas *Izvestia* (novidades) e não há novidades na verdade”, isto é: os dois jornais mentem e desinformam propositalmente.

Por isso cada cidadão russo descrente do governo leva ao extremo sua leitura da imprensa amordaçada: se os jornais falam bem de alguém deve ser um bandido, se falam mal, não há dúvida de que se trata de um herói... Em seguida Bukovsky alerta para os quinta colunas pró-soviéticos implantados nos locais mais sensíveis, como carneiros inocentes: um respeitável professor de Washington, por exemplo, publica em revista respeitáveis artigos rigorosamente soviéticos... Essa infiltração se baseia no mito de que na União Soviética se vive melhor e mais justamente ou se baseia em complexos de culpa de quem tem fortunas a herdar da família ou de quem é pouco inteligente ou quer posar de “avançado” ...

Mas existem tantos socialismos quanto socialistas, ele opina, só que até agora nenhum socialismo adquiriu a feição humana que Dubcek lhe queria dar. O maniqueísmo pavloviano dos prisioneiros espirituais do Gulag ocidental, que “sonham” com o Paraíso Reconquistado na prisão de Lubianka, divide os indivíduos em “progressistas” – os que desculpam *a priori* todos os erros da sagrada mãe-pátria do socialismo e os “reacionários” ou “fascistas”, ou “vendidos à CIA” que sabem da fragmentação extrema das divisões políticas hoje em dia: que pode haver de mais “reacionário”, os sindicatos norte-americanos ou os multimilionários das famílias Kennedy e Rockefeller? Quem pode estar mais à esquerda de Anthony Benn, do Partido *Labour* inglês, que deseja o desarmamento unilateral da Inglaterra diante da Rússia armada de SS-20 e submarinos nucleares, o afastamento da Inglaterra da Comunidade Europeia de Nações e um regime marxista para as Ilhas Britânicas? O

que há de comum entre os liberais alemães e a ala extrema esquerda do Partido Social Democrático alemão? Judiciosamente, Bukovsky observa que “esta maneira de discriminar contra as pessoas tem sintomas de um delírio, mas de um delírio muito prático, útil para se organizar o terror intelectual. Uma ideologia levada ao extremo tem como consequência que as pessoas começam, inconscientemente, a pensar de maneira pré-fabricada, teleguiada. O sentido das palavras torna-se deliberadamente desnaturado”. Só assim é que a República Democrática Alemã é a quem tem o muro de Berlim, as guaritas com guardas munidos de metralhadoras, os campos minados para evitar a fuga da população do Leste... tudo em defesa da paz, do progresso, da justiça e da liberdade na Polônia do general Jaruzelski...

“Durante os anos em que passamos no campo de concentração – ele relembra de maneira marcante – aprendemos que no mundo inteiro há somente uma única luta, a luta do humano contra o desumano, daquilo que está vivo contra o que está necrosado. Nós todos somos globalmente responsáveis pelo resultado final dessa luta mundial.”

Suas reflexões o levaram a concluir definitivamente que a nossa época planetária de comunicações instantâneas nos tornou todos vizinhos uns dos outros, o Brasil da URSS, a Hungria do Canadá, o Afeganistão da Nicarágua. O que caracteriza esse ineditismo do século XX? Os regimes e ideologias totalitárias representam uma ameaça mortal para a sobrevivência dos países democráticos: “Como as democracias poderão continuar a ser democracias sem se transformar pouco a pouco e adquirir as feições de seus adversários?” Ao lado do perigo de as democracias cederem sempre diante do que ele chama de “o bandido internacional”, a Rússia do regime que lá vigora há quase sete décadas, ele discerne o soro de revitalização do sistema soviético: o comércio lucrativo, antiético, suicida, das nações ocidentais, que prolongam a vida do comunismo. Há, por certo, uma multiplicidade de poderes disseminados nos países ocidentais, Bukovsky reconhece: ao lado da autoridade governamental há os partidos de oposição, a imprensa livre, os sindicatos, o congresso, o poder judiciário, as autoridades municipais, estaduais, universitárias, os meios de comunicação de massa, a política, a alfândega, inúmeros poderes simultâneos que por enquanto tornam impossível a uniformização de todos os cidadãos em obedientes seguidores dos *slogans* governamentais como na União Soviética. Ao contrário do código anglo-saxônico, por exemplo, segundo o qual o réu é inocente até que se prove a sua culpa, na Rússia atual incutiu-se em todos os cidadãos um medo baseado na acusação de culpa *a priori*, tanto que os advogados só têm acesso aos processos quando estes já estão selados...

Essa lancinante dor da liberdade ele a sente mais profundamente quando, diante da fartura dos países ainda livres, depara com uma simples máquina copiadora, um aparelho de fotocópias que pode ser adquirido livremente por qualquer pessoa, ao passo que na URSS estão numerados e só podem pertencer aos órgãos do Estado. Até mesmo a visão, comum no Ocidente, de horários de aviões nos aeroportos lhe parece miraculosa: como? Então, quando quiser, sem pedir autorização por escrito da polícia de sua cidade?! As fraquezas do Ocidente lhe parecem, porém, um convite masoquista à autodestruição. Em Roma, as enfermeiras fazem greve, agitando panos vermelhos e com transparentes vistosos: “Queremos trabalhar nas mesmas condições que as enfermeiras soviéticas”. O que elas sabem das condições de trabalho da URSS?, ele pergunta, para logo acrescentar: É fácil contentar as enfermeiras romanas: basta que elas passem a ganhar cinco vezes menos, não tenham direito a um sindicato nem à greve e que acumulem dois ou três empregos para

27. A dor da liberdade

poderem chegar ao fim do mês... e ei-las integradas totalmente nas “condições” das enfermeiras soviéticas...

O Estado soviético, além de uma taxa alta de criminalidade e alcoolismo, de mercado negro, estupros de quadrilhas de adolescentes cometidos contra qualquer mulher que se aventurar a atravessar um parque deserto das grandes cidades, da onipresença da polícia secreta, a KGB, em todos os nichos mais minúsculos da vida cotidiana e dezenas de *dossiers* sobre cada pessoa do império soviético, o Estado soviético, ele opina, não representa jamais o Estado-Província com que sonham os camaradas crescentes do Ocidente. Como, se o socialismo, pela sua própria doutrina, sacrifica os bens individuais ao bem coletivo? Os ocidentais que, como na Inglaterra, constataram que os sindicatos se tornaram não mais defensores de uma minoria, mas o meio de terrorização da maioria, têm já uma amostra clara do que é o “socialismo avançado”

...

A experiência sexagenária do “socialismo soviético” demonstrou cabalmente, argui Bukovsky, que não se consegue extirpar o instinto da propriedade, pois “constatamos que os bens, a propriedade, não são de modo algum um mero valor material, mas ao contrário espiritual. Para a imensa maioria da humanidade, trata-se exatamente de um meio de expressão, de realização de sua própria individualidade”. E alude às classes sociais que 64 anos de totalitarismo só conseguiram exacerbar: a *Nomenklatura*, os privilégios que ganham salários incomparavelmente maiores do que os operários; os que vivem, a duras penas de seu próprio emprego mal remunerado, e finalmente os que “dão um jeito”, dedicando-se a um ativo e rendoso mercado negro para suprir o mercado faminto de bens de consumo. Nas democracias ocidentais ele adverte sobre o crescimento perigoso das burocracias estatais, que roubam ao indivíduo a sua autonomia, a sua iniciativa, a sua própria dignidade. Os impostos, por exemplo, por que, indaga, os cidadãos não podem escolher livremente para que causas contribuirão? Para concluir que se tivesse ido morar na Suécia, 90% capitalista, os impostos beneficiam também minúsculas organizações comunistas, com o dinheiro confiscado por meio de impostos do bolso até daqueles cidadãos que abominam o comunismo em todas as suas formas.

O próprio reconhecimento de um regime totalitário por parte de governos democráticos constitui, a seu ver, um grande erro, pois reforça a inexistente respeitabilidade do totalitarismo. As trocas comerciais que revitalizam o sistema totalitário também são uma via de enfraquecimento das democracias; pelo lucro se vende mais do que a tecnologia ocidental; vende-se a futura resistência das democracias aos tanques soviéticos. Para o “pragmatismo” diplomático ele tem só palavras ácidas: o pragmatismo político e comercial seria apenas um eufemismo para definir a falta de princípios éticos. Não importa se meu vizinho é canibal, desde que seu regime antropofágico me dê lucros e não crie mais desemprego em meu país ...

É inédita a ênfase que o dissidente russo dá à primazia que nos é inculcada diariamente por uma doutrina absolutista dos direitos socioeconômicos. Os cidadãos então teriam o direito de esperar, de braços cruzados, que o Estado fizesse tudo por ele e seus familiares. Na realidade, insiste Bukovsky, devemos insistir é na prioridade dos *direitos humanos do indivíduo* do cidadão, diante do Estado sem rosto, Moloch monolítico e opressor.

27. *A dor da liberdade*

Escrita antes da gangrena do estado marcial imposta esta semana à Polônia, mas já quando as reivindicações democráticas atrevidas do movimento operário de *Solidariedade* e do *Kor* da Polônia criavam dores de cabeça para os dirigentes bolchevistas. Bukosky levanta uma questão que pela sua própria formulação já denota sua desesperança:

“Por uma espécie de ironia das coisas, os acontecimentos que tiveram início em agosto de 1980 na Polônia criaram um novo enigma para os partidários da teoria de que (o comunismo) está na vanguarda (mundial). Realmente, milhões de operários, não contentes em terem dissipado o mito do bem-estar socioeconômico na outra metade do planeta (a comunista), foram mais longe e, contra as expectativas gerais, insistiram fortemente na liberdade de imprensa, de credo religioso e na libertação daqueles dissidentes (do regime polonês) que até então, como se costumava dizer, não tinham importância alguma. Por acaso tais acontecimentos levaram quem quer que seja a uma tomada de consciência?”

E termina sua previsão temível:

“Em poucas palavras, se nosso medo de assumir toda e qualquer responsabilidade, se nosso desejo de obter um máximo de segurança social nos jogam rumo à ilusão, que por sua vez leva ao socialismo, o qual abre a porta ao comunismo, esse último, inevitavelmente constitui um convite à entrada dos tanques soviéticos. Ninguém, nunca, conseguiu fechar essa porta. Enquanto esperamos, ela se escancara cada vez mais”.

Parte IV.

Países do antigo Leste europeu

28. A cadeia é o lugar da liberdade de Mihailov

Jornal da Tarde, 1966/08/19. Aguardando revisão.

Desde sua integração no bloco das nações comunistas, a Iugoslávia vem desempenhando um paradoxal papel histórico: o de manter uma tradição da rebelião. Fornece por isso, com regularidade, os *angry young men* da ideologia marxista. Tito, desafiando corajosamente as divisões blindadas de Stalin para defender uma versão nacional do Comunismo, independente do modelo e da tutela da União Soviética, é assim o primeiro Lutero dessa profunda e paulatina Reforma do Comunismo Segundo a Versão de Santo Stalin. O vice-presidente Milovan Djilas seria o candente Zola do *j'accuse* iugoslavo, denunciando a “nova classe” de privilegiados da era stalinista, o terror cultural, os fuzilamentos e deportações em massa da longa noite de terror confirmada por Ehrenburg em suas *Memórias*. Encarcerado Djilas pelas suas revelações sumamente ousadas e penetrantes, veio juntar-se agora a essas figuras históricas um novo mártir: o jovem crítico de literatura e professor da Universidade de Zadar, Mihail Mihailov. Destituído de sua cátedra e preso sumariamente, Mihailov foi acusado de “zombar de um Estado estrangeiro”, violando assim o artigo 175 do Código criminal do seu país ao escrever na revista literária *Delo* as suas impressões sobre uma viagem à União Soviética durante alguns meses. Confiscada a publicação, alguns exemplares chegaram, porém, ao Ocidente, onde a notícia do encarceramento arbitrário causou uma celeuma internacional que forçou o marechal Tito a abandonar a “linha dura”, comutando a pena do intelectual anticonformista. Desde então, ou seja, há dois anos, Mihailov tem sido obrigado a apresentar-se semanalmente à Chefatura de Polícia para “prestar esclarecimentos” sobre a sua atitude rebelde. Nestes dias que correm, porém, recrudesciu a intolerância da ala dogmática do Comunismo e ele foi novamente preso, agora sob acusação de pretender fundar uma revista liberal, que tornasse o socialismo “livre e democrático” no seu país. Invoca-se como agravante da sua rebeldia a carta que dirigiu a Tito, desafiando-o a dar vida à letra morta da Constituição iugoslava, que prevê as liberdades fundamentais: de pensamento, de reunião, de imprensa, de eleições sem coações, de religião e de ideologia. A condenação de Mihailov é particularmente interessante por ser sintomática de toda uma fermentação incomparavelmente maior que agitas as novas gerações não só no Ocidente, mas também do outro lado do Muro de Berlim. Uma “febre” de inconformismo com a mentira, a hipocrisia, com uma tradição oca e decrépita, com qualquer censura estatal cerceadora da liberdade criadora do artista ou da reflexão individual.

No entanto, que afirmações tão explosivas conteria o Diário de viagem do escritor iugoslavo, o seu breve relato intitulado *Verão em Moscou*? Escrito em estilo informal, mais como uma série de francas anotações pessoais sobre o que viu e testemunhou na União Soviética, *Verão em Moscou* foi

28. *A cadeia é o lugar da liberdade de Mihailov*

mencionado raramente e sem nenhum destaque na imprensa brasileira. Inseridas, porém, num contexto histórico, essas declarações explicam o julgamento dos escritores soviéticos Daniel e Siniavsky e confirmam as eletrizantes *Confissões de Penkovsky*, alto funcionário do Serviço Secreto soviético, fuzilado em 1962 por ter revelado dados ultraconfidenciais aos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra.

As indiscrições de Mihailov começam de forma pouco sensacional e resumem observações feitas por outros viajantes à Rússia de hoje, inclusive por comunistas italianos e franceses. São, quase se poderia dizer, “inofensivas”: o alcoolismo é um dos problemas capitais da sociedade soviética, havendo locais especiais onde os bêbados podem tomar antídotos contra a embriaguez (em russo: *vytrezyelj*); em várias zonas de Moscou e de outras metrópoles russas há perigo à noite de assaltos à mão armada, de estupros e violências; a qualidade dos manufaturados é inferior, reservando-se espécimens perfeitos só para as exposições destinadas aos estrangeiros; o *jazz* é popularíssimo entre os jovens apesar das proibições oficiais; o antissemitismo velado do governo determina o fechamento de escolas e teatros de língua ídiche, o termo “judeu” consta dos passaportes, etc.

Como um gráfico nervoso, as afirmações de Mihailov avolumam-se, porém, tornam-se cada vez mais comprometedoras e sinceras, causando a ira dos modernos Inquisidores, que deixaram os trajes sacerdotais para vestir os ideológicos, forma contemporânea do despotismo e paradoxalmente, contemporânea das viagens do homem às esferas siderais.

29. Milovan Djilas. A denúncia da nova classe

Jornal da Tarde, 1979/12/29. Aguardando revisão.

Chegam ao Brasil ecos da ruptura de eminentes marxistas com esse ou aquele Partido Comunista nacional, como a de Althusser, na França ou de Jorge Semprun, longos anos membros do Comitê Central do Partido Comunista Espanhol no exílio na França. Até os “novos filósofos” franceses, ditados pela moda atual, discernem na filosofia alemã do século XIX e as raízes do dogmatismo totalitário dos regimes comunistas.

Menos conhecida é a tragédia de Milovan Djilas, que se acentua, à medida que se cristaliza, em cada novo livro que publica, a sua afirmação de que o Marxismo está em descompasso crescente com as sociedades modernas.

Djilas não é um “renegado” nem um “agente da CIA” e “profissional do anticomunismo”. Foi um dos combatentes comunistas iugoslavos, ao lado de Tito, contra as tropas invasoras hitleristas, ocupou cargos de importância no Comitê Central, chegou a ser ministro e até vice-presidente da Iugoslávia. A força das suas convicções íntimas, porém, não lhe permitiu hesitar entre o confronto do poder arduamente conquistado e a heresia da dúvida quanto às premissas e às conclusões do Marxismo que ele pregara pragmaticamente até então. Sua visão nova do poder totalitário que se arroga “científico materialista histórico” desemboca em livros de uma lucidez tão destemida que lhe causam encarceramentos seguidos. Durante sua permanência em Moscou, de suas anotações e verificações pessoais surge *A Nova Classe*, volume em que ele revela a existência de uma oligarquia privilegiada naquela suposta sociedade sem classes: os membros do Politburo, “mais iguais” perante a Lei, dotados de mordomias como carros oficiais com *chauffeurs* particulares, casas de campo, autorizações para viajar ao estrangeiro e outras regalias salariais e de *status*, inacessíveis à massa dos cidadãos russos, em cujo nome se instaurara, teoricamente, “a ditadura do proletariado” na Revolução de 1917.

No habilíssimo jogo de subtrair a Iugoslávia à órbita dos satélites escravizados por Stalin, Tito resolver prender – novamente – o autor de mais um relato inquietante pelas verdades que descobre: Djilas em *Conversações com Stalin* volta, ironicamente, para a mesma prisão onde as tropas da Casa Real Iugoslava e os nazistas o tinham mantido prisioneiro e torturado. Desta vez, ele era acusado de “difamar uma Nação (a URSS) amiga”.

Iconoclasta, de pensamento aparentemente desprovido de qualquer afetividade, seguindo uma lógica inflexível, Milovan Djilas adquire tons quase que proféticos na releitura de seu famoso *The Unperfect Society* (Editora Methuen & Co., Londres), de pouca repercussão entre nós.

Com determinação e experiência própria, Milovan Djilas ultrapassa as descrições de Arthur Koestler ao denunciar o totalitarismo stalinista e desmistifica uma a uma todas as prerrogativas do próprio Marxismo em que crera inabalavelmente. O próprio título do livro, que cria um neologismo traduzível talvez por “sociedade desperfeita”, pressupõe não um ceticismo, mas uma certeza de que toda crença Utópica, como o comunismo ou o nazismo, uma vez atingido o poder, diviniza-se a si mesma e destroça todos os que percebem as suas contradições ou incongruências. Categoricamente, ele afirma: “a sociedade, na realidade, não pode ser perfeita”. Isso não significa que se deva recusar a séries de visões e de idealismo de todos os que querem melhorar este ou aquele aspecto da sociedade. Mas a base para a declaração tão abrangente lhe vem da física moderna. A conclusão de Heisenberg de que “a natureza é imprevisível”, tanto no infinitamente pequeno da escala dos átomos pesquisados pela física nuclear quanto no macrocosmos da História, da Economia, das Ideologias, Djilas a extrapola para o terreno social e político. Segundo a sua conclusão, o próprio ser humano é profundamente imutável em seus anseios básicos, por mais mutáveis que sejam as circunstâncias ambientais que o cerquem. Daí a permanência das religiões que para ele, desprovido de todo e qualquer espírito religioso, sobrevivem justamente por estarem além das vicissitudes das sociedades que terminam com a morte. Por isso, a religião pode e pôde manter-se virtualmente intacta, como o Cristianismo em meio à hostilidade do panteão de deuses de Roma Imperial, assim como ao se defrontar com o ateísmo oficial da União Soviética ou da Polônia.

Para todos os que falavam de uma “mística” de Esquerda, Djilas traz uma série de ângulos novos sob os quais observa o Marxismo. O aspecto dialético da visão marxista, a sua perspectiva de se atingir uma sociedade perfeita e final, a comunista, o levam a discernir no Marxismo origens claramente religiosas, equiparáveis à predição escatológica das grandes religiões como a Doutrina das Coisas Finais, o Advento do Dia do Juízo Final, a Chegada do Reino dos Céus à Terra etc. Como outros utopistas, Thomas More, Tommaso Campanella, Saint-Simon, Fourier, Owen, Marx sem o saber ergue toda uma “teocracia política” tomando como argamassa o *Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau:

“No *Contrato Social* Rousseau previu que todo indivíduo, sem exceção, se colocaria sob o comando indiscutível da vontade geral (*la volonté générale*), isto é, do Estado, que passa então a ser uma entidade infalível, pois deseja o bem comum e é, portanto, divina...”

“Fé” leiga de promessas falsas, o Marxismo não pode nem mesmo refugiar-se na ciência exata, porque seus prognósticos, pretensamente válidos universalmente, ano a ano sofrem a erosão inapelável do Tempo: Quem examinar as sociedades comunistas não poderá deixar de notar em todas elas as mesmas dilacerações e contradições das demais sociedades não-comunistas suas coetâneas. Uma teoria sociológica formulada a 125 anos não poderia, de forma alguma, prever a complexidade do mundo tecnológico hodierno, ficando circunscrita a uma única civilização – a da Europa – em um único período – a primeira metade do século XIX – em um único país – a Inglaterra. Milovan Djilas da sua cela de prisão parece, há dez anos atrás falar do mundo contemporâneo das manchetes de 1979:

“Todos os demônios que o Comunismo acreditava ter banido do mundo futuro como do mundo real instalaram-se sub-repticiamente na própria alma do Comunismo. O Comunismo, outrora um movimento popular, que em nome da ciência inspirava as massas oprimidas e exaustas da

terra, com sua esperança de um Reino dos Céus sobre a Terra, e que mandou e continua a mandar milhões de seres humanos à morte em busca de seu sonho inacessível, hoje em dia transformou-se numa série de burocracias políticas nacionais e de Estados lutando entre si em busca de prestígio e influência, disputando as fontes de riqueza e os mercados, isto é: "lutando pelas mesmas coisas que os políticos e os governos sempre lutaram e lutarão". O tênue pretexto de se tratar de uma fase de transição não oculta a cobiça comunista pelo poder totalitário, pondo a nu a fragilidade imemorial dos seres humanos em quaisquer regimes político-econômicos. Revelaram-se falsas as previsões das diferentes fases de "progresso" econômico que, segundo os planos detalhados dos comunistas, iriam abolir a produção de bens e levar ao consumo ditado pela demanda a ponto de, como escreveu Lenin, o ouro ser rebaixado a uma mera liga metálica utilizável na confecção de pias e privadas folheadas a ouro. Pior ainda: ao invés de abolir a guerra, as forças comunistas vencedoras estenderam a guerra às nações menores. E já em 1969 adverte Djilas textualmente: "Além do mais, a inquietação que grassa nos países do Leste europeu sob domínio soviético é óbvia e ninguém se deve surpreender com o aparecimento de um conflito entre Hanói e a China depois da unificação do Vietnã pelo governo de Hanói". Nem – ele sublinha – se verificou a derrocada dos nacionalismos com o advento de um regime comunista: o que se verifica é que cada nação tem a "sua" versão "pura" do Marxismo!

O golpe de misericórdia dado ao dogmatismo marxista para Milovan Djilas é o da ciência moderna. Em 1905, quando Einstein publicou a sua teoria da relatividade, nenhum dos formuladores do Comunismo tinha conhecimentos científicos suficientes para incorporar os ensinamentos de Einstein à sua propalada descoberta do "materialismo histórico". Stalin, ele acrescenta, com o seu instinto para farejar perigos e suspeitos, buscou inicialmente uma plêiade de cientistas capazes de refutar a teoria da relatividade. Aquele universo não sujeito a nenhum determinismo, a nenhuma lei universal pré-estabelecida, constituía um acinte à dialética de Engels e Lenin, segundo a qual o universo tinha de ser controlado, com toda a matéria nele contida, sobretudo o gado humano, a ser guiado pelo "Dirigente dos Povos" rumo a seu bem-estar beatífico.

Adentrando-se minuciosamente pela análise científica, Djilas explica que seu propósito ao escrever este livro não é o de descrever ou refutar apenas o Marxismo, "mas sim, o de revelar a inevitabilidade da violência e da corrupção dos seres humanos – tanto da massa quanto dos indivíduos – tão logo o Marxismo na sua totalidade tenha sido aplicado, ou melhor: imposto à sociedade".

Ele opõe frontalmente as duas teorias: a de Engels e Lenin, segundo a qual o Marxismo dá os meios de se fazer prognósticos certos quanto ao mundo, à sociedade, ao ser humano e a visão objetiva, científica, da física nuclear moderna: se "a Natureza é imprevisível", concluíra o físico Heisenberg, Einstein sepulta a tese marxista ao asseverar: "Como já ficou convincentemente demonstrado por Heisenberg, de um ponto de vista empírico toda e qualquer conclusão referente a uma estrutura estritamente determinística do mundo natural fica excluída de uma vez por todas..." Complementando: a física moderna relacionou o conceito de matéria reciprocamente com a energia, eliminando portanto as concepções estáticas que Engels e Lenin tinham obviamente mantido apesar da sua argúcia e apesar da abordagem dialética por eles adotada.

"Até o século XVIII e até mais tarde era possível definir-se a matéria. Hoje em dia seria difícil cogitar-se de uma definição que abarcasse toda a insubstancialidade caleidoscópica e objetiva da matéria." Com exceção do Escolasticismo medieval, o Marxismo é então o único dogma dos

tempos modernos. Desprovido de suas premissas de objetividade científica comprovável, ele surgiu como uma necessidade política do Partido Social-Democrata na Alemanha, como Engels relata na sua tese *Anti-Düring*. A previsão desafiadora de Engels, segundo a qual “o Marxismo deverá mudar de aspecto de acordo com as descobertas de cada época no campo das ciências naturais” não se cumpriu. Afirmando-se mais como um mito e um dogma inquestionável, a sua inflexibilidade assume, ao contrário, características tragicômicas: a União Soviética produzia bombas nucleares a mesmo tempo que teoricamente rejeitava as implicações da teoria da relatividade de Einstein, e seu corolário, a equação fundamental para a formulação da energia nuclear. De ano para ano, a Grande Enciclopédia Soviética tenta “assimilar” a teoria da relatividade às noções do determinismo econômico e do materialismo científico, até se chegar ao cúmulo de recentemente se tentar apresentar a crítica da física de Newton empreendida por Engels como... a obra de um precursor de Einstein...

Milovan Djilas considera a complexidade do mundo moderno um obstáculo intransponível para qualquer teoria se arrogar o direito de interpretar os acontecimentos humanos, no entanto, Marx não vacilou em dar um valor genérico equivalente quase a uma Lei ou a um indetível processo biológico a uma série de eventos vividos na sua época, mas que atualmente mudaram de significado. E exemplifica abundantemente: quando formulou suas teorias, Marx estava ainda sob a vívida influência da Revolução Francesa de 1789 e a nítida divisão de papéis a serem desempenhados: os capitalistas como proprietários dos meios de produção, e os proletários como fornecedores de mão-de-obra; e, ao analisar a queda de um tipo de sociedade substituído por outro, na sua luta em torno de novas relações de produção, ele generalizou muito mais amplamente, raciocinando que de agora em diante a História seria a história da luta de classes; ao admitir o declínio de certas formas de civilização, englobou o fenômeno apressada e arbitrariamente sob o rótulo de “progresso”. Da mesma forma, quando descobriu o mecanismo das forças produtoras, isto é, a soma dos meios de produção com a mão-de-obra, erroneamente o tomou pelo impulso material, antevendo até o surgimento de uma sociedade sem os antagonismos do passado. E cada cristalização dos dogmas marxistas torna a compreensão da mutabilidade típica das sociedades humanas em seu curso histórico mais difícil, senão impossível como Djilas assinala: “As mudanças nas relações entre os homens - ou com outras palavras, a História vista como uma série de eventos - desenrolam-se com a participação de todas as forças, materiais e intelectuais, ora um grupo desempenhando um papel dominante, ora outro. Dessa forma, a História é, na essência, uma ação global, resultado das decisões de nações que defendem a própria sobrevivência e dos pensadores que descobrem seus fatores inevitáveis e os líderes que revelam possuir ideias claras, práticas e talento para a organização. A criação da História constitui um ato criador no qual é impossível isolar, quanto mais avaliar, os papéis desempenhados pelos seus vários fatores constituintes.”

E aponta para os sofismas e absurdos necessários para se interpretar o mundo e a sociedade hodierna em termos exclusivamente marxistas ou segundo qualquer outra teoria única:

Se as relações de produção “correspondem a um estágio específico no desenvolvimento das forças produtoras materiais”, como então se explica que numa sociedade de estágio supostamente “mais avançado” como a da União Soviética o nível das forças produtoras está e continuará a sê-lo durante muito tempo inferior ao dos Estados Unidos, de um nível “inferior”?

Se as relações de produção variam no Ocidente e no Oriente, como se verifica obviamente, que explicação existe para o aparecimento de fenômenos semelhantes nas artes e nas ciências, no comportamento e nas escolhas feitas pelos jovens de ambos os lados?

Se, conforme Marx previu, os sistemas comunistas fossem administrados cientificamente, eliminando-se, portanto, os antagonismos típicos dos “meios burgueses de produção”, como se explica então que surjam tantas crises econômicas imprevistas nos sistemas comunistas e porque neles se produzem amiúde conflitos sociais em meio a uma atmosfera de total desânimo?

Por que motivo, apesar das diferentes “relações de produção” ou de “relações de propriedade” e os mesmos ou quase os mesmos “níveis de desenvolvimento... no campo das forças materiais produtoras” nós nos defrontamos com ideias semelhantes, fenômenos sociais semelhantes, semelhantes dificuldades e projetos semelhantes tanto na economia dos países “capitalistas” quanto dos países “socialistas”?

Uma infinidade de perguntas poderia ser formulada sem resposta convincente. O dogma marxista e sua imobilidade são arcaísmos e meras máscaras para esconder a cobiça das grandes nações ou o terro do Gulag de Stalin. Na verdade, “as ciências, as comunicações modernas, os meios de informação de massa contraíram o tempo e o espaço no campo das nossas percepções e conceitos. A tecnologia demoliu os monopólios e destruiu até mesmo as “vantagens” desta ou daquela ideologia, transformando, como Marshall McLuhan demonstrou, o mundo em uma vasta aldeia e disseminando a existência humana espaço afora”.

Num ponto o Ocidente e os países comunistas coincidem: no culto nutrido pelo século XIX de que o progresso é contínuo e ininterrupto para a raça humana. Como seria possível acreditar numa lei universal e inexorável do progresso no século em que vivemos e que assistiu a carnificina humana dos campos de concentração nazistas e stalinistas? O cidadão de Atenas ou de Roma antigas não gozavam de mais liberdade e de mais direitos do que grandes, incalculáveis massas humanas hoje sob tiranias e a humanidade inteira ameaçada pela destruição da espécie pelo holocausto atômico?

Mesmo que seu ceticismo esteja errado do ponto de vista realmente científico e, ao contrário do que tudo leva a crer, exista o progresso dos seres humanos como indivíduos e das sociedades em que eles vivem, Djilas reflete, mesmo assim a ninguém é dado dispor dos métodos nem da velocidade com que esse progresso será conquistado: “A tirania começa quando se formulam teses definitivas sobre o homem e a sociedade”. Neste ponto Djilas se aproxima bastante da hipótese do historiador britânico Arnold Toynbee, segundo o qual a sobrevivência de uma civilização depende da eficácia da resposta que essa mesma civilização der ao desafio específico do seu tempo. O Marxismo, com suas verdades finais, ou qualquer outra teoria tão inquestionável, impede a expansão dos conhecimentos humanos e, portanto, proíbe a adaptação do homem e da sua sociedade à mutabilidade, essa constante num mundo de variáveis.

Ora, como será possível o mundo comunista soviético viver isolado da sua época, dos seus avanços e recuos? Subordinando - como faz agora com Cuba, por exemplo - outros países a intermediários na sua exportação de revoluções? Tornando permanente o reino do terror imposto ferreamente por Lenin e Stalin? Será este o novo ícone da Nova Igreja Ortodoxa Russa? Ou não será muito mais evidente o fenômeno que o economista norte-americano John Kenneth Galbraith definiu

como “a estrutura de mercado dos sistemas industriais”, prevalente em ambos os sistemas, o capitalista e o socialista?

A marcha fúnebre que Lenin tocou para o final do capitalismo, o advento do imperialismo, soou cedo demais: não só as nações capitalistas do Ocidente e o Japão, devido à sofisticação de sua tecnologia e seus computadores, não tombaram vítimas de rebeliões nas metrópoles, às quais se sucederam inevitavelmente a independência das antigas colônias metropolitanas, como a esfera capitalista passou, ela própria, por profundas modificações, que a tornaram mais flexível e incapaz de corresponder à visão caricatural que dela se fazia há mais de 100 anos: várias indústrias importantes tornaram-se propriedade estatal; estendeu-se o campo do domínio comunitário; surgiram Estados regidos por uma política de bem-estar social; os impostos se tornaram progressivos; o estado assumiu um papel muitas vezes preponderante no setor industrial; os salários cresceram: a ditadura do proletariado, a ser erguida, segundo as previsões de Marx, dos escombros do capitalismo e da total estatização de todos os meios de produção, de fato *não* se deu. Ao contrário do que foi predito, a massa dos assalariados nas grandes nações industriais do Ocidente aglutinou-se a ponto de se tornar idêntica à classe média, perdendo, portanto, todo o seu *élan* e sua justificativa revolucionária, no sentido marxista-leninista do termo.

O livro não aborda, escrito em 1969. As mudanças fundamentais ocorridas na China após a morte de Mao Tsé-tung e a busca da tecnologia e da modernização científica, social, cultural, de Hua e Deng atualmente, mas desmistifica impiedosamente toda e qualquer noção romântica de “revolução” que as rebeliões estudantis de maio de 1968 e Paris pudessem provocar: os estudantes anarquistas e de esquerda podem ter deflagrado uma greve geral, mas os operários sabiamente optaram por uma luta em prol de maiores salários e melhor distribuição dos lucros das empresas. Na realidade, dentro da comunidade mundial existente pelos falsos profetas: a forma comunista de propriedade tornou-se uma prova concreta de subdesenvolvimento de certos países como a Rússia ou a Iugoslávia, incapazes de promover a industrialização nacional por meio da propriedade capitalista privada. Na realidade, é o Comunismo que sofre todos os males que antigamente eram considerados “típicos do capitalismo”: a burocracia do Partido, exercendo um monopólio incontestável na administração e controle de todos os meios de produção. Para isso, Djilas usa estatísticas, “um meio favorito dos comunistas para apresentar, de forma inescrupulosa”, seus sucessos e omitir as conquistas em outras partes do mundo.

A produção de carvão nos Estados Unidos em 1850 era de 10 milhões de toneladas, em 1910 já atingira 500 milhões: a produção de aço por volta de 1872 era inferior a 100.000 toneladas, aumentando 250 vezes no decurso dos próximos 38 anos; nos Estados Unidos, em 1902, a produção de eletricidade alcançou 5.969.000.000 de kilowatts, na década de 60 ultrapassara já um trilhão de kilowatts, ou seja, um incremento de 180 vezes a mais em sessenta anos.

Em contraste flagrante, e apesar da imensidão do território soviético, de 1913 a 1970 a produção de carvão crescera de 29.000 toneladas métricas para 670.000; a da eletricidade de 1.900 milhões de kilowatts para 845, a produção de aço de 4.200 toneladas para 125.000, sem levar em conta que se o desenvolvimento da indústria pesada foi mais célere nos EUA do que na URSS, o da indústria de consumo, o dos transportes e sobretudo da agricultura foram incomparavelmente maiores nos EUA. Até nos altos escalões soviéticos é reconhecida a maior produtividade norte-americana: no início deste século ela superava uma vez e meia a produtividade da Europa Ocidental e quatro vezes

a da União Soviética: recentemente o próprio Kossiguin teve de admitir que ela continuava sendo o dobro da soviética. Não estaria aí mais uma prova do fracasso do materialismo histórico de Marx e de sua tese de acordo com a qual o nível das forças produtivas é que determina as relações de produção e a vida política e intelectual em geral? O monopólio da propriedade enfeixada totalmente nas mãos do Estado conduz à estagnação e impede a rentabilidade, impede uma conexão com o mercado externo, o livre movimento de mercadorias e de capital, a convertibilidade das moedas bem como a eficácia na administração e na economia nacional. Se substituirmos a terminologia de Marx veremos que o destino que ele designou como típico do capitalismo é na realidade o da administração comunista: “O monopólio do capital (substitua-se por monopólio do Partido) torna-se um empecilho que acorrenta dos modos de produção que floresceram sob seu domínio e lado a lado com ele.” E o que se constata hoje em dia? A aliança dos comunistas ao comprar grãos dos capitalistas decadentes e burgueses com os EUA, o Canadá, a Austrália, ou a “pacífica coexistência” preconizada pela *détente* e sublinhada pelos acordos de armas nucleares, Salt, entre os EUA e a URSS.

O Comunismo, sempre que sujeito a ambientes pacíficos e livres, revela-se como o regime mais fraco como eficácia; uma vez no poder, elimina toda e qualquer dissidência e, ao bloquear qualquer crítica, elimina também a eficiência, baseando sua autoridade na polícia e na vigilância de todos os cidadãos pelo Estado, sucumbindo à era da automação, da tecnologia avançada, da eletrônica recentíssima. A mistura letal se compõe da esterilidade do dogmatismo unida à inércia da economia regida por tais temas ideológicos arcaicos, daí o choque entre os comunistas no poder e os segmentos da sociedade oprimida por eles, o que por sua vez resulta no nascimento de novas ideias e novos movimentos dentro e fora do Comunismo. No entanto, não há fins que se façam justificar por meio da opressão de uma oligarquia partidária esclerosada sobre a massa vigiada e indefesa. A transformação das sociedades comunistas, apesar da falta secular de tradições democráticas na União Soviética, sobreviverá, contudo, acredita Djilas, de forma não violenta. O método será semelhante ao de Gandhi: o uso de meios que não sejam violentos – demonstrações, greves, marchas de protesto, resoluções, manifestos e sobretudo a crítica firme e moralmente vigorosa dos dissidentes, pois: “O Comunismo não perde batalhas históricas: o que ele perde é a batalha da História, apesar do fato, ou talvez precisamente devido ao fato de ter acreditado que possuía o conhecimento das próprias leis da História.”

30. Uma brecha no silêncio do terror

Jornal da Tarde, 1989/06/24. Aguardando revisão.

Nós, do Ocidente fútil e egoísta, nada aprendemos com o massacre indescritível dos campos de concentração como Auschwitz e Dachau, do período nazista alemão.

Depois, comoveu-nos durante dez minutos, entre um anúncio da televisão e uma ida ao banheiro, a tragédia minuciosamente revelada dos sofrimentos infernais dos prisioneiros russos na era stalinista, relatados por Solzhenitsyn em seu incontestável *O Arquipélago Gulag*.

Em nossos dias, um programa de televisão que visava a fazer rir mergulhou na sordidez, na covardia, na insensibilidade ao tentar fazer graça com a heroica, sobre-humana coragem do jovem estudante chinês Wang Weilin, hoje condenado à morte, a desafiar sozinho, desarmado, idealista ou louco, os tanques armados da repressão geriatra da China governamental de hoje. O que leva a crer que *TV Pirata* seja capaz de tornar cômica a defesa de Londres, sem a qual o mundo talvez tivesse sucumbido à barbárie hitlerista, seja capaz de tornar risíveis ou pelo menos tentar tornar tão engraçados quanto os irmãos Marx os defensores estoicos de Stalingrado ou quem sabe fazer chacota da escravidão dos negros trazidos para o Brasil? Não há ser humano ateu que não respeite determinados princípios *éticos* de denodo, de coragem, de luta pela liberdade e pela justiça. A fé religiosa pode até ser considerada alacrememente o mero “ópio do povo”. Mas se nada é sagrado, os *princípios morais* são intocáveis além de qualquer dogma, leviandade ou fanatismo.

Por que abordar tais questões?

Porque no mundo ocidental as duas grandes literaturas têm um ponto em comum: tanto a latino-americana (principalmente grande parte da literatura em espanhol) e a literatura russa são literaturas unidas pelo exílio, pelo combate à tirania e ao crime dos Stalins, Somozas, Francia (ditador paraguaio), Getúlio Vargas, Fidel Castro etc.

É possível que quando o mundo conhecer na sua inteireza a fisionomia trágica, sóbria e no entanto veemente da literatura esmagada pelos tanques e pela censura se tenha uma real concepção do totalitarismo como a organizada força anti-humana.

Aí terão menor importância o pan-eslavismo arcaico que empana o pensamento corajoso de Solzhenitsyn, a frivolidade estreita de um Milan Kundera e sua leveza de conteúdo intelectual. Porque livros assombrosos emergirão das duas fontes, a do exílio e a do *samizdat* (edições feitas à máquina, com várias cópias e circuladas clandestinamente nos países dominados pelo Império soviético).

30. Uma brecha no silêncio do terror

Agota Kristof revela, através das brechas do silêncio instalado pelo terror as mentiras e a penúria, mostra quais são as verdadeiras vidas do Leste europeu hermeticamente fechada ao mundo exterior, no período anterior à promissora era Gorbachóv atual.

Seu livro, curto e incisivo como um bisturi – *A Prova* – ultrapassa os reconhecimentos e prêmios que recebeu na França estupefata. O ambiente é o da Hungria e é o de qualquer lugar além do Muro de Berlim. Ninguém pode atravessar as fronteiras, minadas e 24 horas por dia vigiadas por soldados armados. Como na URSS de hoje, reabilitam-se pessoas assassinadas “por um erro do Partido” único. Como os líderes políticos húngaros, os mortos surgem irreconhecíveis depois dos arbitrários “interrogatórios” policiais, as unhas uma a uma arrancada à força, como fazia a Gestapo alemã com a Resistência nos países ocupados europeus.

Lucas, o personagem central, não pode identificar um cadáver sem rosto: só sabe que deve ser o pai, num gesto de desespero tentou atravessar a fronteira proibida e foi pego pelos guardas. No país, que a autora deixa entrever que tinha uma grande porcentagem de católicos, a Igreja não se dá ao luxo de rezar por Fidel Castro ou por Stalin, o “Paizinho dos Povos”: foi violentamente separada do Estado e os sacerdotes, transformados em leigos famélicos, têm que viver da caridade e dos donativos dos fiéis. Agota Kristof deixa entrever também que a propaganda do Instituto Oficial de Ateísmo deixou desmoronarem as igrejas e as mais humildes capelas: a juventude comunista não precisa de Deus, superstição dos oprimidos e hoje só velhas ainda frequentam os templos, os confessionários.

Lucas exprime todo o clima que sufoca as almas sob o trator do totalitarismo, neste caso da esquerda stalinista:

“- Eu não sei como continuar a viver”.

Que sentido tem a vida sem futuro, com a convivência diária com a corrupção, a mentira, o arbítrio? Ele vomita tudo que tenta gerir. Jogar xadrez com o padre condenado ao exílio interior pelas autoridades não distraia a mente da realidade circundante. Andar, a esmo, pelas ruas, não é uma solução, mas pelo menos ainda não foi proibido por “ele”.

Fica claro, à medida que penetramos neste livro doloroso, esturricado como o agreste Nordestino, um agreste em que a seca devastasse as almas, um livro sem adjetivos, sem quaisquer apelos emocionais, que se trata – e como poderia ser de outra forma? – *também* de um livro intensamente, sombriamente político. No bar paupérrimo um homem ousa cantar perante uma plateia muda canção proibida, as lágrimas a lhe escorrer pelas faces.

É uma evocação pungente, sutil, da imolação de tantas vidas como a do jovem tcheco Jan Palach, ateando fogo às próprias vestes, de luto pela liberdade de seu país, a Tchecoslováquia, digerida pelos vorazes tanques russos em 1968. É a morte do sonho de libertação da Hungria das forças ocupantes soviéticas em 1956, naquela breve e delirante utopia. E é a dignidade humana do estudante chinês Wang Weilin, à frente dos tanques de Deng Xiao Ping e de Li Peng, um sonho desarmado e hoje fuzilado.

Um homossexual platônico representa a convivência com o frenesi do Partido único, maneira relutante, mas eficaz de se manter vivo. As tragédias humanas são agravadas pela proibição de cruzar a fronteira: uma mãe solteira, seduzida pelo próprio pai, dá à luz um filho deformado,

30. Uma brecha no silêncio do terror

corcunda: Ela usou durante tempo demais durante a gravidez um corpete justo que disfarçava o volume crescente do seu ventre.

Tudo faz aparte do clima de totalitarismo que aprisiona aquela nação, aquela indefesa comunidade humana. As bibliotecas “do povo” estão recheadas apenas de duas coisas: reles escrevinhões de adulação dos poderosos, cantando as “glórias” múltiplas do regime. E caixotes cheios de livros proibidos, que estão na lista negra como o *index* do Vaticano em seu período de força inquisitorial:

“Romances escritos para a glória do regime. É de se acreditar que já não existem escritores no nosso país”. Os livros bons “são retirados de circulação”, são “proibidos. Desaparecidos”. Como a “Arte degenerada” (*entartete Kunst*) nazista a jogar na fogueira os grandes nomes que plasmaram a literatura de nosso tempo e suas obras de arte.

A própria bibliotecária é um títere na mão de seus carrascos: mataram-lhe o marido: “Meus cabelos ficaram brancos numa só noite. Foi na noite em que” eles” enforcaram o meu marido por alta traição”.

Ela faz seu trabalho: reduz a polpa os volumes de acesso vetado aos leitores enquanto o regime reduz a polpa qualquer brilho de alegria ou esperança que possa surgir em meio a aquele permanente, denso nevoeiro Kafkiano! O sonho inútil de se conquistar a liberdade é inalcançável como penetrar o *Castelo* na obra angustiante do autor tcheco.

O leitor sensível, que não nega o conteúdo altamente filosófico e mesmo ético da Literatura, não precisa de mais dados para ir deslindando esta história. Os traumas diluem a memória, fazem tábua rasa do bom, do mal e do indiferente:

“Você esquecerá. A vida é assim. Tudo se apaga com o tempo. As lembranças se apagam, a dor diminui”.

Toda repressão contra a liberdade, a democracia e os direitos do homem usa métodos idênticos, na China de hoje como nos países escravizados por Moscou no Leste da Europa:

“Uma insurreição prepara-se no nosso país. Uma contrarrevolução. Começou pelos intelectuais, que escreviam coisas que não deveriam ter escrito. Continuou com os estudantes. Os estudantes estão sempre prontos a semear a desordem. Organizaram uma manifestação que degenerou em tumulto contra as forças da ordem. Mas tornou-se verdadeiramente perigoso quando os operários e até mesmo uma fração do exército se juntaram aos estudantes. Ontem de noite os militares distribuíram armas a indivíduos irresponsáveis. As pessoas estão dando tiros na capital, e o movimento está chegando à província e à classe agrícola”.

Com leves modificações, já em 1988 a autora não captava exatamente a luta, agora, dos estudantes chineses pela liberdade, a democracia e os direitos do cidadão contra a opressão monolítica do Partido geriatra?

Sem talvez o saber, a própria escritora adverte: “Escrever não é a mesma coisa que fazer vestidos”.

Quem jamais esperou na Literatura apenas um divertimento reconhecerá neste livro doloroso, de uma febre “controlada”, mas veemente o depoimento daqueles cujas almas estavam amordaçadas,

30. *Uma brecha no silêncio do terror*

mas nunca mortas. Em meio à rigidez cadavérica de Lenin e Mao embalsamados ou Fidel Castro, e Pinochet e Stroessner, este livro soberbo é mais uma lápide insigne que se coloca no pesadelo do totalitarismo: nazista o soviético, já que ambos, como comprova a História, são idênticos.

E para o leitor fica o desfecho terrível da “prova”, quando as vidas vividas no martírio se tornam inexistentes no jargão burocrático do regime que estiver no poder. Que admirável lição de consciência, de perfeição literária, de indômita ressurreição dos mais altos princípios éticos nestas escassas 147 páginas!

31. Havel, testemunha de acusação

Jornal da Tarde, 1992/07/25. Aguardando revisão.

O despotismo político instituído pelos bolcheviques na Rússia em 1917 que depois se espalhou pelo terrorismo militar, no centro e no leste da Europa, açulou, de maneira possivelmente ímpar em nossa época, a reflexão política. Desde Rosa de Luxemburgo até Trotsky as questões fundamentais das estruturas de convivência social, política e cultural dos agrupamentos nacionais refletiram-se nas discussões brasileiras – sem esquecer as interrogações formuladas pelos anarquistas europeus – mas sem nenhuma notável renovação em nosso cenário político-partidário de hoje.

A análise fulminante de José Guilherme Merquior em *Marxismo* é a exceção que confirma o atraso brasileiro nos debates sobre liberdade, justiça, igualdade, fraternidade que permanecem como eixo central da própria condição humana. Antevistas por Dostoievski e Tolstoi, as meditações sobre esses assuntos atingiram com Solzhenitsyn o ápice da revolta fecunda, fermentada pelos manuscritos copiados rudimentarmente e passados de mão em mão, os quais em russo eram chamados, apropriadamente, de *samizdat* (auto-editados): jornais clandestinos contra a mentira oficial do Estado onipotente.

Há, porém, textos de igual importância ainda largamente desconhecidos no Brasil, mesmo depois de mais de sete décadas de instaurado o comunismo pela Revolução de Outubro, em Moscou. O eminente pensador polonês Leszek Kolakowski, em sua magistral dissertação traduzida na Espanha pela Alianza Editorial de Madri: *Las Principales Corrientes del Marxismo* (3 volumes) trouxe uma erudição e uma luz inéditas ao estudo da influência e do declínio da teoria marxista no mundo moderno.

Mas, se essa obra basilar ainda não é conhecida nem debatida no Brasil, com que urgência não deveria ser traduzida entre nós a esplêndida coleção de ensaios do dramaturgo e ex-presidente da Tchecoslováquia (com a dissolução da Federação). Václav Havel, que em alemão foi traduzida com o título de *Am Anfang war das Wort* (No Princípio era o Verbo), da Editora Ro Ro Ro?

Em títulos como “Carta a Aleksandr Dubcek”, “Política e Consciência”, “Nosso Destino é Indivisível” e “Projeto Esperança”, entre outros, Havel desenvolve extraordinárias elucubrações sobre a uniformidade artificial imposta pelo totalitarismo a uma sociedade que está proibida, pelo seus tiranos, de participar de quaisquer acontecimentos naturais que escapem à linha do partido único.

31. *Havel, testemunha de acusação*

A eliminação do evento implica o desaparecimento do sentido coletivo da História e a estatização do tempo. A burocracia administra sua imobilidade e eternização no poder absoluto, afastando-se cada vez mais do *ethos* revolucionário que lhe deu origem. É o sinal inconfundível de sua obsolescência, como ideologia. A sua ânsia de captar para sempre e de maneira total, completa, a diversidade dos seres humanos e das culturas e ter assim alcançado a totalidade da verdade global – aqui se encontra a semente de sua falibilidade. Assim, o estudo da História, vista apenas por um único e imutável ponto de vista apriorístico, pseudocientífico, transformou a própria História em monotonia e uniformidade previsíveis. “O poder totalitário está, todo ele, saturado pelo espírito da intolerância e pela mentalidade dessa ideologia, que é incapaz de conceber a pluralidade a não ser como o mal ou como mera formalidade.”

Com isto anula-se todo o pensamento que possa não se adaptar a essa teoria preconcebida e, portanto, se chega, desta maneira, à anulação de todo e qualquer pensamento ulterior. De fato, qualquer pluralidade intelectual ou econômica que se antepuser ao pensamento totalitário terá que desaparecer: um poder que respeitasse a existência de qualquer pluralidade não poderia ser um poder totalitário, evidentemente.

Havel testemunha, de maneira eletrizante, a extinção de um sistema fossilizado, o comunista, que não permite o oxigênio do debate e com isso condena a si próprio ao desaparecimento. Como o livro de Havel seria fecundo se divulgado em certas tribos fidelistas do Brasil de hoje!

Parte V.

EUA

32. Gore Vidal: um gay peso pesado

Jornal da Tarde, 1987/02/14. Aguardando revisão.

Você é homossexual?

Gore Vidal, o escritor norte-americano, compilou uma Antologia de Literatura Gay em seu livro recém-massacrado pela tradução brasileira: *De Fato e de Ficção*, Editora Companhia das Letras.

Você acha que os Estados Unidos são uma plutocracia, com tentáculos mundiais, onde os super ricos controlam a Nação inteira? Gore Vidal, sem pertencer à linha balalaika-rumba dos adoradores da União Soviética, "a primeira pátria do socialismo", nem prostrar-se servilmente diante das baforadas machistas do charuto de Fidel Castro, arrasa com o "Sistema" norte-americano quase tanto quanto os bombardeios aliados ao deixarem Berlim em ruínas.

Você gosta de uma prosa inteligente, lúcida, mas frequentemente hilariante e exagerada quase até ser paranoica?

Gore Vidal etc. etc.

Primeiro autor dos Estados Unidos a abordar clara e deliberadamente o tema tabu do homossexualismo em seu livro *The City and the Pillar*, Gore Vidal não é aceito por muitos críticos "sérios", acadêmicos, dos que transformam qualquer vírgula de uma novela escrita por um romancista negro em uma interjeição militante contra o racismo branco. Gore Vidal dardeja vitríolo por todos os poros de sua prosa cintilante, considerada "rasa" ou "panfletária" pelos que consideram sinônimos os termos "homossexual", "débil mental" e "superficial".

Seu veneno de ironia napalmica lhe conquista legiões de inimigos cada vez que escreve um artigo, dá um telefonema, concede uma entrevista ou publica uma resenha literária. As universidades? São uma indústria acadêmica a fabricar, a todo vapor, diplomas sobre a simbologia frágil dos nomes de cada personagem de Scott Fitzgerald ou a robustez taurina de Hemingway. Ele crê que batalhões de professores são bem pagos apenas para ler e interpretar o que vem escrito nas caixas de cereais e escrever dissertações sobre os rumos da "cultura popular" dos Estados Unidos.

Os intelectuais norte-americanos? Com raras exceções são blefes pedantes, preconceituosos narcisos que nunca saem do atoleiro de não saberem se conseguirão escrever a segunda Grande Novela Norte-Americana.

Hemingway? Uma demonstração de que os Estados Unidos não têm senso de humor: produzir "Isso" e não achar graça, mas ao contrário endeusar sua mediocridade ovante? O próprio Fitzgerald

considerava *Por Quem os Sinos Dobram* tão vazio quanto *Rebecca*. Zelda, antes de enlouquecer, já achara os escritos de Hemingway "duvidosos como um cheque sem fundos". Descartáveis *Adeus às Armas*, *O Sol Também se Levanta*. Touradas, impotência e arrotos de virilidade alcoólica.

O próprio Scott Fitzgerald, preocupadíssimo com as dimensões de sua anatomia íntima, descarregava sobre os *fairies* e as "castas inferiores" como "a negra da". Embriagado com o "cheiro do dinheiro" que exalam os ricos, dá aos americanos da classe média a impressão de que aquele lado do Paraíso existe, encarapitado em cima de diamantes do tamanho de hotel Ritz.

O cinema? Não pode ser considerado uma arte "se é que uma atividade coletiva pode ser considerada uma arte". A Metro Goldwyn Mayer é o trator-máquina registradora que trucidava talentos literários para ganhar lucros crescentes e nunca derrapar na área dos assuntos inabordáveis todos os que são importantes para a vida humana.

A Metro tem seu papa, seus cardeais e seus santos milagrosos adorados pelas massas, os "astros e estrelas" e seu ritual rugir na tela como os leões que devoravam os cristãos no Coliseu romano.

A Coca-Cola? A grande contribuição da Geórgia para a civilização mundial. O alcoolismo? O refúgio e tumba de escritores que se suicidam garrafa a garrafa como Faulkner e Jack London, incapazes de aderir à *American Way* de mediocridade aplastante, imbecilizada e tornada dócil pela televisão. E acrescenta como martelada final no caixão dos intelectuais americanos: só 5% da população lê um tipo de literatura que não seja lixo.

A literatura americana? Caracteriza-se pela falta de sentido e, portanto, no seu âmbito "a burrice - quando suficientemente sincera e autêntica - é profundamente reverenciada e facilmente executada. Daí, Gore Vidal parte para uma vigorosa, digníssima defesa da integridade e coerência de um grande crítico como Edmund Wilson. Independente de "clãs" acadêmicas ou editoriais, a Edmund Wilson cabe a gratidão de ter vencido sua dúvida de que um homossexual (Gore Vidal usa outra palavra) pudesse ser um artista de primeira linha. Da mesma forma superou sua relutância em admirar o esplendor de Marcel Proust e ensarilhou sua erudição e seu caráter sem rachaduras contra a guerra santa lançada contra Thornton Wilder quando se soube (Gore Vidal diz quem o fez) de suas verdadeiras tendências eróticas. Fecha-se a cortina sobre os enormes sucessos teatrais das peças *Nossa Por um Triz*: aquela que o escritor inglês Christopher Isherwood rotulara, candente, de "ditadura heterossexual" liquida Thornton Wilder. Como já assestara suas baterias letais contra Tennessee Williams, lembra Vidal Diga-se a favor de Wilson que ele foi capaz de superar seu horror homofóbico (no original o termo é mais explícito para fazer justiça a um contemporâneo notável."

Aqui, me parece, começa a despontar uma obsessão de Gore Vidal com a sexualidade minoritária que o leva a colocar como quase gênio um autor limitado como Christopher Isherwood, por ter pertencido a essa minoria e ido morar em Berlim antes que Hitler conseguisse o *pogrom* que levou para os campos de concentração milhares e milhares de homossexuais. Nesse passo, acabaremos por achar que Somerset Maugham, integrante da equipe, é um autor "profundo". E a admirar Jean Cocteau, provavelmente um dos mais tolos *homme de lettres* que Paris já glorificou por esnobismo *prêt-à-porter*.

32. Gore Vidal: um gay peso pesado

A justiça leva, creio, a reconhecer que Gore Vidal tem razão em sua litania de ódio contra os crimes perpetrados contra as minorias e seu *réquiem* sombrio pela estupidez e desumanidade do homem para com o seu próximo, seja qual for a cor da sua epiderme, sua vida pessoal, sua religião, sua condição feminina. Mas só um critério muito subjetivo levaria a desprezar E. M. Forster (autor de *Passagem para a Índia* e *Howards End*) por certos caprichos pretensamente tolos, quando sua prosa e sua posição decidida contra o nazismo são tão admiráveis. Aí se aplicaria com propriedade a advertência que Gore Vidal faz a Edmund Wilson e sua sobranceira hombridade.

“É preciso que sejamos capazes de separar o que é bom do que é ruim, o que é de primeira do que é de segunda. Se não for assim, não deveremos escrever nenhum trabalho de crítica literária”. Em outras palavras: a literatura perene não é uma corrida entre Oscar Wilde, que era, e Tolstói, que não era. Nem Marlowe, por ter sido, escreveu um *Fausto* superior ao de Goethe, que dedilhava hexâmetros nas costas das dezenas de mulheres que teve, em Roma, na Alemanha, em Florença etc.

Há 28 anos Gore Vidal luta ferozmente com o Rabino Mor dos Ultra-Conservadores de extrema direita, Norman Podhoretz, chegando à paranoia de englobar todos os judeus na vala comum dos preservadores do *status quo*. Os judeus é que controlam tudo”, são “a quinta-coluna de Israel, nação que em sua opinião não deveria nem existir, “os judeus não têm pátria, são sempre hóspedes do país em que nascem. e vivem”.

Começa a desenhar-se na mente do leitor um longínquo perfil de Hitler diante de tais acusações genéricas e elas se tornam incompreensíveis quando o genocídio nazista massacrou tanto os judeus quanto os que levavam a pecha de “mancharem a pureza do sangue arlano alemão”, De novo não é possível fazer uma corrida de obstáculos entre a estrela de David em Dachau e Auschwitz e os portadores na lapela do triângulo cor-de-rosa. A sanha de Gore Vidal contra o Velho Testamento e sua condenação do “ato nefando” o faz investir contra São Paulo, realmente um judeu convertido ao Cristianismo, realmente o mais feroz inimigo da mulher e dos desviados da procriação.

Felizmente, ele se acalma para reconhecer, lucidamente, que Jesus Cristo nunca se preocupou com os sodomitas e que erros de tradução do hebraico levaram a confundir perversão sacrílega contra anjos vindos do céu com “falta de hospitalidade”, o mal que arrasou as Hiroshima e Nagasaki da Bíblia, Sodoma e Gomorra

Mas, novamente brota uma pergunta: o que fazer com Allen Ginsberg e suas declarações ousadas à revista *Playboy*, quando confessa que se foi colocando literalmente na condição da mulher no coito que ele aprendeu toda a tragédia da escravização e submissão da mulher ao machista egoísta, cruel e insensível? Ginsberg, judeu, pederasta, como se sói dizer, permanece aliado das feministas, diga Gore Vidal o que quiser contra os judeus: Ginsberg lamenta e denuncia, como ele, que os Estados Unidos não tenham aprovado a Emenda de Direitos Iguais para homens e mulheres, o ERA (*Equal Rights Amendment*, em inglês).

Haverá quem se perturbe com os mexericos “típicos de maricas” sobre o fascínio que o ator Errol Flynn sentiu pelo quase adolescente autor sulista, Truman Capote. Quem se estarreça com as “fofocas” a respeito das drogas e hipocondria de Tennessee Williams, sua vaidade extrema e suas mulheres-monstro, como Vidal as chama: a mãe, a atriz Anna Magnani, a magnífica romancista

Carson McCullers, retratada aqui como uma espécie de gata miando sempre "Você viu a *minha* peça, *honey*? Será que vou ganhar o Prêmio Pulitzer, querido?".

Esse disse-me-disse literário não empana a pujança deste livro, com seus defeitos de ira, às vezes irracional: Gore Vidal escreve de forma hilariante e no original tem um estilo complexo quando escreve ficção, documentada, erudita, requintada, mesmo sem ser um Henry James. Vivendo voluntariamente fora dos Estados Unidos há muitos anos, em Roma, Vidal nada perdeu da sua fúria iconoclasta e saudável. Ele se torna luminoso quando desfaz o mito de Rousseau de que o homem é naturalmente bom e a sociedade é que o perverte: não, adverte, atentemos para o lado escuro, sombrio, da maldade humana, com todas as suas ramificações: maledicência, inveja, despeito, mentira, egoísmo, indiferença, intriga, loucura, tirania.

A semente mais recôndita da personalidade de Gore Vidal não é de esquerda, na gradação política convencional é anárquica, libertária, equidistante dos crimes do capitalismo e seus milhões de dólares construídos sobre cadáveres ou populações exploradas até o mais fundo da miséria, como a selvageria em estado de pura podridão como no Brasil das oligarquias imóveis, cegas, surdas e assassinas.

Por último: a Editora Companhia das Letras, tudo indica, veio para trazer uma contribuição de grande importância para o leitor brasileiro. De três livros traduzidos, dois são de leitura miraculosamente enriquecedora. No entanto, a tradução brasileira mutila de tal modo essa riqueza, a dilapida de forma tão estúpida e irresponsável que se chega ao cúmulo de imprimir, com a conivência de uma revisão adormecida, que o filme *The Barretts of Wimpole Street* se chama "Os Barretes da Rua Wimpole". Ora, os *Barretts*, sem barretadas nem bonés para encobrir longas orelhas de asno, são simplesmente *a família* da qual provinha a poetisa inglesa da época vitoriana, Elizabeth Barrett. Depois de se casar com o poeta inglês Robert Browning tornou-se a mundialmente famosa sonetista de amor Elizabeth Barrett Browning. (Seus *Sonnets from the Portuguese*, será que o tradutor ou tradutora verteria como "Só Netos da Portuguesada"?).

Finalmente: este livro polêmico, devastador, delicia o leitor entre maravilhado e aterrorizado em sua montanha russa de especulações que *fazem pensar*, produto de importação urgentemente necessária no Brasil de nossos dias. É por que não acrescentar notas de pé de página para que o leitor de menos de 50 anos saiba que Guy Madison foi um meteórico ator de Hollywood, de uma beleza apolínea, além de outras citações situadas em contextos estritamente literários, europeus ou norte-americanos, ou de época, ou de História?

Contratando tradutores menos ineptos ou menos corruptos, as editoras brasileiras deixarão de enveredar pelo caminho contraproducente de publicar livros tão importantes como este ou o de Edmund Wilson, *Rumo à Estação Finlândia*, e em parte fraudar o público de todo o saldo de inteligência e cultura a que tem direito. Nem o leitor nem o autor estrangeiro têm como se defender ao se defrontarem com um produto cultural de ótima concepção e execução no original mas perecível em mãos idiotas senão irresponsavelmente dolosas. Ou o livro, seja de criação ficcional ou factual, não fecunda nossa interpretação da sociedade e da época em que vivemos?

Fora esses senões imperdoáveis, Deus salve a democracia que permite a um dissidente coerente e colérico o direito constitucional de ter uma opinião e externá-la, sem patrulhamentos ideológicos, religiosos, governamentais, militares ou do *big business* ou *Cosa Nostra*, pais e mães da execrável

32. Gore Vidal: um gay peso pesado

censura. E bem-vindo seja Gore Vidal com sua sutil ou rude franqueza, franco-atirador da causa da justiça, da verdade, um apanhador no campo de centeio esplêndido em sua quase solitária batalha em prol da Liberdade.

33. Gore Vidal, um escriba impiedoso

Jornal da Tarde, Sem data. Aguardando revisão.

Gore Vidal de novo! Para os conservadores nos Estados Unidos, mais um motivo para afiar a lâmina de suas baionetas e lhe arrancarem o couro vivo. Para o leitor inteligente, mais uma sátira iconoclasta, mais uma destruição de todos os mitos solenes que dão uma aura de perfeição à bandeira estrelada. Ele próprio escolheu seus inimigos, livro após livro e através de suas fobias pessoais: adora os EUA mas rejeita os regimes impostos pelos irmãos siameses: os partidos democrata e republicano. Tanto faz, ele diz, ambos são insensíveis imperialistas a favor das classes dominantes, com uma ressalva que já virou piada internacional: enquanto os republicanos querem dominar o mundo com todos os povos subjugados forçados a falar inglês, os democratas, mais compreensivos, acham que os nativos podem manter suas próprias línguas.

Outra de suas ojerizas: o suposto controle que os judeus têm dos meios de comunicação ("por isso sou tão combatido", explica); e um racismo virulento contra "o perigo amarelo", que ele vê como uma sinistra aliança do Japão próspero com o bilhão e tanto de pessoas da China Comunista. É preciso, adverte, unir-nos aos russos, para manter a raça branca diante de novas Pearl Harbors. Se o racismo for levado às últimas consequências, ele estará a salvo: tem bastante sangue índio, crê, para salvar-se caso os mestiços dominem os brancos... Autor da bomba incendiária que é *The City and the Pillar*, é neste romance que estremeceu a América que ele aborda, pela primeira vez na história da literatura norte-americana, abertamente, o tema tabu do homossexualismo. Mira é outro de seus personagens audazes: um travesti que assume ora características de um sexo, ora de outro, indiferentemente.

O polêmico e hilariante autor é famoso por seus epigramas, o que em inglês se chama "one liner", o ataque vitriólico, à *la* Oscar Wilde, de uma única frase arrasadora, de ácido sarcasmo. Contra Truman Capote, o autor sulista, que imita em seu sotaque regional com perfeição, dispara a respeito de "A Sangue Frio": "trata-se da confusão do Capote", como se fosse a síndrome da Aids, por exemplo. Diz ainda: as universidades tentam sufocar a literatura viva em seminários que dão sono e polpudos honorários a seus professores: dissecam a alma do texto escrito até transformá-lo num manuscrito do Mar Morto.

Ele já fez sua inclusão, inventiva, na ficção científica ou na literatura profética de antecipação do futuro com *Kalki* mas seu pendor é estudar a História dos Estados Unidos numa série de grossos volumes: *Burr, 1876, Lincoln e Empire*.

33. Gore Vidal, um escriba impiedoso

Agora aquela Las Vegas do celuloide, Hollywood, dá o nome a seu último livro, recém-publicado nos EUA. Com sua técnica de misturar personagens reais com os de ficção, escolhe as versões de fatos historicamente fundamentados que mais parecem verossímeis e o resultado é divertido, absurdo, irônico ao extremo. Theodore Roosevelt, o truculento presidente que tinha por máxima tratar os povos latino-americanos e outros economicamente débeis “com um palavreado suave é um porrete na mão” e Franklin Delano Roosevelt, o aristocrata idealista do *New Deal* desfilam por suas páginas com personagens fictícios como Caroline Basie, que de proprietária, em parte, do jornal *Washington Tribune*, se transforme numa diva do cinema, e seu irmão bissexual Blaise.

De certa forma, concordando com MacLuhan - o teórico candente da “aldeia global” e da predominância do visual em atual estágio de civilização - Gore Vidal acha que o público é conduzido como mansos carneiros ao matadouro pela TV e pelo cinema, capazes de moldar opiniões de massa: “assim se pode controlar a opinião do mundo”. Como em todos os seus livros anteriores, os escândalos e a corrupção campeiam impunes, abafados na imprensa e talvez inextinguíveis. A literatura deixou de ter sua função profética: o material humano que se apresenta à ficção é mediocre demais. Mas ele insiste: “minha tarefa é profetizar e prosseguir sempre...”